

As informações apresentadas nesta Parte I da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR 2016) foram elaboradas pela Secretaria de Política Econômica (SPE/MF), Banco Central do Brasil (BCB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) e Agências Oficiais de Fomento, se limitando a responsabilidade do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) à consolidação e diagramação deste conteúdo.

### 1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA NO EXERCÍCIO 2016

O País tem enfrentado a recessão mais intensa já registrada em nossa história. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve mostrar decréscimo real pelo segundo ano consecutivo.

Nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro, a economia registrou contração de 4,4% em relação aos quatro trimestres anteriores. Pelo lado da oferta agregada, a retração foi verificada em todos os setores da economia: agropecuária (-5,6%), indústria (-5,4%) e serviços (-3,2%).

Pela ótica da demanda agregada, o desempenho negativo de consumo das famílias (-5,2%), consumo da administração pública (-0,9%), formação bruta de capital fixo (-13,5%) e importações de bens e serviços (-14,8%) mais do que superou a contribuição positiva das exportações (6,8%).

A pesquisa Focus de 27/01/2017, do Banco Central, indicou estimativa de retração de 3,5% da economia em 2016, com posterior recuperação de 0,5% em 2017.

A crise da economia brasileira foi resultado de vários fatores, principalmente do desequilíbrio fiscal e de uma política econômica inadequada, trazendo novamente ao País uma realidade que combinou retração econômica com inflação alta. Esse quadro gerou incertezas quanto à sustentabilidade das contas públicas e da dinâmica da dívida. O aumento da intervenção estatal sobre o setor produtivo reduziu a eficiência e gerou distorções na economia.

O enfoque excessivo no estímulo ao consumo agravou o quadro de poupança insuficiente da economia brasileira.

A inflação elevada trouxe o receio de um processo inflacionário descontrolado e de suas implicações adversas sobre a eficiência e o crescimento econômico. As tentativas de conter a inflação com controle de preços administrados geraram desincentivos ao investimento e descapitalização de empresas.

A incerteza política veio se somar à incerteza sobre os rumos da economia, afetando significativamente as decisões de consumo e investimento dos agentes econômicos.

Desde maio de 2016, houve uma mudança de política econômica. O Governo está, desde então, fortemente comprometido com uma agenda de consolidação fiscal e com reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para a dívida pública. A nova agenda de política baseia-se em disciplina orçamentária, orientação favorável ao mercado, aumento da produtividade e da competitividade, na diminuição do papel do Estado na economia, no reforço do papel das agências reguladoras, e no aumento da poupança interna.

A Emenda Constitucional nº 95, aprovada em dezembro pelo Congresso Nacional, impôs limites ao crescimento da despesa pública primária do governo central, que ficará limitada à taxa de inflação do período imediatamente anterior (a partir de 2018, o período de apuração será o de 12 meses encerrado em junho do ano anterior. Em 2017, excepcionalmente, o limite será dado pela inflação em 12 meses encerrada em dezembro de 2016).

A estabilidade da despesa primária, em termos reais, e o gradualismo do ajuste, assegura que essa reforma seja economicamente benéfica e socialmente viável.

Além disso, a implementação dessa medida permitirá a queda das despesas primárias em relação ao PIB. A reforma disciplinará as

decisões fiscais: qualquer despesa adicional deverá necessariamente ser compensada por uma redução de outras despesas, estabelecendo, de forma clara, os custos e benefícios das decisões sobre despesas públicas.

Outra reforma crucial para o Brasil será a reforma da Previdência, apresentada ao Congresso Nacional. Essa reforma permitirá frear o aumento do peso relativo dos benefícios da Seguridade Social e da Assistência Social nos gastos primários do Governo.

O Projeto Crescer, por sua vez, busca aumentar o investimento privado e estimular o financiamento de longo prazo na economia. Foi anunciada a concessão ou venda de 34 projetos nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração, assim como condições mais atrativas ao investimento privado (como aumento das taxas de retorno e eliminação compulsória de empresas públicas nos leilões). No âmbito do projeto, foi oficializado o uso de debêntures no financiamento dos projetos incluídos no Programa de Parcerias de Investimento.

O Governo ofereceu, em 2016, a possibilidade de regularização de remessas para o exterior que foram feitas sem o pagamento apropriado de impostos. O programa foi bem-sucedido, representando um aumento de receita de R\$ 47 bilhões (parte desse valor foi revertida a receitas primárias em 2016, enquanto o restante foi destinado aos Estados e Municípios e à cobertura de restos a pagar).

Por fim, o Governo introduziu uma agenda de medidas microeconômicas visando a aumentar a produtividade e reduzir a burocracia, abordando questões como o crédito imobiliário, regularização de passivos por pessoas físicas e jurídicas, redução do spread bancário, microcrédito produtivo, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), simplificação de procedimentos para o comércio exterior, dentre outras.

Do ponto de vista da economia internacional, foi mais um ano de frustração das expectativas sobre o crescimento da economia mundial. Ao longo de 2016, as expectativas de crescimento para o ano foram reduzidas de 3,4% para 3,1% e, para 2017, de 3,6% para 3,4%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

#### 1.1.1. Política Monetária, Creditícia e Cambial

O combate ao processo inflacionário, por meio de uma política econômica consistente e crível, foi uma das conquistas do novo Governo. A inflação elevada gera distorções econômicas e efeitos adversos sobre o bem estar da população, contribuindo para ampliar a desigualdade social.

Por isso, a redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,7% em 2015 para 6,3% em 2016, abaixo do teto da meta de inflação estipulada para o ano, deve ser vista no contexto de um compromisso com a estabilidade econômica, com o desenvolvimento do País, e com a busca da recuperação do emprego e da renda.

A melhora no IPCA foi generalizada, com queda na inflação em oito dos nove grupos observados. Apesar do regime irregular de chuvas durante o ano, com a seca afetando algumas regiões do País, o grupo alimentação e bebidas, o de maior peso no IPCA, foi um dos que apresentaram redução, passando de 12,01% para 8,61%.

De forma mais ampla, boa parte da melhora no IPCA pode ser atribuída aos preços administrados, que encerraram 2016 com alta de 5,50%, ante 18,07% de 2015.

Outro destaque foram os preços de serviços, que passaram de 8,12% para 6,47%, ficando abaixo de 6,50% pela primeira vez desde 2009.

Com o processo de convergência da inflação à meta, o Banco Central do Brasil (BCB) reduziu a taxa básica do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) pela primeira vez desde outubro de 2012. A trajetória de redução dos juros, e, portanto, do custo do crédito, trará efeitos positivos sobre as finanças das famílias e das empresas, permitindo recuperação mais célere do consumo, da produção e do investimento.

Com efeito, a recessão impactou o mercado de crédito brasileiro, que contraiu em 2016 com empresas e famílias buscando reduzir suas dívidas. No ano, o saldo total das carteiras de crédito do Sistema Financeiro Nacional recuou 3,5%, reduzindo-se também como proporção do PIB, passando de 53,7% em dezembro de 2015 para 49,3% em dezembro de 2016.

Os saldos de crédito livre e direcionado registraram quedas de 4,9% e 2,0%, respectivamente. A participação dos bancos públicos teve pequeno recuo, ficando em 55,7% do crédito total em dezembro de 2016, ante 55,8% em dezembro de 2015. Destaca-se ainda, nesse período, a continuidade do crescimento anual, porém em ritmo menos acentuado que o período anterior, do saldo de financiamento habitacional que, em dezembro de 2016 alcançou 19,5% do crédito total.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro atingiu 32,0% a.a. em dezembro de 2016, apresentando um aumento de 2,3 p.p. em comparação a dezembro de 2015. A taxa alcançou 52,0% a.a. no segmento de crédito livre e 10,7% a.a. no crédito direcionado. O spread bancário médio, por sua vez, situou-se em 22,6% a.a. (40,1% a.a. para as operações com recursos livres e 3,8% a.a. para as operações com recursos direcionados).

Já as concessões de crédito apresentaram queda de 8,2% no acumulado do ano. Considerando a mesma base de comparação, as concessões para créditos livres recuaram 6,3%, e aquelas para o crédito direcionado, 22,3%. O prazo médio das concessões de crédito chegou a 115,1 meses, alcançando 42,0 meses para as operações com recursos livres e 174,7 meses para as operações com recursos direcionados.

Dentre as medidas de crédito implementadas, importante destacar a Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016, que passou a permitir o uso de parte dos recursos das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória como garantia de empréstimos consignados em folha por trabalhadores do setor privado. A garantia prevista na referida Lei alcança até 10% do saldo individual das contas vinculadas, sob bases individuais, e até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa.

A expectativa é que referida medida produza efeitos na redução da inadimplência, bem como na convergência das taxas médias praticadas para o segmento - setor privado - para aquelas praticadas para os trabalhadores do setor público, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Como incentivo ao crédito imobiliário, destacaram-se a autorização da faixa 1,5 do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e a resolução nº 4.526 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A primeira medida beneficiou as famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2.350, que passaram a contar com subsídios de até R\$ 45.000, além de juros reduzidos, de 5% a.a. Já a segunda estendeu por mais um ano, até setembro de 2017, a ampliação do limite do valor de avaliação de imóveis residenciais novos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. Assim, imóveis avaliados em até R\$ 1,5 milhão continuarão contando com recursos direcionados da poupança, que permitem taxas de juros menores em seus financiamentos.

O câmbio refletiu, em parte, a melhora da confiança por parte de investidores nacionais e internacionais. Com a troca de Governo e a mudança na condução da política econômica, as incertezas sobre o País foram gradualmente se dissipando, com o real registrando valorização no decorrer do ano. Assim, o dólar norte-americano, que chegou a ser cotado a R\$ 4,16 em janeiro de 2016, encerrou o ano em R\$ 3,26.

Outro resultado da política econômica em 2016 foi a consolidação do ajuste nas contas externas, com destaque para o saldo comercial, que passou de US\$ 19,7 bilhões em 2015 para US\$ 47,7 bilhões em 2016.

Embora o cenário externo continue permeado de incertezas, com fraca expansão das principais economias e do comércio internacional, o volume das exportações brasileiras aumentou em 3,3% no ano.

A melhora na balança comercial contribuiu para acelerar a redução do déficit em transações correntes, que passou de US\$ 58,9 bilhões em 2015 para US\$ 23,5 bilhões em 2016. Como proporção do PIB, o déficit reduziu-se em dois pontos percentuais em 2016, passando de 3,3% para 1,3%. Assim, o financiamento do déficit em transações correntes ficou ainda mais confortável em 2016, uma vez que os Investimentos diretos no País totalizaram US\$ 78,9 bilhões, o equivalente a 4,4% do PIB. Adicionalmente, as reservas internacionais continuaram elevadas, encerrando o ano em US\$ 372,2 bilhões, sendo mais uma fonte de segurança sobre a capacidade da economia brasileira de enfrentar choques externos.

### 1.1.2. Políticas de Investimento e Infraestrutura

Dando sequência ao conjunto de medidas voltadas para impulsionar as concessões públicas, provendo maior segurança jurídica e estabilidade regulatória, além de viabilizar ambiente propício à concretização dos investimentos privados, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, regulamentou novas condições para a aprovação de projetos de investimentos na área de infraestrutura considerados prioritários, para os fins dos benefícios fiscais dispostos no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

O art. 2º da Lei nº 12.431/2011, determina que os investidores de Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários e cotas de emissão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Instrumentos Incentivados - emitidos com o objetivo de captar recursos para investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa e que sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal, estarão sujeitos a Imposto de Renda com alíquotas reduzidas, de 0% a 15%, respeitadas as demais condições da Lei. Com a criação do referido benefício, o Governo buscou incentivar, via mercado de capitais, uma alternativa privada de financiamento dos projetos estruturantes.

A principal inovação trazida pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, foi a inclusão dos projetos que sejam objeto de processo de concessão, permissão, arrendamento, autorização ou parceria público-privada, nos termos da Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e que integrem o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, dentre aqueles que possam ser considerados como “investimentos prioritários” e, portanto, possam ser financiados por “Debêntures de Infraestrutura”. Até a emissão do Decreto, somente Sociedades de Propósito Específico (SPE) podiam pleitear o benefício da Lei nº 12.431/2011.

A nova regulamentação foi além, considerando “automaticamente” prioritários referidos projetos incluídos no PPI, não necessitando, portanto, de aprovação do ministério setorial responsável. Ademais, o Decreto nº 8.874/2016, esclarece a utilização dos recursos captados por meio da emissão de debêntures de infraestrutura para o pagamento de outorgas.

É neste contexto que o Governo Federal “oficializa” o uso das debêntures de infraestrutura no financiamento de projetos incluídos no PPI e, ainda, provê as condições para o fortalecimento do mercado privado de financiamento de longo prazo. Ademais, reforça a intenção de reduzir a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de projetos de investimento nas áreas de infraestrutura, com consequente redução do custo fiscal associado a tais financiamentos.

### 1.1.3. Políticas Fiscal e Tributária

O ano de 2016 foi marcado pelo agravamento da crise fiscal e pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, visando a atacar a principal força motriz da crise nas finanças públicas: o crescimento insustentável da despesa pública primária.

Assim, o Governo começou a implementar medidas estruturais importantes para combater a crise de confiança sobre as contas públicas e a trajetória da dívida.

Para entender a crise fiscal, cabe notar que, de 1997 a 2016, a despesa primária do Governo Central aumentou de 14% do PIB para 19,7%. A elevação em 5,7 p.p. se deveu principalmente ao aumento das despesas previdenciárias em 3,1 p.p. e à elevação de outras despesas obrigatórias, que cresceram 2,1 p.p., com menor crescimento das discricionárias (0,6 p.p.).

Por outro lado, as receitas primárias líquidas de transferências cresceram de 14,2% do PIB para 17,3% no mesmo período, uma variação de 3,1 p.p..

Além disso, de 2010 para 2016, a receita apresentou uma tendência declinante. Aliando o fraco desempenho na arrecadação a uma dinâmica resiliente nas despesas, atingiu-se um déficit de 2,4% do PIB para o Governo Central e de 2,5% para o setor público, o terceiro ano consecutivo de déficits primários. Dessa forma, a Dívida Líquida do Setor Público atingiu 45,9% do PIB em 2016 e a Dívida Bruta do Governo Geral terminou o ano em 69,5% do PIB.

Nesse contexto, instituiu-se o Novo Regime Fiscal, um novo quadro de política fiscal capaz de controlar o crescimento contínuo da despesa primária, buscando retomar a confiança dos agentes econômicos a respeito da trajetória da dívida pública.

O Novo Regime Fiscal estabelece que, a partir de 2017, as despesas primárias da União fiquem limitadas ao que foi gasto no ano anterior corrigido pela inflação, mantendo as despesas reais constantes.

O fator de correção estabelecido para o ano de 2017 foi fixado em 7,2% e a despesa primária sujeita ao teto<sup>1</sup> apurada pelo critério de “valor pago” totalizou R\$ 1.214,4 bilhões em 2016.

Desta forma, a despesa primária sujeita ao teto não poderá passar de R\$ 1.301,8 bilhões em 2017. Para 2018 em diante, esse valor será corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses findos em junho de cada ano anterior ao ano de referência da lei orçamentária correspondente.

Limitando o crescimento real da despesa primária por 20 anos, o Novo Regime Fiscal aumentará a previsibilidade da política macroeconômica e a confiança dos agentes, induzirá uma queda gradual no gasto público como proporção do PIB, e reduzirá o risco-país, abrindo espaço para uma redução estrutural das taxas de juros. Contudo, a revisão da regra de correção dos limites após o décimo ano de sua vigência.

Cabe ressaltar que a Emenda Constitucional nº 95 estabeleceu pisos para Saúde e Educação igualmente atrelados à inflação. Em particular, para 2017, o mínimo para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino permanecerá na regra atual de 18% da Renda Líquida de Impostos, ao passo que o gasto mínimo com Ações e Serviços Públicos de Saúde foi majorado de 13,5% da Receita Corrente Líquida para 15%, por volta de R\$ 10 bilhões a mais.

<sup>1</sup> Algumas despesas são desconsideradas para fins de apuração do teto. São elas: transferências constitucionais, créditos extraordinários, despesas com eleições e despesas com aumento de capital de empresas estatais.

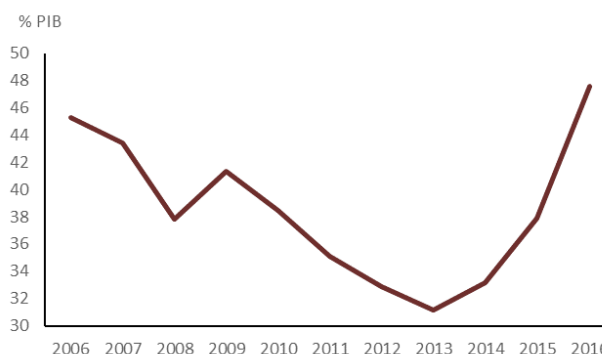
A partir de 2018, os pisos passarão a seguir a mesma correção que a despesa total, nada impedindo, entretanto, que os gastos em Educação e Saúde ultrapassem seus respectivos mínimos, bastando que demais despesas cresçam abaixo da inflação para compensar.

#### 1.1.4. Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal

O endividamento público mostrou tendência de elevação em 2016, influenciada pelo crescimento do déficit primário. A dívida líquida do Governo Geral (Governo Federal, governos estaduais, Distrito Federal e governos municipais) alcançou R\$ 2.995 bilhões, 47,5% do PIB em 2016, elevando-se 9,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Com isso, manteve-se a trajetória de aumento da relação entre o endividamento líquido do Governo Geral e o PIB, iniciada em 2014.

##### DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO GERAL

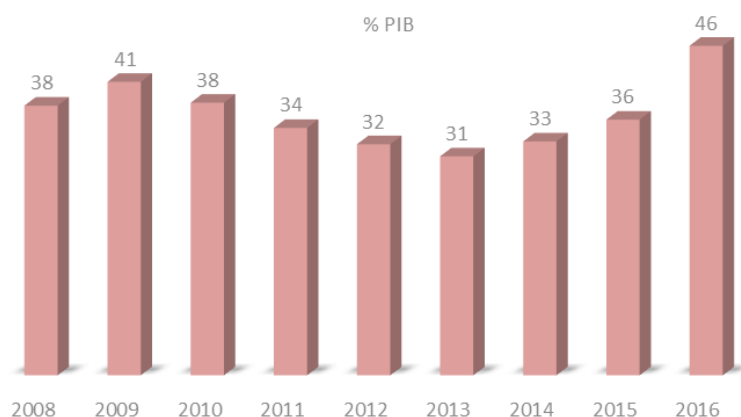


Fonte: Banco Central do Brasil.

Trajetória semelhante foi descrita pela Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que alcançou R\$ 2.892,3 bilhões em 2016, 45,9% do PIB, crescimento de 10,3 p.p. em relação ao ano anterior, e a terceira elevação consecutiva em bases anuais.

O aumento da relação DLSP/PIB no ano decorreu do impacto da incorporação de juros nominais (aumento de 6,5 p.p.), da valorização cambial de 16,5% registrada no período (aumento de 3,2 p.p.), que contribuiu para reduzir o estoque credor líquido indexado ao câmbio, e do déficit primário (aumento de 2,5 p.p.). Por outro lado, o efeito do crescimento do PIB nominal contribuiu para reduzir a relação em 1,7 p.p.

## DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA – FATORES CONDICIONANTES

DISCRIMINAÇÃO	2014		2015		2016	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	MILHÕES	PIB	MILHÕES	PIB	MILHÕES	PIB
DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL – SALDO	1 883 147	32,6	2 136 888	35,6	2 892 913	45,9
FLUXOS	ACUMULADOS NO ANO					
VAR. DLSP	256 812	2,1	253 741	3,0	756 025	10,3
FATORES	256 812	4,4	253 741	4,2	756 025	12,0
NFSP	343 916	6,0	613 035	10,2	562 815	8,9
PRIMÁRIO	32 536	0,6	111 249	1,9	155 791	2,5
JUROS NOMINAIS	311 380	5,4	501 786	8,4	407 024	6,5
AJUSTE CAMBIAL	-96 075	-1,7	-385 743	-6,4	198 558	3,2
DÍVIDA INTERNA1/	-2 835	-0,0	-16 568	-0,3	4 306	0,1
DÍVIDA EXTERNA	-93 239	-1,6	-369 175	-6,2	194 252	3,1
OUTROS2/	12 481	0,2	21 830	0,4	-2 024	-0,0
RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS	-3 511	-0,1	4 619	0,1	-2 441	-0,0
PRIVATIZAÇÕES	0	0	0	0	-882	-0,0
EFEITO CRESCIMENTO PIB		-2,4		-1,2		-1,7

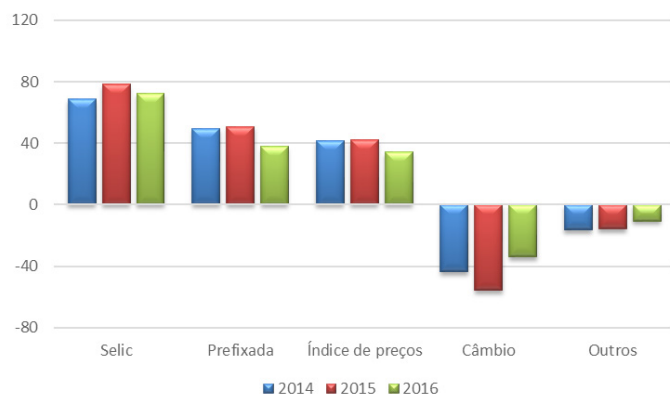
Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

Analisando-se a composição da DLSP por indexador em 2016, destaca-se a redução de 21,8 p.p. na parcela credora vinculada ao câmbio, que alcançou 33,9% do total, tendo contribuído para isso a já mencionada valorização cambial ocorrida no ano. Assinale-se também a redução de 12,9 p.p. na parcela devedora pré-fixada, que passou para 37,9% do total do endividamento líquido do setor público.

### DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



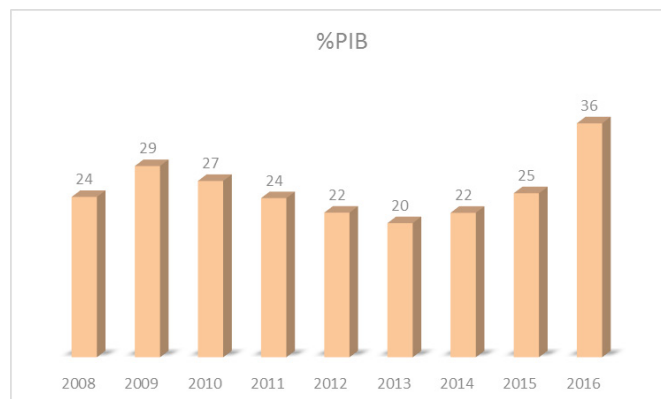
A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$ 4.378,5 bilhões em 2016, 69,5% do PIB, elevando-se 4 p.p. do PIB no ano. Contribuíram para essa elevação, os juros nominais apropriados sobre o endividamento bruto (aumento de 8,1 p.p.) e o reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), contrabalançados, parcialmente, pelo resgate líquido de dívida (redução de 0,3 p.p.), pelo efeito da valorização cambial sobre os passivos indexados ao câmbio (redução de 0,8 p.p.), e pelo crescimento do PIB nominal (redução de 3,1 p.p.).

A dívida líquida do Governo Federal alcançou R\$ 2.247,5 bilhões, 35,7% do PIB em 2016, elevando-se 10,7 p.p do PIB em relação ao ano anterior.

A dívida mobiliária federal, principal componente do endividamento líquido, totalizou R\$ 2.986,4 bilhões, 47,4% do PIB, registrando elevação de 3,2 p.p. em relação ao período anterior.

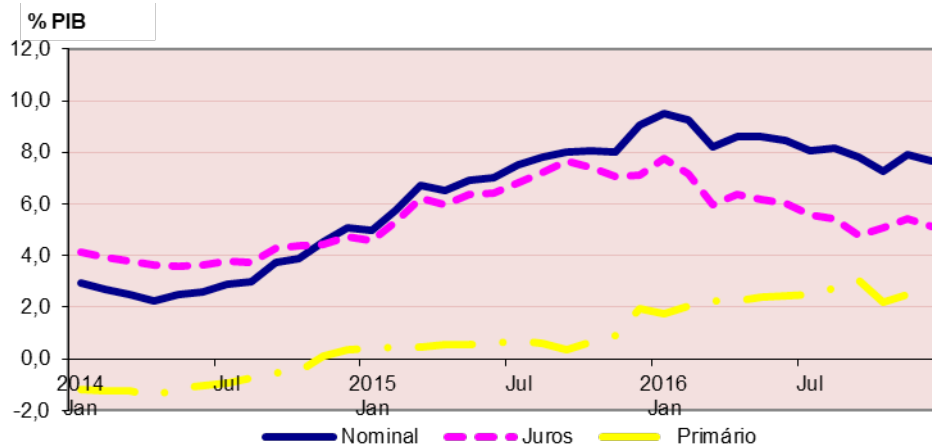
O prazo médio dos títulos federais encerrou 2016 mantendo-se praticamente estável quando comparado ao final do ano anterior (53,24 meses em 2016, comparativamente a 53,25 meses em 2015). A estrutura de vencimento da dívida mobiliária federal em mercado no final de 2016 era a seguinte: 14,1% do total com vencimento em 2017; 14,5% com vencimento em 2018; e 71,4% do total, vencendo a partir de 2019.

### DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



O déficit nominal do setor público reduziu-se 1,3 p.p., alcançando 8,93% do PIB em 2016. Considerando especificamente o Governo Federal (incluindo a Previdência Social), o déficit nominal passou de R\$ 544,2 bilhões, 9,07% do PIB em 2015, para R\$ 481,7 bilhões, 7,65% do PIB em 2016. Houve reduções também nos déficits dos governos regionais (redução de 0,24 p.p., para 1,24% do PIB) e das empresas estatais (redução de 0,06 p.p., para 0,10% do PIB).

### NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil.  
(+) Déficit; (-) Superávit  
Fluxos acumulados em 12 meses

### 1.1.5. Dívida Consolidada Líquida sob a ótica do Banco Central

Inicialmente, deve-se registrar que o Banco Central não calcula a Dívida Consolidada Líquida da União, conforme definida no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), tendo em vista que a Autarquia segue metodologia distinta da prevista naquela Lei.

O principal indicador de endividamento líquido divulgado pelo Banco Central é a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que engloba passivos e ativos financeiros do setor público (não financeiro) brasileiro, incluindo a União, os governos regionais e as empresas estatais das três esferas de governo.

Como foi apontado, a DLSP alcançou R\$ 2.892,3 bilhões em 2016, 45,9% do PIB, crescimento de 10,3 p.p. em relação ao ano anterior.

No caso do Governo Federal, o endividamento líquido, também como antes informado, alcançou R\$ 2.247,5 bilhões, 35,7% do PIB em 2016, elevando-se 10,7 p.p do PIB em relação ao ano anterior.

### 1.1.6 Metas Fiscais e Resultados Primário e Nominal Alcançados no Exercício

O setor público consolidado registrou deficit primário de R\$ 155,8 bilhões (2,47% do PIB) em 2016, comparativamente a deficit de R\$ 111,2 bilhões (1,85% do PIB) em 2015.

Com esse resultado, cumpriu-se a meta de resultado primário para o setor público consolidado estabelecida para o ano, definida na Lei nº 12.242/2015, com redação dada pela Lei nº 13.291/2016 (deficit de R\$ 163,9 bilhões).

O Governo Central e as empresas estatais registraram deficits respectivos de R\$ 159,5 bilhões (2,53% do PIB) e R\$ 983 milhões (0,02% do PIB), enquanto os governos regionais registraram superavit de R\$ 4,7 bilhões

(0,07% do PIB). Ressalte-se a elevação no deficit do Governo Central na comparação anual, equivalente a 0,59 p.p. do PIB.

#### NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO RESULTADO PRIMÁRIO

SEGMENTO	2014		2015		2016	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	BILHÕES	PIB	BILHÕES	PIB	BILHÕES	PIB
GOVERNO CENTRAL	20,5	0,4	116,7	1,9	159,5	2,5
GOVERNOS REGIONAIS	7,8	0,1	-9,7	-0,2	-4,7	-0,1
EMPR. ESTATAIS	4,3	0,1	4,3	0,1	1,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>32,5</b>	<b>0,6</b>	<b>111,2</b>	<b>1,9</b>	<b>155,8</b>	<b>2,5</b>

Fonte: Banco Central do Brasil. (-) Deficit; (+) Superavit.

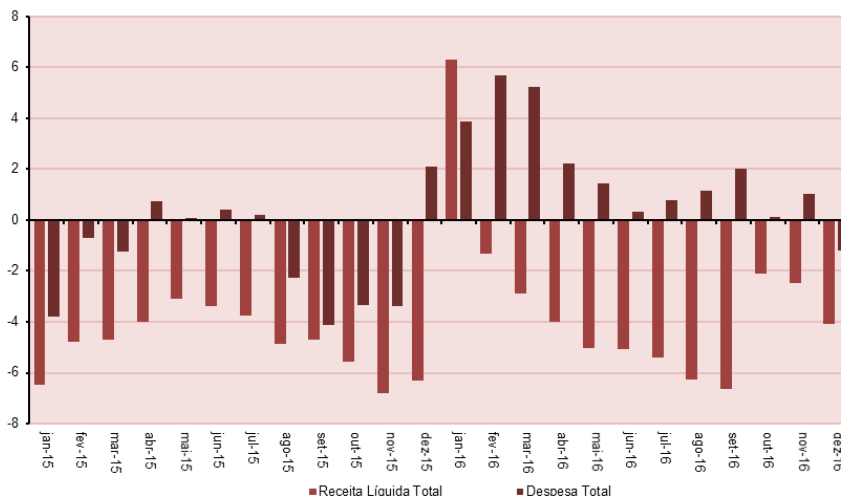
O impacto da retração no nível de atividade nas contas públicas influenciou, em grande medida, o resultado fiscal em 2016. Em termos reais, considerando valores corrigidos pelo IPCA, a receita líquida do Governo Central reduziu-se 4,1% no ano, e as despesas, 1,2%.

O decréscimo nas receitas ocorreu a despeito da arrecadação extraordinária de R\$ 46,8 bilhões, relativa à repatriação prevista na Lei nº 13.254/2016 (RERCT), sem contrapartida no ano anterior.

Destacaram-se as reduções, em termos reais, de 78,1% na arrecadação de dividendos e participações e de 25,9% na cota parte de compensações financeiras, influenciada, nesse último caso, pela queda no preço internacional do petróleo.

No caso das despesas, destacou-se a redução de 58,3% nos gastos com subsídios e subvenções, decorrente, principalmente, da regularização do pagamento de passivos em dezembro de 2015 (no âmbito dos Acórdãos do TCU nº 825/2015 e nº 3.297/2015).

#### CRESCIMENTO REAL (IPCA) DE DESPESAS E RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL VARIACÃO ACUMULADA ATÉ O MÊS EM REFERÊNCIA (%)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 149,7 bilhões (2,38% do PIB) em 2016, elevando-se 0,95 p.p. do PIB na comparação com o ano anterior. Essa trajetória decorreu da queda real de 5,9% na arrecadação líquida da Previdência Social e do incremento de 7,2% nos benefícios previdenciários, refletindo, esse último, a elevação de 3% no valor médio real dos pagamentos e o aumento de 2,7% no número médio de benefícios emitidos.

Os juros nominais do setor público, apropriados por competência, apresentaram redução de 1,9 p.p. do PIB em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 407 bilhões (6,46% do PIB) em 2016.

Contribuíram para a redução dos juros apropriados no ano o resultado favorável das operações de swap cambial (ganho de R\$ 75,6 bilhões), relativamente ao resultado desfavorável no ano anterior (perda de R\$ 89,7 bilhões), e a redução dos índices de preços, que servem como base para correção de parcela significativa do endividamento líquido.

No caso do Governo Central, os juros nominais alcançaram R\$ 318,7 bilhões (5,05% do PIB) em 2016, ante R\$ 397,2 bilhões (6,62% do PIB) em 2015, evolução influenciada também pelo resultado favorável das operações de swap cambial e pela redução nos índices de preços. No caso dos governos regionais, cuja maior parte dos passivos decorrem de

refinanciamentos de dívidas com a União, sendo corrigidos pelo IGP-DI, a redução desse índice de preços em 2016, relativamente ao ano anterior (7,15% em 2016 ante 10,68% em 2015), contribuiu para que os juros nominais dessa esfera de governo registrassem diminuição equivalente a 0,33 p.p. do PIB, alcançando R\$ 83,1 bilhões (1,32% do PIB).

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que incluem o resultado primário e os juros nominais apropriados por competência, registraram déficit de R\$ 562,8 bilhões (8,93% do PIB) em 2016, comparativamente a R\$ 613 bilhões (10,22% do PIB) no ano anterior.

No Governo Central, houve redução do déficit nominal equivalente a 0,98 p.p., para 7,58% do PIB. No âmbito dos governos regionais, o déficit nominal reduziu-se de 1,48% do PIB em 2015 para 1,24% em 2016. No segmento das empresas estatais, o resultado deficitário reduziu-se 0,06 p.p. no período, passando para 0,10% do PIB.

O déficit nominal do setor público no ano foi financiado com expansões de R\$ 469,2 bilhões na dívida mobiliária, de R\$ 79,3 bilhões na dívida bancária líquida e de R\$ 18,5 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 4,1 bilhões no financiamento externo líquido.

## 1.2. MOEDA E CRÉDITO

### 1.2.1. Aspectos Gerais

A evolução dos agregados monetários esteve alinhada à retração da atividade econômica, à contenção do consumo das famílias e à manutenção de política monetária restritiva até o terceiro trimestre de 2016.

Observou-se a redução dos meios de pagamento M1, considerando-se dados deflacionados e dessazonalizados, assim como a preferência pelos componentes dos agregados monetários mais amplos (M3 e M4), em consonância com a demanda por ativos indexados à taxa básica de juros.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro registrou declínio, em cenário de redução da atividade econômica, com impactos significativos na demanda de recursos para consumo e investimento, assim como na oferta, em razão do aumento da percepção de risco pelo sistema financeiro.

Destacou-se a redução do crédito às empresas, cuja inadimplência aumentou no período. No crédito às famílias, a retração foi menos pronunciada, com níveis de atrasos estáveis ao longo do ano.

### 1.2.2. Agregados Monetários

A base monetária ampliada, indicador do passivo monetário e em títulos da dívida mobiliária federal de alta liquidez, que agrega à base monetária restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central do Brasil registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), alcançou R\$ 4,6 trilhões ao final de dezembro, registrando crescimento de 10,9% em 2016. Esse desempenho esteve associado, principalmente, à atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada mantiveram-se estáveis ao longo do ano de 2016, situando-se ambos em 1,3 ao final do período.

A média dos saldos diários dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R\$ 340,8 bilhões no final de dezembro, com avanço anual de 2,6%, traduzindo os acréscimos de 3,5% no papel-moeda em poder do público e de 1,3% nos depósitos à vista. Utilizando dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 retrocedeu 3,5% em relação a dezembro de 2015.

O conceito M2 cresceu 3,7% em 2016, ante 6,3% no ano anterior, atingindo R\$ 2,4 trilhões. O saldo de títulos emitidos pelas instituições financeiras aumentou 5,1% em 2016 (13,9% em 2015), refletindo captações líquidas de R\$ 11,8 bilhões em depósitos a prazo, ante resgates líquidos de R\$ 55,9 bilhões em 2015.

Da mesma forma, o saldo dos depósitos de poupança expandiu-se 0,9% em 2016, porém registrando resgates líquidos de R\$ 40,7 bilhões.

O M3 elevou-se 11% no ano (10,2% em 2015), alcançando R\$ 5,3 trilhões em dezembro. Entre seus componentes, as quotas de fundos de investimento cresceram 20,2% (15,3% em 2015), com captações líquidas de R\$ 144,7 bilhões. O M4, que corresponde ao M3 acrescido dos títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevação de 10,8% no ano (11,2% em 2015), totalizando R\$ 6,2 trilhões. As projeções estabelecidas pela programação monetária foram cumpridas, conforme o quadro a seguir:

#### RESULTADOS PREVISTOS PELA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA E OCORRIDOS EM 2016<sup>1/</sup>

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO		OCORRIDO	
	R\$ BILHÕES	VARIACÃO PERCENTUAL	R\$ BILHÕES	VARIACÃO PERCENTUAL
		EM 12 MESES <sup>2/</sup>		EM 12 MESES
M1 <sup>3/</sup>	316,0-370,9	3,3	340,8	2,6
BASE RESTRITA <sup>3/</sup>	228,3-308,8	4,8	265,4	3,5
BASEAMPLIADA <sup>4/</sup>	4342,5-5097,7	12,9	4636,4	10,9
M4 <sup>4/</sup>	5307,4-7180,6	12,4	6154,3	10,8

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais, considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

### 1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2016, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R\$ 31,3 bilhões, correspondentes a resgates de R\$ 709,6 bilhões e colocações de R\$ 678,2 bilhões.

As operações de troca realizadas em 2016 totalizaram R\$ 6,3 bilhões, com resgates antecipados de R\$ 1,4 bilhão.

Com o objetivo de manter a taxa Selic próximo à meta determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central realizou operações compromissadas com saldo médio diário de R\$ 1.082,1 bilhões em dezembro de 2016, superando em 17,5% o montante verificado em dezembro de 2015.

As operações compromissadas tiveram seus prazos alterados ao longo do ano. As operações de duas semanas a três meses recuaram de 50% em 2015 para 66% em 2016, ao passo que aquelas com prazo de três a sete meses passaram de 22% para 17%. Já as operações de curtíssimo prazo encerraram o ano com participação de 17%, ante 28% em 2015.

### 1.2.4. Operações de Crédito

O saldo total do crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 3.107 bilhões em dezembro de 2016, com redução de 3,5% no ano, ante expansões de 6,7% em 2015 e 11,3% em 2014. A razão crédito/PIB atingiu 49,3%, após recuo de 4,4 p.p. As carteiras destinadas às pessoas jurídicas e físicas totalizaram, na ordem, R\$ 1.546 bilhões e R\$ 1.561 bilhões, variações de -9,5% e +3,2% no ano (+6,3% e +7,1%, respectivamente, no ano anterior).

O saldo das operações de crédito dos bancos públicos alcançou R\$ 1.730 bilhões (-3,7% no ano), enquanto o das instituições privadas totalizou R\$ 1.377 bilhões, com retração de 3,2% no ano.

#### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO R\$ BILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016	VARIÇÃO %	
				2015	2016
TOTAL	3.017,5	3.219,4	3.106,5	6,7	-3,5
RECURSOS LIVRES	1.576,2	1.637,3	1.556,5	3,9	-4,9
RECURSOS DIRECIONADOS	1.441,3	1.582,2	1.550,0	9,8	-2,0
PARTICIPAÇÃO %:					
TOTAL/PIB	52,2	53,7	49,3		
RECURSOS LIVRES/PIB	27,3	27,3	24,7		
RECURSOS DIRECIONADOS/PIB	24,9	26,4	24,6		

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os financiamentos com recursos direcionados somaram R\$ 1.550 bilhões (recuo de 2,0% no ano), prosseguindo em desaceleração, em função, principalmente, da contenção da demanda por investimentos. Nos créditos destinados ao setor produtivo destacou-se a redução de 12,8% no saldo das operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No crédito com recursos direcionados para as famílias, os financiamentos imobiliários cresceram 7%, ante expansão de 15,7% em 2015. O crédito rural somou R\$ 242,2 bilhões, aumento anual de 4,8%.

#### CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS R\$ BILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016	VARIÇÃO %	
				2015	2016
TOTAL	1.441,3	1.582,2	1.550,0	9,8	-2,0
PESSOAS JURÍDICAS	812,0	875,3	798,3	7,8	-8,8
BNDES	595,2	633,4	552,3	6,4	-12,8
IMOBILIÁRIO	66,2	72,7	71,3	9,8	-2,0
RURAL	74,3	77,4	79,7	4,2	3,0
DEMAIS	76,3	91,8	95,1	20,4	3,5
PESSOAS FÍSICAS	629,3	706,9	751,7	12,3	6,3
BNDES	43,2	46,0	48,7	6,6	5,7
IMOBILIÁRIO	431,6	499,6	534,4	15,7	7,0
RURAL	146,1	153,7	162,5	5,2	5,7
DEMAIS	8,4	7,5	6,1	-10,4	-17,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

O crédito com recursos livres (50,1% da carteira total do sistema financeiro) atingiu R\$ 1.557 bilhões em dezembro, declinando 4,9% no ano (ante expansões de 3,8% em 2015 e de 4,6% em 2014).

A retração anual foi determinada pelo recuo de 10,2% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$747 bilhões), sobressaindo a redução de 12,3% no saldo dos empréstimos de capital de giro (que correspondem a 44,5% do segmento).

Outros destaques foram as reduções em conta garantida e nas modalidades vinculadas ao comércio exterior, como adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos a exportações.

O crédito livre para pessoas físicas somou R\$ 809 bilhões (+0,5% no ano), destacando-se as retrações nas carteiras de crédito pessoal não consignado e aquisição de veículos.

#### CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES R\$ BILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016	VARIÇÃO %	
				2015	2016
TOTAL	1.576,2	1.637,3	1.556,5	3,9	-4,9
PESSOAS JURÍDICAS	793,4	832,0	747,4	4,9	-10,2
CAPITAL DE GIRO	392,4	378,7	332,2	-3,5	-12,3
CONTA GARANTIDA	45,5	39,9	32,6	-12,2	-18,4
ACC	52,5	67,3	58,4	28,0	-13,2
FINANC. A EXPORTAÇÕES	57,5	68,4	64,5	19,0	-5,8
DEMAIS	245,5	277,9	259,7	13,2	-6,5
PESSOAS FÍSICAS	782,8	805,3	809,1	2,9	0,5
CRÉDITO PESSOAL	353,1	380,0	389,3	7,6	2,4
DO QUAL: CONSIGNADO	252,2	273,9	288,7	8,6	5,4
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	184,1	161,1	143,6	-12,5	-10,9
CARTÃO DE CRÉDITO	160,8	172,7	184,0	7,3	6,6
CHEQUE ESPECIAL	24,5	24,6	23,2	0,2	-5,7
DEMAIS	60,3	67,0	69,0	11,4	3,0

Fonte: Banco Central do Brasil.



O saldo das operações contratadas pela indústria decresceu 10,3% no ano, somando R\$ 747 bilhões, com declínios de 13% no crédito para a indústria de transformação e de 10,2% nos financiamentos para a construção. Os serviços industriais de utilidade pública cresceram 0,7%, mas com menor dinamismo nas contratações em infraestrutura. Os créditos ao setor de serviços totalizaram R\$ 741 bilhões, recuando 8,1%, com reduções no crédito ao comércio e para transportes.

Os financiamentos ao setor público totalizaram R\$ 236 bilhões ao final de dezembro, com queda anual de 9,5%. O crédito ao setor privado recuou 3%. A dívida bancária do Governo Federal apresentou contração de 22,6%, enquanto a dos Estados e Municípios cresceu 2,2%.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro - computadas as operações com recursos livres e direcionados - registrou elevação de 2,2 p.p. no ano (+6,1 p.p. em 2015), atingindo 32% a.a. em dezembro. No crédito com recursos livres, a taxa média situou-se em 52% a.a., avançando 4,7 p.p., enquanto no crédito direcionado, subiu 0,9 p.p., alcançando 10,7% a.a.

Nas operações para pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 41,5% a.a. em dezembro, após elevação anual de 3,6 p.p. (+7,2 p.p. em 2015).

Nas contratações com recursos livres, o custo médio aumentou 7,8 p.p., atingindo 71,5% a.a. Sobressairam as elevações em cartão de crédito rotativo (+53,2 p.p.), cheque especial (+41,6 p.p.) e crédito pessoal não consignado (+21,7 p.p.). No crédito direcionado, a taxa aumentou 0,7 p.p., para 10,4% a.a.

Nos empréstimos às empresas, a taxa média de juros recuou 0,6 p.p. (+4,2 p.p. em 2015), situando-se em 20,1% a.a. Nas operações com recursos livres, a taxa atingiu 28,2% a.a. (declínio de 1,6 p.p.), com destaque para a redução de 3,6 p.p. nas operações de capital de giro. Nas concessões com recursos direcionados, a taxa média alcançou 11% a.a. (+1 p.p. no ano).

O spread bancário situou-se em 22,5 p.p. em dezembro de 2016 (+3,9 p.p. no ano). Os indicadores relativos a pessoas físicas e jurídicas aumentaram respectivamente 5,3 p.p. e 1,2 p.p., para 31,9 p.p. e 10,9 p.p. A taxa de inadimplência, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, aumentou 0,3 p.p. em 2016, situando-se em 3,7% em dezembro, com aumento de 0,9 p.p. no crédito a pessoas jurídicas e redução de 0,3 p.p. nos créditos a pessoas físicas.

### 1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Visando à adequação às recomendações internacionais sobre bancos sistematicamente importantes, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou em junho de 2016 a Resolução nº 4.502, tornando obrigatória a definição do escopo do plano de recuperação a bancos múltiplos, comerciais, de investimento e caixas econômicas, cuja razão Exposição Total/PIB seja superior a 10%.

A elaboração do plano de recuperação deve incluir todas as entidades do conglomerado prudencial e grupo econômico - neste último, se as entidades desempenharem atividades que possam comprometer a estabilidade das instituições financeiras a elas associadas. Os planos de recuperação deverão ser elaborados anualmente pelas instituições financeiras, com revisão a cada três anos.

Seguindo as recomendações de Basiléia, o Banco Central do Brasil aprovou a Circular nº 3.809 em junho, com a finalidade de ampliar e aperfeiçoar os procedimentos para a mitigação do risco de crédito no cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. A Circular passou a exigir que os colaterais financeiros, para serem

admitidos como instrumento mitigador de risco de crédito, deverão ser objeto de registro ou depósito centralizado em entidade específica autorizada pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, se custodiado no exterior, manter informações em órgão regulado e supervisionado por autoridade competente.

No sentido de convergir às normas contábeis, aplicáveis ao conglomerado prudencial, ao padrão internacional, o CMN aprovou a Resolução nº 4.417, regulamentando o uso do Método de Equivalência Patrimonial do investimento da controladora nas controladas. À medida

que o patrimônio líquido da investida se altera, o valor do investimento na controladora sofre variação proporcional à sua participação, aproximando-se, portanto, dos valores relativos aos riscos e benefícios esperados do investimento, proporcionando uma visão econômica mais adequada do grupo.

Ainda em relação à convergência, o CMN aprovou as Resoluções 4.534 e 4.535, que dispõem sobre o reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, sobre o ativo diferido e sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

No caso do ativo diferido, veda novos registros dessa natureza e estabelece a reclassificação dos valores já contabilizados, quando aplicável, para outras categorias.

A extensão progressiva do crédito aos segmentos da população com renda mais baixa impôs novos desafios à avaliação de risco e à manutenção da estabilidade financeira. Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o mercado de crédito, em particular sobre as operações de menor volume, foi editada, em março, a Circular nº 3.786, que reduziu o piso de R\$ 1.000,00 para R\$ 200,00 das operações de crédito a serem detalhadas separadamente no Sistema de Informações de Créditos (SCR) do BCB.

Adicionalmente, essa medida tende a contribuir para a redução do custo do crédito, ao possibilitar identificação mais precisa do nível de risco dessas operações.

Com o objetivo de reforçar a solidez das instituições financeiras em momentos de aumento de inadimplência, o CMN emitiu a Resolução nº 4.512, estabelecendo a constituição da provisão para as garantias financeiras concedidas sob a forma de aval, fiança e coobrigação.

No mercado de crédito, foram adotadas medidas para incentivar a diversificação de fontes de captação para as instituições em segmentos com alto grau de dependência de recursos direcionados, como é o caso do crédito imobiliário e rural.

A Resolução nº 4.478, publicada em abril, aprimorou as normas vigentes, permitindo que as instituições adquiram certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) integrantes de classe subordinada ou adquiridos em virtude do exercício de garantia firme de distribuição pela instituição regulada, emitidos por companhias securitizadoras a elas ligadas, desde que os direitos creditórios que lastreiam tais títulos estejam submetidos ao regime fiduciário.

O mercado de crédito imobiliário tem como principal funding os depósitos de poupança. Como a atratividade dessa modalidade de aplicação apresentou significativo nível de volatilidade, editou-se a Resolução 4.464, em fevereiro, estabelecendo que as operações de cessão de crédito imobiliário para securitizadoras, realizadas entre março de 2016 e final de 2017, podem permanecer computadas para efeito de cumprimento de exigibilidade da seguinte forma: pela sua totalidade, até o 1º mês subsequente à data de formalização dos contratos de cessão de créditos e a partir do 2º mês deduzido, cumulativamente, à razão de 1/12 a cada posição mensal.

Ainda no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a Resolução nº 4.537, publicada em novembro, elevou o limite máximo do valor de avaliação do imóvel financiado de R\$ 750 mil para R\$ 950 mil para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal, e de R\$ 650 mil para R\$ 800 mil para os demais Estados.

Adicionalmente, estabeleceu que as condições contratuais devem prever a utilização de sistemas de amortização que assegurem a liquidação integral, em cada pagamento das prestações devidas, dos valores relativos aos juros contratuais e à atualização incidentes sobre o saldo devedor no período, não permitindo, portanto, aumento do saldo devedor.

O CMN aprovou, pela Resolução nº 4.536, a emissão dos Certificados de Operações Estruturadas (COE). Esse instrumento contribuirá para diversificar e flexibilizar a captação de recursos.

O valor nominal de cada certificado deve ser maior ou igual a R\$ 200 mil e a distribuição, por meio de oferta privada, a seja realizada exclusivamente para investidores qualificados.

Visando a ampliar a oferta de recursos para a safra agrícola de 2016/2017, o CMN aprovou a Resolução nº 4.497, que alterou o direcionamento de recursos captados pelas instituições financeiras por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Foi estabelecido que 35% do saldo médio das LCAs emitidas devem ser direcionados para operações de crédito rural, independentemente do lastro.

A norma anterior fixava que 50% das captações feitas por meio de LCAs tinham que ser destinadas para crédito rural, mas restritas àquelas cujo lastro estivesse representado por operações de crédito rural contratadas com juros controlados.

Ainda de acordo com a resolução, a criação do Depósito Interfinanceiro vinculado ao Crédito Rural destinado às movimentações com recursos da LCA (DIR-LCA) permitiu às instituições financeiras, que não operam ou não tenham interesse em operar com crédito rural, o repasse

dos recursos do direcionamento para outras instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Nos últimos anos, o CMN aprovou diversas medidas pertinentes ao relacionamento entre clientes e instituições financeiras, objetivando reduzir a assimetria de informação, aumentar a transparência, auxiliar o processo de tomada de decisão por parte dos clientes, entre outros.

Nesse sentido, a Resolução nº 4.539, publicada em novembro, determinou às instituições financeiras a implementação de uma política que aprimora a prestação de informações a clientes e usuários de forma clara e precisa a respeito dos produtos e serviços, de forma também a não criar barreiras para extinção da relação contratual e para a transferência de relacionamento para outra instituição.

Adicionalmente, a Resolução nº 4.480, publicada em abril, permitiu às instituições financeiras abrir e encerrar contas de depósitos por meio eletrônico, desde que adotem procedimentos adequados e estabeleçam salvaguardas e controles suficientes. A medida é aplicável às conta de depósitos à vista e de poupança.

### 1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

#### 1.3.1. Política de Comércio Exterior

Em 2016, a gestão da política de comércio foi limitada pela restrição fiscal, em ambiente de retração da atividade econômica. No cenário externo, a possibilidade de ascensão de políticas comerciais protecionistas por parte dos Estados Unidos e a decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia moldaram ambiente complexo para o desenvolvimento do sistema multilateral de comércio.

Nesse contexto de elevação de riscos, no âmbito da política de comércio exterior do Brasil, o Governo buscou adotar mecanismos de simplificação burocrática, ações de promoção comercial, apoiar inovação e programas de aumento de produtividade e aprimorar as linhas de financiamento à exportação.

Em fevereiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nova linha de financiamento à exportação, o "BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora", orientada para os setores de bens de capital e bens de consumo nacionais classificados como inovadores e à exportação de serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil, como softwares. Com a nova linha, o Banco pode financiar até 80% do total de compromisso de venda da exportadora. Em abril, foi anunciada linha de financiamento voltada para exportações de manufaturados com prazos mais longos.

Em maio, foi convertida na Lei nº 13.291, de 31 de maio de 2016, a Medida Provisória nº 701, de 8 de dezembro de 2015, que autorizou o uso de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para a concessão de seguro nas exportações de produtos agrícolas sujeitos a cotas de importação de outros países. A nova regra permitiu que produtores de açúcar, algodão e carne possam utilizar as garantias, ampliando o número de instituições financeiras que prestam o serviço, atualmente concentrado no BNDES.

Em setembro, o BNDES aprovou alterações na linha Exim Pré-embarque, priorizando as empresas exportadoras de pequeno e médio portes e às empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 300 milhões, as médias-grandes. As empresas desses portes passaram a contar com financiamentos do BNDES integralmente atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As participações máximas do Banco também foram ajustadas para 70% em todos os casos.

Para empresas de grande porte (faturamento anual acima de R\$ 300 milhões), a taxa de juros do financiamento à exportação de bens de capital é composta por 70% da taxa Selic e 30% da TJLP; a exportação de bens de consumo é financiada ao custo da taxa Selic.

Com relação à organização e articulação dos órgãos envolvidos com o comércio exterior, foram realizadas algumas alterações pelo atual Governo: o BNDES saiu da alçada do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), passando

para o do Ministério do Planejamento; a Câmara de Comércio Exterior (Camex) retornou para a esfera da Presidência da República, como do início de sua da instituição, passando sua Secretaria Executiva para o Ministério das Relações Exteriores; e a Agência de Promoção de Exportação e Investimento (Apex) foi transferida para o Ministério das Relações Exteriores.

Na esfera do Mercosul, a Venezuela foi suspensa do bloco por não cumprir exigências constitutivas. A decisão abre espaço para a construção de acordos comerciais com outros países e grupos, como a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México) e o Japão, ou mesmo antecipar a conclusão do acordo com a União Europeia, meta já definida para, no mais tardar, 2018.

Apesar das questões domésticas de Brasil e Argentina, observa-se interesse em retomar agenda comum do Mercosul, voltada ao fomento do comércio dentro e fora do bloco.

Em junho, foi renegociado o Acordo Automotivo entre Brasil e Argentina, que estabeleceu agenda de trabalho com foco na integração produtiva e comercial equilibrada, que possibilite alcançar o livre comércio em 2020. A relação entre o valor das importações e exportações entre as partes dos produtos sob o regime deverá observar o coeficiente de desvio sobre as exportações (flex) não superior a 1,5, o mesmo nível do acordo anterior.

O acordo cobre período de cinco anos, entre 1º de junho de 2015 a 30 de junho de 2020. A partir de 1º de julho de 2019, se alcançadas as condições para o aprofundamento da integração produtiva, o flex do comércio bilateral do setor automotivo será de 1,7. O setor automotivo é de grande importância na estrutura industrial de ambas as economias e responde por aproximadamente metade do fluxo comercial entre os dois países.

Quanto às negociações comerciais, no âmbito do contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a aplicação de direitos compensatórios nas exportações brasileiras de produtos siderúrgicos, em 11 de novembro, o Governo brasileiro solicitou formalmente consultas aos EUA na esfera dos procedimentos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Brasil questionou a concessão de subsídios alegada pelo EUA e os danos decorrentes. A medida compensatória aplicada afetou principalmente as exportações das empresas Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas). Contra o Canadá, por sua vez, em 04 de outubro, o Brasil questionou vários programas de apoio à produção de aeronaves da Bombardier junto à OMC, o que poderá implicar a retomada do contencioso com aquele País.

A exemplo de anos anteriores, foi mantida a política de ex-tarifários, que tem como um dos objetivos incentivar o investimento doméstico,

por meio da redução temporária e excepcional da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e de telecomunicações, sem produção nacional equivalente.

Além disso, foram alteradas tarifas de importação de produtos como milho e feijão, em função de escassez no mercado doméstico ocorrida em períodos específicos ao longo do ano.

Quanto às alterações da Lista de Exceção à tarifa Externa Comum (Letec), ressaltou-se a redução, de 35% para 0%, da alíquota do imposto de importação para automóveis elétricos para transporte de mercadorias, iniciativa relacionada à política de fomento de novas tecnologias de propulsão.

Dada a desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano na comparação entre 2016 e 2015, e a ausência de dinamismo da atividade doméstica, observou-se redução do número de abertura de investigação antidumping, acompanhada pela queda no número de medidas antidumping aplicadas.

Em abril, foi lançado o programa “Brasil Mais Produtivo”, com objetivo de aumentar em pelo menos 20% a produtividade das pequenas e médias indústrias, a partir da redução de sete tipos de desperdícios: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos. São aptas a participar do programa indústrias manufatureiras de pequeno e médio porte, que tenham entre 11 e 200 empregados e, preferencialmente, estejam inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O programa prevê intervenções rápidas, de baixo custo, para impactar a produtividade da indústria e destina-se a atender 3 mil empresas em todos os Estados até 2017. Alinhado a essa estratégia, foi também lançado o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), que tem por objetivo aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior, além de promover o crescimento das exportações de produtos e serviços, com ênfase em bens manufaturados, com maior fator agregado. A meta do MDIC foi a instalação de comitês gestores do PNCE em todos os Estados brasileiros até o fim de 2016.

Em setembro, foi criado pelo MDIC o Grupo de Trabalho de Simplificação Administrativa (GTSA), com o objetivo de propor alterações normativas e de procedimentos para aperfeiçoar e simplificar normas, ações e processos internos da pasta e de suas entidades vinculadas e supervisionada.

No mesmo sentido, em novembro, foi instituído pela Camex o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (Confac), órgão que será coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) em parceria com o Ministério da Fazenda.

Com essa medida, o Confac, criado por meio do Decreto nº 8.807, de 12 de julho de 2016, poderá dar início às suas atividades. O Brasil é o primeiro País da América do Sul a colocar em funcionamento um comitê no formato previsto no Acordo de Facilitação de Comércio da OMC.

Oportuno salientar o inovador Projeto Piloto do Certificado de Origem Digital (COD) desenvolvido por Brasil e Argentina. O certificado de origem digital é o documento eletrônico que atesta a origem da mercadoria, assinado digitalmente pelo exportador e pelo funcionário habilitado da entidade emissora autorizada pelo MDIC.

Outra ação nessa área foi o Acordo de Cooperação em Facilitação de Comércio entre Brasil, Argentina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O acordo prevê a troca de informações técnicas e de experiências no desenvolvimento das janelas únicas de comércio exterior, na harmonização e simplificação de processos e exigências de dados, na coordenação das ações de agentes intervenientes no comércio exterior e na promoção da transparência nas relações comerciais bilaterais.

No sentido de facilitar o trâmite administrativo do comércio exterior, foram desenvolvidas novas funcionalidades no Portal Único de Comércio Exterior, em um grande esforço de reforma e simplificação dos fluxos de importação e de exportação.

O teste antecede a efetiva entrada em operação do novo sistema, prevista para fevereiro de 2017. Outra ferramenta lançada em 2016

foi a “Comex Vis”, que permite a visualização interativa online, possibilitando navegar e interagir com gráficos e informações das exportações e importações brasileiras desde 1997 a 2016, inclusive por unidade da Federação.

### 1.3.2. Política Cambial

A diretriz básica da política cambial não foi alterada em 2016 e as intervenções do Banco Central do Brasil (BCB) no mercado do câmbio objetivaram apenas reduzir a volatilidade das cotações e garantir fluidez do mercado. Foram utilizados leilões de swap cambial tradicionais e reversos e vendas de dólares com compromisso de recompra. A exemplo de 2015, não foram realizadas intervenções no mercado de câmbio à vista. Importante salientar que o swap cambial é liquidado em moeda doméstica e, portanto, não afeta o estoque de reservas internacionais.

Até fevereiro, as cotações da moeda norte-americana situaram-se acima de R\$ 4,00 por dólar, em ambiente de maior aversão a risco nos mercados financeiros internacionais e instabilidade política no âmbito doméstico. Nesse cenário, a renovação integral dos contratos de swaps com vencimento nos meses seguintes, mostrou-se relevante.

Em março, o BCB avaliou que o ambiente internacional e as condições de demanda por hedge permitiam reduzir as posições em swaps cambiais, e o Banco Central retomou, pela primeira vez desde 2013, as ofertas de swaps cambiais reversos, equivalentes a compra de dólar no mercado futuro.

Em junho, o BCB reafirmou o câmbio flutuante como componente do tripé macroeconômico: responsabilidade fiscal, meta de inflação e livre flutuação cambial, bem como a atuação com parcimônia no mercado cambial, sem interferir no normal funcionamento do mercado, mas não abrindo mão do uso eventual de qualquer instrumento.

Além disso, salientou-se a importância de identificar janelas de oportunidade para continuar reduzindo o estoque de swap cambial sempre que possível, não tendo sido definido nenhum compromisso específico de atuação diária.

No segundo semestre, até o fim de outubro, a oferta diária de swaps reversos variou na faixa de US\$ 500 a US\$ 750 milhões. Ao término de 2016, o estoque de swaps atingiu US\$ 2,6 bilhões, com redução de US\$ 81,5 bilhões comparativamente ao final do ano anterior.

O estoque de linhas de moeda estrangeira com compromisso de recompra atingiu US\$ 7,2 bilhões em dezembro de 2016, correspondendo a redução de 41,5% em relação ao ano anterior. Ao longo de 2016, a autoridade monetária recebeu de volta US\$ 33,9 bilhões decorrentes de operações anteriores, concedeu US\$ 28,8 bilhões em novas linhas, reduzindo o estoque, liquidamente, em US\$ 5,1 bilhões.

A manutenção do regime de câmbio flutuante contribuiu efetivamente para o ajuste do setor externo da economia brasileira no ano, conforme evidência a redução do déficit em transações correntes em relação ao PIB, de 3,28% em 2015, para 1,30% em 2016.

Com relação às normas cambiais, a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016 instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

A Lei permitiu a regularização voluntária dos recursos, bens ou direitos, desde que de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, que foram remetidos ou mantidos no exterior ou repatriados por residentes e domiciliados no Brasil.

A adesão ao RERCT compreendeu o preenchimento da Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat) em formato eletrônico, acompanhada do pagamento do imposto sobre a renda à alíquota de 15% incidente sobre o valor total em reais dos recursos objeto de regularização, além de 15% de multa, totalizando 30%.

O Banco Central, pela Circular nº 3.812, de 20 de outubro de 2016, estendeu o prazo para entrega da retificação de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) para 31 de dezembro de 2016. Do total de capitais regularizados, os proprietários dos recursos optaram por repatriar US\$ 10 bilhões, distribuídos em 10,2 mil contratos de câmbio. O Banco

Central recebeu 21.259 declarações retificadoras do CBE no âmbito do RERCT e o valor dos ativos no exterior somou US\$ 56,4 bilhões

A Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016, convertida na Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, reduziu até 31 de dezembro de 2019, de 25% para 6%, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas de dinheiro ao exterior.

A norma se aplica às despesas com gastos pessoais em viagens de turismo e negócios, a serviço e para treinamento ou missões oficiais até o limite de R\$ 20 mil por mês.

Para operadoras e agências de viagens, o limite é de R\$1 0 mil por passageiro. A Lei também isentou do IRRF o envio de recursos ao exterior destinados a cobrir gastos com tratamento de saúde e educação.

Pelo Decreto nº 8.731, de 30 de abril de 2016, a alíquota do IOF sobre transações com moeda estrangeira em espécie foi elevada de 0,38% para 1,10%, a partir de 03 de maio.

Em 1º de setembro de 2016, foi aprovada a conversão da Medida Provisória nº 725, de 11 de maio de 2016, na Lei nº 13.331, de 1º de setembro de 2016, que estabeleceu a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e de certificados de depósito agropecuário (CDCA) em moeda estrangeira com correção cambial. Foi mantida a versão original aprovada na Câmara Federal, que permitiu a emissão de CRA e CDCA com correção cambial tão somente a estrangeiros.

Pela circular nº 3.813, de 23 de novembro de 2016, o Banco Central aperfeiçoou normas cambiais relacionadas à compra de bens e serviços

no exterior. Foi alterada a regulamentação cambial quanto à conversão em reais dos gastos realizados em moeda estrangeira por meio de cartões de crédito de uso internacional e à forma de pagamento de operações com o exterior.

Com a mudança, os emissores de cartão de crédito internacional poderão oferecer ao cliente a opção de pagamento da fatura pelo valor equivalente em reais da data de cada gasto em moeda estrangeira. A adoção dessa sistemática está condicionada à oferta pelo emissor do cartão e à aceitação do cliente.

A opção de pagamento pelo valor equivalente em reais na data do pagamento da fatura será mantida. Além disso, foram ampliadas as formas de pagamento para aquisição de bens e serviços no exterior por meio de empresas que prestam serviço de pagamento internacional de comércio eletrônico.

As transferências bancárias e o cartão de crédito de uso doméstico ou internacional passaram a ser permitidos para tais pagamentos, que antes só podiam ser feitos com cartão de uso internacional.

### 1.3.3. Movimento de Câmbio

---

O mercado de câmbio contratado foi deficitário em US\$ 4,3 bilhões em 2016, em comparação ao superavit de US\$ 9,4 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial contratada apresentou superavit de US\$ 47,3 bilhões, ante US\$ 25,5 bilhões em 2015, resultado decorrente de recuos, na ordem, de 4,4% e 19,1% nas contratações de exportações e importações de bens.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO  
US\$ MILHÕES

PERÍODO		COMERCIAL			FINANCEIRO			SALDO GLOBAL (C) = (A) + (B)
		EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO (A)	COMPRAS	VENDAS	SALDO (B)	
2012	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753
2013	Ano	232 920	221 785	11 136	451 740	475 136	- 23 396	- 12 261
2014	Ano	222 270	218 133	4 137	513 193	526 617	- 13 424	- 9 287
2015	Jan	15 389	15 604	- 215	51 459	47 341	4 118	3 903
	Fev	12 380	11 812	567	36 500	38 210	- 1 710	- 1 142
	Mar	14 611	14 682	- 71	62 219	60 145	2 074	2 003
	Abr	17 713	14 601	3 112	49 828	39 833	9 995	13 107
	Mai	17 051	13 568	3 483	37 867	43 427	- 5 560	- 2 077
	Jun	17 042	14 107	2 935	45 191	52 820	- 7 629	- 4 694
	Jul	17 689	13 248	4 441	36 258	44 634	- 8 376	- 3 935
	Ago	13 494	11 504	1 989	39 798	37 676	2 122	4 111
	Set	13 771	12 604	1 167	41 367	42 644	- 1 277	- 111
	Out	12 039	12 276	- 237	34 871	38 134	- 3 263	- 3 500
	Nov	11 751	10 560	1 190	37 871	35 166	2 705	3 895
	Dez	18 731	11 607	7 124	49 501	58 772	- 9 270	- 2 146
	Ano	181 660	156 174	25 486	522 731	538 802	- 16 071	9 414
2016	Jan	13 000	9 646	3 354	27 985	29 864	- 1 879	1 475
	Fev	11 092	9 155	1 936	28 566	39 797	- 11 231	- 9 294
	Mar	13 149	11 412	1 737	50 946	55 226	- 4 280	- 2 543
	Abr	15 658	9 641	6 017	39 685	39 187	498	6 515
	Mai	18 225	9 792	8 433	28 898	40 333	- 11 434	- 3 001
	Jun	15 412	11 480	3 932	40 339	47 832	- 7 492	- 3 560
	Jul	13 929	9 837	4 092	30 317	33 111	- 2 794	1 297
	Ago	13 565	10 890	2 676	35 872	39 658	- 3 785	- 1 110
	Set	12 180	11 390	791	39 934	46 264	- 6 330	- 5 539
	Out	13 741	11 084	2 657	44 041	37 913	6 128	8 784
	Nov	13 962	10 196	3 766	38 248	38 203	45	3 811
	Dez	19 675	11 757	7 918	43 555	52 561	- 9 005	- 1 087
	Ano	173 590	126 281	47 309	448 386	499 948	- 51 562	- 4 252

Fonte: Banco Central do Brasil.

O segmento financeiro apresentou deficit de US\$51,6 bilhões, ante US\$ 16,1 bilhões em 2015, refletindo reduções respectivas de 14,2% e 7,2% nas compras e nas vendas de moeda estrangeira.

Em 2016, as compras líquidas da autoridade monetária somaram US\$ 5,1 bilhões em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra, comparativamente às vendas líquidas de US\$ 1,8 bilhão ocorridas em 2015.

A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário, passou de vendida em US\$ 20,1 bilhões, no encerramento de 2015, para vendida em US\$ 24,5 bilhões, ao fim de 2016.

#### 1.3.4. Balanço de Pagamentos

Os indicadores do setor externo em 2016 corroboraram efeitos relevantes do processo de ajuste macroeconômico iniciado no ano anterior. Nesse contexto, o deficit em transações correntes somou US\$ 23,5 bilhões em 2016, recuando 60,1% em relação a 2015, quando havia atingido US\$ 58,9 bilhões.

A necessidade de financiamento externo, definida como a soma do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP), registrou excedentes de financiamento externo de US\$ 55,4 bilhões no ano, equivalentes a 3,1% do PIB, ante resultado de US\$ 15,6 bilhões, 0,9% do PIB, em 2015.

Em 2016, o deficit em conta corrente representou 1,30% do PIB, comparativamente a 3,28% do PIB no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, ao superavit recorde de US\$ 45,0 bilhões na balança comercial e às reduções nos deficits das contas de serviços, de US\$ 6,5 bilhões, e de renda primária, de US\$ 1,3 bilhão, em relação a 2015.

A receita líquida relativa à renda secundária expandiu 8,7%, situando-se em US\$ 3,0 bilhões. A conta financeira registrou captações superiores às concessões em US\$ 16,2 bilhões.

A conta de serviços apresentou despesas líquidas de US\$ 30,4 bilhões, em 2016, deficit menos intenso quando comparado aos US\$ 36,9 bilhões em 2015. O recuo nas despesas líquidas é explicado pela forte redução nos deficits das contas de viagens internacionais, aluguel de equipamentos e transportes, em ordem de importância.

**BALANÇO DE PAGAMENTOS**  
**US\$ MILHÕES**

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TRANSAÇÕES CORRENTES	-37 888	-20 995	-58 882	-8 473	-15 034	-23 507
BALANÇA COMERCIAL (BENS)	1 264	16 406	17 670	22 353	22 684	45 037
EXPORTAÇÕES1/	93 876	96 216	190 092	89 822	94 631	184 453
IMPORTAÇÕES2/	92 612	79 810	172 422	67 470	71 946	139 416
SERVIÇOS	-20 408	-16 511	-36 919	-14 813	-15 637	-30 449
RENDA PRIMÁRIA	-19 840	-22 517	-42 357	-17 506	-23 549	-41 055
RENDA SECUNDÁRIA	1 096	1 628	2 724	1 493	1 467	2 960
CONTA CAPITAL	128	312	440	98	150	248
CONTA FINANCEIRA3/	-36 815	-17 919	-54 734	-3 755	-12 442	-16 197
INVESTIMENTO DIRETO NO EXTERIOR	11 274	2 225	13 498	6 398	1 350	7 748
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL4/	11 996	2 341	14 337	6 773	1 199	7 973
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	- 722	- 117	- 839	- 376	151	- 225
INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS	30 932	43 543	74 475	33 837	45 092	78 929
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL5/	22 288	34 133	56 421	25 011	29 010	54 021
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	8 644	9 410	18 053	8 826	16 081	24 908
INVESTIMENTO EM CARTEIRA – ATIVOS	- 761	- 2 787	- 3 548	- 867	698	- 169
AÇÕES E COTAS EM FUNDOS	70	- 168	- 98	- 652	26	- 626
TÍTULOS DE RENDA FIXA	- 830	- 2 620	- 3 450	- 216	672	456
INVESTIMENTO EM CARTEIRA – PASSIVOS	27 270	- 8 771	18 500	- 8 817	- 10 998	- 19 815
AÇÕES E COTAS EM FUNDOS	10 810	- 780	10 030	5 988	4 598	10 586
TÍTULOS DE RENDA FIXA	16 460	- 7 990	8 469	- 14 804	- 15 596	- 30 401
DERIVATIVOS – ATIVOS E PASSIVOS	1 751	1 699	3 450	- 1 509	540	- 969
OUTROS INVESTIMENTOS – ATIVOS6/	16 689	27 312	44 001	26 368	10 535	36 904
OUTROS INVESTIMENTOS – PASSIVOS6/	16 279	4 450	20 730	11 153	- 1 319	9 834
ATIVOS DE RESERVA	8 713	- 7 144	1 569	2 028	7 209	9 237
ERROS E OMISSÕES	944	2 764	3 708	4 620	2 442	7 062
MEMO:						
TRANSAÇÕES CORRENTES / PIB (%)			-3,28			-1,30
INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS / PIB (%)			4,14			4,36

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui mercadorias deixando o território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues no território nacional (exportação ficta), encomendas postais, e outros ajustes.

2/ Exclui mercadorias ingressando no território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues fora do território nacional (importação ficta), importação de energia elétrica sem cobertura cambial, encomendas postais e outros ajustes.

3/ Para contas de ativo e de passivo, + = aumento de estoque e - = redução de estoque. Conta financeira = fluxos de investimentos ativos - fluxos de investimentos passivos.

4/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

5/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

6/ Inclui depósitos, empréstimos, créditos comerciais e outros.

As despesas líquidas da conta de viagens internacionais mantiveram a tendência de redução iniciada em 2015, após o recorde registrado em 2014. O déficit líquido em 2016 alcançou US\$ 8,5 bilhões, com recuo de 16,5% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, US\$ 14,5 bilhões, ante US\$ 17,4 bilhões, em 2015.

Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, atingiram US\$ 6,0 bilhões em 2016, expansão de 3,1%, refletindo as receitas de viagens impulsionadas pelos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$ 19,5 bilhões em 2016, ante US\$ 21,5 bilhões no ano anterior, mantendo a reversão da tendência de crescimento dessa despesa, observada durante vários anos, até 2014.

As remessas refletem pagamentos contratuais, e estão associadas ao processo de utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, notadamente no setor de óleo e gás. A despesa líquida de transportes, fortemente correlacionada à evolução da corrente de comércio, apresentou redução de 34,1%, na mesma base de comparação, e atingiu US\$ 3,7 bilhões em 2016.

Os pagamentos líquidos ao exterior de serviços de propriedade intelectual, conta que inclui os serviços de licenças para o uso de resultados de pesquisa e desenvolvimento e licenciamentos de franquias e marcas, entre outros, atingiram US\$ 4,5 bilhões em 2016, recuo de 3,8% frente ao registrado no ano anterior. As despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informação somaram US\$ 1,4 bilhão, redução de 18,3% na comparação com o resultado de 2015. A rubrica de serviços culturais, pessoais e recreativos registrou redução de 56,3% nas despesas líquidas, totalizando US\$ 288 milhões.

SERVIÇOS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	-20 408	-16 511	-36 919	-14 813	-15 637	-30 449
RECEITAS	17 149	16 629	33 778	16 189	17 111	33 300
DESPESAS	37 557	33 139	70 696	31 002	32 748	63 750
TRANSPORTES	-3 421	-2 244	-5 664	-1 573	-2 158	-3 731
RECEITAS	2 340	2 616	4 956	2 448	2 610	5 058
DESPESAS	5 761	4 859	10 620	4 021	4 768	8 788
VIAGENS	-6 996	-4 517	-11 513	-3 377	-5 097	-8 473
RECEITAS	2 944	2 900	5 844	3 156	2 868	6 024
DESPESAS	9 940	7 417	17 357	6 532	7 965	14 497
SEGUROS	-208	-126	-333	-299	-254	-554
RECEITAS	426	561	988	376	408	784
DESPESAS	634	687	1 321	675	662	1 337
SERVIÇOS FINANCEIROS	-204	-78	-282	-93	-57	-149
RECEITAS	372	370	742	356	383	739
DESPESAS	576	448	1 024	449	439	889
SERVIÇOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	-2 355	-2 314	-4 669	-2 343	-2 147	-4 490
RECEITAS	373	208	581	289	361	651
DESPESAS	2 728	2 522	5 250	2 632	2 508	5 141
TELECOMUNICAÇÃO, COMPUTAÇÃO E INFORMAÇÕES	-911	-857	-1 768	-766	-679	-1 445
RECEITAS	781	790	1 571	856	948	1 804
DESPESAS	1 692	1 647	3 340	1 621	1 627	3 248
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	-11 070	-10 462	-21 532	-10 163	-9 343	-19 506
RECEITAS	95	96	191	78	92	170
DESPESAS	11 165	10 558	21 723	10 241	9 435	19 676
OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIO <sup>1/</sup>	5 626	4 621	10 247	4 571	4 851	9 422
RECEITAS	9 086	8 213	17 299	7 887	8 366	16 253
DESPESAS	3 460	3 592	7 052	3 316	3 515	6 832
SERVIÇOS CULTURAIS, PESSOAIS E RECREATIVOS <sup>2/</sup>	-483	-176	-659	-265	-24	-288
RECEITAS	147	166	314	188	380	568
DESPESAS	630	343	973	452	403	856
SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS	-500	-546	-1 045	-665	-901	-1 566
RECEITAS	367	422	789	314	419	733
DESPESAS	867	967	1 834	979	1 320	2 299
DEMAIS SERVIÇOS <sup>3/</sup>	113	188	300	159	172	331
RECEITAS	217	286	502	241	276	518
DESPESAS	104	98	202	83	105	187

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços jurídicos, serviços de publicidade, serviços de engenharia e arquitetura, serviços de limpeza e despoluição.

2/ Inclui serviços audiovisuais, serviços de educação e serviços de saúde.

3/ Inclui serviços de manufatura, serviços de manutenção e reparo e serviços de construção.

VIAGENS INTERNACIONAIS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	-6 996	-4 517	-11 513	-3 377	-5 097	-8 473
RECEITAS	2 944	2 900	5 844	3 156	2 868	6 024
DESPEASAS	9 940	7 417	17 357	6 532	7 965	14 497
NEGÓCIOS	-1 053	- 538	-1 591	- 261	- 639	- 901
RECEITAS	1 023	1 006	2 029	1 096	1 015	2 111
DESPEASAS	2 076	1 544	3 620	1 357	1 654	3 011
PESSOAIS	-5 943	-3 979	-9 922	-3 115	-4 457	-7 573
RECEITAS	1 921	1 894	3 815	2 060	1 853	3 913
DESPEASAS	7 864	5 873	13 737	5 175	6 311	11 486
SAÚDE	- 5	0	- 4	0	3	3
RECEITAS	15	18	32	16	19	35
DESPEASAS	19	17	37	16	16	32
EDUCAÇÃO	- 490	- 376	- 866	- 336	- 431	- 767
RECEITAS	80	79	159	74	70	145
DESPEASAS	570	455	1 025	410	502	912
OUTRAS VIAGENS PESSOAIS, INCLUSIVE TURISMO	-5 448	-3 604	-9 052	-2 779	-4 030	-6 809
RECEITAS	1 826	1 798	3 624	1 970	1 764	3 733
DESPEASAS	7 274	5 401	12 675	4 749	5 793	10 542
DOS QUAIS: COM USO DE CARTÕES INTERNACIONAIS	-2 378	-1 214	-3 592	- 565	-1 502	-2 066
RECEITAS	2 136	2 016	4 152	2 365	2 152	4 517
DESPEASAS	4 514	3 230	7 744	2 930	3 654	6 584

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ A distribuição por motivo do viajante - Negócios, Saúde, educação, Outras viagens pessoais inclusive turismo - é construída a partir de dados da pesquisa do Ministério do Turismo.

O deficit da conta de renda primária recuou 3,1% em 2016, atingindo US\$ 41,1 bilhões. As despesas líquidas de juros foram superiores às remessas líquidas com lucros e dividendos. A conta de juros apresentou despesas líquidas de US\$ 21,9 bilhões, refletindo expansão de 7,4% nas receitas e de 1,3% nas despesas. Em termos líquidos, houve crescimento de 0,1% comparativamente ao ano anterior. As remessas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os lucros reinvestidos, somaram US\$ 19,4 bilhões, 6,7% abaixo do resultado de 2015.

O recuo nas despesas líquidas de renda primária para o exterior foi diretamente influenciado pela redução de 22,3% nas remessas líquidas de rendas de investimento em carteira, na comparação com 2015, totalizando US\$ 14,1 bilhões, em 2016. Nessa rubrica, as remessas líquidas de lucros e dividendos de ações, de juros de títulos negociados no mercado externo e de juros de títulos negociados no mercado doméstico alcançaram, respectivamente, US\$ 2,8 bilhões, US\$ 5,3 bilhões e US\$ 6,0 bilhões, com recuos, na ordem, de 32,7%, 24,7% e 13,5%.



RENDA PRIMÁRIA  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	-19 840	-22 517	-42 357	-17 506	-23 549	-41 055
RECEITAS	5 797	6 134	11 931	5 854	5 674	11 528
DESPESAS	25 637	28 651	54 288	23 360	29 222	52 582
SALÁRIOS E ORDENADOS	187	162	349	132	158	290
RECEITAS	231	207	438	177	198	375
DESPESAS	44	44	88	45	40	84
RENDA DE INVESTIMENTOS	-20 027	-22 680	-42 706	-17 639	-23 707	-41 345
RENDA DE INVESTIMENTO DIRETO	-9 143	-12 111	-21 255	-9 127	-13 004	-22 131
LUCROS E DIVIDENDOS	-7 099	-9 566	-16 665	-6 481	-10 150	-16 631
LUCROS E DIVIDENDOS, EXCETO REINVESTIDOS	-6 271	-7 754	-14 025	-1 909	-6 931	-8 841
RECEITAS	1 221	1 446	2 667	2 955	2 249	5 203
DESPESAS	7 492	9 200	16 692	4 864	9 180	14 044
LUCROS REINVESTIDOS	-827	-1 812	-2 639	-4 571	-3 219	-7 790
RECEITAS	2 192	2 314	4 506	404	943	1 347
DESPESAS	3 019	4 126	7 145	4 975	4 162	9 137
JUROS DE OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	-2 044	-2 546	-4 590	-2 646	-2 854	-5 500
RECEITAS	89	28	116	13	29	42
DESPESAS	2 133	2 573	4 706	2 659	2 883	5 541
RENDA DE INVESTIMENTO EM CARTEIRA	-9 098	-8 994	-18 092	-6 504	-7 561	-14 066
LUCROS E DIVIDENDOS	-2 383	-1 746	-4 128	-1 381	-1 396	-2 777
RECEITAS	49	58	107	63	15	78
DESPESAS	2 431	1 804	4 235	1 445	1 410	2 855
JUROS DE TÍTULOS NEGOCIADOS NO MERCADO EXTERNO	-3 297	-3 776	-7 073	-2 400	-2 927	-5 326
RECEITAS	164	190	354	119	153	273
DESPESAS	3 461	3 966	7 427	2 519	3 080	5 599
JUROS DE TÍTULOS NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO - DESPESAS	-3 419	-3 473	-6 891	-2 723	-3 239	-5 962
RENDA DE OUTROS INVESTIMENTOS (INCLUI JUROS)	-3 038	-2 895	-5 932	-3 474	-4 670	-8 144
RECEITAS	600	570	1 170	657	558	1 215
DESPESAS	3 638	3 465	7 103	4 131	5 228	9 359
RENDA DE RESERVAS - RECEITAS	1 252	1 320	2 573	1 466	1 529	2 996
DEMAIS RENDAS PRIMÁRIAS1/	0	0	0	0	0	0
MEMO:						
JUROS	-9 735	-11 604	-21 340	-10 545	-11 368	-21 913
RECEITAS	2 392	2 489	4 880	2 105	2 109	4 213
DESPESAS	12 127	14 093	26 220	12 650	13 477	26 127
LUCROS E DIVIDENDOS	-14 971	-16 216	-31 187	-9 482	-11 311	-20 793
RECEITAS	3 719	3 730	7 449	3 461	3 818	7 280
DESPESAS	18 690	19 946	38 636	12 943	15 130	28 073

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui impostos sobre a produção e sobre as importações, subsídios e aluguel.

Na mesma base de comparação, as remessas de rendas de investimento direto expandiram 4,1%, alcançando US\$ 22,1 bilhões. Influenciou esse resultado o comportamento das remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias que cresceram 19,8%, atingindo US\$ 5,5 bilhões. As despesas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os reinvestidos, somaram US\$ 16,6 bilhões, estáveis em relação ao ano anterior.

As remessas líquidas de rendas de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, cresceram 37,3%, atingindo US\$ 8,1 bilhões, enquanto as receitas com reservas internacionais somaram US\$ 3,0 bilhões, aumento de 16,4%, comparativamente a 2015.

A renda secundária, estável na comparação com o resultado do ano anterior, totalizou US\$ 3,0 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à receita bruta de transferências pessoais e outras transferências, que atingiram, na ordem, US\$ 2,4 bilhões e US\$ 2,3 bilhões.

RENDA SECUNDARIA  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	1 096	1 628	2 724	1 493	1 467	2 960
RECEITAS	2 163	2 549	4 712	2 301	3 001	5 302
DESPESAS	1 067	922	1 989	808	1 534	2 341
GOVERNO	- 10	- 7	- 17	- 24	- 35	- 59
RECEITAS	152	127	279	91	517	608
DESPESAS	163	134	296	115	551	667
DEMAIS SETORES	1 106	1 635	2 741	1 517	1 502	3 019
TRANSFERÊNCIAS PESSOAIS1/	437	772	1 209	634	430	1 064
RECEITAS	1 115	1 344	2 459	1 172	1 193	2 365
DESPESAS	678	573	1 251	538	763	1 301
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	669	863	1 533	883	1 072	1 955
RECEITAS	896	1 078	1 974	1 038	1 291	2 329
DESPESAS	226	215	442	155	219	374

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Transferências entre pessoas físicas.

Os investimentos diretos no exterior (IDE) totalizaram remessas líquidas de US\$ 7,8 bilhões, 42,6% abaixo das aplicações líquidas ocorridas em 2015. Em 2016, US\$ 8,0 bilhões referiram-se a aumento de participação no capital, já incluídos os lucros reinvestidos. As saídas líquidas provenientes de empréstimos intercompanhias alcançaram US\$ 225 milhões.

Os fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP) somaram US\$ 78,9 bilhões, comparados a US\$ 74,5 bilhões em 2015. Em 2016, a participação no capital de empresas no País atingiu US\$ 54,0 bilhões, já incluídos os lucros reinvestidos. Os empréstimos intercompanhias apresentaram ingressos líquidos de US\$ 24,9 bilhões, frente a US\$ 18,1 bilhões, em 2015.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO<sup>1</sup>

PERÍODO		SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES			INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS			NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO		
		VALOR MENSAL	PAÍS	FINANCIAMENTO EXTERNO	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES
2011	DEZ	- 8 228	- 77 032	-2,95	8 894	101 158	3,87	- 666	- 24 126	-0,92
2012	DEZ	- 9 172	- 74 218	-3,01	6 339	86 607	3,52	2 833	- 12 388	-0,50
2013	DEZ	- 6 595	- 74 839	-3,03	3 649	69 181	2,80	2 946	5 658	0,23
2014	DEZ	- 11 654	- 104 181	-4,24	10 003	96 895	3,95	1 651	7 286	0,30
2015	JAN	- 12 165	- 103 182	-4,29	5 765	93 632	3,90	6 400	9 550	0,40
	FEV	- 7 175	- 102 850	-4,38	3 121	91 290	3,89	4 054	11 561	0,49
	MAR	- 5 759	- 101 984	-4,43	4 262	88 820	3,86	1 497	13 164	0,57
	ABR	- 6 842	- 99 651	-4,44	5 776	86 093	3,83	1 066	13 558	0,60
	MAI	- 3 384	- 95 186	-4,35	6 610	83 060	3,79	- 3 227	12 126	0,55
	JUN	- 2 563	- 92 663	-4,33	5 397	81 889	3,82	- 2 834	10 775	0,50
	JUL	- 5 684	- 89 048	-4,27	5 993	78 396	3,76	- 309	10 651	0,51
	AGO	- 2 592	- 84 693	-4,17	5 250	73 637	3,63	- 2 658	11 055	0,54
	SET	- 3 050	- 79 332	-4,03	6 037	71 808	3,64	- 2 987	7 524	0,38
	OUT	- 4 277	- 74 293	-3,89	6 712	70 724	3,70	- 2 435	3 569	0,19
	NOV	- 2 948	- 68 093	-3,67	4 940	69 866	3,77	- 1 992	- 1 773	-0,10
	DEZ	- 2 443	- 58 882	-3,28	14 611	74 475	4,14	- 12 168	- 15 592	-0,87
2016	JAN	- 4 815	- 51 532	-2,87	5 455	74 164	4,14	- 639	- 22 632	-1,26
	FEV	- 1 914	- 46 271	-2,58	5 920	76 963	4,29	- 4 006	- 30 692	-1,71
	MAR	- 863	- 41 375	-2,31	5 557	78 259	4,37	- 4 695	- 36 883	-2,06
	ABR	418	- 34 116	-1,91	6 836	79 318	4,43	- 7 254	- 45 203	-2,53
	MAI	1 187	- 29 545	-1,65	6 148	78 856	4,41	- 7 336	- 49 312	-2,76
	JUN	- 2 486	- 29 467	-1,64	3 920	77 380	4,32	- 1 434	- 47 913	-2,67
	JUL	- 3 949	- 27 732	-1,55	208	71 596	4,00	3 741	- 43 863	-2,45
	AGO	- 647	- 25 787	-1,44	7 208	73 553	4,10	- 6 561	- 47 766	-2,66
	SET	- 503	- 23 240	-1,29	5 274	72 789	4,05	- 4 771	- 49 549	-2,76
	OUT	- 3 335	- 22 299	-1,24	8 400	74 477	4,14	- 5 064	- 52 179	-2,90
	NOV	- 718	- 20 069	-1,11	8 593	78 130	4,33	- 7 875	- 58 061	-3,22
	DEZ	- 5 881	- 23 507	-1,30	15 409	78 929	4,36	- 9 528	- 55 422	-3,06

Fonte: Banco Central do Brasil.

No ano, o setor de serviços foi o maior receptor dos fluxos brutos de IDP - Participação no capital, absorvendo US\$ 24,6 bilhões, ou 45,9% do total, com destaque para os setores de comércio, eletricidade e gás e de atividades imobiliárias. A indústria absorveu US\$ 20,1 bilhões, 37,5% do total, com destaque para veículos, produtos químicos e máquinas e equipamentos. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US\$ 8,7 bilhões, 16,2% do total, sobressaindo as atividades de extração de petróleo e gás natural e de minerais metálicos.

Retornaram ao País US\$ 169 milhões referentes a investimentos em carteira ativos, comparados a retornos líquidos de US\$ 3,5 bilhões em 2015, ressaltando-se os retornos líquidos em ações de empresas no exterior, que somaram US\$ 708 milhões, comparadas a aplicações líquidas de US\$ 163 milhões no ano anterior. Foi observado aumento da demanda de residentes por títulos estrangeiros, com aquisições líquidas no exterior de US\$ 456 milhões, comparativamente a regressos líquidos de US\$ 3,4 bilhões no ano anterior.

INVESTIMENTOS DIRETOS NO EXTERIOR  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	11 274	2 225	13 498	6 398	1 350	7 748
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – TOTAL1/	11 996	2 341	14 337	6 773	1 199	7 973
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL, EXCETO LUCROS REINVESTIDOS	9 804	27	9 832	6 370	256	6 626
APLICAÇÃO NO EXTERIOR	13 613	6 815	20 428	8 469	3 852	12 321
REGRESSOS AO BRASIL	3 808	6 788	10 597	2 099	3 596	5 695
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – LUCROS REINVESTIDOS NO EXTERIOR	2 192	2 314	4 506	404	943	1 347
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	- 722	- 117	- 839	- 376	151	- 225
CRÉDITOS CONCEDIDOS AO EXTERIOR	696	476	1 172	559	729	1 287
MATRIZ NO BRASIL E FILIAL NO EXTERIOR	469	96	566	298	153	451
FILIAL NO BRASIL E MATRIZ NO EXTERIOR	124	209	333	200	220	420
EMPRESAS IRMÃS	103	171	273	60	356	416
AMORTIZAÇÕES RECEBIDAS DO EXTERIOR	1 419	593	2 011	935	578	1 513
MATRIZ NO BRASIL E FILIAL NO EXTERIOR	625	191	816	558	337	896
FILIAL NO BRASIL E MATRIZ NO EXTERIOR	551	179	730	229	77	305
EMPRESAS IRMÃS	243	222	465	148	164	312

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	30 932	43 543	74 475	33 837	45 092	78 929
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – TOTAL1/	22 288	34 133	56 421	25 011	29 010	54 021
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL, EXCETO LUCROS REINVESTIDOS	19 269	30 007	49 276	20 036	24 848	44 884
INGRESSOS NO PAÍS	24 317	33 590	57 907	20 898	32 775	53 673
REGRESSOS AO EXTERIOR	5 049	3 582	8 631	862	7 927	8 789
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – LUCROS REINVESTIDOS NO BRASIL	3 019	4 126	7 145	4 975	4 162	9 137
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	8 644	9 410	18 053	8 826	16 081	24 908
CRÉDITOS RECEBIDOS DO EXTERIOR	26 894	31 028	57 922	25 407	37 598	63 005
MATRIZ NO EXTERIOR E FILIAL NO BRASIL	11 323	10 906	22 229	8 989	13 133	22 122
FILIAL NO EXTERIOR E MATRIZ NO BRASIL	7 791	12 036	19 827	8 213	15 924	24 136
EMPRESAS IRMÃS	7 781	8 087	15 867	8 205	8 541	16 747
AMORTIZAÇÕES PAGAS AO EXTERIOR	18 251	21 618	39 869	16 580	21 517	38 097
MATRIZ NO EXTERIOR E FILIAL NO BRASIL	8 430	10 013	18 443	9 169	9 081	18 249
FILIAL NO EXTERIOR E MATRIZ NO BRASIL	4 407	4 438	8 846	1 023	2 864	3 887
EMPRESAS IRMÃS	5 414	7 167	12 580	6 388	9 572	15 960

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – POR PAÍS  
US\$ MILHÕES

PAÍS	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	24 317	33 590	57 907	20 898	32 775	53 673
PAÍSES BAIXOS	3 184	8 389	11 573	3 690	6 834	10 524
LUXEMBURGO	2 853	3 745	6 599	1 941	5 454	7 395
ESTADOS UNIDOS	3 080	3 567	6 647	2 908	3 636	6 544
REINO UNIDO	766	883	1 649	791	2 805	3 596
ESPAÑA	5 174	1 395	6 570	1 580	1 909	3 489
ITÁLIA	492	1 227	1 720	898	1 937	2 835
FRANÇA	1 289	1 552	2 841	1 101	1 678	2 778
NORUEGA	753	1 692	2 445	435	1 751	2 186
ALEMANHA	475	2 978	3 453	1 228	597	1 826
ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS	286	478	764	791	846	1 637
JAPÃO	1 392	1 485	2 878	921	491	1 412
SUÍÇA	550	576	1 126	264	701	965
CHINA	19	213	232	301	578	879
CHILE	440	583	1 024	454	392	846
MÉXICO	81	492	573	489	318	807
BÉLGICA	136	853	989	267	347	614
IRLANDA	230	140	370	292	300	592
CANADÁ	501	477	978	252	290	543
CORÉIA DO SUL	117	156	273	335	205	540
SUÉCIA	81	340	422	326	52	378
ILHAS CAYMAN	198	340	538	249	115	364
URUGUAI	227	91	318	197	95	292
BERMUDAS	76	160	237	191	76	266
PORTUGAL	185	201	386	130	117	247
CINGAPURA	66	201	267	134	93	227
CHIPRE	2	6	8	59	149	208
HONG KONG	249	306	555	29	162	192
DINAMARCA	218	111	329	89	76	165
BAHAMAS	94	84	178	35	91	125
PERU	111	44	155	51	65	116
ARGENTINA	11	28	39	60	48	108
AUSTRÁLIA	150	30	180	66	36	102
ÁUSTRIA	11	50	61	72	19	91
FINLÂNDIA	32	133	165	1	74	76
PANAMÁ	90	174	264	41	34	76
ILHA DA MADEIRA	59	1	60	30	34	65
ILHAS JERSEY	1	12	14	4	58	61
PARAGUAI	11	14	25	38	22	59
ISRAEL	21	23	44	10	47	57
DEMAIS	605	358	963	150	241	392

Fonte: Banco Central do Brasil.

INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – POR SETOR  
US\$ MILHÕES

SETOR	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	24 317	33 590	57 907	20 898	32 775	53 673
AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXTRATIVA MINERAL	3 863	4 447	8 310	3 140	5 557	8 696
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2 025	2 570	4 595	1 973	2 284	4 257
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	1 004	513	1 516	485	1 978	2 463
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	362	137	499	177	747	924
DEMAIS	473	1 227	1 700	504	548	1 052
INDÚSTRIA	5 445	15 522	20 967	7 992	12 146	20 138
VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	1 118	3 399	4 518	2 260	4 311	6 571
PRODUTOS QUÍMICOS	546	1 871	2 417	749	1 416	2 165
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	254	833	1 087	574	984	1 558
METALURGIA	227	643	870	631	805	1 437
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	584	1 737	2 321	384	891	1 275
PRODUTOS MINERAIS NÃO-METÁLICOS	136	524	660	886	373	1 260
MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	322	698	1 019	200	851	1 052
OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	90	295	385	574	240	814
PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	200	401	601	212	567	778
PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	190	637	827	493	203	696
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	541	581	1 122	97	456	552
PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	406	477	883	208	206	414
BEBIDAS	0	143	143	0	368	368
PRODUTOS DO FUMO	5	2 179	2 184	44	8	52
OUTRAS INDÚSTRIAS	827	1 103	1 930	680	466	1 146
SERVIÇOS	14 908	13 501	28 409	9 658	14 989	24 647
COMÉRCIO, EXCETO VEÍCULOS	2 930	2 540	5 471	2 265	3 431	5 696
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	542	3 388	3 930	545	2 417	2 962
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	864	1 287	2 150	921	1 018	1 939
SERVIÇOS FINANCEIROS E ATIVIDADES AUXILIARES	552	829	1 381	770	1 049	1 819
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DE TRANSPORTES	365	458	823	882	664	1 546
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	180	155	335	212	875	1 087
TELECOMUNICAÇÕES	4 283	269	4 552	561	427	989
SERVIÇOS FINANCEIROS - HOLDINGS NÃO-FINANCEIRAS	293	411	704	342	481	823
TRANSPORTE	243	367	610	106	663	768
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO DE EMPRESAS	214	146	360	99	525	624
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS	266	303	570	28	577	605
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS	315	112	427	433	147	580
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	401	169	569	331	196	527
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	369	636	1 005	234	290	523
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	248	386	634	187	295	483
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	333	330	663	230	249	479
SAÚDE	1 017	321	1 338	269	183	452
DEMAIS	1 493	1 394	2 887	1 244	1 504	2 747
AQUISIÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS	101	120	221	108	83	191

Fonte: Banco Central do Brasil.

INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - ATIVOS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	- 761	-2 787	-3 548	- 867	698	- 169
RECEITAS	8 676	7 662	16 338	7 612	8 568	16 181
DESPESAS	9 436	10 449	19 886	8 480	7 870	16 350
INVESTIMENTOS EM AÇÕES	22	141	163	-1 001	293	- 708
AQUISIÇÃO	571	823	1 394	580	743	1 323
VENDA	549	682	1 231	1 581	451	2 031
FUNDOS DE INVESTIMENTO <sup>1/</sup>	48	- 309	- 261	349	- 266	83
AQUISIÇÃO	6 829	6 628	13 457	5 660	7 086	12 746
VENDA	6 781	6 937	13 718	5 311	7 352	12 664
TÍTULOS DE RENDA FIXA	- 830	-2 620	-3 450	- 216	672	456
AQUISIÇÃO	1 276	211	1 486	1 372	739	2 111
VENDA	2 106	2 831	4 936	1 588	67	1 655
CURTO PRAZO	- 24	- 237	- 260	- 20	- 12	- 31
AQUISIÇÃO	18	39	56	32	29	61
VENDA	41	276	317	51	41	92
LONGO PRAZO	- 806	-2 383	-3 190	- 196	683	488
AQUISIÇÃO	1 258	172	1 430	1 341	710	2 051
VENDA	2 064	2 555	4 620	1 537	26	1 563

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui transações em que o cotista residente no Brasil possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

Os investimentos em carteira passivos totalizaram saídas líquidas de US\$ 19,8 bilhões, ante ingressos líquidos de US\$ 18,5 bilhões em 2015. Houve estabilidade nos investimentos estrangeiros em ações de empresas brasileiras e fundos de investimentos, com captações líquidas de US\$ 0,6 bilhões em 2016, ante US\$ 10,0 bilhões observados no ano anterior. Os títulos de renda fixa negociados no Brasil registraram saídas líquidas de US\$ 26,7 bilhões, comparados a ingressos líquidos de US\$ 16,3 bilhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de bônus soberanos somaram US\$ 1,8 bilhão em 2016, frente a amortizações líquidas de US\$ 3,4 bilhões em 2015. As operações com outros títulos de longo prazo negociados no mercado externo apresentaram amortizações líquidas de US\$ 5,5 bilhões, ante US\$ 4,7 bilhões em 2015. Os títulos de curto prazo apresentaram amortizações líquidas de US\$ 53 milhões, em 2016.

INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - PASSIVOS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	27 270	-8 771	18 500	-8 817	-10 998	-19 815
RECEITAS	124 887	95 385	220 272	89 004	95 496	184 500
DESPESAS	97 617	104 155	201 772	97 821	106 494	204 315
INVESTIMENTOS EM AÇÕES	8 843	-2 314	6 528	4 356	1 985	6 341
NEGOCIADAS NO MERCADO DOMÉSTICO	8 451	-2 280	6 171	4 473	2 138	6 611
INGRESSOS	57 658	40 904	98 562	42 615	49 234	91 849
SAÍDAS	49 206	43 184	92 390	38 142	47 096	85 238
NEGOCIADAS NO MERCADO EXTERNO (DR'S)	391	- 34	357	- 117	- 153	- 270
INGRESSOS	529	133	662	18	18	36
SAÍDAS	138	167	305	135	171	306
FUNDOS DE INVESTIMENTOS <sup>1/</sup>	1 968	1 534	3 502	1 632	2 613	4 245
INGRESSOS	3 430	2 852	6 282	2 500	3 706	6 207
SAÍDAS	1 462	1 318	2 780	868	1 094	1 962
TÍTULOS DE RENDA FIXA	16 460	-7 990	8 469	-14 804	-15 596	-30 401
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO <sup>2/</sup>	21 000	-4 704	16 296	-11 389	-15 275	-26 664
INGRESSOS	58 499	44 537	103 036	39 110	35 693	74 803
SAÍDAS	37 499	49 241	86 740	50 499	50 968	101 467
NEGOCIADOS NO MERCADO EXTERNO	-4 541	-3 287	-7 827	-3 416	- 322	-3 737
TÍTULOS SOBERANOS	-1 841	-1 576	-3 418	435	1 373	1 808
INGRESSOS	0	54	54	1 550	1 500	3 050
AMORTIZAÇÕES	1 841	1 630	3 472	1 115	127	1 242
OUTROS TÍTULOS	-2 699	-1 710	-4 410	-3 851	-1 694	-5 545
TÍTULOS DE CURTO PRAZO	485	- 174	311	182	- 235	- 53
INGRESSOS	734	509	1 243	693	418	1 110
AMORTIZAÇÕES	249	683	933	511	652	1 163
TÍTULOS DE LONGO PRAZO	-3 184	-1 536	-4 720	-4 033	-1 460	-5 493
INGRESSOS	4 037	6 395	10 432	2 518	4 927	7 445
AMORTIZAÇÕES	7 221	7 931	15 152	6 551	6 387	12 938

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui transações em que o cotista residente no exterior possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

2/ Inclui juros reinvestidos.

Outros investimentos ativos registraram aplicações líquidas de US\$ 36,9 bilhões em 2016, compreendendo concessão líquida de créditos comerciais, US\$ 34,5 bilhões, constituição de depósitos no exterior de bancos brasileiros, US\$ 1,6 bilhão, e retorno de depósitos no exterior de governo, empresas não financeiras e pessoas físicas, US\$ 671 milhões.



OUTROS INVESTIMENTOS - ATIVOS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	16 689	27 312	44 001	26 368	10 535	36 904
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM CAPITAL	125	46	172	174	583	757
MOEDA E DEPÓSITOS	5 943	9 992	15 934	10 765	-9 816	949
BANCOS	-1 111	3 476	2 364	4 593	-2 973	1 620
DEMAIS SETORES	7 054	6 516	13 570	6 173	-6 844	- 671
EMPRÉSTIMOS	- 335	- 191	- 526	1 075	- 268	807
CURTO PRAZO	- 161	- 17	- 178	1 400	- 1	1 399
LONGO PRAZO	- 174	- 174	- 348	- 325	- 267	- 592
CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS	10 774	17 632	28 406	14 453	20 068	34 521
OUTRAS CONTAS A RECEBER <sup>1/</sup>	182	- 166	16	- 99	- 32	- 131

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

Os outros investimentos passivos apresentaram ingressos líquidos de US\$ 9,8 bilhões. O crédito comercial somou desembolsos líquidos de US\$ 19,8 bilhões, ante US\$ 23,5 bilhões em 2015, com predominância dos créditos de curto prazo. Os empréstimos de longo prazo totalizaram amortizações líquidas de US\$ 17,0 bilhões. Os empréstimos de curto prazo apresentaram ingressos líquidos de US\$ 6,7 bilhões, comparativamente a amortizações líquidas de US\$ 6,5 bilhões, ocorridos no ano anterior.

OUTROS INVESTIMENTOS - PASSIVOS  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015			2016		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	16 279	4 450	20 730	11 153	-1 319	9 834
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM CAPITAL	0	0	0	0	0	0
MOEDA E DEPÓSITOS	440	-1 301	- 861	617	- 305	312
BANCOS	1 135	-1 089	47	989	652	1 641
DEMAIS SETORES <sup>1/</sup>	- 695	- 212	- 908	- 372	- 957	- 1 328
EMPRÉSTIMOS	3 384	-5 361	-1 977	- 433	-9 844	-10 276
CURTO PRAZO	1 275	-7 824	-6 549	12 469	-5 770	6 699
INGRESSOS	12 323	12 690	25 013	24 032	10 996	35 028
AMORTIZAÇÕES	11 048	20 514	31 562	11 563	16 766	28 329
LONGO PRAZO	2 109	2 463	4 572	-12 902	-4 074	-16 976
INGRESSOS	38 318	24 092	62 410	21 834	17 748	39 582
AMORTIZAÇÕES	36 208	21 629	57 838	34 736	21 822	56 558
CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS	12 446	11 098	23 544	10 953	8 814	19 767
CURTO PRAZO	12 111	10 640	22 750	10 434	8 700	19 134
LONGO PRAZO	335	459	794	519	114	633
OUTRAS CONTAS A PAGAR <sup>2/</sup>	9	14	23	15	16	31

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui depósitos de organismos internacionais.

2/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

### 1.3.5. Reservas internacionais

Ao final de 2016, as reservas internacionais somaram US\$ 365 bilhões no conceito caixa, aumento de US\$ 8,6 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui ativos decorrentes de operações de linhas com recompra, o estoque atingiu US\$ 372,2 bilhões, aumento de US\$ 3,5 bilhões relativamente a 2015. No ano, os principais fatores de variação do estoque das reservas internacionais foram as receitas de remuneração da carteira, US\$ 3 bilhões, e, no conceito caixa, o retorno de linhas com recompra, US\$ 5,1 bilhões.

#### DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS US\$ MILHÕES

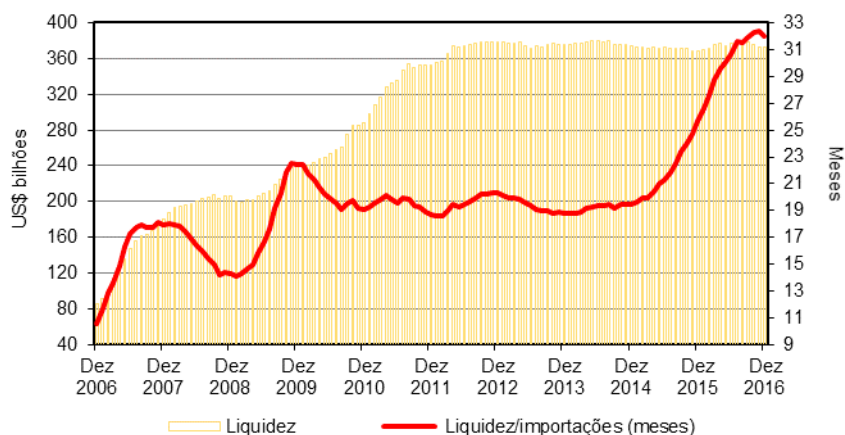
DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
I - POSIÇÃO DAS RESERVAS (FINAL DO ANO ANTERIOR)	358 808	363 551	356 464
1. COMPRAS (+)/VENDAS (-) DO BANCO CENTRAL (INTERVENÇÕES)	6 486	- 1 775	5 070
A TERMO	-	-	-
PRONTO	-	-	-
LINHAS COM RECOMPRA	6 486	- 1 775	5 070
EMPRÉSTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	-	-	-
2. OPERAÇÕES EXTERNAS DO BANCO CENTRAL	- 1 743	- 5 312	3 483
DESEMBOLSOS	386	221	221
BÔNUS	-	-	-
ORGANISMOS	386	221	221
JUROS	2 990	2 573	2 996
ORGANISMOS	-	-	-
REMUNERAÇÃO DAS RESERVAS	2 990	2 573	2 996
OUTRAS VARIAÇÕES	- 5 120	- 8 106	266
VARIAÇÕES POR PREÇO	1 724	- 773	429
VARIAÇÕES POR PARIDADES	- 7 814	- 7 883	- 1 251
DEMAIS <sup>1/</sup>	970	550	1 088
II - TOTAL DAS OPERAÇÕES DO BANCO CENTRAL (1+2)	4 743	- 7 087	8 553
III - POSIÇÃO DAS RESERVAS - CONCEITO CAIXA	363 551	356 464	365 016
IV - SALDO DE LINHAS COM RECOMPRA	10 500	12 275	7 205
V - OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO EM MOEDA ESTRANGEIRA	-	-	-
VI - POSIÇÃO DAS RESERVAS - CONCEITO LIQUIDEZ <sup>2/</sup>	374 051	368 739	372 221

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, alocações de DES e variação de derivativos financeiros.

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

#### RESERVAS INTERNACIONAIS



### 1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2016, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida externa (principal e juros) relativo a bônus emitidos pela República.

Ao longo do ano, as liquidações de serviço de dívida externa em mercado somaram US\$ 3,4 bilhões, dos quais US\$ 1,2 bilhão referentes a principal e US\$ 2,2 bilhões a juros. Cabe destacar a amortização do Global BRL16, de US\$ 730 milhões.

#### TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA<sup>1/</sup> US\$ MILHÕES

PERÍODO	PERFIL DE VENCIMENTOS			LIQUIDAÇÃO DE VENCIMENTOS		
	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	MERCADO	RESERVAS	TOTAL
2016						
JAN	786	799	1 585	1 585	-	1 585
FEV	41	41	82	82	-	82
MAR	168	42	210	210	-	210
ABR	49	122	171	171	-	171
MAI	4	69	72	72	-	72
JUN	51	40	91	91	-	91
JUL	48	823	871	871	-	871
AGO	-	41	41	41	-	41
SET	-	26	26	26	-	26
OUT	-	137	137	137	-	137
NOV	17	69	86	86	-	86
DEZ	52	2	53	53	-	53
ANO	1 215	2 210	3 424	3 424	-	3 424

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

No âmbito do programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros, foram liquidados antecipadamente US\$ 418 milhões, incluindo amortizações pelo valor de face, juros decorridos, e ágio.

#### OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA US\$ MILHÕES

PERÍODO	PRINCIPAL	JUROS	AGIO/DESÁGIO	TOTAL
2016				
JAN	-	-	-	-
FEV	41	0	- 1	40
MAR	168	2	10	181
ABR	49	1	3	53
MAI	4	0	0	4
JUN	51	2	6	59
JUL	-	-	-	-
AGO	-	-	-	-
SET	-	-	-	-
OUT	-	-	-	-
NOV	17	0	5	23
DEZ	52	2	6	59
ANO	382	7	29	418

Fonte: Banco Central do Brasil.

### 1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2016, a dívida externa bruta alcançou US\$ 338,3 bilhões, aumento de US\$ 3,6 bilhões em relação a dezembro de 2015. Nesse período, a dívida externa de longo prazo diminuiu US\$ 11,4 bilhões, somando US\$ 272,2 bilhões; a dívida de curto prazo cresceu US\$ 14,9 bilhões, situando-se em US\$ 66,1 bilhões. O estoque de endividamento externo intercompanhia aumentou US\$ 12,1 bilhões, atingindo US\$ 217,9 bilhões.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2016, 61,9% referiam-se a empréstimos, 36,2% a títulos de dívida, 1,5% a alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e 0,5% a crédito comercial.

No período em análise, a variação na dívida externa de longo prazo resultou, principalmente, de reduções em empréstimos e títulos, tanto devidos por bancos, US\$ 9,1 bilhões e US\$ 5,5 bilhões, quanto por outros setores, US\$ 4,2 bilhões e US\$ 1,2 bilhão; além do aumento de US\$ 8,2 bilhões em títulos do Governo.

Cabe ressaltar a adoção da cotação de mercado como critério de valoração para os títulos soberanos, em conformidade com a metodologia internacional de estatísticas do setor externo e dívida externa<sup>2</sup>. Em função da disponibilidade de informações, a valoração por mercado foi inicialmente implementada para papéis de emissão da República, devendo, futuramente, ser estendida para títulos de emissão corporativa.

<sup>2</sup> Sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos do FMI (BPM6) e Guia de Dívida Externa (EDS 2013).

DÍVIDA EXTERNA BRUTA  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	SET-2016
A. DÍVIDA EXTERNA BRUTA (B+C)	312 650	352 821	334 745	338 320
B. DÍVIDA DE LONGO PRAZO	279 913	295 038	283 605	272 242
GOVERNO GERAL	67 795	75 476	64 098	72 808
TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	39 560	42 049	29 676	37 851
EMPRÉSTIMOS	28 183	33 363	34 378	34 920
CRÉDITO COMERCIAL	52	64	44	37
BANCO CENTRAL	4 446	4 183	4 001	4 030
EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
ALOCAÇÕES DES	4 446	4 183	4 001	4 030
BANCOS	97 376	101 856	99 864	85 263
TÍTULOS DE DÍVIDA	42 875	40 940	39 094	33 598
EMPRÉSTIMOS	54 501	60 916	60 770	51 665
OUTROS SETORES	110 296	113 524	115 642	110 142
TÍTULOS DE DÍVIDA	31 936	30 979	28 232	27 005
EMPRÉSTIMOS	76 741	81 096	86 047	81 841
CRÉDITO COMERCIAL	1 620	1 448	1 363	1 296
C. DÍVIDA DE CURTO PRAZO	32 736	57 783	51 140	66 078
BANCO CENTRAL	132	137	109	107
MOEDA E DEPÓSITOS	132	137	109	107
BANCOS	32 599	54 884	47 497	62 100
TÍTULOS DE DÍVIDA	-	370	244	422
EMPRÉSTIMOS	31 827	53 709	46 829	60 974
MOEDA E DEPÓSITOS	772	805	423	705
OUTROS SETORES	5	2 762	3 534	3 870
TÍTULOS DE DÍVIDA	-	84	509	546
EMPRÉSTIMOS	5	2 678	3 025	3 324
CRÉDITO COMERCIAL	-	-	-	-
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	174 146	207 756	205 711	217 860
E. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES				
INTERCOMPANHIA (A+D)	486 795	560 577	540 456	556 180
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO				
DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -				
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS	134 643	152 078	124 645	132 333
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES				
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA				
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS				
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	621 439	712 655	665 101	688 513

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Cotados a valor de mercado.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO DEVEDOR E DO CREDOR  
 POSIÇÃO: 30/09/2016  
 US\$ MILHÕES

DEVEDOR	CREDOR		
	ORGANISMOS	AGÊNCIAS	BANCOS
A. DÍVIDA DE LONGO PRAZO	39 852	15 996	105 818
SETOR PÚBLICO	35 968	9 452	24 539
NÃO BANCÁRIO	32 080	7 505	4 346
TESOURO NACIONAL	1 150	49	708
BANCO CENTRAL	4 030	-	-
EMPRESAS PÚBLICAS	1 646	6 289	-
ESTADOS E MUNICÍPIOS	25 254	1 168	3 638
BANCÁRIO	3 888	1 947	20 192
SETOR PRIVADO	3 884	6 545	81 279
NÃO BANCÁRIO	2 337	5 948	62 857
BANCÁRIO	1 547	597	18 422
B. DÍVIDA DE CURTO PRAZO	222	20	64 700
SETOR PÚBLICO	107	-	5 585
NÃO BANCÁRIO	107	-	-
BANCÁRIO	-	-	5 585
SETOR PRIVADO	115	20	59 115
NÃO BANCÁRIO	0	20	3 284
BANCÁRIO	115	-	55 831
C. DÍVIDA EXTERNA BRUTA	40 074	16 016	170 518
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	-	-	-
E. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OP. INTERCOMPANHIA (C+D)	40 074	16 016	170 518
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO			
DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -			
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS	-	-	-
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES			
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA			
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS			
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	40 074	16 016	170 518
			(CONTINUA)

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO DEVEDOR E DO CREDOR (CONTINUAÇÃO)  
 POSIÇÃO: 30/09/2016  
 US\$ MILHÕES

DEVEDOR	CREDOR		
	DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	TOTAL
A. LONGO PRAZO	98 426	12 150	272 242
SETOR PÚBLICO	52 515	2 990	125 463
NÃO BANCÁRIO	41 091	2 990	88 013
TESOURO NACIONAL	37 851	4	39 762
BANCO CENTRAL	-	-	4 030
EMPRESAS PÚBLICAS	3 240	-	11 175
ESTADOS E MUNICÍPIOS	-	2 986	33 046
BANCÁRIO	11 424	0	37 451
SETOR PRIVADO	45 911	9 160	146 779
NÃO BANCÁRIO	23 765	4 060	98 967
BANCÁRIO	22 146	5 100	47 812
B. CURTO PRAZO	968	167	66 078
SETOR PÚBLICO	-	-	5 692
NÃO BANCÁRIO	-	-	107
BANCÁRIO	-	-	5 585
SETOR PRIVADO	968	167	60 385
NÃO BANCÁRIO	546	20	3 870
BANCÁRIO	422	147	56 515
C. DÍVIDA EXTERNA BRUTA	99 395	12 317	338 320
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	5 328	212 532	217 860
E. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OP. INTERCOMPANHIA (C+D)	104 722	224 849	556 180
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO			
DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -			
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS	132 333	-	132 333
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES			
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA			
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS			
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	237 056	224 849	688 513

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

Em setembro de 2016, considerado o estoque de dívida externa bruta, o setor privado figurava como maior devedor, responsável por 61,2% do total, acumulando US\$ 146,8 bilhões em recursos contratados originalmente no longo prazo, e US\$ 60,4 bilhões em operações de curto prazo. A dívida externa do setor público, 38,8% da dívida externa bruta, era composta quase na totalidade por recursos originalmente contratados no longo prazo.

A dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro atingiu US\$ 88 bilhões ao final do terceiro trimestre de 2016. Desse total, 45,2% eram devidos pelo Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 37,5% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com predomínio de créditos concedidos por organismos internacionais. A dívida de estatais somava 12,7%, majoritariamente composta por empréstimos e financiamentos tomados junto a agências governamentais. A dívida do Banco Central, equivalente a 4,6% do estoque detido pelo setor público não-financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI. Trata-se de um passivo meramente contábil, com ativo de mesmo valor integrando o estoque de reservas internacionais. Esse passivo é exigido apenas se o Brasil deixar de ser membro do FMI.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA PÚBLICA**  
**US\$ MILHÕES**

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	SET-2016
DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA	115 712	130 293	124 486	141 203	129 276	132 091
GOVERNO FEDERAL (CONTRATADA DIRETAMENTE)	54 172	57 548	42 346	44 473	31 858	39 762
ESTADOS E MUNICÍPIOS	15 048	20 375	25 449	31 002	32 240	33 046
DIRETA	2	0	66	2 643	2 991	3 103
COM AVAL	15 047	20 375	25 383	28 360	29 249	29 943
AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E						
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	44 664	50 409	54 979	63 713	63 762	58 348
DIRETA	32 420	38 622	43 522	52 844	53 412	48 176
COM AVAL	12 244	11 787	11 457	10 869	10 349	10 171
SETOR PRIVADO (COM AVAL DO SETOR PÚBLICO)	1 828	1 961	1 712	2 014	1 417	936
TÍTULOS PÚBLICOS DE RENDA FIXA, NEGOCIADOS NO						
MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES						
- DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS	99 048	112 437	131 717	147 479	120 455	127 679
DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA E TÍTULOS PÚBLICOS DE						
RENDA FIXA, NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO,						
DETIDOS POR NÃO RESIDENTES	214 760	242 730	256 203	288 682	249 731	259 770
MEMO:						
DIRETA	185 642	208 608	217 652	247 439	208 716	218 720
COM AVAL	29 118	34 122	38 551	41 243	41 015	41 051
PELO GOVERNO FEDERAL	27 409	32 197	36 780	39 157	39 556	40 067
PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	-	-	66	80	71	69
PELAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E						
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	1 709	1 925	1 705	2 006	1 388	915

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida contratada com aval do setor público totalizou, em setembro de 2016, US\$ 41,1 bilhões, dos quais apenas US\$ 936 milhões eram constituídos por dívida do setor privado.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR  
 POSIÇÃO: 30/09/2016  
 US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2016 (OUT-DEZ)	2017	2018	2019	2020
A. DÍVIDA DE LONGO PRAZO	272 242	14 826	53 792	32 285	28 786	23 715
SETOR PÚBLICO	125 463	2 014	10 644	7 463	13 414	6 807
NÃO BANCÁRIO	88 013	1 061	6 090	3 926	8 238	3 410
TESOURO NACIONAL	39 762	89	2 624	352	3 336	460
BANCO CENTRAL	4 030	-	-	-	-	-
EMPRESAS PÚBLICAS	11 175	612	1 894	1 748	2 698	685
ESTADOS E MUNICÍPIOS	33 046	360	1 572	1 826	2 205	2 265
BANCÁRIO	37 451	953	4 554	3 537	5 176	3 397
SETOR PRIVADO	146 779	12 812	43 147	24 823	15 372	16 908
NÃO BANCÁRIO	98 967	8 488	24 660	18 834	11 490	10 009
BANCÁRIO	47 812	4 324	18 487	5 989	3 882	6 899
B. DÍVIDA DE CURTO PRAZO	66 078	15 371	50 706	-	-	-
SETOR PÚBLICO	5 692	1 428	4 264	-	-	-
NÃO BANCÁRIO	107	107	-	-	-	-
BANCÁRIO	5 585	1 321	4 264	-	-	-
SETOR PRIVADO	60 385	13 943	46 442	-	-	-
NÃO BANCÁRIO	3 870	1 273	2 597	-	-	-
BANCÁRIO	56 515	12 670	43 845	-	-	-
C. DÍVIDA EXTERNA BRUTA (A+B)	338 320	30 198	104 498	32 285	28 786	23 715
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS	217 860	13 010	33 104	41 193	41 199	21 026
E. DÍVIDA TOTAL + OP. INTERCOMPANHIAS (C+D)	556 180	43 208	137 602	73 478	69 984	44 741
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO						
DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -						
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS <sup>1/</sup>	132 333	...	...	...	...	...
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES						
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA						
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS						
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	688 513	...	...	...	...	...

Fonte: Banco Central do Brasil.

(CONTINUA)



DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR (CONTINUAÇÃO)  
 POSIÇÃO: 30/09/2016  
 US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	POSTERIORES E VENCIDOS
A. DÍVIDA DE LONGO PRAZO	15 299	14 673	13 422	11 096	11 621	52 727
SETOR PÚBLICO	9 894	5 605	9 086	8 060	8 377	44 100
NÃO BANCÁRIO	8 742	3 504	4 506	4 618	7 435	36 482
TESOURO NACIONAL	4 423	897	2 045	2 434	5 570	17 532
BANCO CENTRAL	-	-	-	-	-	4 030
EMPRESAS PÚBLICAS	2 007	230	230	173	140	759
ESTADOS E MUNICÍPIOS	2 313	2 376	2 231	2 011	1 725	14 161
BANCÁRIO	1 151	2 101	4 581	3 441	941	7 618
SETOR PRIVADO	5 406	9 068	4 336	3 037	3 245	8 627
NÃO BANCÁRIO	4 891	5 120	3 601	2 542	1 769	7 563
BANCÁRIO	515	3 948	734	495	1 475	1 064
B. DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	-	-	-	-	-
SETOR PÚBLICO	-	-	-	-	-	-
NÃO BANCÁRIO	-	-	-	-	-	-
BANCÁRIO	-	-	-	-	-	-
SETOR PRIVADO	-	-	-	-	-	-
NÃO BANCÁRIO	-	-	-	-	-	-
BANCÁRIO	-	-	-	-	-	-
C. DÍVIDA EXTERNA BRUTA (A+B)	15 299	14 673	13 422	11 096	11 621	52 727
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS	13 115	19 998	8 984	9 133	7 918	9 181
E. DÍVIDA TOTAL + OP. INTERCOMPANHIAS (C+D)	28 414	34 671	22 406	20 229	19 539	61 908
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO						
DOMÉSTICO, DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -						
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS <sup>1/</sup>	...	...	...	...	...	...
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES						
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA						
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS						
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	...	...	...	...	...	...

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Cronograma de pagamentos não disponível.

Conforme esquema de amortização da dívida externa bruta de longo prazo, posição de setembro de 2016, 56,3% dos vencimentos ocorrem nos quatro anos iniciais, no período de outubro de 2016 a dezembro de 2020. Nesse período, 73,7% das amortizações previstas são compromissos assumidos pelo setor privado, restando 26,3% ao setor público não-financeiro.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO CREDOR  
 POSIÇÃO: 30/09/2016  
 US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2016 (OUT-DEZ)	2017	2018	2019	2020
A. DÍVIDA DE LONGO PRAZO	272 242	14 826	53 792	32 285	28 786	23 715
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	39 852	709	2 577	2 851	2 530	2 909
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	15 996	666	2 751	2 740	3 250	1 435
BANCOS	105 818	10 241	35 216	17 153	10 324	8 993
DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	98 426	2 537	9 864	7 863	11 720	9 473
OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	12 150	673	3 384	1 677	962	905
B. DÍVIDA DE CURTO PRAZO	66 078	15 371	50 706	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	222	202	20	-	-	-
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	20	10	10	-	-	-
BANCOS	64 700	14 826	49 874	-	-	-
DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	968	323	645	-	-	-
OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	167	9	158	-	-	-
C. DÍVIDA TOTAL (A+B)	338 320	30 198	104 498	32 285	28 786	23 715
D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS	217 860	13 010	33 104	41 193	41 199	21 026
E. DÍVIDA TOTAL + OP. INTERCOMPANHIAS (C+D)	556 180	43 208	137 602	73 478	69 984	44 741
F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO						
DOMÉSTICO E DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -						
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS <sup>3/</sup>	132 333	...	...	...	...	...
G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES						
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA						
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS						
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	688 513	...	...	...	...	...
						(CONTINUA)

Fonte: Banco Central do Brasil.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO CREDOR (CONTINUAÇÃO)**  
**POSIÇÃO: 30/09/2016**  
**US\$ MILHÕES**

DISCRIMINAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	POSTERIORES E VENCIDOS
<b>A. DÍVIDA DE LONGO PRAZO</b>	15 299	14 673	13 422	11 096	11 621	52 727
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	2 243	2 075	1 993	1 839	1 748	18 377
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	1 062	840	619	533	478	1 622
BANCOS	3 448	3 508	4 223	3 091	962	8 660
DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	7 568	7 246	5 725	5 125	8 136	23 168
OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	979	1 003	861	509	298	900
<b>B. DÍVIDA DE CURTO PRAZO</b>	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	-	-	-	-	-	-
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-
BANCOS	-	-	-	-	-	-
DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	-	-	-	-	-	-
OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	-	-	-	-	-	-
<b>C. DÍVIDA TOTAL (A+B)</b>	15 299	14 673	13 422	11 096	11 621	52 727
<b>D. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIAS</b>	13 115	19 998	8 984	9 133	7 918	9 181
<b>E. DÍVIDA TOTAL + OP. INTERCOMPANHIAS (C+D)</b>	28 414	34 671	22 406	20 229	19 539	61 908
<b>F. TÍTULOS DE RENDA FIXA NEGOCIADOS NO MERCADO</b>						
DOMÉSTICO E DETIDOS POR NÃO RESIDENTES -						
DENOMINADOS E LIQUIDADOS EM REAIS <sup>3/</sup>	...	...	...	...	...	...
<b>G. DÍVIDA EXTERNA BRUTA, INCLUSIVE OPERAÇÕES</b>						
INTERCOMPANHIA E TÍTULOS DE RENDA FIXA						
NEGOCIADOS NO MERCADO DOMÉSTICO, DETIDOS						
POR NÃO RESIDENTES G=(E+F)	...	...	...	...	...	...

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

3/ Cronograma de pagamentos não disponível.

Os maiores credores da dívida externa brasileira são empresas do mesmo grupo econômico do devedor, seguidos por bancos e detentores de títulos de dívida. Papéis e empréstimos concedidos por organismos internacionais destacam-se por apresentar perfil temporal mais longo que o crédito bancário externo.

**PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO**  
**US\$ MILHÕES**

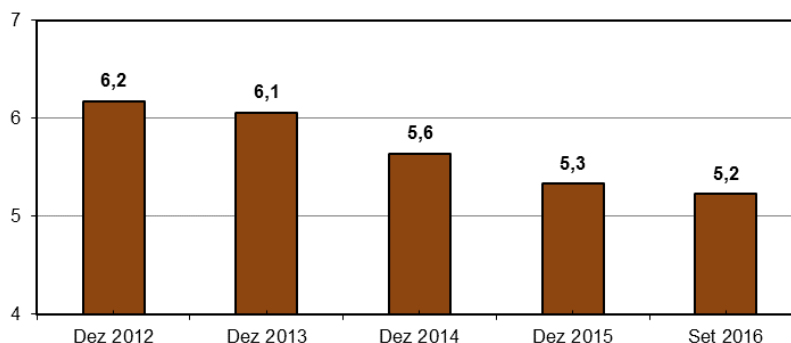
DISCRIMINAÇÃO	2016-SET	PRAZO MÉDIO (ANOS)
<b>A. DÍVIDA EXTERNA BRUTA</b>	338 320	5,2
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	40 074	9,0
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	16 016	4,4
BANCOS	170 518	2,6
DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA <sup>1/</sup>	99 395	8,6
OUTROS CREDORES <sup>2/</sup>	12 317	4,2
<b>B. OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA</b>	217 860	4,3
<b>C. DÍVIDA EXTERNA BRUTA + OP. INTERCOMPANHIA (A+B)</b>	556 180	4,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

### PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO

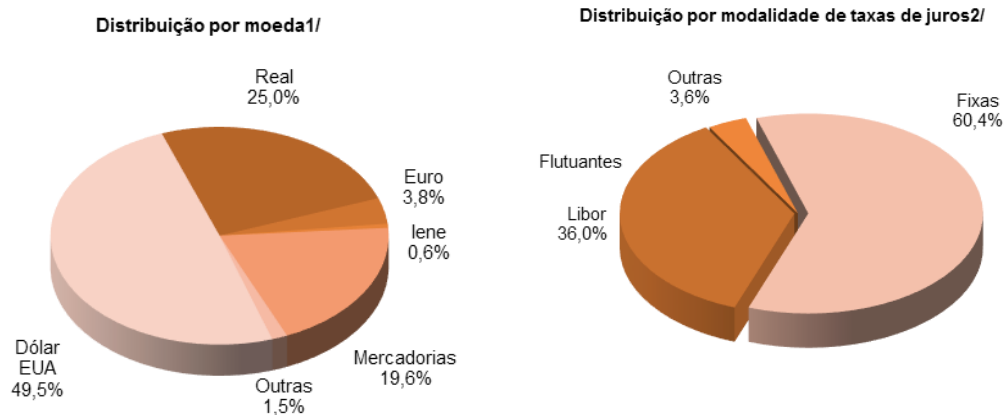


O prazo médio da dívida externa bruta reduziu-se de 5,3 para 5,2 anos entre as posições de dezembro de 2015 e setembro de 2016. O setor bancário deteve o menor prazo médio, 2,6 anos, enquanto créditos concedidos por organismos internacionais apresentaram o prazo médio mais dilatado, nove anos.

Na composição por moedas da dívida externa, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos reduziu-se de 51,1% para 49,5% entre dezembro de 2015 e setembro de 2016. A parcela das dívidas denominadas em reais aumentou de 23,1% para 25%. No mesmo período, a cota das dívidas cujo pagamento se dará em mercadorias, portanto, que não exercem pressão sobre o mercado cambial, caiu de 20,1% para 19,6%, enquanto a das contratadas em euro subiu para 3,8%.

A proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes recuou de 40,3% do total, em dezembro de 2015, para 39,6%, em setembro de 2016. Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas subiu de 59,7% para 60,4%. Considerando-se apenas a dívida contratada com taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 90,8%.

### COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA SETEMBRO DE 2016



1/ Inclui tanto títulos de renda fixa emitidos no País quanto depósitos, quando de titularidade de não residentes.

2/ Exclui tanto títulos de renda fixa emitidos no País quanto depósitos, quando de titularidade de não residentes.

O estoque de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico, denominados e liquidados em reais, e detidos por investidores não residentes atingiu US\$ 132,3 bilhões, em setembro de 2016, ante US\$ 124,6 bilhões apurados em 2015. Cabe ressaltar a influência da trajetória da taxa de

câmbio sobre a evolução do passivo externo denominado em moeda doméstica, e a transferência do risco cambial ao investidor não residente. Em setembro de 2016, o estoque de títulos em circulação no mercado doméstico, detidos por não residentes, permaneceu superior ao montante de títulos da dívida externa privada brasileira negociados no mercado internacional, evidenciando a demanda externa por ativos em reais.

A incorporação de estoques de dívida externa de menor nível de risco – operações intercompanhia e títulos denominados e liquidados em reais, no mercado doméstico – à dívida externa bruta, resultou em estoque total de US\$ 689 bilhões em setembro de 2016, ante US\$ 665,1 bilhões em dezembro de 2015.

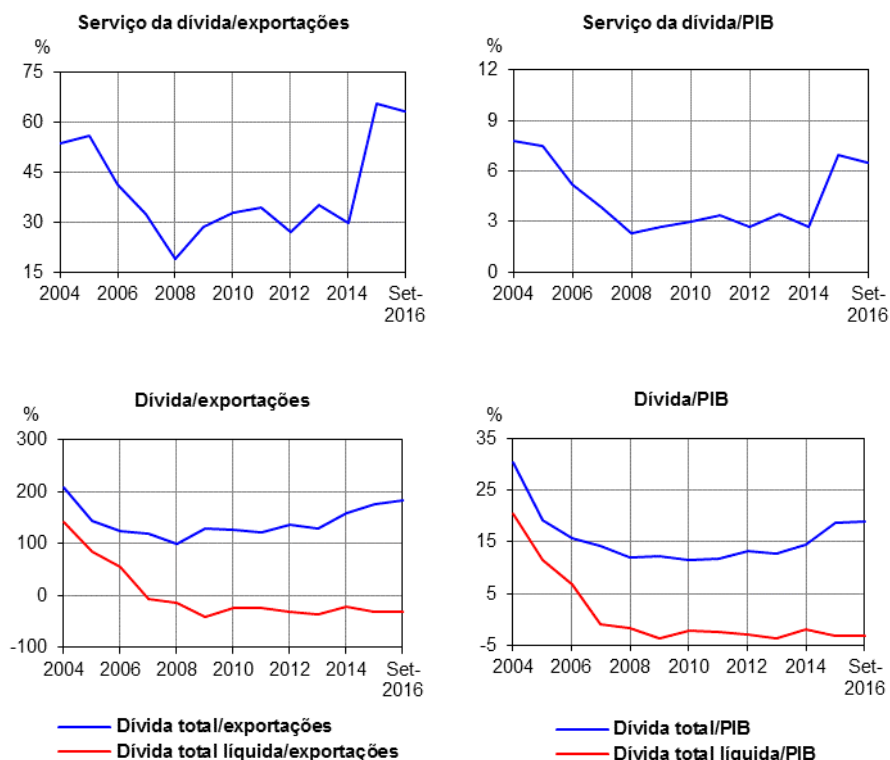
### 1.3.8. Indicadores de endividamento

Em função dos níveis de risco e grau de exigibilidade, os indicadores de endividamento foram construídos a partir da dívida externa emitida em mercado internacional, excetuando-se as operações entre empresas de mesmo grupo econômico.

Na comparação entre as posições de setembro de 2016 e dezembro de 2015, os indicadores de endividamento apresentaram variações dispersas, dado que, a despeito do aumento no estoque de dívida externa bruta, houve redução naqueles relacionados à dívida externa líquida e ao serviço da dívida.

A dívida externa bruta em relação ao PIB aumentou de 18,6% para 18,8%, devido ao crescimento de 1,1% da dívida externa bruta e da retração de 0,1% do PIB medido em dólares. O serviço da dívida declinou 6,2%, enquanto o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 2,6%, decaindo a participação do serviço da dívida nas exportações, de 65,6% para 63,1%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB diminuiu de 6,9 para 6,5, no período. O indicador da dívida externa bruta em relação às exportações aumentou de 176,1% para 182,8%. A dívida externa líquida de ativos, que em dezembro de 2015 era superavitária em US\$ 57,8 bilhões e representava -30,4% do valor das exportações, aumentou a participação superavitária para -31,4%, em setembro de 2016; enquanto, em percentagem do PIB, manteve a participação superavitária em -3,2%.

#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO



INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO<sup>1/</sup>  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	SET-2016
SERVIÇO DA DÍVIDA <sup>2/</sup>	87 503	65 114	85 122	66 692	124 634	116 853
AMORTIZAÇÕES	74 161	50 963	70 890	52 073	110 105	103 000
JUROS BRUTOS	13 342	14 151	14 232	14 618	14 529	13 853
DÍVIDA EXTERNA DE LONGO PRAZO (A)	269 438	295 008	279 913	295 038	283 605	272 242
DÍVIDA EXTERNA DE CURTO PRAZO (B)	40 210	32 661	32 736	57 783	51 140	66 078
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (C)=(A+B)	309 648	327 669	312 650	352 821	334 745	338 320
RESERVAS INTERNACIONAIS - CONCEITO LIQUIDEZ (D)	352 012	378 613	375 794	374 051	368 739	377 797
RESERVAS INTERNACIONAIS - CONCEITO CAIXA	352 012	373 147	358 808	363 551	356 464	370 417
CRÉDITOS BRASILEIROS NO EXTERIOR (E)	2 194	2 069	1 892	1 629	1 474	1 494
HAVERES DE BANCOS COMERCIAIS (F)	16 866	21 876	25 376	22 889	22 302	17 086
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (G)=(C-D-E-F)	-61 425	-74 890	-90 411	-45 747	-57 769	-58 057
EXPORTAÇÕES <sup>2/</sup>	256 040	242 283	241 577	224 098	190 092	185 103
PIB <sup>2/</sup>	2614 482	2463 549	2468 456	2454 846	1797 601	1796 248
INDICADORES (EM PORCENTAGEM)						
SERVIÇO DA DÍVIDA / EXPORTAÇÕES	34,2	26,9	35,2	29,8	65,6	63,1
SERVIÇO DA DÍVIDA / PIB	3,3	2,6	3,4	2,7	6,9	6,5
DÍVIDA EXTERNA / EXPORTAÇÕES	120,9	135,2	129,4	157,4	176,1	182,8
DÍVIDA EXTERNA BRUTA / PIB	11,8	13,3	12,7	14,4	18,6	18,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / EXPORTAÇÕES	- 24,0	- 30,9	- 37,4	- 20,4	- 30,4	- 31,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	- 2,3	- 3,0	- 3,7	- 1,9	- 3,2	- 3,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a operações intercompanhia.

2/ Para setembro de 2016, acumulado em 12 meses.

### 1.3.9. Captações externas

Após ausentar-se do mercado internacional em 2015, a República Federativa do Brasil emitiu US\$ 3 bilhões em 2016, em dois títulos: Global 26, prazo de dez anos e prêmio de risco de 420 pontos-base, e Global 47, prazo de 30 anos e prêmio de risco de 357 pontos-base.

#### EMISSIONES DA REPÚBLICA

DISCRIMINAÇÃO	DATA DE INGRESSO	DATA DE VENCIMENTO	PRAZO ANOS	VALOR US\$ MILHÕES	CUPOM % A.A.	SPREAD SOBRE US TREASURY (P.B.)
GLOBAL 26	17.03.2016	07.04.2026	10	1 500	6,000	420
GLOBAL 47	28.07.2016	21.02.2047	30	1 500	5,625	357

Fonte: Banco Central do Brasil.

### 1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2015 e setembro de 2016, o passivo externo líquido mensurado pela PII aumentou 46%, de US\$ 478 bilhões para US\$ 698 bilhões. O resultado decorreu do crescimento de US\$ 251 bilhões do estoque de passivos, influenciado pelos efeitos da apreciação cambial de 16,9% sobre os instrumentos denominados em moeda doméstica e da elevação em montante inferior, US\$ 31,3 bilhões, no estoque de ativos.

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	SET 2016
POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL (A-B)	- 740 736	- 775 553	- 477 767	- 697 752
ATIVO (A) <sup>1/</sup>	759 523	766 387	752 727	783 996
INVESTIMENTO DIRETO NO EXTERIOR	300 791	299 748	288 509	309 482
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL <sup>2/</sup>	278 331	275 532	264 853	283 814
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	22 461	24 216	23 656	25 669
INVESTIMENTOS EM CARTEIRA	25 437	28 241	24 840	24 402
AÇÕES	16 930	18 622	18 916	18 134
BANCOS, EXCETO BANCO CENTRAL	4 007	3 763	3 581	3 327
DEMAIS SETORES	12 923	14 859	15 335	14 807
TÍTULOS DE DÍVIDA	8 507	9 618	5 924	6 269
BANCOS, EXCETO BANCO CENTRAL	5 033	5 254	2 335	2 381
CURTO PRAZO	1 466	3 014	1 175	1 233
LONGO PRAZO	3 567	2 239	1 160	1 148
DEMAIS SETORES	3 474	4 365	3 589	3 888
CURTO PRAZO	2 758	3 336	2 830	3 032
LONGO PRAZO	716	1 028	759	856
DERIVATIVOS FINANCEIROS (EXCETO RESERVAS)	647	609	887	935
OUTROS INVESTIMENTOS	73 841	74 238	82 026	78 759
MOEDA E DEPÓSITOS	35 998	37 300	45 718	37 814
BANCOS, EXCETO BANCO CENTRAL	18 612	17 106	18 640	13 529
DEMAIS SETORES	17 386	20 194	27 078	24 284
EMPRÉSTIMOS	23 365	22 774	22 113	25 032
BANCOS, EXCETO BANCO CENTRAL	32	1	-	-
GOVERNO GERAL	1 726	1 470	1 314	1 357
DEMAIS SETORES	21 607	21 304	20 799	23 676
CRÉDITO COMERCIAL E ADIANTAMENTOS	8 420	7 949	7 130	8 123
CURTO PRAZO	7 792	6 947	6 143	7 183
LONGO PRAZO	628	1 003	987	940
OUTROS ATIVOS	6 059	6 214	7 066	7 790
ATIVOS DE RESERVAS	358 808	363 551	356 464	370 417

Fonte: Banco Central do Brasil.

(CONTINUA)

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL (CONTINUAÇÃO)  
US\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	SET 2016
PASSIVO (B)	1 500 259	1 541 940	1 230 494	1 481 748
INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS	741 436	739 201	614 975	764 204
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL <sup>3/</sup>	567 290	531 445	409 265	546 344
OPERAÇÕES INTERCOMPANHIA	174 146	207 756	205 711	217 860
INVESTIMENTOS EM CARTEIRA	554 249	526 356	366 308	475 757
AÇÕES	305 235	259 856	143 909	244 000
NO PAÍS	203 425	181 438	109 364	185 541
NO EXTERIOR	101 810	78 417	34 545	58 459
TÍTULOS DE DÍVIDA	249 014	266 500	222 399	231 756
NO PAÍS <sup>4/</sup>	134 643	152 078	124 645	132 333
NO EXTERIOR	114 371	114 423	97 754	99 423
DERIVATIVOS FINANCEIROS (EXCETO RESERVAS)	6 296	37 984	12 219	2 890
OUTROS INVESTIMENTOS	198 279	238 399	236 991	238 897
MOEDA E DEPÓSITOS	860	896	519	808
BANCO CENTRAL	88	91	96	103
BANCOS	772	805	423	705
EMPRÉSTIMOS	191 301	231 808	231 064	232 727
BANCOS, EXCETO BANCO CENTRAL	86 328	114 624	107 600	112 638
CURTO PRAZO	31 827	53 709	46 829	60 974
LONGO PRAZO	54 501	60 916	60 770	51 665
GOVERNO GERAL	28 183	33 363	34 378	34 920
CURTO PRAZO	-	-	-	-
LONGO PRAZO	28 183	33 363	34 378	34 920
DEMAIS SETORES	76 790	83 821	89 086	85 169
CURTO PRAZO	50	2 724	3 039	3 328
LONGO PRAZO	76 741	81 096	86 047	81 841
CRÉDITO COMERCIAL E ADIANTAMENTOS	1 672	1 512	1 407	1 333
OUTROS PASSIVOS	-	-	-	-
DIREITOS ESPECIAS DE SAQUE	4 446	4 183	4 001	4 030

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Contempla dados recolhidos via pesquisa de Capitais Brasileiros no Exterior, até a posição de dezembro de 2015.

2/ Inclui posições de cotistas residentes no Brasil com 10% ou mais do PL de um fundo de investimento no exterior.

3/ Inclui posições de cotistas não residentes com 10% ou mais do PL de um fundo de investimento no Brasil.

4/ Fontes: CVM para títulos de emissor privado e Selic para títulos de emissor público.

Nos passivos, mereceram destaque as elevações do investimento direto no País, sob a forma de participação no capital, US\$ 137,1 bilhões, e sob a forma de operações intercompanhia, US\$ 12,1 bilhões; ações no País, US\$ 76,2 bilhões, e ações no exterior, US\$ 23,9 bilhões.

No período analisado, destacaram-se os incrementos de US\$ 19 bilhões verificados nos investimentos diretos no exterior – participação no capital e de US\$ 14 bilhões nos ativos de reservas.



## 1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

### 1.4.1. Retorno de Haveres originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas implementados no âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta.

LEI Nº 8.727/93 - R\$ MIL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	RECEBIMENTOS
RECEITAS DA UNIÃO - FONTE 159	641.143
DEMAIS CREDORES - FONTE 173	1.074.255
TOTAL	1.715.399

Fonte: MF/STN.

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais (fonte 173), exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna (fonte 159). Para o exercício de 2016 estavam previstos recebimentos da ordem de R\$ 2.610.725 mil, enquanto o realizado somou R\$ 1.715.399 mil, distribuídos conforme disposto na tabela acima. Os recebimentos a menor decorrem de amortizações extraordinárias previstas e não concretizadas ao longo do exercício.

Lei nº 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados no âmbito do Proes - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Medida Provisória nº 2.192-70/2001) integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamento firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2016 a União recebeu o total de R\$ 14.791.191 mil (fonte 173).

Em relação ao previsto, os recebimentos foram frustrados em R\$ 6.260.653 mil. A arrecadação menor do que a prevista para o programa da Lei nº 9.496/97 foi causada pela obtenção, por vários mutuários, de mandados de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a metodologia de atualização dos saldos devedores, o que comprometeu o pagamento das parcelas devidas no período de abril/2016 a junho/2016, e pela aplicação antecipada das condições previstas no PLC no 257/16, depois aprovada como LC no 156/2016.

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios.

Ao longo do exercício de 2016, a União recebeu R\$ 2.877.786 mil (fonte 173), enquanto o previsto era R\$ 3.162.279 mil. Os recebimentos a menor se justificam pela adesão, até 31/12/2016, de 47 Municípios à LC nº 148/2014, que implicou concessão de descontos e alteração de encargos contratuais, tendo como resultado a diminuição dos valores pagos à União.

Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998.

No exercício de 2016, o Tesouro Nacional recebeu R\$ 1.406.285 mil (fonte 173).

### 1.4.2. Retorno de Haveres originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito do acordo: Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP), para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994.

Para o programa, foi ressarcido no exercício de 2016 pelos devedores originais, ao Tesouro Nacional, o montante de R\$ 239.407 mil. O valor previsto para o exercício foi de R\$ 268.138 mil. Os recebimentos abaixo do previsto são explicados pela acentuada desvalorização do dólar em 2016, ocasionando prestações mais baixas, já que a dívida da DMLP é indexada à variação das cotações daquela moeda.

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA - R\$ MIL

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	RECEBIMENTOS
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - DMLP	239.407

Fonte: MF/STN.

### 1.4.3. Retorno de Haveres originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe).

No exercício de 2016 foram ressarcidos ao Tesouro Nacional R\$ 3.890 mil e R\$ 122.748 mil, referentes ao Acordo Brasil-França e ao Pnafe, respectivamente.

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS - R\$ MIL

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	RECEBIMENTOS
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	3.890
PNAFE	122.748
TOTAL	126.638

Fonte: MF/STN.

#### 1.4.4. Retorno de Haveres originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento.

Durante o exercício de 2016 foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativos aos ativos em foco, R\$ 143.243 mil (fonte 159).

#### 1.4.5. Retorno de Haveres originados da aquisição de Participações Governamentais

Cabe à União receber créditos originários de participações governamentais devidos aos Estados do Rio de Janeiro (originários de royalties e participações especiais), Paraná (referente a compensações financeiras e royalties de Itaipu), e Mato Grosso do Sul (decorrentes de compensações financeiras e royalties de Itaipu), de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2016, o Tesouro Nacional recebeu, referente a este programa, R\$ 1.630.604 mil (fonte 159), distribuídos conforme disposto na tabela a seguir:

##### CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS – R\$ MIL

ESTADO DE ORIGEM	RECEBIMENTOS
MATO GROSSO DO SUL	37.941
PARANÁ	555.682
RIO DE JANEIRO	1.036.982
<b>TOTAL</b>	<b>1.630.604</b>

Fonte: MF/STN.

#### 1.4.6. Outros Haveres

Honra de Garantias – Operações Interna e Externa - Valores recuperados pela União referentes a avais honrados pelo Tesouro Nacional em

decorrência de empréstimos inadimplidos de responsabilidade dos entes subnacionais junto a instituições financeiras brasileiras e estrangeiras. A recuperação dos recursos despendidos pela União ocorre, quando necessário, por meio da execução das contragarantias oferecidas por esses entes subnacionais – receitas próprias e de transferências, vinculadas mediante contrato.

Durante o exercício de 2016 foram recuperados pela União R\$ 1.424.947 mil e 588.833 mil, referentes a avais honrados relativos a empréstimos internos e externos, respectivamente, inadimplidos pelos entes subnacionais.

##### REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS - R\$ MIL

HONRA DE AVAL	RECEBIMENTOS
HONRA GARANTIA - OP. INTERNA	1.424.947
HONRA GARANTIA - OP. EXTERNA	588.833
<b>TOTAL</b>	<b>2.013.780</b>

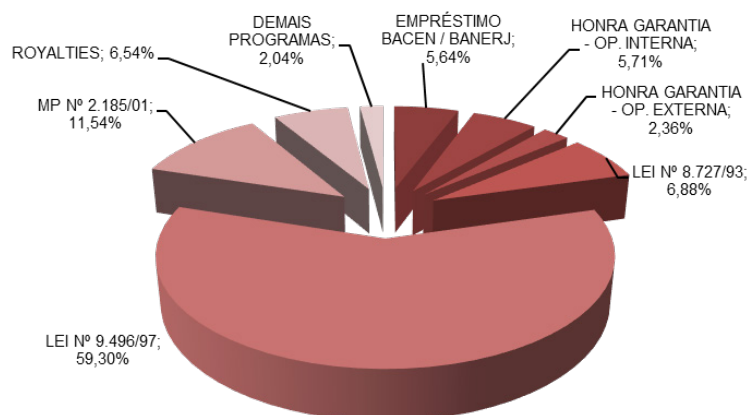
Fonte: MF/STN.

##### HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2016 CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES (EM R\$ MIL)

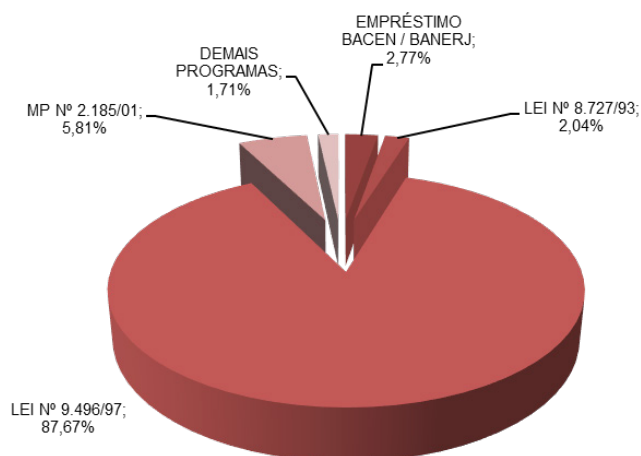
PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2016
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	3.890	14.286
CARTEIRA DE SANEAMENTO	143.243	621.886
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	239.407	5.057.174
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	1.406.285	15.394.839
HONRA GARANTIA - OP. INTERNA	1.424.947	179.127
HONRA GARANTIA - OP. EXTERNA	588.833	191.079
LEI Nº 8.727/93	1.715.399	11.347.150
LEI Nº 9.496/97	14.791.191	488.083.607
MP 2.185	2.877.786	32.364.325
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES	1.630.604	3.404.209
PNAFE	122.748	53.638
<b>TOTAL</b>	<b>24.944.333</b>	<b>556.711.319</b>

Fonte: MF/STN.

ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2016



DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2016



## 1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

### 1.5.1. Haveres da União não Relacionados a Estados e Municípios

Os haveres (créditos) financeiros da União não relacionados a Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (Cofis/STN), decorrem de origens distintas, implementados por legislações específicas e, em sua maioria, de origem contratual, podendo ser agrupados em quatro grupos, conforme sua origem:

#### Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato.

Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

#### Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas e envolvem, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

#### Haveres Originários de Legislação Específica

Configura-se como o grupo de haveres mais relevante em termos de saldo devedor e do fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo os contratos oriundos de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

## Haveres Originários do Crédito Rural

Compreende-se no presente grupo os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

- Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/1995 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas que contaram com recursos do BNDES/Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A. (BB).
- Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do Pesa do Banco do Brasil.
- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II (Prodecer II) - consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os

Governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28/06/2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

- Empréstimos do Governo Federal - Especial (EGF Especial) - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28.09.1998, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996, e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e na Medida Provisória nº 1.764-37, de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996, e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

A evolução dos saldos desses grupos de haveres financeiros sob a gestão da Cofis/STN é evidenciada, nas posições de 31.12.2015 e de 31.12.2016, por meio do quadro a seguir.

SALDOS DOS HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS, POSICIONADOS EM 31.12.2015 E 31.12.2016

GRUPO DE HAVERES	DEZ/15	DEZ/16	VARIAÇÃO (%)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.896.134.242,76	200.778.950,18	(96,59)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	80.919.803.395,29	22.905.704.582,84	(71,69)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	610.982.207.095,57	532.348.236.738,40	(12,87)
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL	17.274.475.974,91	18.093.182.810,44	4,74
ATIVO CONTINGENTE	0,00	42.639.740.665,38	-
<b>TOTAL</b>	<b>715.072.620.708,53</b>	<b>616.187.643.747,24</b>	<b>(13,83)</b>

Nota 1: para apurar-se o valor líquido de haveres financeiros da União, deve-se deduzir os valores intra-orçamentários relativos ao INSS que compõem o grupo "Haveres Originários de Legislação Específica", nos montantes de R\$ 38.361.279.735,85, em dezembro de 2015, e de R\$ 43.748.494.739,38, em dezembro de 2016.

Nota 2: os itens que compõem o grupo "Ativo Contingente" tratam de haveres inadimplidos e ajuizados, de recebimento incerto.

Fonte: STN/Cofis.

Do exposto no quadro acima, verifica-se que a variação total dos créditos administrados pela Cofis/STN, no período analisado, foi de 13,83% negativo, representando uma evolução do saldo de R\$ 715.072.620.708,53, em dezembro de 2015, para R\$ 616.187.643.747,24, em dezembro de 2016.

Cabe destacar que, nesse período, houve uma diminuição significativa dos saldos contabilizados nos grupos "Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas", variação negativa de 96,59%, e "Haveres Originários de Operações Estruturadas", variação negativa de 71,69%.

No primeiro caso, a motivação se dá pela reclassificação de parte dos créditos nessa categoria, para os quais se previa ajuste de perdas integral, para a qualidade de "Ativo Contingente", tendo em vista que tratam de haveres inadimplidos e ajuizados, de recebimento incerto.

No caso dos "Haveres Originários de Operações Estruturadas" também ocorreu a reclassificação de créditos para o grupo "Ativo Contingente" relativamente aos créditos que a União detém contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para os quais se registrava ajuste de perdas integral, tendo em vista que esse Instituto não reconhece tais créditos.

Nesse grupo, também foi registrada a baixa de créditos que a União detinha contra a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), por meio do Contrato nº 019, para os quais já se previa ajuste de perdas integral, tendo em vista que, após a extinção dessa Empresa Pública, a União tornou-se credora e devedora de si mesma.

Por fim, houve redução significativa dos saldos credores nos contratos que a União detém contra a Eletrobrás, tendo em vista que os referidos

contratos são atualizados monetariamente pelo dólar, que sofreu um decréscimo de 16,54%, de R\$ 3,9048 para R\$ 3,2591, no período analisado. Os créditos compreendidos nesse grupo são atualizados, conforme o caso, com base na Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M, e sofrem diminuição de saldos, conforme os pagamentos previstos em contrato.

No que diz respeito ao grupo "Haveres Originários de Legislação Específica", verifica-se uma redução também significativa de 12,87%, motivada por acordos, entre o Governo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a liquidação antecipada de contratos de empréstimos, com o intuito de se obter o equilíbrio nas contas públicas e retomar o crescimento da economia.

Assim, em janeiro de 2016 houve a amortização antecipada de R\$ 13,22 bilhões em contratos de financiamento entre a União e esse Banco, por meio da liquidação do Contrato de Renegociação de Dívida nº 895/PGFN/CAF, em 08.01.2016, no valor de R\$ 4,22 bilhões, e do Contrato de Desmembramento de Dívidas nº 897/PGFN/CAF, em 14.01.2016, no valor de R\$ 9,00 bilhões.

Ainda, em 19 de janeiro de 2016 foi assinado o Contrato nº 001/2016/PGFN/CAF, entre a União e o Banco do Nordeste (BNB), que estabeleceu que o montante remanescente, que excedesse a R\$ 1 bilhão, referente à dívida do Contrato nº 592/PGFN/CAF, seria pago à União. Com base nesse ajuste, foram realizadas amortizações extraordinárias nos montantes de R\$ 319.315.349,88, em 18.02.2016, e de R\$ 100.000.000,00, em 30.09.2016.

Posteriormente, em 23 de dezembro de 2016 foi amortizado antecipadamente o montante de R\$100 bilhões em Contratos de financiamento entre a União e o BNDES, por meio da liquidação do Contrato de Renegociação de Dívida nº 896/PGFN/CAF, no valor

de R\$ 14.343.857.003,17, e dos contratos de financiamento nº 577/PGFN/CAF, no valor de R\$ 26.091.853.776,60, nº 619/PGFN/CAF, no valor de R\$ 6.564.418.629,09, nº 652/PGFN/CAF, no valor de R\$ 37.173.047.915,49, e da amortização parcial do Contrato nº 703/PGFN/CAF, no valor de R\$ 15.826.822.675,65.

Esse grupo corresponde a 86,39% do saldo total dos haveres ou o equivalente a R\$ 532,35 bilhões, sendo formado principalmente por contratos de empréstimo, entre a União e o BNDES, e Instrumento Elegíveis a Capital Principal com os Bancos Públicos: BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil. Esses contratos são indexados ao Dólar, IPCA ou TJLP, conforme o caso.

No que se refere ao grupo "Haveres Originários do Crédito Rural", registra-se que o mesmo é, em sua maioria, administrado pelo Banco

do Brasil, e a valorização verificada de 4,74% é devido à correção monetária pelo IGP-M e a taxas prefixadas.

Por fim, cabe informar que, no exercício de 2016, não foram realizadas novas operações de crédito, não sendo incluídos novos haveres no controle desta carteira.

#### Despesas da UG 170705 – Cofis/STN

As despesas da UG 170705 estão compreendidas na Lei Orçamentária de 2016 na unidade 71000 – encargos financeiros da união, programa 0911- Remuneração de Agentes Financeiros, ação 00M4.

A execução desses créditos foi realizada mediante a celebração de contratos com instituições financeiras, conforme o quadro a seguir.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UG 170705

TIPO DE DESPESA	APROVADO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E EM CRÉDITOS ESPECIAIS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR
REMUNERAÇÃO MP Nº 2.196/01	97.950.897,92	94.451.915,20	77.391.305,33	77.391.305,33	15.890.019,74
EQUALIZAÇÃO OPERAÇÕES SECURITIZADAS BNDES	44.492.363,00	44.492.363,00	-	-	44.492.363,00

As despesas orçamentárias sob a gestão da Cofis/STN estão contidas em dois grandes grupos, sendo eles:

- as equalizações das operações securitizadas com fontes originárias do BNDES - Lei 9.138/95; e;
- os gastos com instituições financeiras para a administração dos haveres originários dos créditos agrícolas cedidos à União em função da Medida Provisória 2.196-3 de 24 de agosto de 2001.

No caso do primeiro grupo não houve liquidações no exercício de 2016, de modo que o valor empenhado foi totalmente inscrito em restos a pagar não processados.

Já no que diz respeito ao segundo grupo, cabe informar que a totalidade dos desembolsos foi realizada com o Banco do Brasil por intermédio dos contratos nº 817/PGFN/CAF, nº 011/2015-CODIN/COFIS/SUPOF/STN, nº 01/2016-COFIS/SUPOF/STN e nº 02/2016-COFIS/SUPOF/STN.

Estes instrumentos tiveram como objeto a contratação de agente financeiro para acompanhar, controlar e cobrar as operações de crédito

rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001.

#### 1.5.2. Recebimento de Créditos

No que diz respeito aos haveres financeiros da União sob a gestão da Cofis/STN, há fluxos de vencimentos de periodicidades mensais, trimestrais, semestrais e anuais. A partir desse fluxo de vencimentos previstos, registrou-se o ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, no exercício de 2016, do montante total de R\$ 127.617.904.701,65, em comparação à previsão inicial de R\$ 25.378.170.766,84, orçados para o exercício de 2016.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à liquidação antecipada de contratos pelo BNDES, no contexto do esforço fiscal realizado pelo Governo, totalizando R\$ 13,221 bilhões, em janeiro de 2016, por meio dos contratos nº 895/PGFN/CAF e nº 897/PGFN/CAF e, em 23.12.2016, de R\$ 100 bilhões, por meio dos contratos nº 896/PGFN/CAF, nº 577/PGFN/CAF, nº 619/PGFN/CAF, nº 652/PGFN/CAF e nº 703/PGFN/CAF; essa ação resultou numa receita de R\$ 113,221 bilhões não previstas.

RECEBIMENTOS EM 2016, EM R\$

ORIGEM DO CRÉDITO	RECEBIMENTOS EM 2016
ALONGAMENTO LEI 9.138/95	19.594.080,98
ALONGAMENTO MP 2.196	606.973.108,56
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. – BNB	529.983.458,43
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S.A. – BNCC	1.379.575,91
BNDES – BNDESPAR	119.775.514.832,78
CAIXA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	1.401.544.197,44
CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	38.788.052,89
EGF ESPECIAL	282.483,64
ELETOBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 E 425.	3.721.920.360,77
ELETOBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 E 425. – REAJUSTE	709.981.900,31
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	380.700.139,34
VOTO CMN - ANDE - MUTUÁRIO ITAIPU/BINACIONAL	21.018.000,00
COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE	58.661.631,66
BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	262.408.870,20
BASA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	89.154.008,74
<b>TOTAL</b>	<b>127.617.904.701,65</b>

### 1.5.3. Fundos Garantidores para os quais foram Consignados Créditos Orçamentários no OGU em 2016

#### Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)

A Lei no 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou a União a participar em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e em operações de crédito educativo no limite global de R\$ 4 bilhões, para formação de seus patrimônios, havendo, em 2016, espaço para novos aportes de até R\$ 563,8 milhões.

No exercício de 2016 foi consignado crédito orçamentário para aporte no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), no valor de aproximadamente R\$ 260 milhões relativo à ação 00M2 – Integralização de cotas do FGEDUC, sob supervisão do Ministério da Educação (MEC), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O MEC realizou a descentralização para a Secretaria do Tesouro Nacional do valor total do crédito orçamentário e de R\$ 163,84 milhões em recursos financeiros. Ademais, havia, na STN, financeiro disponível para integralização de cotas do FGEDUC no montante de R\$ 400,00 milhões, relativo ao orçamento do exercício de 2015 inscrito em restos a pagar.

Dessa forma, a necessidade de capitalização do FGEDUC em 2016 foi suprida com integralização de cotas realizada por meio da transferência, em moeda corrente, no total de R\$ 563,84 milhões, o que consumiu o espaço restante autorizado pela Lei nº 12.087/2009. A transferência para integralização de cotas foi prevista no Decreto nº 8.942, de 27 de dezembro de 2016, e na Portaria MF nº 502, de 28 de dezembro de 2016.

Por fim, o saldo remanescente do crédito orçamentário de 2016 foi inscrito em restos a pagar, no valor de R\$ 96 milhões.

#### Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE)

A Lei no 12.712, de 30 de agosto de 2012, autorizou a União a participar até o limite de R\$ 11 bilhões, do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que tem como finalidade oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para riscos de operações relacionadas a projetos de infraestrutura de grande vulto constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de programas estratégicos definidos em ato do Poder Executivo, projetos de financiamento à construção naval, operações de crédito para o setor de aviação civil, projetos resultantes de parcerias público-privadas, projetos de construção declusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis, entre outros previstos no §7º do Art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. No exercício

de 2016 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 1,44 bilhão para a ação 00P3 – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O crédito orçamentário não foi executado, haja vista o fundo ter sido capitalizado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) com recursos do resgate de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) e do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas (FGP).

#### Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)

A Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 2 bilhões, do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel.

No exercício de 2016 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 52 milhões para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que o Fundo se encontrava em situação atuarial superavitária e não necessitava de capitalizações adicionais.

Cabe informar que foram transferidas à ABGF 82,7% das cotas da União no FGHab, em abril de 2016, cuja autorização foi dada pelo Decreto s/nº, de 23 de dezembro de 2013. Ademais, com base no mesmo Decreto, foram transferidas à ABGF a totalidade das cotas da União no Fundo de Garantia de Operações (FGO) e no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

### 1.5.4. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2016, a União possuía participação societária majoritária em 47 empresas (20 sociedades de economia mista, 26 empresas públicas e uma empresa binacional) e minoritária em 59 empresas. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. As empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial – BNDES, BB, Caixa, Petrobras e Eletrobras – tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2016.

## PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (R\$) (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			% CAPITAL		
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO (R\$)	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA	1.511.944.349	-	1.511.944.349	969.443.190,24	51,00%	51,00%
BANCO DO BRASIL S.A. - BB	1.453.487.115	-	1.453.487.115	39.374.961.850,92	50,73%	50,73%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB	44.049.447	-	44.049.447	1.543.059.945,60	51,00%	51,00%
CIA. DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG	37.380.952.565	1	37.380.952.566	24.926.553,08	97,73%	92,96%
CIA. DOCAS DO CEARÁ - CDC	17.938.438.081	9.528.455.640	27.466.893.721	301.840.776,26	99,94%	99,93%
CIA. DOCAS DO PARÁ - CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	351.233.703,73	100,00%	100,00%
COMPANHIA DE ENTREPÓS E ARMAZÉNS GERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CEAGESP	34.294.143	-	34.294.143	214.044.193,76	99,68%	99,68%
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASA-MG	4.994.632	-	4.994.632	26.024.794,53	99,57%	99,57%
CIA. DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	20.928.104.595	19.840.640.741	40.768.745.336	314.072.463,17	98,36%	98,36%
CIA. DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	2.303.523.444	-	2.303.523.444	318.124.594,37	99,45%	99,45%
CIA. DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	136.827.367.007	136.852.828.264	273.680.195.271	1.397.938.070,50	99,96%	99,97%
CIA. DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	130.716.938,51	99,97%	99,97%
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	554.395.652	1.544	554.397.196	21.033.781.353,01	51,00%	40,99%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	3.740.470.811	-	3.740.470.811	75.132.310.987,10	50,26%	28,67%
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB	7.110.409.591	-	7.110.409.591	1.182.944.166,41	99,88%	99,88%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

(1) A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Cia. Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) não estão retratadas na tabela.

## PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL (R\$)

EMPRESA	INVESTIMENTO 2016	INVESTIMENTO 2015	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	405.531.149,31	396.116.639	2,38%

Fonte: Siafi.

## PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	(R\$)		
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS - ABGF	-	-	-	2.291.818.296,00	100,00%	100,00%
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	51.019.465.000,00	100,00%	100,00%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	-	-	-	26.925.658.000,00	100,00%	100,00%
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	-	-	-	2.236.376.105,19	100,00%	100,00%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	1.859.907	-	1.859.907	390.138.881,07	100,00%	100,00%
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV	-	-	-	626.120.880,00	51,00%	51,00%
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	200.000	-	200.000	1.075.913.834,85	100,00%	100,00%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	-	-	-	1.002.000,00	100,00%	100,00%
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA	-	-	-	10.181.660.000,00	100,00%	100,00%
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - ENGEPRON	-	-	-	115.281.000,00	100,00%	100,00%
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE	-	-	-	17.426.676,86	100,00%	100,00%
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL	50.000	-	50.000	13.092.921,71	100,00%	100,00%
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	300.000.000	-	300.000.000	2.018.410.000,00	100,00%	100,00%
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA	-	-	-	399.653.412,00	100,00%	100,00%
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS	-	-	-	114.247.568,36	100,00%	100,00%
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	-	-	-	361.028.548,50	100,00%	100,00%
PRÉ-SAL PETRÓLEO - PPSA	-	-	-	30.188.712,04	100,00%	100,00%
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	-	-	-	723.706.216,76	100,00%	100,00%
ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. - VALEC	8.090.009	-	8.090.009	4.492.016.457,00	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

(1) A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) não estão retratadas na tabela.



## PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO - QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO (%)	TOTAL (%)
ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ - AGESPISA	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,395%	1,175%
EMPRESA BRASILEIRA AGROINDUSTRIAL LTDA – ME - BRASAGRO (2)	1.854.795	-	1.854.795	3.905.498	35,490%	35,490%
CIA. DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,068%	0,068%
CIA. DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN	882.992	155.909	1.049.901	1.037.541	0,105%	0,120%
CIA. DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE	-	17.970	17.970	184.401	-	0,011%
CIA. DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,000%	0,030%
CIA. DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	105.356	0,001%	0,032%
CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S. A. - CEPASA	-	1.608	1.608	110.646	-	0,052%
CIA. HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	-	193.837	193.837	29.032.056	-	0,347%
CIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A. - COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	-	0,872%
CIA. DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	-	0,230%
DETEN QUÍMICA S.A. - DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	-	0,566%
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE	1.804	-	1.804	108.865	0,001%	0,001%
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. - ELETROP PAULO	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,032%	7,973%
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.525	0,009%	0,065%
ENERGISA PARAÍBA - ENERGISAPB	364	1.435	1.799	619.822	0,059%	0,196%
INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (3)	-	490	490	245.003	-	0,131%
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB	36.458.237	1	36.458.238	357.454.515	11,730%	11,730%
METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A. - METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,091%	0,120%
CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRO-RJ (3)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,266%	6,486%
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP	219.400	-	219.400	30.861.193	43,880%	43,880%
EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A. - RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,743%	0,743%
RIMA INDUSTRIAL S.A. - RIMA	71.259	-	71.259	4.659.963,85	1,664%	1,664%
CIA. DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,266%	6,486%
SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S.A. - SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,000%	10,000%
TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A. - TBM	37.526	-	37.526	2.282.034	1,686%	1,400%
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	1.041.567.968	49,000%	49,000%
PRUDENTIAL FINANCIAL INCORPORATION	33.186	-	33.186	7.213.053,43	0,005%	0,005%

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Siafi.

(1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil.

(2) Foram utilizadas as informações do balanço de 31/12/12, informação mais recente disponível.

(3) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme tabelas a seguir.

## PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	INVESTIMENTO (R\$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO (R\$)
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	40.172.844.011,16	40.409.246.349,00
FUNDO DE GARANTIA PARA A CONSTRUÇÃO NAVAL - FGCN	49.488.326,51	50.559.610,66
FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO - FGEDUC	4.931.255.539,75	4.931.255.539,75
FUNDO DE INVESTIMENTO GARANTIDOR HABITACIONAL - FGHAB	289.510.173,02	1.729.320.942,65
FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM	6.528	494.804.073,14
FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR	242	302.820.253,27
FUNDO GARANTIDOR DE INFRAESTRUTURA - FGIE	44.904.048,00	499.705.179,61

Fonte: Siafi e Balanços.

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial – Posição Setembro de 2016.

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição Junho de 2014.

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição Junho de 2014.

FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição Setembro de 2016.

FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição Setembro de 2016.

FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição Setembro de 2016.

FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura – Posição Outubro 2016.

FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS  
EM R\$**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2015	2016	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD	38.257.771	38.257.771	0,00%	0,375	30/11/2016
	BDC-FUNDO	-	13.050.375	N.A.	N.A.	30/09/2016
	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	1.815.104.939	1.418.938.699	-21,83%	N.A.	-
	-BID-CO	979.913.190		-100,00%	11,354	31/12/2016
	-BID- FUNDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - FOE	835.191.749	835.191.749	0,00%	11,354	31/12/2016
	BID- COOPERAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII	193.759.043	195.377.328	0,84%	10,22	31/12/2016
	FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN	54.714.633	54.714.633	0,00%	1,83	31/12/2016
	CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	307.091.365	1.172.517.686	281,81%	5,2631579	31/12/2016
	FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD	337.585.031	337.585.031	0,00%	0,271	30/09/2016
	FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA	106.429.826	106.429.826	0,00%	0,82	31/12/2016
	FUNDOFINANCEIROPARAOESENVOLVIMENTODABACIADOPRATA-FONPLATA	174.620.244	362.218.059	107,43%	20	31/12/2016
MINISTÉRIO DA FAZENDA	BANCO MUNDIAL - BIRD	637.933.566	650.083.826	1,90%	1,85	31/12/2016
	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID	1.701.390.826	1.790.707.795	5,25%	1,56	31/12/2016
	CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL - CFI	126.371.853	126.371.853	0,00%	2,08	31/12/2016
	AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA A INVESTIMENTOS - MIGA	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,3	31/12/2016
	NBD	-	1.480.992.846	N.A.	20	31/12/2016

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi.

**Principais variações nas participações societárias da União em 2016**

Aumento de capital de empresas: Em 2016, houve aumento de capital na ABGF no valor de R\$ 2,022 bilhões. No 1º trimestre/16, foi realizada a transferência de cotas de titularidade da União do Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas (FGP), no valor de R\$ 21,607 milhões conforme o disposto no Decreto s/n, de 16/02/2016. No 2º trimestre/16, houve um novo aumento de capital na ABGF no valor de R\$ 2 bilhões, mediante a transferência da totalidade das cotas do FGI e do FGO e de 325.835.258 cotas do FGAB, de titularidade da União, em virtude do disposto no Decreto s/n de 23/12/2013 e deliberação em AGE de 28/04/2016 e AGE de 06/05/2016.

**AUMENTO DE CAPITAL EM 2016**

EMPRESA/FUNDOS	VALOR R\$ MIL	
	2016	2015
PÚBLICAS	2.021.606,29	-
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS - ABGF	2.021.606,29	-
FUNDOS	563.840,00	-
FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO - FGEDUC	563.840,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.585.446,29</b>	<b>-</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Capitalização de Fundos**

Em 2016 foi realizada a integralização R\$ 563 milhões no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), com base no Decreto nº 8.942, de 27/12/2016 e na Portaria MF nº 502, de 28/12/2016.

**Empresas em liquidação**

Encontram-se ainda em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (METRÔ-RJ), em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11/05/2001; e a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28/03/1994.

**Alienação de Haveres Mobiliários**

A grande variação ocorrida nesta Conta se deve à transferência de quotas em fundos de titularidade da União para realizar aumento de capital na ABGF. No 1º trimestre, destaca-se a transferência da totalidade das cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas (FGP), no valor de R\$ 21,607 milhões conforme o disposto no Decreto s/n, de 16/02/2016. Já no 2º trimestre/16, houve um novo aumento de capital, no valor de R\$ 2 bilhões, mediante a transferência da totalidade das cotas do FGI e do FGO e de 325.835.258 cotas do FGAB, de titularidade da União, em virtude do disposto no Decreto s/n de 23/12/2013 e deliberação em AGE de 28/04/2016 e AGE de 06/05/2016

## Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro Nacional pelo critério de caixa em 2016 atingiu o montante de R\$ 2,84 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 86% do total arrecadado.

### ARRECAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2012 A 2016 R\$ MILHÕES

TIPO DE EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	5.939,73	5.111,30	4.907,21	3.424,31	1.503,21
EMPRESA PÚBLICA	21.608,22	11.745,43	13.857,85	8.534,27	1.216,48
MINORITÁRIA	67,60	52,5	140,47	85,78	102,85
FND	-	-	-	-	13,29
<b>TOTAL</b>	<b>27.651,78</b>	<b>16.909,23</b>	<b>18.905,53</b>	<b>12.044,36</b>	<b>2.835,83</b>

Fonte: Siafi.

## Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2016, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.761 debêntures participativas da Vale (Vale S.A.), a importância total de R\$ 102,78 milhões.

## 1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

### 1.6.1. Necessidades de Financiamento

A gestão da dívida pública tem como meta suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos. Este é o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional a qual é consubstanciada e divulgada anualmente no Plano Anual de Financiamento (PAF<sup>3</sup>).

A necessidade bruta de financiamento em 2016, composta pelos vencimentos da DPF, acrescidos das Outras Despesas, alcançou R\$ 952,5 bilhões<sup>4</sup>. Deduzindo desse montante os recursos orçamentários direcionados para pagamento da DPF, que totalizaram R\$ 191,3 bilhões, chega-se à necessidade líquida de financiamento do Governo Federal de R\$ 761,2 bilhões no ano.

As emissões diretas, por outro lado, não têm o objetivo de financiamento do Tesouro, mas sim prover crédito a determinadas instituições executoras de políticas de interesse público. Nessas operações, que precisam ser autorizadas em lei, o Tesouro Nacional atua no sentido de conciliar sua estratégia de financiamento aos objetivos das instituições beneficiadas.

Em 2016, as emissões diretas de títulos totalizaram R\$ 11,5 bilhões. Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram referentes às operações de concessão de crédito para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) e novação de dívida relativa ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), conforme ilustra a tabela a seguir.

### EMISSIONES DIRETAS EM 2016

PROGRAMA	INSTRUMENTO LEGAL	TÍTULOS EMITIDOS	TOTAL EMITIDO (R\$ MILHÕES)
1. OPERAÇÕES COM CONTRAPARTIDA FINANCEIRA			
PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND	LEI Nº 9.491/97 E DECRETO Nº 1.068/94	NTN-P	1,88
<b>SUBTOTAL</b>			<b>1,88</b>
2. OPERAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA FINANCEIRA			
FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR - FIES	LEI Nº 10.260/01	CFT-E	6.082,41
NOVAÇÃO DE DÍVIDAS FCVS	LEI Nº 10.150/00	CVS	4.294,50
PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - PROIES	LEI Nº 12.688/12	CFT-B	203,28
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX	LEI Nº 10.184/01	NTN-I	619,37
REFORMA AGRÁRIA	DECRETO Nº 578/92 E MP Nº 2.183/01	TDA	284,06
<b>SUBTOTAL</b>			<b>11.483,62</b>
<b>TOTAL</b>			<b>11.485,51</b>

Fonte: STN/Codiv/Gepre.

3 O Plano Anual de Financiamento (PAF) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional está disponível no sítio do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento>).

4 A necessidade bruta de financiamento foi apurada com base nas informações do SIAFI que considera despesas referentes aos encargos negativos as quais também são contabilizadas como receita. Tendo em vista que os dois lançamentos se anulam, essa informação não é apresentada no Relatório Anual da Dívida (RAD).

### Estratégia - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)

A estrutura de vencimentos dos títulos prefixados consistiu na oferta primária de quatro prazos de referência de LTN, 6, 12, 24 e 48 meses, representando os vértices prefixados de curto e médio prazo. Os benchmarks de longo prazo, entre cinco e dez anos, foram representados por dois pontos de referência de NTN-F, o primeiro vértice em janeiro de 2023 e a emissão de um novo título de dez anos, com vencimento em janeiro de 2027. As emissões totais de papéis prefixados foram de R\$ 425,9 bilhões, com resgate de R\$ 535,8 bilhões, levando ao resgate líquido de R\$ 110,0 bilhões.

Em relação às emissões de NTN-B, foi mantida a estratégia de oferta em dois grupos de benchmarks, sendo cada grupo composto de dois títulos. O primeiro grupo manteve os vértices utilizados no ano anterior, 15/05/2019 e 15/05/2023, e foram lançados dois novos vencimentos para o segundo grupo, 15/05/2035 e 15/05/2055. As emissões de NTN-B em 2016 foram de R\$ 109,1 bilhões, com resgate de R\$ 144,9 bilhões, levando ao resgate líquido de R\$ 35,8 bilhões.

Por último, as emissões de títulos remunerados por taxas de juros flutuantes, as LFT, atingiram R\$ 162,3 bilhões, contra resgates de R\$ 19,0 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 143,3 bilhões. Cabe ressaltar que o baixo volume de resgates de LFT em 2016 foi um fator determinante para a elevação da participação de flutuantes na composição da DPF, conforme apresentado mais adiante. As LFT foram ofertadas com periodicidade quinzenal e com vencimento nos meses de março e setembro de 2022. Desta forma, o prazo médio de emissão destes títulos ficou próximo a seis anos, mantendo-se em patamar superior ao prazo médio do estoque da DPF.

Adicionalmente às operações tradicionais de oferta pública, o Tesouro Nacional realizou leilões trimestrais de resgate antecipado das NTN-B com prazos superiores a 20 anos e de NTN-F com vencimento em 2025 e 2027, propiciando aos seus detentores uma possibilidade extra de liquidez em relação ao mercado secundário. Além disso, foi realizado, em janeiro, um leilão de troca de NTN-F, ofertando o novo benchmark de 10 anos, a NTN-F 2027. Por fim, foram feitos leilões mensais de trocadas NTN-B, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores. O objetivo dos leilões de troca é a permuta de títulos com prazos inferiores aos títulos ofertados, o que resulta no alongamento do perfil da dívida.

O Tesouro Nacional sempre monitora as condições de mercado, buscando, por meio de suas ações, garantir o bom funcionamento do mercado de títulos públicos e de outros mercados correlatos. Durante períodos de elevada volatilidade no mercado financeiro, como observado após a divulgação do resultado das eleições nos EUA, o Tesouro Nacional pode realizar leilões extraordinários de compra de títulos públicos, com o objetivo de fornecer suporte ao bom funcionamento desse mercado. Essa estratégia tem sido utilizada pelo Tesouro Nacional e encontra respaldo no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2016.

Nesse contexto, em 14 de novembro de 2016, o Tesouro Nacional divulgou a adoção de programa de leilões extraordinários de compra de NTN-F para os dias 16, 17 e 18 de novembro de 2016. Além disso, foi comunicado também o cancelamento dos leilões de venda de LTN e NTN-F previstos no cronograma anual para 17 de novembro de 2016.

### Estratégia - Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2016 se apoiava nas seguintes diretrizes:

- Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros;

- Manutenção do programa de resgate antecipado (Buyback);
- Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;
- Monitoramento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional; e
- Aprimoramento e diversificação da base de investidores.

Após a ausência de emissões nos mercados internacionais em 2015, devido às condições menos favoráveis observadas naquele ano, o Tesouro Nacional realizou duas operações em 2016, dando manutenção à política de aperfeiçoamento da curva de juros externa.

No início de março, foi lançado um novo título de referência (benchmark) de 10 anos, em dólar, o bônus Global 2026, no volume de US\$ 1,5 bilhão. O título foi emitido com cupom de juros de 6,0% a.a., pagos semestralmente nos dias 07 de abril e 07 de outubro de cada ano, até o seu vencimento, em abril de 2026. A emissão foi realizada com spread de 419,6 pontos-base acima da Treasury (títulos do Tesouro Norte-Americano) de mesmo prazo de referência e preço de 99,066% do seu valor de face, o que resultou em taxa de retorno para o investidor (yield) de 6,125% a.a.

A segunda emissão externa ocorreu em julho, no mesmo montante de US\$ 1,5 bilhão. O novo benchmark de 30 anos em dólar, o bônus Global 2047, foi colocado no mercado ao preço de 96,464% do seu valor de face, resultando em yield de 5,875% a.a. A emissão foi realizada com spread de 357,20 pontos-base acima da Treasury de prazo similar. O pagamento do cupom de 5,625% a.a. terá início no dia 21 de fevereiro de 2017, e será realizado semestralmente até o vencimento em 21 de fevereiro de 2047.

Assim, as operações realizadas em 2016 estão em linha com o caráter qualitativo nas atuações da dívida externa, logrando diversificar a base de investidores e restabelecer vértices importantes na curva de financiamento do governo no mercado norte-americano, provendo referência para as empresas brasileiras que desejam acessar os mercados internacionais.

Adicionalmente, por meio das emissões nos mercados internacionais e compra antecipada de moeda estrangeira, o Tesouro Nacional dispõe de volume suficiente para cobertura dos fluxos de principal e juros a vencer em um período superior a 12 meses, já tendo, portanto, estrategicamente pré-financiado pagamentos de dívida externa no curto e médio prazo.

Outra estratégia utilizada pelo Tesouro Nacional para o aprimoramento da curva de juros é o Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, que retira do mercado títulos antigos que não refletem adequadamente o custo atual de financiamento desta dívida. O programa contribui para mitigação dos riscos de refinanciamento da dívida como um todo. Em 2016, o programa resgatou antecipadamente US\$ 381,7 milhões, em valor de face, de títulos denominados em dólares, montante equivalente a US\$ 417,6 milhões em valor financeiro.

### Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) e Fatores de Variação

A Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional, em mercado, passou de R\$ 2.817,4 bilhões, em dezembro de 2015, para R\$ 3.134,7 bilhões, em dezembro de 2016, correspondendo a um aumento, em termos nominais, de R\$ 317,3 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude da apropriação de juros nominais, no valor de R\$ 327,8 bilhões, compensada em parte pelo resgate líquido de R\$ 10,5 bilhões ocorrido no período. A tabela a seguir apresenta os fatores de variação do estoque da DPF, discriminados por tipo de operação.

FATORES DE VARIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO (2016)

INDICADORES	R\$ MILHÕES	% DO ESTOQUE INICIAL
ESTOQUE EM 31/DEZ/15	2.817.403	
ESTOQUE EM 31/DEZ/16	3.134.681	
VARIAÇÃO NOMINAL (I + II)	317.278	11,26%
I - GESTÃO DA DÍVIDA - TN (I.1 + I.2)	317.278	11,26%
I.1 - EMISSÃO/RESGATE LÍQUIDO	(10.514)	-0,37%
I.1.1 - EMISSÕES	717.790	25,48%
- EMISSÕES OFERTA PÚBLICA (DPMFI) <sup>1</sup>	693.214	24,60%
- EMISSÕES DIRETAS (DPMFI) <sup>2</sup>	11.449	0,41%
- TROCAS LÍQUIDAS (DPMFI) <sup>3</sup>	0,08	0,00%
- EMISSÕES (DPFE) <sup>4</sup>	13.127	0,47%
I.1.2 - RESGATES	(728.305)	-25,85%
- PAGAMENTOS CORRENTES (DPMFI) <sup>5</sup>	(713.100)	-25,31%
- PAGAMENTOS CORRENTES (DPFE) <sup>6</sup>	(13.687)	-0,49%
- RESGATES ANTECIPADOS (DPFE) <sup>7</sup>	(1.518)	-0,05%
I.2 - JUROS NOMINAIS (APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA)	327.792	11,63%
- JUROS NOMINAIS APROPRIADOS DA DPMFI <sup>8</sup>	342.073	12,14%
- JUROS NOMINAIS APROPRIADOS DA DPFE <sup>9</sup>	(14.281)	-0,51%
II - OPERAÇÃO DO BANCO CENTRAL	-	0,00%
II.1 - INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS <sup>10</sup>	-	0,00%

1 Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no período já estão expurgados desse valor.

2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e para atender aos Programas de Governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Proex, Proies, PND, FIES e FCVS, descontados os cancelamentos ocorridos no período.

3 Diferença entre as emissões realizadas por troca e os títulos aceitos.

4 Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

5 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

6 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

7 Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

8 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

9 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

10 Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Fonte: STN/Codiv/Geest.

Durante o ano de 2016, as emissões da DPMFi somaram R\$ 693,2 bilhões, considerando as efetuadas via ofertas públicas (leilões tradicionais) e operações do Programa Tesouro Direto.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 11,4 bilhões e foram realizadas para fazer face a securitização de dívida (CVS) e a programas de governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - Proex (NTN-I), Financiamento Estudantil - Fies (CFT-E), Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies (CFT-B) e Programa Nacional de Desestatização - PND (NTN-P).

Os resgates da DPMFi, por sua vez, alcançaram R\$ 713,1 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 8,4 bilhões no período.

Destaque-se, em particular, a operação de antecipação de pagamento de empréstimos feitos pela STN ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), firmados em contratos de financiamentos entre 2008 e 2014.

O valor total da antecipação foi de R\$ 100 bilhões.

A operação foi um componente importante do programa de ajuste fiscal do Governo Federal e resultou em uma melhora substancial e imediata no nível de endividamento. Do total de R\$ 100 bilhões, foram liquidados R\$ 40 bilhões em títulos públicos, por meio da Portaria nº 824/2016, e R\$ 60 bilhões em dinheiro. Os títulos foram imediatamente resgatados e os recursos financeiros foram destinados exclusivamente para o pagamento de dívida pública em mercado nos próximos exercícios.

Com relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe) o volume emitido nas operações já mencionadas, somadas aos ingressos de recursos da dívida externa contratual, totalizaram R\$ 13,1 bilhões.

Os pagamentos da DPF e mobiliária e contratual somaram, em 2016, R\$ 15,2 bilhões, sendo R\$ 13,7 bilhões referentes aos pagamentos correntes e R\$ 1,5 bilhão referente aos resgates antecipados.

A composição do estoque da DPF, por sigla, e suas variações são discriminadas na tabela a seguir:

#### DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO, POR SIGLA (EM R\$ MILHÕES)

ESTOQUE DA DPF			
	DEZ-15	DEZ-16	VARIAÇÃO
DPF EM PODER DO PÚBLICO	2.817.403	3.134.681	11,3%
DPMFI	2.673.901	3.007.538	12,5%
LFT	625.848	868.479	38,8%
LTN	763.672	718.336	-5,9%
NTN-B	826.670	895.582	8,3%
NTN-C	80.121	86.289	7,7%
NTN-F	330.757	389.206	17,7%
DÍVIDA SECURITIZADA	7.693	8.391	9,1%
TDA	2.472	2.218	-10,3%
DEMAIS	36.670	39.037	6,5%
DPFE	143.502	127.143	-11,4%
DÍVIDA MOBILIÁRIA	131.561	117.225	-10,9%
GLOBAL USD	112.171	101.956	-9,1%
EURO	5.735	4.639	-19,1%
GLOBAL BRL	13.655	10.630	-22,2%
DÍVIDA CONTRATUAL	11.941	9.918	-16,9%
ORGANISMOS MULTILATERAIS	4.987	3.737	-25,1%
CREDORES PRIVADOS/AG. GOV.	6.954	6.181	-11,1%

Fonte: STN/Codiv/Geest.

Obs.:

1) O estoque da DPF apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados (método da apropriação) registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela Tir). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

2) Para a Dívida Externa foram utilizadas as cotações de 1 US\$/R\$ 3,9048 (dez/2015) e de 1 US\$/R\$ 3,2591 (dez/2016).

## 1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida<sup>5</sup>

O objetivo primário da gestão da Dívida Pública Federal é o levantamento de recursos suficientes para o atendimento da necessidade de financiamento do governo federal, sendo este o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

### Evolução dos Indicadores da DPF

Em 2016, a execução da estratégia de emissões buscou aderência às diretrizes básicas enunciadas em seu Plano Anual de Financiamento (PAF 2016) e permitiu avanços na estrutura da DPF, com destaque para a baixa concentração de vencimentos no curto prazo. A composição por indexadores da dívida mostrou aumento da participação de títulos remunerados por juros flutuantes, mas esse movimento já era esperado e, de fato, foi menos acentuado do que a expectativa inicial. A tabela a seguir apresenta os resultados para os indicadores da DPF frente aos limites de referência do PAF 2016.

#### RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – DPF

INDICADORES	DEZ/15	DEZ/16	PAF-2016	
			MÍNIMO	MÁXIMO
COMPOSIÇÃO (%)				
PREFIXADO	39,4	35,7	33,0	37,0
ÍNDICE DE PREÇOS	32,5	31,8	29,0	33,0
TAXA FLUTUANTE	22,8	28,2	27,0	31,0
CÂMBIO	5,3	4,2	3,0	7,0
ESTRUTURA DE VENCIMENTOS				
PRAZO MÉDIO (ANOS)	4,6	4,5	4,5	4,7
% VINCENDO EM 12 MESES	21,6	16,8	16,0	19,0

Fonte: Tesouro Nacional.

### Composição da DPF

Quanto à composição da DPF, em comparação ao exercício de 2015, a participação de títulos remunerados a taxas flutuantes (em especial a LFT) mudou de 22,8% para 28,2%, ao passo que títulos remunerados a taxas prefixadas e os remunerados por índices de preços tiveram recuo na parcela da DPF (de 39,4% para 35,7%; e de 32,5% para 31,8%, respectivamente). Já a proporção de dívida atrelada ao câmbio diminuiu de 5,3% para 4,2%.

Em todos os casos, os indicadores da composição ao encerramento de 2016 situaram-se dentro dos limites do PAF, levando-se em consideração os valores de referência da revisão do PAF anunciada em outubro de 2016.

Na origem, o PAF 2016 já previa o aumento na fração das LFT no estoque da DPF, reduzindo-se principalmente a parcela dos títulos prefixados. Entretanto, ao longo do ano, as condições de demanda por esses últimos mostraram-se acima das expectativas iniciais, permitindo ao Tesouro Nacional realizar ofertas adicionais ao que se previa no início do ano, sem criar pressões nas condições de mercado e no custo da dívida.

Nesse contexto, o Tesouro Nacional promoveu uma revisão dos limites de referência para a composição do PAF 2016. Os limites da composição para os títulos prefixados, definidos anteriormente entre 31% a 35%, foram alterados para o intervalo de 33% a 37%. Por sua vez, os limites da composição para os títulos flutuantes de 30% a 34% foram alterados para o intervalo de 27% a 31%. Os demais limites dos indicadores da DPF, estabelecidos no PAF de 2016, não foram objeto de revisão.

No ano de 2016, em particular, não foi possível dar continuidade ao processo de redução da participação de títulos com taxas de juros flutuantes na composição da dívida, como preconizam as diretrizes

<sup>5</sup> O Tesouro Nacional divulga anualmente o Relatório Anual da Dívida (RAD), com os resultados alcançados e avanços na administração da dívida pública que se encontra disponível no seguinte endereço: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/relatorio-anual-da-divida>.

do planejamento da DPF. O aumento de sua proporção na dívida é resultado de uma estratégia que privilegiou o refinanciamento integral dos vencimentos da DPF no ano, associada em parte à emissão de LFT em montantes acima de sua maturação.

A despeito das mudanças de curto prazo na trajetória da composição da DPF, o Tesouro Nacional mantém sua diretriz de substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índice de preços.

Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os instrumentos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos globais, pois seu custo apresenta maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com a arrecadação tributária do Governo. Além disso, esses títulos auxiliam de maneira importante o alongamento do prazo médio da dívida.

### Estrutura de Vencimentos

Já a estrutura de vencimentos da dívida apresentou avanços em 2016, como já ressaltado anteriormente. O prazo médio da DPF se manteve próximo do patamar máximo observado no ano anterior, de 4,6 anos ao final de 2015, e registrou 4,5 anos em dezembro de 2016, dentro dos limites de referência do PAF. Por sua vez, o indicador de concentração de dívida que vence no curto prazo alcançou seu menor valor na série histórica anual, com o percentual vincendo em 12 meses da DPF reduzindo-se de 21,6% ao encerramento de 2015 (que já era recorde de mínima) para 16,8% da DPF em dezembro de 2016, próximo ao limite inferior previsto no PAF 2016.

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Este é dado pela possibilidade de o Tesouro Nacional, ao acessar o mercado para refinar sua dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem elevação em seus custos de emissão, ou até, no limite, não conseguir levantar recursos no montante necessário para honrar seus pagamentos.

Portanto, tal risco depende diretamente de quão concentrados em pontos específicos do tempo estão os vencimentos previstos da dívida, com monitoramento especial para a parcela vencendo no curto prazo.

Paralelamente, obteve-se um aumento da parcela de dívida alocada em horizontes mais longos, com a proporção da DPMFi em prazo superior a três anos alcançando o patamar de 55,3%.

Diante do exposto, com aumento do percentual vincendo no longo prazo e a diminuição da proporção vincenda no curto prazo, observamos, ao longo dos últimos anos, um aumento do prazo médio (duration<sup>6</sup>) da DPF, passando de 2,8 anos em 2005, para 4,5 anos em 2016. O mesmo movimento pode ser observado para a métrica de vida média (ATM<sup>7</sup>), indicador alternativo para avaliar a maturidade e de grande importância para comparações internacionais, tendo em vista que muitos países o empregam como referência<sup>8</sup>.

Observa-se ainda alongamento no estoque total da dívida. O prazo das dívidas prefixada, remunerada por índices de preços e flutuante também aumentou, quando esses grupos são analisados individualmente, com o prazo médio da dívida prefixada atingindo o máximo histórico de 2,2 anos. Todavia, a menor participação dos títulos atrelados a índices de preços na composição da DPF, que são os instrumentos de maior prazo, é um fator que evita um maior alongamento do prazo médio agregado da DPF.

Em resumo, a trajetória dos indicadores de composição e estrutura de vencimentos da DPF permite inferir a manutenção na qualidade

<sup>6</sup> O prazo médio divulgado para a DPF equivale ao conceito de duration, com uma diferença: para fins de cálculo do valor presente dos fluxos, utiliza-se a taxa de emissão dos títulos em estoque (em vez das taxas de desconto de mercado, como ocorre nas análises tradicionais de duration).

<sup>7</sup> Do inglês "average term to maturity".

<sup>8</sup> Esse indicador é menos eficiente do que o prazo médio, tanto por não considerar os pagamentos de cupons intermediários de juros quanto pelo fato de que os fluxos de principal não são trazidos a valor presente. Tais incorreções, motivo do menor destaque dado a esse indicador nas estatísticas da DPF, fazem com que ele apresente valores bastante superiores em relação ao prazo médio. Apesar dessas limitações, a maior parte dos países adota indicador semelhante à vida média em suas estatísticas de estrutura de vencimentos, tornando incorretas eventuais comparações diretas com a métrica empregada para o estabelecimento de metas da gestão da DPF (prazo médio).

favorável do perfil de riscos aos quais a DPF esteve exposta nos últimos anos, conseguindo conciliar redução nos riscos de mercado e de refinanciamento.

### Custo da Dívida Pública

Além dos riscos, o Tesouro Nacional pondera o custo de financiamento na definição da estratégia de dívida. Em geral, as alternativas de menor custo no curto prazo podem gerar maior exposição a perdas para o Governo, em contextos de choques nas variáveis econômicas. Busca-se, então, uma composição de indexadores e prazos para a DPF que resulte em um balanço adequado entre o custo e o risco presentes na carteira de dívida.

A estatística de custo médio da dívida é uma agregação dos custos de financiamento encontrados pelo Tesouro Nacional em diferentes momentos em que foi a mercado captar recursos. Para que se monitorem as condições recentes de acesso ao mercado, é necessária ainda uma métrica que forneça informações sobre o custo da parcela recém emitida do estoque. Assim, divulga-se também a estatística do custo médio de emissão, que considera apenas as emissões ocorridas nos últimos 12 meses e captura de maneira mais fidedigna a correlação entre o custo de financiamento do Tesouro e as condições financeiras presentes no País.

Tal como está construída<sup>9</sup>, essa métrica se mostra mais apropriada para avaliar a aderência entre os juros de curto prazo e as taxas pelas quais o Tesouro vem se financiando.

Contrariamente ao registrado em 2015, o custo médio da DPF diminuiu em 2016, tendo como principal fator a apreciação cambial do Real frente ao Dólar, com efeitos sobre a estatística de custo da DPF.

No âmbito da DPMFi, o custo médio acumulado em 12 meses, que apresentava crescimento desde setembro de 2013, teve sua tendência revertida a partir de março de 2016, encerrando o ano abaixo da taxa de juros Selic. Uma variável que contribuiu para esse resultado é o custo da dívida remunerada por índices de preços, que se mostrava pressionado em um contexto de inflação acima da meta de política monetária. Esse processo foi revertido ao longo do ano, concorrendo, assim, para a diminuição do custo da dívida doméstica.

O custo médio das emissões da DPMFi vem acompanhando a evolução do custo das colocações de títulos prefixados, dado seu peso nas estratégias de emissões. A realização de taxas de inflação segundo o IPCA acima de sua meta reflete na estatística de custo de emissões, assim como acontece para o custo do estoque<sup>10</sup>. A expectativa de convergência da inflação à sua meta permite prospectar um fator favorável à evolução do custo de financiamento do Tesouro nos próximos períodos.

Por fim, tendo em vista as informações acima, percebe-se que, apesar de mais insensível ao ciclo monetário no período recente, o custo de carregamento do estoque da dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional não é imune a um aumento das taxas financeiras de curto prazo. Iniciado ainda ao final do exercício de 2014, o processo de aperto monetário resultou também em um aumento do custo médio de emissão. Na medida em que esse ciclo se reverte, as condições de custo da dívida tendem a exibir nova tendência, tanto por meio das novas colocações quanto por seu efeito sobre o estoque da DPMFi.

### Base de Investidores da DPMFi

Dentre as diretrizes que norteiam a elaboração das estratégias de financiamento da DPF está a ampliação de sua base de detentores. A existência de investidores com diferentes perfis de risco e horizontes de investimento contribuiu para uma gestão eficiente da DPF, minimizando

9 O custo médio de emissão em oferta pública da DPMFi é um indicador que reflete a taxa interna de retorno – TIR dos títulos do Tesouro Nacional no mercado doméstico, mais as variações de seus indexadores, considerando-se apenas as colocações de títulos em oferta pública (leilões) nos últimos 12 meses. Por capturar as condições de preços e composição das emissões, bem como os prêmios de risco implícitos, do período em que se apura a estatística, evita-se o efeito da inércia sobre o custo decorrente das emissões mais distantes no tempo. Essa estatística vem sendo divulgada desde maio de 2013, por meio do Relatório Mensal da Dívida, disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/divida-publica-federal/relatorio-mensal-da-divida>.

10 Em comparação aos títulos prefixados, os títulos indexados à inflação apresentarão custo médio mais elevado sempre que a inflação corrente for superior à inflação implícita embutida no diferencial das taxas de juros nominais em confronto com os reais, no momento das emissões.

os efeitos do comportamento de determinado grupo sobre os preços e taxas dos títulos públicos, ampliando a liquidez e evitando excessiva volatilidade no mercado. A presença de uma base de investidores diversificada, sobretudo no financiamento da dívida doméstica, tem sido um fator de mitigação de riscos da dívida pública brasileira.

O grupo Previdência tornou-se o principal detentor da DPMFi em 2016. Já o grupo Fundos ampliou sua participação na DPMFi em 2016, enquanto os grupos Instituições Financeiras<sup>11</sup> e Não-Residentes apresentaram diminuição relativa.

A diminuição da participação relativa dos Não-Residentes na DPMFi, de 18,8% em 2015 para 14,3% em 2016, pode ser creditada ao cenário macroeconômico doméstico e às incertezas políticas do período, que resultaram em volatilidade no mercado financeiro do País. Entretanto, em geral, não se observaram movimentos expressivos de vendas pelos investidores estrangeiros, que na prática optaram por não renovar parte das aplicações de curto prazo no vencimento. Além disso, essa diminuição foi compensada por incremento na participação em títulos prefixados de mais longo prazo.

Ainda, merece menção o crescimento do grupo Previdência, cuja participação passou de 21,4% em 2015 para 25,1% em 2016, explicado, em parte, pela Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, que, entre outras medidas, limitou a aplicação em compromissadas e fixou prazos médios mínimos para as carteiras de renda fixa dos fundos especialmente constituídos.

Cabe ressaltar que o crescimento da participação relativa do grupo Previdência na DPMFi está em linha com a estratégia de financiamento da dívida pública no que se refere à composição por indexadores. Isso porque, esse grupo permanece como um dos detentores mais relevantes dos títulos atrelados a índice de preços, tendo em vista que seus passivos também são corrigidos pela inflação.

### 1.6.3. Avanços e Inovações no Gerenciamento da Dívida

Os avanços institucionais na gestão da dívida pública em 2016 deram-se principalmente pela conclusão dos novos submódulos do Sistema Integrado da Dívida (SID) e pela integração de sistemas, que têm contribuído significativamente para a confiabilidade e integridade das informações geradas, além de maior eficiência operacional.

Outra inovação que merece destaque é o Tesouro Transparente<sup>12</sup>, plataforma da internet que concentra os dados de endividamento comumente apresentados nos relatórios mensais, mas que oferece ao público a customização da consulta. Em outra frente, em 2016, continuou-se a observar o impacto do novo Sistema de Dealers para evolução da liquidez do mercado secundário. Por último, o Programa Tesouro Direto seguiu com crescimento expressivo como resultado das inovações introduzidas em 2015 e outras melhorias lançadas em 2016.

Sistema Integrado da Dívida (SID): a Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Serpro, avançou no desenvolvimento de novos submódulos do Sistema Integrado da Dívida, cujo objetivo é dar suporte para o gerenciamento da dívida, oferecendo respaldo na confiabilidade e integridade das informações geradas. Os submódulos desenvolvidos foram os de orçamento, análise da dívida e projeções, cujas vantagens

11 O grupo denominado Instituições Financeiras representa a carteira própria de bancos comerciais e de investimento, sejam nacionais ou estrangeiros, além de corretoras e distribuidoras. Também inclui os bancos estatais e o BNDES. As aplicações das instituições financeiras em fundos de investimento também estão vinculadas a esta categoria. A categoria Fundos considera todas as aplicações em títulos públicos feitas a partir da modalidade Fundos de Investimento, excetuando-se aquelas detidas pelos demais detentores explicitados, que são classificadas de acordo com suas respectivas categorias. A categoria Não Residente, individuais ou coletivos, considera contas de pessoas físicas ou jurídicas, dos fundos ou de outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior reguladas por meio da Carta-Circular nº 3.278, de 18.6.2007. Estão incluídos os títulos detidos por não residentes por meio de fundos de investimento. Os grupos Previdência e Seguradoras, como os próprios nomes permitem inferir, apresentam os investimentos das entidades que atuam nesses segmentos e incluem Previdência Aberta, Fechada e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, seguradoras e resseguradoras. O segmento Governo inclui fundos e recursos administrados pela União, tais como FAT, FGTS, fundos extramercado, Fundo Soberano e fundos garantidores. Em Outros, são abrangidas basicamente as aplicações em títulos públicos de pessoas físicas e pessoas jurídicas não financeiras, à exceção das que foram anteriormente citadas.

12 <http://www.tesourotransparente.gov.br>



destacam-se: facilidade de operacionalização do sistema; redução do tempo para consolidação das informações; mitigação de eventuais erros operacionais; maior confiabilidade dos resultados gerados; e suporte para tomada de decisões.

**Integração de Sistemas:** Visando à inovação e racionalização do registro, controle e contabilização das operações da DPF, o Tesouro Nacional implantou, em ambiente de produção, a integração do Sistema de Execução Orçamentária Financeira (Seorfi<sup>13</sup>) com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). A integração implicou em ganhos significativos de qualidade, tempestividade, segurança, redução de esforço e tempo de trabalho com os processos de controle, conciliação de estoque, apropriação de juros, variação cambial da DPFe e execução orçamentária das despesas e receitas da DPMFi.

**Portal Tesouro Transparente:** em 2016, a Subsecretaria da Dívida Pública (Sudip/STN), buscando aprimorar a transparência das informações pertinentes à Dívida Pública Federal, passou a publicar no sítio eletrônico do Tesouro Transparente arquivos que contêm informações sobre as estatísticas de endividamento comumente apresentadas nos relatórios mensais, além de outros dados sobre a execução orçamentária e financeira. Essas informações se encontram em formato aberto e podem ser extraídas pelos usuários, permitindo a customização dos dados para fins de estudos, pesquisas, análises, entre outros. É importante destacar que isso é parte de um avanço institucional que envolve todo o Tesouro Nacional.

**Desdobramento do Novo Sistema de Dealers:** o Plano Anual de Financiamento de 2016 estabeleceu o aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário como uma das diretrizes da gestão da DPF. Ferramenta principal para o alcance dessa diretriz, o Sistema de Dealers permite ao Tesouro monitorar regularmente a liquidez do secundário. Os dealers são instituições financeiras credenciadas pelo Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos, que podem atuar tanto nas emissões primárias de títulos públicos federais como na negociação no mercado secundário desses títulos. O Sistema de Dealers tem sido submetido a mudanças em suas regras desde 2015, com desdobramentos significantes em 2016.

Nesse contexto, em fevereiro de 2015, o Sistema de Dealers do Tesouro Nacional foi separado do Sistema de Dealers do Banco Central do Brasil, que passou a proporcionar maior pontuação às instituições distribuidoras de títulos públicos, especialmente àquelas que atuam em plataforma eletrônica. A alteração da norma ofereceu um maior incentivo à participação dos agentes no mercado de títulos públicos, com efeitos positivos à liquidez do mercado, que podem ser constatados pela evolução do volume médio diário de negociação. Em janeiro de 2015, dados do Banco Central indicavam que o volume médio diário negociado extragrupo tinha atingido o valor de R\$ 12,3 bilhões. Em dezembro de 2016, esse volume atingiu o patamar de R\$ 20,9 bilhões, o que representa um crescimento de cerca de 70%.

Além da separação do sistema do Tesouro Nacional, outra inovação de 2015 foi a majoração do fator multiplicativo nas pontuações para negociações em plataformas eletrônicas. Em janeiro de 2015, cerca de 2% de todo o volume negociado em secundário extragrupo era operado via sistemas eletrônicos de negociação, o que representava cerca de R\$ 5,1 bilhões dentro do mês. Em dezembro de 2016, cerca de 13,6% de todo o secundário era operado via plataformas eletrônicas, o que correspondeu a R\$ 59,7 bilhões.

**Tesouro Direto:** o Tesouro Direto (TD) é um Programa criado pelo Tesouro Nacional em 2002 em parceria com a BM&FBOVESPA para permitir que pessoas físicas comprem títulos públicos pela Internet. Dentre seus

13 O Seorfi é um dos sistemas utilizados na gestão da dívida pública, foi criado com objetivo de documentar e controlar a execução orçamentária.

objetivos, inclui-se democratizar o acesso a títulos públicos, oferecer opções de investimento rentáveis e seguras, além de incentivar a educação financeira e a formação de poupança de longo prazo do País.

Recentemente, o Programa tem passado por diversos aperfeiçoamentos, marcados por ondas de melhorias, com objetivo de aproximar cada vez mais essa alternativa de investimento do grande público. A primeira onda, lançada em março de 2015, trouxe, entre outras novidades, nomes mais simples e intuitivos para os títulos públicos, o Orientador Financeiro e a liquidez diária.

Em 2016, o Tesouro Nacional deu continuidade ao Projeto de Aperfeiçoamento do Tesouro Direto, lançando a segunda onda de melhorias, que incluiu:

**Lançamento do aplicativo oficial do Tesouro Direto** – plataforma dedicada a realização de investimentos e resgates, além de permitir consulta a extratos, taxas e protocolos.

**Ampliação do horário de resgates** – das 9h30 às 18h00, o resgate ocorre com preços e taxas disponíveis no momento da transação. Das 18h00 às 5h00, finais de semana e feriados, o resgate ocorre com preços e taxas disponíveis na abertura do mercado do dia útil seguinte. Antes dessa mudança, o resgate diário só estava disponível, nos dias úteis, das 18h00 às 5h00, e em tempo integral nos fins de semana e feriados. A ampliação tornou equivalente os horários para investimento e resgate.

**Lançamento do curso gratuito sobre o Tesouro Direto**, com conteúdo didático organizado nos níveis básico, intermediário e avançado.

**Avisos por SMS e e-mails** – aumento da segurança e do controle do investidor, que poderá acompanhar status das transações e cobrança de taxas, entre outros.

**Novo Extrato** – reorganização das informações do extrato de maneira mais clara e intuitiva, com exibição de gráficos didáticos que permitem acompanhar a evolução do investimento. Disponível para aplicações feitas a partir de janeiro de 2015.

**Novos vídeos na Galeria de Vídeos do Tesouro Direto** – abordando o funcionamento dos títulos públicos de maneira lúdica, rápida e descontraída.

Esse processo contínuo de aperfeiçoamento, pelo qual o TD tem passado, trouxe ganhos expressivos ao desempenho do Programa. O estoque investido passou de R\$ 25,6 bilhões no final de 2015 para R\$ 41,1 bilhões no final de 2016, o que significa um aumento de 60,5%. O montante de vendas líquidas<sup>14</sup> atingiu o valor de R\$ 11,4 bilhões no final de 2016, frente ao valor de R\$ 7,7 bilhões no final do ano anterior. O montante de vendas brutas atingiu o valor de R\$ 19,0 bilhões, frente ao valor de R\$ 14,5 bilhões no final de 2015. Já o número de operações de venda alcançou a marca de 1,7 milhão, partindo do montante de um milhão, verificada no final do ano de 2015.

O número de investidores cadastrados superou o patamar de um milhão, representando um crescimento de quase 80,4% frente ao número verificado no final de 2015, de 624 mil. Em relação aos investidores ativos, aqueles que efetivamente possuem aplicações, em 2016 houve acréscimo de 168 mil, totalizando 402 mil investidores posicionados, um número 71,7% maior que o verificado em 2015. Tal fato sinaliza a contínua popularização do Tesouro Direto, bem como sua consolidação como alternativa segura e rentável de aplicação financeira.

14 Dadas pela diferença entre as vendas brutas e os vencimentos e resgates antecipados.

## 1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

### 1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação

#### Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda (MF) funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), cujos procedimentos no ano de 2016 eram regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, a qual foi revogada pela Portaria STN nº 09, de 05/01/2017.

Ademais, o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (Surin/STN), a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21/12/2007.

#### Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2016, a Secretaria do Tesouro Nacional finalizou a análise de 686 Pedidos de Verificação de Limites e Condições para a contratação de operações de crédito. Desse total, 167 pleitos foram arquivados, nove operações contratadas sem prévia autorização desta Secretaria foram regularizadas, e em 510 deles concluiu-se pelo

cumprimento dos limites legais para a contratação de operações de crédito, sendo que, destes, 29 foram encaminhados pela STN à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para análise jurídica da concessão de garantia da União.

O valor das operações de crédito interno e externo sem garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites fixados pelo Senado Federal totalizou cerca de R\$ 4 bilhões. Para cada pleito, emitiu-se Parecer com vistas a evidenciar o cumprimento de limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

Cumprir ressaltar que os dados apresentados foram extraídos do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem).

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise, em cumprimento à legislação pertinente, com destaque para o artigo 41 da RSF nº 43/2001.

Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros credores das operações de crédito a serem contratadas pelos entes, com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A STN mantém, no Sadipem, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas pela STN, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Tais informações podem ser consultadas por qualquer interessado em sadipem.tesouro.gov.br (na opção "Consultar Operações de Crédito").

#### OPERAÇÕES ENCAMINHADAS À PGFN PARA ANÁLISE JURÍDICA DA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	TIPO DE INTERESSADO	QUANT.	MONTANTE AUTORIZADO (R\$)1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO ANALISADAS E ENCAMINHADAS À PGFN	ESTADOS E DF	6	4.879.561.123,92
	MUNICÍPIOS	2	109.672.000,00
	EMPRESAS ESTATAIS	0	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO ANALISADAS E ENCAMINHADAS À PGFN	ESTADOS E DF	8	3.321.664.942,70
	MUNICÍPIOS	13	2.991.154.201,59
	EMPRESAS ESTATAIS	0	
TOTALS		29	11.302.052.268,21

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem).

Observações:

1) As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação de fechamento do dia 30/12/2016.

### 1.7.2. Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados e do Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, em que estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto, foi editada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins/TO e Amapá/AP não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento

(até 360 meses, com possibilidade de ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando ao incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real (RLR), resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

Os Estados do Piauí/PI e do Rio Grande do Norte/RN liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos referentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

A gestão dos programas de reestruturação e de ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que anualmente avalia o cumprimento das metas ou compromissos e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados e o DF, desenvolveu em 2016 uma série de atividades objetivando examinar o comportamento das suas finanças, coletar informações, negociar a revisão dos programas para o próximo triênio e avaliar as metas programadas para 2015.

PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**
AC	*	NÃO REVISOU EM 2016	NOTA Nº 95/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 178/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 192/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 21 DE NOVEMBRO DE 2016
AL	*	20 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 129/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016
			NOTA Nº 181/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
AM	*	19 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 101/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF,30 DE JUNHO DE 2016);
			NOTA Nº 163/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016
BA	*	19 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 104/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 216/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.
CE	*	28 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 121/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 182/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 198/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
DF	*	20 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
			NOTA Nº 107/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 173/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
ES	*	05 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 160/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 105/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016.
GO	*	24 DE JUNHO DE 2016	NOTA Nº 100/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 172/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
MA	*	20 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 127/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 186/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
MG	*	NÃO REVISOU EM 2016	NOTA Nº 123 /2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 188/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 185/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
MS	*	NÃO REVISOU EM 2016	NOTA Nº 111/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 169/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
MT	*	22 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 132/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 165/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
PA	*	1º DE NOVEMBRO DE 2016	NOTA Nº 102/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF,30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 164/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016.
PB	*	21 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 125/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 189/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
PE	*	5 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 122/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 190/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
PR	*	14 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 201/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 131/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016.
RJ	*	11 DE MARÇO DE 2016	NOTA Nº 112/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 191/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 199/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
RO	*	21 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 108/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 179/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016
			NOTA Nº 184/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
RR	*	20 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 103/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF,30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 176/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 175/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 214/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.
RS	*	27 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 194/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 128/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016.
SC	*	20 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 174/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 99/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**
SE	*	NÃO REVISOU EM 2016	NOTA Nº 106/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016;
			NOTA Nº 167/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
SP	*	27 DE DEZEMBRO DE 2016	NOTA Nº 195/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016;
			NOTA Nº 133/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Fonte: STN/Corem.

\* Devido às restrições orçamentárias da STN em 2016, não houve a realização de missões técnicas.

\*\* Os documentos de avaliação e revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal são divulgados no sítio do STN: <http://tesouro.gov.br/web/stn/programas-de-ajuste-fiscal>.

A Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 (LC 148/2014), com alterações dadas pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, bem como a sua regulamentação, realizada pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, trouxeram importantes modificações que impactam as finanças públicas municipais e estaduais, em especial quanto aos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e do DF.

O principal impacto nos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, para aqueles Estados que já assinaram o aditivo, está relacionado, principalmente, a uma redução do estoque da dívida relativa à Lei nº 9.496/1997, e, no curto prazo, a uma redução também do serviço a ser pago.

Até 31 de dezembro de 2016, oito estados (Alagoas/AL, Ceará/CE, Goiás/GO, Maranhão/MA, Pará/PA, Paraná/PR, São Paulo/SP e Sergipe/SE), o Distrito Federal/DF e 106 Municípios de 12 Estados assinaram termos aditivos aos contratos de refinanciamento alterando as condições contratuais das taxas de juros. A Lei Complementar nº 148/2014 ainda prevê outra medida relevante, que é a possibilidade de que a União

celebre aditivos contratuais com os Estados, desde que autorizados por legislação estadual específica, de modo a aderir à nova redação para o § 5º do art. 3º da Lei 9.496/97, alterada pela referida lei complementar.

O regramento anterior só permitia que os Estados contraíssem novas dívidas, se cumprissem as metas relativas à dívida financeira na trajetória estabelecida no programa.

A alteração dada pela Lei Complementar nº 148/2014 permite que se contraíssem novas dívidas, desde que incluídas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

O efeito prático dessa mudança é que os Estados e DF que celebrarem o referido aditivo contratual poderão contrair novas dívidas, elevando o montante de sua dívida financeira acima da receita líquida real, desde que tais dívidas estejam previamente consideradas em seu programa. O quadro a seguir apresenta informações sobre quais Estados já assinaram esse outro aditivo contratual.

UF	NOTA CONJUNTA Nº	Nº DO PROCESSO	PARECER CAF Nº	SITUAÇÃO
AC	1, DE 12 JANEIRO DE 2016	17944.001103/97-11	10, DE 4 DE JANEIRO DE 2016	ASSINOU TERCEIRO TERMO ADITIVO DO PROGRAMA
AL				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
AM				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
BA				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
CE				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
DF				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
ES				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
GO	17, DE 19 DE ABRIL DE 2016	17944.000602/97-33	1007, DE 28 DE JUNHO DE 2016	ASSINOU SEXTO TERMO ADITIVO DO PROGRAMA
MA				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
MG	46, DE 8 DE MARÇO DE 2016	17944.000039/98-57	1787, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016	AGUARDANDO ASSINATURA DO 7º TERMO ADITIVO DO PROGRAMA
MS				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
MT				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
PA				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
PB				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
PE				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
PR				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
RJ	7, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016	17944.001007/97-15	218, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016	ASSINOU SEGUNDO TERMO ADITIVO.
RN				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
RO				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
RR				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
RS				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
SC	1, DE 11 DE JANEIRO DE 2017	17944.000163/98-86	59, DE 16 DE JANEIRO DE 2017	AGUARDANDO ASSINATURA DO 10º TERMO ADITIVO DO PROGRAMA
SE				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA
SP				NÃO ASSINOU ADITIVO DO PROGRAMA

Outra modificação importante, implementada pela legislação supramencionada, é a previsão da implementação, mediante autorização legislativa estadual ou municipal específica, de Programas de Acompanhamento Fiscal para Estados que não estão atualmente obrigados a manter Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, nos termos da Lei nº 9.496/97, e para os Municípios de capital.

Assim, os Estados do Amapá/AP, Piauí/PI, Rio Grande do Norte/RN e Tocantins/TO passam a ter essa prerrogativa. Contudo, nenhum desses entes celebrou o referido Programa com a União.

Essa modificação incluída na Lei Complementar nº 148/2014 alterou a MP nº 2.185/2001, permitindo que os Municípios de capitais que assinarem termo aditivo ao contrato de refinanciamento para contratação de Programa de Acompanhamento Fiscal, poderão contrair novas dívidas, mesmo se a dívida financeira total do Município for superior a RLR Anual, desde que essa operação de crédito tenha sido incluída no Programa de Acompanhamento Fiscal.

Em 2016 nenhum Município assinou termo aditivo ao contrato de refinanciamento para contratação de Programa de Acompanhamento Fiscal.

Por fim, o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, regulamentou também o disposto no art. 2º da Lei nº 9.496/1997 (Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal), estabelecendo critérios e prazos relacionados à revisão e a avaliação do cumprimento de metas ou compromissos dos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

No final do ano de 2016, foi promulgada a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro, de 2016, estabelecendo o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal e trazendo alterações na Lei Complementar nº 148/2014, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 9.496/1997, Lei nº 8.727/1993 e MP 2.192-70/01.

Em relação aos aspectos que impactam os Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, deve-se destacar que o alongamento do prazo de pagamento das dívidas refinanciadas para até 240 (duzentos e quarenta) meses adicionais, permitiu a extinção do limite máximo de comprometimento da RLR com serviço da dívida e das deduções de dívida intralimite, previstos nos artigos 5º e 6º da Lei nº 9.496/1997, para fins de cálculo da prestação mensal a ser paga, com base na Tabela Price.

Com a extinção do referido parâmetro contratual as metas ou compromissos dos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal não necessitariam mais observar o conceito da RLR estabelecido na Lei nº 9.496/1997. Com isto o texto legal trouxe a convergência das metas ou compromissos, no que for cabível, aos conceitos adotados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto, a Lei Complementar nº 156/2016 promoveu alterações na Lei nº 9.496/1997 de modo a modificar as metas e compromissos contidos nos referidos Programas. As alterações foram as seguintes:

- Substituição da meta da “dívida financeira em relação à RLR” pela “dívida consolidada”;
- Alteração da denominação da meta de “despesas com funcionalismo público” por “despesa com pessoal”;
- Alteração da denominação da meta de “arrecadação de receitas próprias” por “receitas de arrecadação própria”;
- Alteração da denominação da meta de “privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial” por “gestão pública”;
- Substituição da meta de “despesas de investimento em relação à RLR” por “disponibilidade de caixa”.

Houve mudanças também na penalidade por descumprimento de metas e compromissos do Programa, passando de amortização extraordinária de 0,25% da média mensal da RLR por meta não cumprida, para 0,20% de 1/12 da RCL.

A Lei Complementar nº 156/2016 alterou também o art. 5º da Lei Complementar nº 148/2014, de forma a padronizar, no que fosse cabível, o Programa de Acompanhamento Fiscal com o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

### 1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram refinanciadas (MP 2.185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP nº 2.185/2001, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração indireta municipal previamente assumida pelo Município.

Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de reestruturação e de ajuste fiscal para cada um dos Municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 Municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas nove capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses Municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos Municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001.

Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 Municípios em 2016, conforme avaliação registrada na Nota nº 217/2016/COREM/STN, de 22 de novembro de 2016.

### 1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real (RLR)

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004.

A partir de 2014, a apuração da RLR dos Municípios também contemplou o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, convertida na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013.

Desta forma, foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.gov.br/receita-liquida-real>).

### 1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001

A Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, regulamentou os procedimentos e as competências, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de comprovação e divulgação, quanto ao adimplemento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União, relativamente a financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito que tenham sido, eventualmente, honradas, previstos no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional divulga, em seu sítio na Internet ([https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao\\_adimplencia.jsf](https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao_adimplencia.jsf)), as informações relativas a comprovação quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas, para efeito de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A comprovação de adimplemento abrange o cumprimento de todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo controle e acompanhamento sejam da competência da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as obrigações de ressarcimento decorrentes da honra de aval pela União na condição de garantidora daqueles mesmos entes.

Esta comprovação integra informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) e da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem),

da Secretaria do Tesouro Nacional, e é atualizada diariamente, tendo validade somente para a data em que for realizada a consulta.

### 1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento

A Portaria MF nº 306, de 10 de setembro de 2012, disciplinou a metodologia de análise da situação financeira e da capacidade de pagamentos dos entes que pleiteiem, junto à União, a concessão de garantia para as operações de crédito interno e externo.

A referida Portaria estabelece que a análise será realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e indicará a classificação da situação fiscal do pleiteante com a finalidade de subsidiar a concessão de aval ou garantia da União em operação de crédito interna ou externa de interesse de Estado, do Distrito Federal e de Município.

A metodologia de análise está estruturada em duas etapas. A primeira avalia a classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; já a segunda, avalia o enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

Resumidamente, a primeira etapa avalia a situação fiscal realizada, enquanto a segunda considera os impactos da operação pleiteada no endividamento e no serviço da dívida do ente pleiteante.

#### Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento

As análises de capacidade de pagamento realizadas em 2016 estão discriminadas nos quadros a seguir:

#### ESTADOS – NOTAS ELABORADAS EM 2016(\*\*)

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
AC	*		
AL	*		
BA	*		
AM	231/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 27 DE DEZEMBRO DE 2016	B-	COREM
AM	209/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 14 DE NOVEMBRO DE 2016	B-	COREM
AM	91/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 1º DE JUNHO DE 2016.	B-	COREM
CE	64/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 15 DE ABRIL DE 2016.	C*2	STN
CE	69/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 22 DE ABRIL DE 2016.	C*2	STN
DF	117/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
DF	118/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
DF	180/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016	B-	COREM
DF	228/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016	B-	COREM
ES	146/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 04 DE AGOSTO DE 2016	B	COREM
ES	215/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016	B	COREM
GO	134/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE JUNHO DE 2016	D+	MF
MA	202/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.	B-	COREM
MA	204/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.	B-	COREM
MA	227/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016.	C*2	STN
MG	157/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, 18 DE OUTUBRO DE 2016	D	MF
MS	*		
MT	124/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 28 DE JUNHO DE 2016	C*2	STN
MT	183/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016	C*2	STN
PA	*		
PB	75/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 2 DE MAIO DE 2016.	B-	COREM
PB	76/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 2 DE MAIO DE 2016.	B-	COREM
PB	137/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 11 DE JULHO DE 2016.	C+	MF
PB	138/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE JULHO DE 2016.	C+	MF

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
PB	139/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE JULHO DE 2016.	C+	MF
PB	140/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE JULHO DE 2016.	C+	MF
PB	161/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.	C+	MF
PE	*		
PI	*		
PR	116/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
PR	126/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 28 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
PR	130/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 29 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
PR	200/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016	B-	COREM
PR	224/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016	B-	COREM
RJ	37/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.	D	MF
RJ	49/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 11 DE MARÇO DE 2016.	D	MF
RJ	92/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 3 DE JUNHO DE 2016.	D	MF
RN	*		
RO	*		
RR	*		
RS	*		
SC	*		
SE	143/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 20 DE JULHO DE 2016	C+	MF
SP	153/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016	C-	MF

Fonte: STN/Corem.

\* Não foi elaborada nota em 2016.

\*\* As Notas são divulgadas no sítio do STN: <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2591:3:::NO:2::>

#### MUNICÍPIOS – NOTAS ELABORADAS EM 2016(\*)

MUNICÍPIO	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
ARACAJU/SE	80/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 18 DE MAIO DE 2016	B	COREM
ARARAQUARA/SP	155/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
BELO HORIZONTE/MG	40/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016	B	COREM
BELO HORIZONTE/MG	162/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
BELO HORIZONTE/MG	226/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016	B	COREM
CAMPO GRANDE/MS	08/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 27 DE JANEIRO DE 2016	B	COREM
CAMPO GRANDE/MS	96/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 7 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
CAXIAS DO SUL/RS	57/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 6 DE ABRIL DE 2016	B	COREM
CORUMBÁ/MS	97/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 7 DE JUNHO DE 2016	B+	COREM
FORTALEZA/CE	94/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 6 DE JUNHO DE 2016	B	COREM
FORTALEZA/CE	170/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
GOIÂNIA/GO	154/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016	B-	COREM
HORTOLÂNDIA/SP	225/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016	B+	COREM
IGARAPAVA/SP	222/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016	B	COREM
IPATINGA/MG	151/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016	B-	COREM
JOÃO PESSOA/PB	56/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 4 DE ABRIL DE 2016	B-	COREM
JOÃO PESSOA/PB	85/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 25 DE MAIO DE 2016	B-	COREM
JOÃO PESSOA/PB	147/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE AGOSTO DE 2016	B-	COREM
JOÃO PESSOA/PB	219/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016	B-	COREM
JOINVILLE/SC	148/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE AGOSTO DE 2016	B+	COREM
JOINVILLE/SC	187/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016	B+	COREM
LARANJAL PAULISTA/SP	158/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016	B-	COREM
LONDRINA/PR	39/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016	B	COREM
MANAUS/AM	29/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016	B+	COREM
MANAUS/AM	84/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 25 DE MAIO DE 2016	B+	COREM
NITERÓI/RJ	48/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 8 DE MARÇO DE 2016	A-	COREM
NITERÓI/RJ	98/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 9 DE JUNHO DE 2016	C*2	STN
PALMAS/TO	197/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016	C*3	STN



MUNICÍPIO	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
PETRÓPOLIS/RJ	220/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016	B	COREM
PORTO ALEGRE/RS	86/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 25 DE MAIO DE 2016	B	COREM
PORTO ALEGRE/RS	211/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016	B	COREM
RECIFE/PE	210/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016	B	COREM
RIBEIRÃO DAS NEVES/MG	218/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016	B-	COREM
RIBEIRÃO PRETO/SP	89/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 30 DE MAIO DE 2016	C*2	STN
SALVADOR/BA	52/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 21 DE MARÇO DE 2016	A-	COREM
SALVADOR/BA	82/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 23 DE MAIO DE 2016	B+	COREM
SALVADOR/BA	212/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016	B+	COREM
SANTO ANDRÉ/SP	06/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 27 DE JANEIRO DE 2016	B	COREM
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP	113/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 22 DE JUNHO DE 2016	B	COREM
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP	171/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	156/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
SÃO LUÍS/MA	115/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 24 DE JUNHO DE 2016	B-	COREM
SOROCABA/SP	47/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 8 DE MARÇO DE 2016	A-	COREM
SOROCABA/SP	144/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 21 DE JULHO DE 2016	A-	COREM
TAUBATÉ/SP	05/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 26 DE JANEIRO DE 2016	B	COREM
TAUBATÉ/SP	141/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 15 DE JULHO DE 2016	B	COREM
TAUBATÉ/SP	221/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016	B	COREM
TERESINA/PI	45/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 1 DE MARÇO DE 2016	B	COREM
TERESINA/PI	177/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016	B	COREM
TORRES/RS	43/COREM/SURIN/STN/MF-DF, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016	B+	COREM

Fonte: STN/Corem.

\* As Notas são divulgadas no sítio do STN: <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2591:3:::NO:2::>

## 1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### 1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado.

Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de crédito rural.

No exercício de 2016, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec) foram contempladas pela Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 com o montante de R\$ 28,15 bilhões, dos quais R\$ 2,56 bilhões destinados à concessão de empréstimos, R\$ 24,75 bilhões às subvenções econômicas e R\$ 833 milhões às demais atividades (indenizações).

Ao longo do exercício, essas dotações registraram suplementações e cancelamentos, que elevaram os valores das rubricas para um total de R\$ 32,77 bilhões.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de aproximadamente R\$ 22 bilhões em 2016, sendo R\$ 20,5 bilhões em subvenções econômicas e outros encargos e R\$ 1,5 bilhão em operações de financiamento.

Houve também a execução de R\$ 2,78 bilhões de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Ao final de 2016, foram inscritos R\$ 9,1 bilhões em Restos a Pagar, englobando saldos remanescentes de exercícios anteriores.

Adicionalmente, houve descentralização de crédito, no valor total de R\$ 231.000 mil, para repasse de recursos de programas sob responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Durante 2016, as Operações Oficiais de Crédito registraram cerca de R\$ 2,8 bilhões de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e da alienação de estoques públicos.

### 1.8.2. Financiamento

#### Financiamento para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recursos do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2016, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 203 milhões, dos quais R\$ 65,54 milhões foram executados ao longo do exercício.

Além disso, houve execução de R\$ 100,00 mil relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. R\$ 15,0 milhões foram inscritos em Restos a Pagar/2016, com previsão de execução ao longo de 2017. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Pronaf junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

#### Financiamento para Promoção das Exportações – Proex (Lei nº 10.184, de 2001)

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, por meio da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros.

Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (supplier's credit) ou aos importadores (buyer's credit) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2016, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 2,16 bilhões. Houve execução durante o exercício de R\$ 1,44 bilhão.

### 1.8.3. Subvenções Econômicas

#### Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros

##### Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais:

- do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa;
- de exploração pecuária; e
- de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária final de R\$ 2,95 bilhões. Durante o exercício foram executados R\$ 1,82 bilhões. Além disso, houve execução de R\$ 102,58 mil relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. Está previsto ao longo de 2017 a execução R\$ 1,11 bilhão inscritos em Restos a Pagar/2016.

##### Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 125,67 milhões, dos quais foram executados R\$ 81,19 milhões. Não houve a inscrição em Restos a Pagar/2016.

##### Subvenção Econômica para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992)

Esta ação tem por objetivo prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária "Financiamento para Agricultura Familiar".

Em 2016, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 6,34 bilhões, dos quais R\$ 4,21 bilhões foram executados ao longo do exercício. Além disso, houve execução de R\$ 1,15 bilhão relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. R\$ 2,03 bilhões foram inscritos em Restos a Pagar/2016 e, R\$ 1,07 mil, reinscritos referentes ao exercício de 2015, com previsão de execução ao longo de 2017.

##### Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 3,34 bilhões, dos quais foram executados R\$ 2,11 bilhões no exercício. Além disso, houve execução de R\$ 852,0 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. R\$ 1,18 bilhão foi inscrito em Restos a Pagar/2016 e, R\$ 100,0 mil, reinscritos referentes ao exercício de 2015, com previsão de execução ao longo de 2017.

##### Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2016, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 468,08 milhões, dos quais foram executados R\$ 379,70 milhões. Além disso, houve execução de R\$ 243,04 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. R\$ 88,38 milhões foram inscritos em Restos a Pagar/2016 e, R\$ 35,94 milhões, reinscritos referentes a exercícios anteriores, com previsão de execução ao longo de 2017.

##### Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19 de junho de 1995, envolve a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência, em financiamentos destinados ao controle da doença "vassoura-de-bruxa", detectada na lavoura cacaueira baiana em 1989.

No orçamento de 2016, foram previstos R\$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em Restos a Pagar.

#### Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - Proex – (Lei nº 10.184, de 2001)

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, por meio da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização.

Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações.

O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o Proex arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional.

O spread de equalização do Proex é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do spread de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.

No exercício de 2016, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 660,0 milhões para Equalização e R\$ 45,0 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R\$ 705,0 milhões. Foram executados R\$ 642,90 milhões para emissão de NTN-I.

Já para o pagamento de despesas operacionais, foram executados R\$ 17,48 milhões. Em relação aos Restos a Pagar do exercício anterior, foram executados R\$ 3,89 milhões para emissão de NTN-I. Quanto aos Restos a Pagar/2016, foram inscritos R\$ 2,90 milhões para despesas operacionais.

#### Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)

A Lei nº 11.529, de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do BNDES, destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do spread do agente financeiro.

No exercício de 2016, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 6,66 milhões, dos quais foram executados R\$ 5,53 milhões.

Além disso, houve execução de R\$ 8,88 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. A inscrição em Restos a Pagar/2016 foi de R\$ 9,46 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2017.

#### Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)

Esta ação tem como objetivo o pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool.

A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.

No exercício de 2016, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 83,04 milhões, dos quais foram executados R\$ 56,57 milhões.

A inscrição em Restos a Pagar/2016 foi de R\$ 26,47 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2017.

#### Encargos Financeiros da União – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 14,70 bilhões, dos quais foram executados R\$ 10,21 milhões. A inscrição em Restos a Pagar/2016 foi de R\$ 4,41 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2017.

#### Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)

Esta ação orçamentária é destinada a conceder subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

Para o exercício de 2016, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 9 milhões, dos quais foram executados R\$ 5,28 milhões. Além disso, houve execução de R\$ 370,91 mil relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. A inscrição em Restos a Pagar/2016 foi de R\$ 3,40 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2017.

#### Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias (Lei nº 11.922/09)

As operações de Financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias possuem a finalidade de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

A subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 146,0 milhões, dos quais foram executados R\$ 145,8 milhões. Não houve inscrição em restos a pagar.

#### Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008)

As operações de contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural possuem a finalidade de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento.

A subvenção econômica para este caso é concedida sob a forma de bônus de adimplência nas taxas de juros das operações contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural, estabelecido por resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), e daquelas originalmente celebradas sob a égide deste programa e reclassificadas com base na Resolução nº 3.509, de 30 de novembro de 2007, do Conselho Monetário Nacional, de modo que a taxa efetiva de juros seja de 8,75% ao ano, cujo ônus é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 8,85 milhões, que foram cancelados no decorrer do ano suplementação de outras ações. Assim, não houve execução orçamentária para este exercício.

#### Equalização de Preços e Outros Encargos

##### Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque.

A ação objetiva evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF).

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal (AGF) contou com dotação orçamentária de R\$ 114,67 milhões. Foram executados R\$ 108,47 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2016.

Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992):

Esta ação objetiva resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF), cuja produção seja feita por agricultores familiares, por intermédio da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 17,00 milhões, sendo cancelada no decorrer do exercício para suplementação de outras ações. Dessa forma, não houve execução ao longo do exercício e nem inscrição em restos a pagar.

##### Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela

PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente:

- à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado;
- no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou
- ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa a garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2016 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 250 milhões, dos quais R\$ 43 milhões foram cancelados. A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito (Termo de Execução Descentralizada nº 1, de 02/01/2016) e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a Conab, que é a responsável pela operacionalização do programa, de modo que houve a descentralização de R\$ 124,82 milhões durante o período.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

##### Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente:

- à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado;
- no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação;
- ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou,
- no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3o da Lei no 11.326, de 2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões em 2016. Destaque-se que, a partir de 2016, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a Conab (Termo de Execução Descentralizada nº 2, de 21/01/2016).

O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da Conab. Desse modo, foram descentralizados R\$ 6,06 milhões.

#### Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (Lei nº 12.844, de 2013 e MP nº 733 de 2016)

Esta ação orçamentária objetiva conceder Subvenção Econômica, sob a forma de rebate, para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujo ônus seja de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme previsto pelo art. 8º da Lei nº 12.844, de 2013 e MP nº 733, de 2016.

No exercício de 2016, foram alocados R\$ 475,72 milhões para esta ação orçamentária. Entretanto, não houve execução durante o período. R\$ 15,0 milhões foram inscritos em Restos a Pagar/2016 e, R\$ 26,0 milhões, reinscritos referentes a exercícios anteriores, com previsão de execução ao longo de 2017.

#### Outras subvenções Econômicas

##### Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)

Esta ação orçamentária foi criada para o pagamento de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

A subvenção corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Para o exercício de 2016, não foi publicada Portaria que estabelece as condições para pagamento de equalização do Programa Crescer no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para o exercício de 2016. Assim, não houve execução orçamentária para este exercício.

#### Encargos Financeiros da União - Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)

Por meio desta ação orçamentária será realizada a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO).

A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 76,0 bilhões, dos quais foram executados R\$ 45,02 milhões. Além disso, houve execução de R\$ 23,38 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. A inscrição em Restos a Pagar/2016 foi de R\$ 25,75 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2017.

#### 1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

##### Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro (Lei nº 8.171, de 1991)

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171 de 14 de janeiro de 1991) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN nº 3.237, de 29 de setembro de 2004.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil, na condição de gestor do programa.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 637,80 milhões, que foram executados na sua totalidade. Além disso, houve execução de R\$ 490,00 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores.

## 1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

### 1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

No ano de 2016 não houve contratação direta pela União, bem como contratos de doação. Apresenta-se, na tabela a seguir, a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União de 2004 até 2016, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2016  
US\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
FINANCIAMENTO DE PROJETOS	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10	0,00
DOAÇÕES	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.190,97</b>	<b>2.355,76</b>	<b>1.310,38</b>	<b>732,44</b>	<b>8,44</b>	<b>3.125,46</b>	<b>1.315,00</b>	<b>416,67</b>	<b>93,55</b>	<b>18,00</b>	<b>32,05</b>	<b>4.984,55</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2016.

### 1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2016 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 1.512,6 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, junto a Organismos Multilaterais e instituições financeiras.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS - 2004 A 2016 (31/12/2016) US\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 A 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00	1.512,55
- A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-	-	-	-
- A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00	1.512,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2016.

A seguir, apresenta-se a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2016, com os respectivos mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

CONTRATOS DE DÍVIDA EXTERNA ASSINADOS EM 2016 - COM GARANTIA DA UNIÃO (POSIÇÃO EM 31/12/2016)

BANCO	CONTRATO	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA	VALOR CONTRATADO	DESCRIÇÃO
BID	3289/OC-BR	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	24/02/2016	USD	57.908.000,00	PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA II
BID	3040/OC-BR	GOVERNO DO DF	29/02/2016	USD	31.997.000,00	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DISTRITO FEDERAL (PRODEFAZ) (PROFISCO/DF)
BIRD	8442-BR	GOVERNO DO ACRE	17/03/2016	USD	150.000.000,00	PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO
BIRD	8567-BR	GOVERNO DO PIAUÍ	27/04/2016	USD	200.000.000,00	PIAUÍ: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO - DPL
BIRD	8586-BR	MUNICÍPIO DE TERESINA	27/04/2016	USD	88.000.000,00	PROGRAMA LAGOAS DO NORTE - ETAPA II
BIRD	8575-BR	GOVERNO DO PIAUÍ	27/04/2016	USD	120.000.000,00	PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
BID	3400/OC-BR	MUNICÍPIO SÃO BERNARDO DO CAMPO	17/05/2016	USD	59.050.000,00	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
BIRD	8580-BR	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	31/05/2016	USD	200.000.000,00	PROGRAMA DE RESTAUR. EMANUT. DERODO VIA ESTADUAIS DA BAHIA - PREMAR - 2ª ETAPA
BID	3408/OC-BR	GOVERNO DO ESTADO DO CE	01/06/2016	USD	50.000.000,00	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ - PROARES III - 1ª FASE
BID	3395/OC-BR	GOVERNO DO ESTADO DO CE	01/06/2016	USD	200.000.000,00	PROGRAMA VIÁRIO DE INTEGRAÇÃO E LOGÍSTICA - CEARÁ IV (2ª FASE)
BIRD	8554-BR	MUNICÍPIO DE MANAUS	22/06/2016	USD	150.000.000,00	PRG. DE CONSOL. DO EQUIL. FISCAL PARA MELHORIA DA PREST. DESERV. PÚBLICOS DO MUN. DE MANAUS - PROCONFIS MANAUS
CAF	CAF POA-ORLA	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	10/08/2016	USD	92.000.000,00	ORGANIC. E REQUALIFIC. DO ESP. URBANO, DO LAZER, DO ACESSO E MOBIL. DE POA - ORLA POA
BID	BID 2715/OC-BR	MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ - MA	29/11/2016	USD	13.590.000,00	PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ/MA - PRCHSL
CAF	CAF NIT-PROS	MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ	30/11/2016	USD	100.000.000,00	PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICAS SUSTENTÁVEL (PRÓ-SUSTENTÁVEL)
<b>TOTAL</b>					<b>1.512.545.000,00</b>	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2016.

### 1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contra garantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2016 o montante de R\$ 3.889,2 milhões, sendo que, desse valor, 97,2% foram destinados a Estados, 2,8% a Municípios.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2016 (POSIÇÃO 31/12/2016)

R\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2016
GARANTIAS CONCEDIDAS	3.889,23
- GARANTIAS A ESTADOS	3.779,56
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	109,67
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	-

Fonte: STN.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2016 (POSIÇÃO 31/12/2016)

CONTRATO	CREADOR	MUTUÁRIO EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO
002-2016 PGFN-CAF	CAIXA	ESTADO DE SÃO PAULO	29/01/2016	690.000.000,00	FINANCIAMENTO DE PLANO DE INVESTIMENTO - FINISA - PROJETO LINHA 6 METRO SÃO PAULO
004-2016 PGFN-CAF	BNDES	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	26/02/2016	444.811.123,92	IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA LINHA 4 DO METRÔ DO RIO DE JANEIRO
006-2016 PGFN-CAF	BANCO DO BRASIL	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	22/03/2016	57.312.000,00	CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20/00006-5 - CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 10.096-2013
008-2016 PGFN-CAF	BANCO DO BRASIL	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	04/04/2016	52.360.000,00	CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20/00007-3 - CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 10.096-2013
011-2016 PGFN-CAF	CAIXA	ESTADO DE GOIÁS	02/08/2016	1.900.000.000,00	CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA Nº 473.716-43/2016 - ESTADO DE GOIÁS X CAIXA
018-2016 PGFN-CAF	BANCO DO BRASIL	ESTADO DO AMAZONAS	30/11/2016	300.000.000,00	PROGRAMA DE SUSTENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS - PROSIP
022-2016 PGFN-CAF	CAIXA	ESTADO DO MARANHÃO	30/12/2016	444.750.000,00	PROGRAMA "MARANHÃO MAIS JUSTO E COMPETITIVO"
TOTAL EM REAIS				3.889.233.123,92	

Fonte: STN. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2016.

#### CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2016 (31/12/2016)

CONTRATO	CREADOR	MUTUÁRIO EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO
003 PGFN-CAF	BB E CAIXA	ESTADO DE SÃO PAULO	29/01/2016	690.000.000,00	FINANCIAMENTO DE PLANO DE INVESTIMENTO - FINISA - PROJETO LINHA 6 METRO SÃO PAULO
005 PGFN-CAF	BB E BRADESCO	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	26/02/2016	444.811.123,92	IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA LINHA 4 DO METRÔ DO RIO DE JANEIRO
007 PGFN-CAF	BB	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	22/03/2016	57.312.000,00	CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20/00006-5 - CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 10.096-2013
009 PGFN-CAF	BB	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	04/04/2016	52.360.000,00	CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20/00007-3 - CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 10.096-2013
012 PGFN-CAF	CAIXA	ESTADO DE GOIÁS	02/08/2016	1.900.000.000,00	CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA Nº 473.716-43/2016 - ESTADO DE GOIÁS X CAIXA
019 PGFN-CAF	BB E BRADESCO	ESTADO DO AMAZONAS	30/11/2016	300.000.000,00	PROGRAMA DE SUSTENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS - PROSIP
023 PGFN-CAF	BB	ESTADO DO MARANHÃO	30/12/2016	444.750.000,00	PROGRAMA "MARANHÃO MAIS JUSTO E COMPETITIVO"
TOTAL EM REAIS				3.889.233.123,92	

Fonte: STN. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2016.

### 1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2016, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação - IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de

Riscos Extraordinários (Eure/IRB). Os saldos das Garantias e das Contragarantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2016.

**SALDO DEVEDOR DAS GARANTIAS CONCEDIDAS**  
§ 1,00

<b>EXTERNA</b>	<b>103.761.199.802,35</b>
<b>FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>103.761.199.802,35</b>
<b>AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS</b>	<b>6.767.596.051,45</b>
BANCO FEDERAL	238.151.934,07
EMPRESAS PRIVATIZADAS	751.545,13
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	2.462.982.456,76
ESTADOS	3.663.272.715,90
ESTATAIS FEDERAIS	274.670.691,50
MUNICÍPIOS	127.766.708,09
<b>BANCOS PRIVADOS</b>	<b>10.922.111.390,02</b>
BANCO FEDERAL	220.687.628,45
ESTADOS	10.447.213.961,57
ESTATAIS FEDERAIS	19.554.600,00
MUNICÍPIOS	234.655.200,00
<b>ORGANISMOS MULTILATERAIS</b>	<b>86.071.492.360,88</b>
BANCO FEDERAL	11.785.177.557,11
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	1.259.708.400,95
ESTADOS	61.361.549.807,18
ESTATAIS FEDERAIS	1.322.128.810,30
MUNICÍPIOS	10.342.927.785,34
<b>INTERNA</b>	<b>183.439.705.708,57</b>
<b>FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>118.636.264.568,48</b>
<b>BANCO FEDERAL</b>	<b>110.118.498.411,56</b>
BANCO FEDERAL	7.300.050.656,07
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	1.102.679.815,07
ESTADOS	80.040.678.584,75
ESTATAIS FEDERAIS	17.683.448.029,50
MUNICÍPIOS	3.991.641.326,17
<b>BANCOS PRIVADOS</b>	<b>1.207.622.936,70</b>
ESTADOS	1.207.622.936,70
<b>FUNDOS CREDORES</b>	<b>7.310.143.220,22</b>
BANCO FEDERAL	7.310.143.220,22
<b>OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF</b>	<b>64.803.441.140,09</b>
<b>EXPORTADORES</b>	<b>38.007.450.704,62</b>
ESTATAIS FEDERAIS	953.456.251,88
FUNDOS DEVEDORES	37.053.994.452,74
<b>FUNDOS CREDORES</b>	<b>23.179.798.253,57</b>
ESTATAIS FEDERAIS	3.820.881.726,05
FUNDOS DEVEDORES	807.549.385,01
RISCO DE CRÉDITO DA UNIÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ÂMBITO DA LEI Nº 8.036/90	18.356.360.688,24
SEGUROS GARANTIAS	195.006.454,27
<b>OUTROS PAÍSES</b>	<b>3.616.192.181,90</b>
GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO (PERFORMANCE BOND) E DE DESENVOLUÇÃO DE SINAL (REFUNDMENT BOND)	3.616.192.181,90
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>287.200.905.510,92</b>

Fonte: STN/Codiv.



SALDO DAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS  
R\$ 1,00

EXTERNA	95.066.335.750,89
FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	95.066.335.750,89
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	6.529.444.117,39
EMPRESAS PRIVATIZADAS	751.545,13
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	2.462.982.456,76
ESTADOS	3.663.272.715,90
ESTATAIS FEDERAIS	274.670.691,50
MUNICÍPIOS	127.766.708,09
BANCOS PRIVADOS	10.805.714.961,57
BANCO FEDERAL	104.291.200,00
ESTADOS	10.447.213.961,57
ESTATAIS FEDERAIS	19.554.600,00
MUNICÍPIOS	234.655.200,00
ORGANISMOS MULTILATERAIS	77.731.176.671,93
BANCO FEDERAL	3.444.861.868,16
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	1.259.708.400,95
ESTADOS	61.361.549.807,18
ESTATAIS FEDERAIS	1.322.128.810,30
MUNICÍPIOS	10.342.927.785,34
INTERNA	134.270.764.380,27
FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111.326.121.348,26
BANCO FEDERAL	110.118.498.411,56
BANCO FEDERAL	7.300.050.656,07
ENTIDADES CONTROLADAS ESTADUAIS	1.102.679.815,07
ESTADOS	80.040.678.584,75
ESTATAIS FEDERAIS	17.683.448.029,50
MUNICÍPIOS	3.991.641.326,17
BANCOS PRIVADOS	1.207.622.936,70
ESTADOS	1.207.622.936,70
OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	22.944.643.032,01
FUNDOS CREDORES	19.328.450.850,11
FUNDOS DEVEDORES	777.083.707,60
RISCO DE CRÉDITO DA UNIÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ÂMBITO DA LEI Nº 8.036/90	18.356.360.688,24
SEGUROS GARANTIAS	195.006.454,27
OUTROS PAÍSES	3.616.192.181,90
GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO (PERFORMANCE BOND) E DE DEVOLUÇÃO DE SINAL (REFUNDMENT BOND)	3.616.192.181,90
TOTAL GERAL	229.337.100.131,16

Fonte: STN/Codiv.

### 1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

A Secretaria do Tesouro Nacional monitora os eventuais atrasos, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando aos devedores, para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente. Entre 2005 e 2015, não houve necessidade de a União honrar compromissos decorrentes de garantias prestadas a entes da federação e entidades da administração indireta. Entretanto, ao longo de 2016, a União honrou dívidas referentes a contratos de responsabilidade de Estados e Municípios no montante de R\$ 2.377,7 milhões, conforme detalhado no quadro a seguir:

EM MILHÕES DE R\$

MUTUÁRIO	JAN - ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	-	177,58	115,78	241,74	138,66	326,89	292,94	389,13	679,13	2.361,86
ESTADO DE MATO GROSSO	-	-	-	-	-	-	107,13*	-	-	107,13*
ESTADO DE RORAIMA	-	-	-	-	12,75	5,85	5,88	2,93	-	27,42
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	-	177,58	115,78	241,74	125,91	321,04	179,93	386,20	679,13	2.227,32
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	-	-	-	-	2,17	4,45	2,18	3,36	3,64	15,81
PREF. CHAPECÓ-SC	-	-	-	-	-	2,27	-	-	-	2,27
PREF. CACHOEIRINHA-RS	-	-	-	-	-	-	-	-	1,45	-
PREF. NATAL-RN	-	-	-	-	2,17	2,18	2,18	2,19	2,20	10,92
PREF. BELFORD ROXO-RJ	-	-	-	-	-	-	-	1,17	-	-
TOTAL GERAL		177,58	115,78	241,74	140,83	331,34	295,13	392,49	682,78	2.377,67

\*O saldo referente ao Estado de Mato Grosso foi honrado e recuperado conforme decisão do STF (ACO-2918-MT)

#### Valores Recuperados por meio de Contragarantias Executadas

Ao honrar uma garantia, a União aciona as contragarantias previstas contratualmente para recuperação dos valores despendidos, que incluem, além do valor original devido, juros de mora, multas e outros encargos eventualmente previstos nos contratos de financiamento. As contragarantias vinculadas podem ser: Cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); além do fluxo de outras receitas próprias. A seguir, apresenta-se o demonstrativo:

EM MILHÕES DE R\$

MÊS	VALORES HONRADOS	AJUSTES PELA SELIC	VALORES RECUPERADOS	VALORES A RECUPERAR	PERCENTUAL RECUPERADO (%)	MÉDIA DE DIAS P/ RECUPERAÇÃO
JAN - ABR	-	-	-	-	-	-
MAIO	177,58	0,57	178,15	-	100,0%	10
JUNHO	115,78	0,27	116,05	-	100,0%	6
JULHO	241,74	0,74	242,48	-	100,0%	7
AGOSTO	140,83	0,39	141,22	-	100,0%	14
SETEMBRO	331,34	0,88	332,22	-	100,0%	9
OUTUBRO	295,13	0,65	295,78	-	100,0%	11
NOVEMBRO	392,49	2,12	394,61	-	100,0%	5
DEZEMBRO	682,78	0,50	274,05	409,23	40,1%	7
TOTAL	2.377,67	6,12	1.974,56	409,23	82,8%	9

Notas:

- 1) Valores honrados pela União são atualizados pela taxa Selic até a data do ressarcimento, conforme previsto contratualmente.
  - 2) Nos valores a recuperar não incide a taxa Selic.
  - 3) O estoque honrado e o valor recuperado consideram a data em que a garantia foi honrada.
  - 4) A Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv) é responsável pela honra das garantias. A Coordenação-Geral de Haveres da União (Coafi), por sua vez, é a responsável pela execução das contragarantias junto aos entes.
- Fontes: Codiv e Coafi.

### 1.10.1. Banco da Amazônia S. A.

#### Atuação Estratégica

O Banco da Amazônia (Basa), com 74 anos de existência, é uma instituição financeira pública federal de caráter regional que se destaca como principal agente do Governo Federal na execução das políticas, planos e programas governamentais voltados para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, além de realizar todas as atividades bancárias tradicionais.

O Basa atua alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no Plano Plurianual 2016 – 2019: Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, na Política Nacional de Turismo (PNT), no Plano Brasil Maior, no Plano Brasil Sem Miséria, no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos estados da região Norte.

O Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional de matérias-primas locais que contribuam para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca:

- a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente;
- o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais;
- a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar;
- o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e
- ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

#### Missão e Visão

Tendo como missão “promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros”, o Banco da Amazônia tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na Região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

A visão estratégica do Banco da Amazônia para os próximos anos é “ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados”. Para tanto, o Banco da Amazônia tem como valores:

- Ética e Transparência;
- Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável;
- Proatividade;
- Respeito à Diversidade;
- Agente de Mudança;
- Gestão Compartilhada;
- Desenvolvimento de Competências e Meritocracia; Relacionamento e Comunicação; e
- Decisões Colegiadas.

## Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A tabela a seguir apresenta as aplicações, referentes ao exercício 2016, por fonte de recurso, por região (Estado) e setor de atividade (rural/não rural).

### OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2016 R\$ 1,00

ESTADO	FNO				OGU		DEMAIS FONTES*				TOTAL GERAL	
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL			
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR
ACRE	1.293	115.997.467	319	54.839.027	-	-	-	-	-	-	1.612	170.836.494
AMAZONAS	526	36.436.962	565	125.938.724	-	-	-	-	-	-	1.091	162.375.686
AMAPÁ	310	8.987.409	152	22.602.657	-	-	-	-	-	-	462	31.590.066
MARANHÃO	-	-	-	-	789	1.972.338	121	112.743.084	22	56.644.076	932	171.359.498
MATOGROSSO	-	-	-	-	-	-	164	227.686.474	12	49.799.505	176	277.485.979
PARÁ	8.800	478.883.128	1363	164.065.209	-	-	-	-	-	-	10.163	642.948.337
RONDÔNIA	3.728	549.713.122	511	142.267.419	-	-	-	-	1	300.000	4.240	692.280.541
RORAIMA	138	22.137.779	158	48.490.837	-	-	-	-	-	-	296	70.628.616
TOCANTINS	1350	502.221.767	478	61.271.774	-	-	-	-	-	-	1.828	563.493.541
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>16.145</b>	<b>1.714.377.634</b>	<b>3546</b>	<b>619.475.647</b>	<b>789</b>	<b>1.972.338</b>	<b>285</b>	<b>340.429.558</b>	<b>35</b>	<b>106.743.581</b>	<b>20.800</b>	<b>2.782.998.758</b>

\* Demais Fontes contemplam as fontes de recursos: BNDES, FDA, FMM, Poupança Rural e Recursos Próprios.  
Fonte: Banco da Amazônia (Base: dezembro/2016).

### Avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício de 2016

No exercício de 2016, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a Imposto de Renda (IRPJ), contribuições sobre receitas (PIS/PASEP e Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O Banco da Amazônia recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de juros sobre capital próprio, tributos e contribuições, inclusive para o INSS, no montante de R\$ 577.699 mil, conforme demonstrado na tabela a seguir:

#### RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2016

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R\$) MIL
IRPJ	182.173
COFINS	82.552
PIS/PASEP	13.389
CSLL	122.742
IOF	13.766
ISS	5.842
INSS	110.253
JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO	46.982
<b>TOTAL DE RECOLHIMENTOS</b>	<b>577.699</b>

Fonte: Banco da Amazônia.

Os valores apresentados foram obtidos de documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e sintetizam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício. Com relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o fluxo financeiro ocorrido em 2016 foi de R\$ 2.438.748 mil na forma de repasse de recursos ao Banco. Os recursos apresentados no disponível, ou seja, enquanto não aplicados, são remunerados à taxa extra mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

O Banco devolveu ao Tesouro Nacional, a título de amortizações de parcelas de operações de crédito realizadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) o total de R\$ 119.848 mil.

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

### MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO R\$ MIL

FUNDOS	SALDO EM 2015	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO EM 2016
FAT	23.710	1.596	8.857	16.449
FMM	259.407	(41.990)	10.379	207.038
STN	37.854	2.496	6.951	33.399
STN RECOOP	10	-	7	3

Fonte: Banco da Amazônia.

Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz do disposto no art.111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016– Lei 13.242/2015

#### Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Operacionalizado pelo Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/89, o Fundo destina-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na região, sendo seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para:

- a concessão de financiamentos aos setores produtivos da região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- o tratamento preferencial aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos produtores rurais e empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar;
- a valorização do associativismo e cooperativismo de produção, bem como das populações tradicionais da região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e dos agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária;
- o apoio aos Municípios com comprovada carência socioeconômica; e

- o incentivo aos empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão de obra local e aos que produzam alimentos básicos para o consumo da população e o estímulo a projetos com sustentabilidade socioambiental.

Em 2016, o Fundo foi operacionalizado por meio de cinco programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), Programa de Financiamento da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC) e Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI).

#### Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde a criação do PAC, o Banco da Amazônia vem participando ativamente no processo de análise e contratação de projetos estruturantes que impulsionam o desenvolvimento regional, incentivando setores estratégicos da economia Amazônica, como transporte, saneamento básico e geração de energia. Foram financiados 45 projetos no âmbito do PAC, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 7.4 bilhões.

#### Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio Regional

O Banco da Amazônia segue apoiando o agronegócio regional, em bases sustentáveis, estimulando o processo produtivo e as atividades integradas à cadeia produtiva na região. As linhas e programas oferecidos pelo Banco da Amazônia apoiam diversas etapas produtivas e comerciais dos setores de apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovino caprinocultura, pecuária leiteira, suinocultura, entre outros, visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados interno e externo, com reflexos nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

#### Ampliação da base de clientes e apoio aos empreendimentos de menor porte

O Basa mantém a preocupação em ampliar sua base de clientes, estendendo seus créditos para novos empreendedores regionais. Ao mesmo tempo, segue apoiando e priorizando os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

#### Apoio ao Turismo Regional Sustentável e à Cultura Amazônica

O Banco apoia o turismo regional, em bases sustentáveis, na região Norte, sendo este segmento estratégico no contexto da economia regional considerando sua imensa potencialidade para a geração de emprego e elevado efeito multiplicador de renda. O apoio do Banco da Amazônia ao segmento turístico obedece às estratégias definidas no Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual é elaborado anualmente pela Instituição, em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para o segmento.

A cultura amazônica é apoiada pelo Basa por meio do Programa “Amazônia Mais Cultura”, o qual se encontra devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias de atuação da Instituição.

#### Apoio às populações tradicionais da Amazônia

A garantia do território da população tradicional da Amazônia é de fundamental importância para a manutenção da sua biodiversidade. Nesse contexto, o Banco da Amazônia, principal agente de indução ao Desenvolvimento Regional, vem apoiar os ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, ditos como “Povos Tradicionais”, que historicamente, sempre foram excluídos das políticas governamentais nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

#### Iniciativas do Banco da Amazônia como Agente das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Amazônica

Na condição de agente financeiro do Governo Federal na região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional sustentável. Entre as ações desenvolvidas pela Instituição em apoio às iniciativas do Governo Federal para a Amazônia destacam-se:

- apoio à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da região;
- incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;
- apoio aos empreendedores individuais por meio da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, por meio da operacionalização do Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da região Amazônica;
- estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- incentivo à cultura amazônica por meio do Programa “Amazônia Mais Cultura”;
- contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os Estados da Amazônia Legal;
- apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- contribuição com o Plano “Brasil Maior” do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- contribuição com o Plano “Brasil Sem Miséria” do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;
- apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável;
- apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais; e
- adesão à Política de Responsabilidade Ambiental (PRSA), com a implantação, em 2015, de sua agenda ambiental com os programas socioambientais Amazônia Recicla (Coleta seletiva e reciclagem), Amazônia Otimiza (ecoeficiência e racionalização de recursos naturais), Viva Vida (qualidade de vida) e Movimento pela Sustentabilidade (voluntariado de práticas socioambientais nas comunidades), além da publicação do Relatório de Sustentabilidade e da Cartilha “Consumo Sustentável: Nossas Escolhas Fazem a Diferença”.

## Formação de alianças institucionais e ação integrada com os Governos Estaduais e Municipais

O Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando à construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias, que possibilitem a superação dos desafios existentes e, em decorrência, a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre o conjunto de ações visando ao fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação das fontes de recursos financeiros sob sua gestão, especialmente o FNO.

Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os Estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes, bem como, a busca da eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos, com vistas a maximizar os benefícios da natureza econômica, social e ambiental decorrentes das suas ações creditícias.

O Banco da Amazônia planeja e realiza a aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão em consonância com as prioridades econômicas definidas nos programas de governo dos Estados da região, sendo que referidas prioridades constam nos Planos de Aplicação dos Recursos Financeiros dos Estados, os quais são elaborados anualmente pelo Banco da Amazônia.

Para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, baseadas nos princípios da gestão compartilhada, o Banco da Amazônia, por meio de sua alta gestão, tem firmado Protocolos de Intenções com os governos dos Estados e as prefeituras municipais visando à implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, sobretudo do FNO, e em decorrência, o fortalecimento do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

## Avaliação das realizações do Banco da Amazônia sob as perspectivas de Políticas de Governo, especialmente, quanto a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

É importante destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Para isso, tipifica as microrregiões com base no rendimento médio por habitante e taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB), com o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais. A PNDR define as microrregiões de Baixa Renda (BR), Dinâmicas de Menor Renda (DMR) e Estagnadas de Média Renda (EMR) como prioritárias, devendo constituir territórios preferenciais para efeito dos instrumentos de execução das políticas setoriais do Governo Federal.

Na avaliação da atuação do Banco da Amazônia, observa-se que segue atuando em conformidade com as Políticas do Governo. No âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), direciona os recursos financeiros obedecendo as diretrizes e prioridades estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), para o alcance do desenvolvimento na região Norte e consequente contribuição com a PNDR na redução das desigualdades inter e intrarregionais.

Essa contribuição será mostrada na tabela a seguir. Do volume de recursos aplicados na região de atuação do fundo em 2016 (R\$ 2,3 bilhões), 80,5% foram direcionados às regiões de BR, DMR, EMR, tipificadas como prioritárias pela PNDR.

Somente 19,5% foram destinados às regiões de Alta Renda. Importante observar que em comparação ao ano de 2015 o percentual das aplicações vem apresentando evolução nas regiões prioritárias da PNDR. Isso indica que as aplicações dos recursos do Fundo buscam conformidade com o que preconiza a Política.

Conclui-se então, que na região de atuação do FNO, o aporte desses recursos, deve contribuir para a dinâmica produtiva e estrutural da região.

TIPOLOGIA EXERCÍCIO - 2016	METAS PREVISTAS		APLICAÇÕES REALIZADAS	
	VALOR R\$ (MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR R\$ (MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO (%)
1. ALTA RENDA	977,0	28,9%	454,8	19,5%
2. TIPOLOGIAS PRIORITÁRIAS	2.402,0	71,1%	1.879,1	80,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.380,0</b>	<b>100%</b>	<b>2.333,9</b>	<b>100%</b>

SIG/controper Banco da Amazônia.

EXERCÍCIO DE 2015	METAS PREVISTAS		APLICAÇÕES REALIZADAS	
	VALOR R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO (%)
1. ALTA RENDA	1.233,44	28,9%	1.031,21	26,0%
2. TIPOLOGIAS PRIORITÁRIAS	3.031,56	71,1%	2.933,70	74,0%
BAIXA	612,03	14,4%	348,54	8,8%
DINÂMICA	1.074,35	25,2%	870,20	21,9%
ESTAGNADA	1.345,18	31,5%	1.714,96	43,3%
<b>TOTAL (1 + 2)</b>	<b>4.265,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.964,91</b>	<b>100,0%</b>

SIG/controper Banco da Amazônia.

## A estratégia do FNO - Itinerante

O Banco da Amazônia leva o crédito às localidades mais carentes e longínquas da região, para que a população e comunidades sejam alcançadas com os recursos do Fundo, utilizando a estratégia denominada "FNO - Itinerante", caracterizada pela realização de seminários específicos em localidades com perfil de baixa e média renda.

Essa iniciativa, além de apoiar à expansão e o desenvolvimento, visa ao alcance das cooperativas de trabalhadores artesanais, do extrativismo, do manejo de florestas de baixo impacto, dos povos e comunidades tradicionais, produtores da agricultura de pequeno porte, da pesca, dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e das micro, pequenas e até as empresas de médio porte e que não possuem ou que possuem pouco acesso ou conhecimento das linhas de crédito operacionalizadas pelo Banco.

Os resultados têm sido positivos. No período de 2010 a 2016, foram realizados 105 seminários de disseminação do FNO, sendo 14 seminários em 2016.

De acordo com os dados apresentados, avaliamos os recursos do fundo como importante e fundamental instrumento para a redução das desigualdades intra e inter-regionais, uma vez que os projetos aprovados estão voltados para melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais do Fundo.

## Impactos dos recursos para o Desenvolvimento Regional

O quadro a seguir representa as Estimativas dos Impactos dos Recursos utilizados pelo Banco. Com base na metodologia de insumo-produto, utilizando oito setores primordiais na economia regional, cujos resultados foram calculados com o auxílio do software Amazonsys, estima-se que os financiamentos com recursos de fomento, apresentam potencial para incrementar em R\$ 27.406,8 milhões o valor bruto da produção regional, aumentar em R\$ 13.813,3 milhões o PIB da região Norte, criar 444.068 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, gerar salários no valor de R\$ 2.626,9 milhões e elevar a arrecadação de tributos em R\$ 3.886,9 milhões.

### ESTIMATIVA DOS IMPACTOS – TODAS AS FONTES DE RECURSOS/2016

VARIÁVEL	ESTIMATIVA DE IMPACTO EM R\$ MILHÕES, EXCETO EMPREGOS
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP)	27.406,8
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	13.813,3
SALÁRIOS	2.626,9
TRIBUTOS	3.886,9
EMPREGOS	444.068

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema Amazonsys – Base: Dezembro/2016.

Os dados indicam que o Banco da Amazônia, em seu importante papel de agente financeiro da região Amazônica, tem utilizado eficientemente os recursos que operacionaliza, como instrumentos de execução das políticas setoriais do Governo Federal.

### 1.10.2. Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil S.A. (BB), pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista organizada sob a forma de banco múltiplo, atua na execução orçamentária federal como agência financeira

oficial de fomento com a aplicação dos recursos de Fundos e Programas governamentais na concessão de empréstimos e financiamentos com taxas diferenciadas.

A atuação do BB, na aplicação de recursos públicos, é prioritariamente voltada para o aumento da oferta de alimentos no mercado interno, em especial aqueles integrantes da cesta básica, para o incentivo da agricultura familiar e da oferta de produtos agrícolas para exportação. O Banco atua também na intensificação das trocas internacionais do Brasil, incentivando a competitividade de empresas brasileiras no exterior. Na atuação do BB são utilizados recursos dos seguintes Fundos e Programas:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);
- Fundo da Marinha Mercante<sup>15</sup> (FMM);
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);
- Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO);
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA); e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ Tesouro Nacional (Pronaf/TN).

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- Saldo anterior: saldo a receber em 31/12/2015 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Saldo atual: saldo a receber em 31/12/2016 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União em 2016;
- Valores aplicados: valores de capital efetivamente liberados pelo BB aos tomadores de recursos em 2016;
- Encargos apropriados: valores de encargos efetivos + rendas a apropriar devidos pelos tomadores de recursos em 2016;
- Valores devidos: valores de capital devidos pelos tomadores de recursos até 2016, subtraindo-se o pagamento de capital de anos anteriores e o que foi pago antecipadamente de 2016 em anos anteriores;
- Valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos em 2016 (capital + encargos financeiros + correção monetária + multa + acessórios);
- Valor concedido: valor disponibilizado ao BB pela União em 2016;
- Valor reembolsado de principal e atualização: valor restituído ao caixa da União em 2016, em função do vencimento da obrigação legal;
- Remuneração do BB: remuneração paga ao BB pelos serviços decorrentes da sua atuação como agente financeiro, administrador e/ou operador dos Fundos e Programas;
- Subvenções (equalização e bônus): subsídio ou auxílio pecuniário pago pela União em 2016; e
- Inadimplência: valores não recebidos pelo BB em 31/12/2016. Em caso de atrasos no pagamento iguais ou superiores a 90 dias, toda a operação é considerada vencida antecipadamente.

15 Inclui o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.

Demonstrativos Especificando os Empréstimos e Financiamentos Concedidos

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	22.585,33	22.585,33
FUNCAFÉ	4,83	55,66	44,34	912,56	2,61	1.020,00
FMM	478,81	1.418,71	2.181,69	4.884,31	-	8.963,52
FDNE	-	-	2.012,54	-	-	2.012,54
FDA	94,48	-	-	-	-	94,48
FDCO	-	-	-	-	284,91	284,91
FTRA	164,11	1.420,38	42,44	472,69	756,11	2.855,73
PRONAF/TN	308,18	620,99	346,88	610,29	253,24	2.139,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.050,41</b>	<b>3.515,74</b>	<b>4.627,89</b>	<b>6.879,85</b>	<b>23.882,20</b>	<b>39.956,09</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2017.

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.423,93	4.390,50	4.404,34	366,56	22.585,33
FUNCAFÉ	1.020,00	-	-	-	1.020,00
FMM	-	2.190,12	6.769,79	3,61	8.963,52
FDNE	-	1.982,16	30,38	-	2.012,54
FDA	-	94,48	-	-	94,48
FDCO	-	284,91	-	-	284,91
FTRA	2.855,73	-	-	-	2.855,73
PRONAF/TN	2.139,58	-	-	-	2.139,58
<b>TOTAL</b>	<b>19.439,24</b>	<b>8.942,17</b>	<b>11.204,51</b>	<b>370,17</b>	<b>39.956,09</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2017.

SALDO ATUAL POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	0,27	-	-	2.2742,13	22.742,40
FUNCAFÉ	1,71	52,05	40,61	779,62	2,49	876,48
FMM	606,64	1.191,16	2.176,20	4.414,40	-	8.388,40
FDNE	-	-	2.107,16	-	-	2.107,16
FDA	99,68	-	-	-	-	99,68
FDCO	-	-	-	-	906,74	906,74
FTRA	161,26	1.213,87	36,34	457,10	759,60	2.628,17
PRONAF/TN	345,26	622,37	370,04	623,98	228,83	2.190,48
<b>TOTAL</b>	<b>1.214,55</b>	<b>3.079,72</b>	<b>4.730,35</b>	<b>6.275,10</b>	<b>24.639,79</b>	<b>39.939,51</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

Obs: Quanto aos valores do FCO fora da região Centro Oeste, decorre da utilização da prerrogativa da Programação do FCO para 2016 (Título III – Condições Gerais de Financiamento, item 8) que prevê a possibilidade, em casos excepcionais, de transferência dos bens financiados com recursos do Fundo para outro Município não pertencente à região Centro Oeste.



SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	14.858,65	3.625,50	3.750,29	507,96	22.742,40
FUNCAFÉ	876,48	-	-	-	876,48
FMM	-	2.007,25	6.378,19	2,96	8.388,40
FDNE	-	2.077,31	29,85	-	2.107,16
FDA	-	99,68	-	-	99,68
FDCO	-	906,74	-	-	906,74
FTRA	2.628,17	-	-	-	2.628,17
PRONAF/TN	2.190,48	-	-	-	2.190,48
<b>TOTAL</b>	<b>20.553,78</b>	<b>8.716,48</b>	<b>10.158,33</b>	<b>510,92</b>	<b>39.939,51</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	BRASIL	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.438,75	-	2.438,75
FUNCAFÉ	-	-	-	-	-	329,00	329,00
FMM	-	-	-	-	-	1.189,50	1.189,50
FDNE	-	-	325,24	-	-	-	325,24
FDA	-	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	664,06	-	664,06
FTRA	-	-	-	-	-	55,00	55,00
PRONAF/TN	-	-	-	-	-	68,06	68,06
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>325,24</b>	<b>-</b>	<b>3.102,81</b>	<b>1.641,56</b>	<b>5.069,61</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2017.

Obs: Somente os recursos concedidos para os Fundos FCO (Centro-Oeste), FDNE (Nordeste), FDA (Amazônia) e FDCO (Centro-Oeste) possuem destinação por região.

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	-	-	-	2.438,75	2.438,75
FUNCAFÉ	205,00	124,00	-	-	329,00
FMM	-	-	-	1.189,50	1.189,50
FDNE	-	325,24	-	-	325,24
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	664,06	-	-	664,06
FTRA	55,00	-	-	-	55,00
PRONAF/TN	68,06	-	-	-	68,06
<b>TOTAL</b>	<b>328,06</b>	<b>1.113,30</b>	<b>-</b>	<b>3.628,25</b>	<b>5.069,61</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2017.

VALORES APLICADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.573,95	4.573,95
FUNCAFÉ	-	4,43	1,99	132,23	1,29	139,94
FMM	214,95	99,20	314,66	343,81	-	972,62
FDNE	-	-	314,82	-	-	314,82
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	639,94	639,94
FTRA	13,51	14,68	1,00	17,78	21,95	68,92
PRONAF/TN	1,60	14,78	4,08	42,94	0,08	63,48
<b>TOTAL</b>	<b>230,06</b>	<b>133,09</b>	<b>636,55</b>	<b>536,76</b>	<b>5.237,21</b>	<b>6.773,67</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Governo – jan/2017.

Obs: Os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no Fundo (valores concedidos no exercício acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

VALORES APLICADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	3.625,17	232,99	521,01	194,78	4.573,95
FUNCAFÉ	139,94	-	-	-	139,94
FMM	-	213,57	759,05	-	972,62
FDNE	-	314,82	-	-	314,82
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	639,94	-	-	639,94
FTRA	68,92	-	-	-	68,92
PRONAF/TN	63,48	-	-	-	63,48
<b>TOTAL</b>	<b>3.897,51</b>	<b>1.401,32</b>	<b>1.280,06</b>	<b>194,78</b>	<b>6.773,67</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Governo – jan/2017.

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	0,02	-	-	1.360,85	1.360,87
FUNCAFÉ	0,29	6,33	5,34	90,06	0,26	102,28
FMM	86,76	257,97	332,07	867,60	-	1.544,40
FDNE	-	-	57,74	-	-	57,74
FDA	5,17	-	-	-	-	5,17
FDCO	-	-	-	-	24,48	24,48
FTRA	6,32	36,09	1,14	25,28	35,35	104,18
PRONAF/TN	56,13	68,66	52,40	45,35	40,22	262,76
<b>TOTAL</b>	<b>154,67</b>	<b>369,07</b>	<b>448,69</b>	<b>1.028,29</b>	<b>1.461,16</b>	<b>3.461,88</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

Obs: Quanto aos valores do FCO fora da região Centro Oeste, decorre da utilização da prerrogativa da Programação do FCO para 2016 (Título III – Condições Gerais de Financiamento, item 8) que prevê a possibilidade, em casos excepcionais, de transferência dos bens financiados com recursos do Fundo para outro Município não pertencente à região Centro Oeste.

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	726,80	309,72	300,54	23,81	1.360,87
FUNCAFÉ	102,28	-	-	-	102,28
FMM	-	325,02	1.219,11	0,27	1.544,40
FDNE	-	56,99	0,75	-	57,74
FDA	-	5,17	-	-	5,17
FDCO	-	24,48	-	-	24,48
FTRA	104,18	-	-	-	104,18
PRONAF/TN	262,76	-	-	-	262,76
<b>TOTAL</b>	<b>1.196,02</b>	<b>721,38</b>	<b>1.520,40</b>	<b>24,08</b>	<b>3.461,88</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	0,04	-	-	4.145,77	4.145,81
FUNCAFÉ	3,22	16,36	18,16	333,76	1,53	373,03
FMM	6,89	23,03	205,48	54,59	-	289,99
FDNE	-	-	221,53	-	-	221,53
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	31,41	31,41
FTRA	38,12	148,99	10,24	79,13	149,13	425,61
PRONAF/TN	135,39	211,78	121,93	127,04	65,05	661,19
<b>TOTAL</b>	<b>183,62</b>	<b>400,20</b>	<b>577,34</b>	<b>594,52</b>	<b>4.392,89</b>	<b>6.148,57</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2017.

Obs: Quanto aos valores do FCO fora da região Centro Oeste, decorre da utilização da prerrogativa da Programação do FCO para 2016 (Título III – Condições Gerais de Financiamento, item 8) que prevê a possibilidade, em casos excepcionais, de transferência dos bens financiados com recursos do Fundo para outro Município não pertencente à região Centro Oeste.

VALORES DEVIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.198,60	827,82	1.118,77	0,62	4.145,81
FUNCAFÉ	373,03	-	-	-	373,03
FMM	-	215,34	74,07	0,58	289,99
FDNE	-	220,65	0,88	-	221,53
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	31,41	-	-	31,41
FTRA	425,61	-	-	-	425,61
PRONAF/TN	661,19	-	-	-	661,19
<b>TOTAL</b>	<b>3.658,43</b>	<b>1.295,22</b>	<b>1.193,72</b>	<b>1,20</b>	<b>6.148,57</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2017.

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO -OESTE	TOTAL
FCO	-	0,05	-	-	5.413,90	5.413,95
FUNCAFÉ	3,34	11,50	9,77	253,06	1,68	279,35
FMM	35,16	174,76	305,16	299,80	-	814,88
FDNE	-	-	278,35	-	-	278,35
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	47,81	47,81
FTRA	1,74	118,57	1,68	10,37	20,82	153,18
PRONAF/TN	9,49	45,91	10,36	28,69	1,69	96,14
<b>TOTAL</b>	<b>49,73</b>	<b>350,79</b>	<b>605,32</b>	<b>591,92</b>	<b>5.485,90</b>	<b>7.083,66</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

Obs: Quanto aos valores do FCO fora da região Centro Oeste, decorre da utilização da prerrogativa da Programação do FCO para 2016 (Título III – Condições Gerais de Financiamento, item 8) que prevê a possibilidade, em casos excepcionais, de transferência dos bens financiados com recursos do Fundo para outro Município não pertencente à região Centro Oeste.

VALORES RECEBIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.793,79	1.208,41	1.328,22	83,53	5.413,95
FUNCAFÉ	279,35	-	-	-	279,35
FMM	-	355,93	458,04	0,91	814,88
FDNE	-	277,07	1,28	-	278,35
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	47,81	-	-	47,81
FTRA	153,18	-	-	-	153,18
PRONAF/TN	96,14	-	-	-	96,14
<b>TOTAL</b>	<b>3.322,46</b>	<b>1.889,22</b>	<b>1.787,54</b>	<b>84,44</b>	<b>7.083,66</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2017.

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO -OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	569,12	569,12
FUNCAFÉ	0,76	29,02	34,49	415,99	0,34	480,60
FMM	-	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	115,69	370,24	24,07	320,38	535,96	1.366,34
PRONAF/TN	324,75	432,07	320,16	278,37	227,06	1.582,41
<b>TOTAL</b>	<b>441,20</b>	<b>831,33</b>	<b>378,72</b>	<b>1.014,74</b>	<b>1.332,48</b>	<b>3.998,47</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2016  
R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	154,56	213,83	198,81	1,92	569,12
FUNCAFÉ	480,60	-	-	-	480,60
FMM	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	1.366,34	-	-	-	1.366,34
PRONAF/TN	1.582,41	-	-	-	1.582,41
<b>TOTAL</b>	<b>3.583,91</b>	<b>213,83</b>	<b>198,81</b>	<b>1,92</b>	<b>3.998,47</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BB no exercício de 2016, consoante o art. 49, § único, da Lei Complementar nº 101/2000.

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- Valor concedido: valor disponibilizado ao BB pela União em 2016;
- Valor reembolsado de principal e atualização: valor restituído ao caixa da União em 2016, em função do vencimento da obrigação legal.
- Remuneração do BB: remuneração paga ao BB pelos serviços decorrentes da sua atuação como agente financeiro, administrador e/ou operador dos Fundos e Programas; e
- Subvenções (equalização e bônus): subsídio ou auxílio pecuniário pago pela União em 2016.

A União disponibilizou ao BB, durante o exercício de 2016, R\$ 5.049,79 milhões em recursos para contratação de operações de crédito ao amparo dos Fundos e Programas Federais, sendo que o FCO, o FMM e o FDCO representaram 84,78% desse total.

O reembolso à União, no mesmo período referente às parcelas de retorno dos financiamentos, foi de R\$ 2.742,77 milhões, que corresponde à soma do valor principal e de atualização.

Vale esclarecer que o FCO não realiza reembolso de valores diretamente para a União, tendo em vista os recursos decorrentes dos pagamentos dos mutuários retornarem integralmente ao Fundo para serem reaplicados em novas operações.

Quanto aos valores devidos ao Banco relativos à remuneração pelos serviços prestados, os valores pagos pela União totalizaram R\$ 1.550,09 milhões no exercício.

FLUXO FINANCEIRO – ANO BASE 2016  
R\$ MILHÕES

FUNDO OU PROGRAMA	VALOR CONCEDIDO (A)	VALOR REEMBOLSADO (B)		REMUNERAÇÃO DO BB (C)	SALDO (D) D=B-A-C
		PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO		
FCO	2.438,75	-	-	1.290,71	(3.729,46)
FUNCAFÉ	329,00	468,93	36,66	9,86	166,73
FMM	1.189,50	820,51	262,16	-	(106,83)
FDNE	321,12	221,53	47,75	-	(51,84)
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	652,73	31,42	21,12	-	(600,19)
FTRA	55,00	82,33	48,08	39,87	35,54
PRONAF – TN	63,69	69,61	10,34	125,56	(109,30)
ADM.CRÉDITOSSEC/PESA/PRODECER II (MP 2.196)	-	368,12	217,90	78,50	507,52
ADM. CRÉDITOS FUNCAFÉ (MP 2.196)	-	28,08	8,23	5,59	30,72
<b>TOTAL</b>	<b>5.049,79</b>	<b>2.090,53</b>	<b>652,24</b>	<b>1.550,09</b>	<b>(3.857,11)</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2017 - Regime de Caixa.

Obs: As devoluções de valores não aplicados foram deduzidas do valor concedido.

Ao longo do ano de 2016, o Tesouro Nacional realizou o pagamento de R\$ 6.575,82 milhões ao Banco do Brasil a título de equalizações e bônus de taxa de juros. Desse montante, as equalizações de taxas de financiamentos do crédito rural, correspondem a 94,2% do valor recebido pelo Banco.

SUBVENÇÕES – ANO BASE 2016  
 R\$ MILHÕES

TIPO	TOTAL
EQUALIZAÇÕES CRÉDITO RURAL	6.194,81
EQUALIZAÇÕES FDCO	4,37
EQUALIZAÇÕES FDNE	48,72
EQUALIZAÇÕES FDA	1,43
BÔNUS REBATES	36,76
BÔNUS REBATES FCO	141,04
BÔNUS PGPAF	7,37
BÔNUS PESA	141,32
<b>TOTAL</b>	<b>6.575,82</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo - jan/2017 - Regime de Caixa.

Obs: Com relação aos Bônus/Rebates do FCO, esclarecemos que o BB recebe o respectivo pagamento diretamente do Fundo, sendo que o impacto fiscal ocorre no momento do repasse de recursos ao FCO.

Outras fontes de contribuição fiscal do BB durante o ano de 2016 referem-se ao pagamento de rendimentos (juros sobre capital próprio - JCP) ao Ministério da Fazenda (MF) de R\$ 1.328,06 milhões e demais entidades do grupo controlador União no valor de R\$ 101,94 milhões.

 RENDIMENTOS DO BANCO DO BRASIL PAGOS À UNIÃO  
 R\$ MILHÕES

NOME	CNPJ	DIVIDENDOS	ATUALIZAÇÃO SOBRE DIVIDENDOS	JCP	ATUALIZAÇÃO SOBRE JCP	TOTAL
MF	00.394.460/0001-41	-	-	1.320,14	7,92	1.328,06
FFIE*	10.539.257/0001-70	-	-	95,39	0,57	95,96
FGCN**	10.732.594/0001-89	-	-	4,51	0,05	4,56
FGI***	10.993.128/0001-57	-	-	1,40	0,02	1,42
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>1.421,44</b>	<b>8,56</b>	<b>1.430,00</b>

Fonte: BB – Diretoria Soluções Empresariais - jan/2017 - Regime de Caixa.

\* Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização Fi Multimercado Crédito Privado.

\*\* Caixa Fi Garantia Construção Naval Multimercado.

\*\*\* Fundo Garantidor para Investimentos.

No que tange ao pagamento de tributos federais, considerando os tributos próprios do BB e os recolhidos de terceiros, o volume recolhido atingiu o montante de R\$ 17.239,93 milhões, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

 TRIBUTOS FEDERAIS – ANO BASE 2016  
 R\$ MILHÕES

TRIBUTOS	VALOR RECOLHIDO
IRRF	4.818,16
IOF	3.783,87
IRPJ	2.612,05
COFINS	2.260,28
CSLL	2.253,18
COSIRF	1.031,69
PIS	375,84
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	104,72
CIDE	0,14
<b>TOTAL</b>	<b>17.239,93</b>

Fonte: BB – Diretoria Contadoria - jan/2017 – Regime de Caixa.

Os valores apresentados foram obtidos de documentos que comprovam os recolhimentos efetuados pelo Banco do Brasil durante o exercício. Com relação ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), as informações seguintes referem-se à evolução patrimonial do Fundo, onde se observa um crescimento de 10,95% em relação ao exercício de 2015.

 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FCO – ANO BASE 2016  
 R\$ MILHÕES

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
2015	2016	EVOLUÇÃO
22.602,58	25.077,40	2.474,82

Fonte: BB – Diretoria de Governo - jan/2017.

Quanto à avaliação de risco para o Tesouro Nacional de tais operações, observa-se, em relação ao saldo atual, a seguinte relação de inadimplência e risco:

## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

### Crédito com Instituições Operadoras de Repasse

Em relação aos aspectos de inadimplência e risco dos créditos com instituições operadoras de repasse de recursos do FCO, informamos que o BB como Banco Administrador, responde perante ao Fundo pelo risco dos repasses efetuados a instituições operadoras, mensurando o limite de crédito e a capacidade operacional, a fim de mitigar o risco do Banco.

As instituições operadoras do repasse de recursos do FCO são responsáveis pelo risco integral das operações de crédito que realizar com os tomadores finais e pelo retorno dos recursos do FCO que independerá de pagamento pelo tomador final.

### Crédito no Agronegócio

Com a edição da Medida Provisória (MP) nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em decorrência disso, a comissão cobrada pela prestação da garantia das Instituições Financeiras ficou reduzida a zero.

A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP nº 2.196-3/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- Operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- Operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
- Operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB;
- Operações contratadas no Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária (PAPRA) – risco 100% do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

Observa-se uma pequena elevação do índice de inadimplência do FCO Rural que passou de 0,97%, em 2015, para 1,04%, em 2016.

#### ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL	
	2015	2016
FCO RURAL	0,97%	1,04%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### SALDO ATUAL POR RISCO - POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

RISCO FCO RURAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO-BB/FCO	0,31	3,06	3,37	9,20
PRÓPRIO – BB	136,98	14.233,84	14.370,82	0,95
TERCEIROS – FCO	17,27	467,19	484,46	3,56
TOTAL	154,56	14.704,09	14.858,65	1,04

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

## Crédito Empresarial

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal relativo aos recursos oriundos do orçamento fiscal, em especial o risco para o Tesouro Nacional nos empréstimos e financiamentos concedidos por meio do BB, observa-se a seguinte relação entre a inadimplência e o saldo atual:

#### ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA – POSIÇÃO 31/12/2016

FUNDOS	INADIMPLÊNCIA (% SALDO TOTAL)
FCO EMPRESARIAL	5,62

Fonte: BB - Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

Com a edição da MP nº 2.196-3/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em decorrência disso, o del credere das Instituições Financeiras ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em nome e risco exclusivo do próprio Banco, com comissão limitada a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP nº 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo na modalidade Empresarial, passou a apresentar três grupamentos de risco operacional:

- operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); e
- operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% Banco.

#### SALDO ATUAL POR RISCO – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

RISCO FCO EMPRESARIAL	TOTAL	A VENCER	VENCIDA	% INADIMPLÊNCIA RISCO
FUNDO	6,96	5,03	1,93	27,73
BANCO DO BRASIL	7.371,31	6.958,67	412,64	5,60
COMPARTILHADO	0,02	0,02	-	0,00
TOTAIS	7.378,29	6.963,72	414,57	5,62

Fonte: BB - Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

## Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Funcafé destina-se ao financiamento do segmento cafeeiro, destacando-se itens relacionados à produção de grãos (formação de lavouras e tratos culturais), à aquisição de grãos, à torrefação e moagem, à fabricação de solúveis e ao beneficiamento de cereais. Em 2016, o valor aplicado com recursos do Funcafé foi 28,04% menor que o aplicado em 2015.

O saldo registrou decréscimo de 14,07%. A inadimplência contempla os saldos vencidos em operações com risco BB e risco União (Programa Funcafé Dação em Pagamento). Excluindo-se as operações contratadas no Programa Funcafé Dação que foram cedidas à União, com amparo da MP 2.196-3/2001, (art. 3º)<sup>16</sup>, a inadimplência verificada para o Funcafé é de 0,08%, tendo R\$ 0,23 milhões vencidos sobre um saldo de R\$ 270,70 milhões. O risco da operação é compartilhado, conforme quadro a seguir:

16 A MP 2155 foi revogada pela MP 2196-1, de 28/06/2001, que foi revogada pela MP 2196-2, de 26/07/2001, que foi revogada pela MP 2.196-3, de 24/08/2001.

**SALDO ATUAL POR RISCO - POSIÇÃO 31/12/2016**  
R\$ MILHÕES

RISCO FUNCAFÉ	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
RISCO BB	0,23	270,47	270,70	0,08
RISCO TESOURO NACIONAL	480,37	125,41	605,78	79,30
TOTAL	480,60	395,88	876,48	54,83

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE foi criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto 2001 com a finalidade de promover o desenvolvimento regional por meio da realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Nordeste e em alguns Municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), porém o risco de operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Tal Fundo não apresenta inadimplência.

#### Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO foi criado por meio da Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região Centro-Oeste.

É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e o risco da operação, assim como no FDNE, é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Tal Fundo não apresenta inadimplência.

#### Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA foi criado pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.839, de 9 de novembro 2012, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região da Amazônia, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional (MI).

É administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o risco de operação, assim como nos casos do FDNE e do FDCO, é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito.

As operações de FDA ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não apresentam inadimplência.

#### Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM é um fundo de natureza contábil criado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com o objetivo de promover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e também para o desenvolvimento da indústria de construção naval no País.

Administrado pelo Ministério dos Transportes (MT), por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), seus recursos são formados principalmente pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

O risco de operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Destaca-se que o Fundo não possui operações inadimplentes.

#### Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

O principal objetivo dos financiamentos com recursos desse Fundo é a aquisição de imóveis rurais diretamente pelos trabalhadores, associações ou cooperativas. Podem ser incluídos também recursos para as despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural e para investimentos iniciais na estruturação da unidade produtiva. Houve redução de 7,97% do saldo em 2016 em relação a 2015.

O índice de inadimplência foi de 51,99% em 2016 e de 53,67% em 2015, sendo que o risco de crédito é em sua totalidade do Tesouro Nacional.

Foram publicadas, por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), medidas de saneamento às dívidas originadas de operações contratadas com recursos do FTRA, conforme Resolução CMN nº 4.178, de 07 de janeiro de 2013. A Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, permitiu a conclusão das renegociações até 31/01/2015. Por fim, a Resolução CMN nº 4.450, de 17 de dezembro de 2015, estendeu este prazo até 31/12/2016.

#### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Pronaf/TN tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio e aumentar sua renda.

Houve acréscimo de 2,38% do saldo em 2016 em relação a 2015. O índice de inadimplência foi de 72,24% em 2016 e de 68,49% em 2015, sendo que o risco de crédito é quase em sua totalidade do Tesouro Nacional.

Foram publicadas, por meio de MP e Resoluções do CMN, medidas de saneamento às dívidas dos agricultores familiares. Trata-se da MP nº 636/2013, de 26 de dezembro de 2013, dos Decretos nº 8.177, 8.178 e 8.179, de 27 de dezembro de 2013, das Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299, de 30 de dezembro de 2013, Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, Resolução CMN nº 4.347, de 30 de junho de 2014, Resolução CMN nº 4.436, de 24 de setembro de 2015, e Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

#### PARTICIPAÇÃO NO RISCO DE CRÉDITO

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BANCO DO BRASIL	RISCO TESOURO NACIONAL
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	1,66%	98,34%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0,00%	100,00%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0,00%	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### Avaliação sobre as Políticas de Aplicação de Recursos, à luz das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016

O BB atua como agente financeiro do Governo Federal em operações de crédito rural destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Os empréstimos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal, por meio de Fundos e Programas, visam contribuir para o desenvolvimento econômico-social do País ao atender à demanda da agricultura de pequeno porte, da pesca, das cooperativas e das micro, pequenas e médias empresas da cadeia do agronegócio, estimulando, assim, a permanência do homem no campo, bem como o crescimento da oferta de empregos neste setor.

As principais políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades estabelecidas nos incisos II e III do Art. 111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016 – Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, são as seguintes:



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

### Prioridades, Metas e Resultados

Desde a sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento de execução da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais mecanismos para a implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

As políticas de aplicação de recursos do FCO são definidas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

No Exercício de 2016 foram considerados prioritários os seguintes projetos:

- projetos de apoio a mini, pequenos e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio a empreendedores individuais e à agricultura familiar;
- projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF);
- projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licenças de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes);
- projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos;
- projetos da indústria, prioritariamente: as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais.
- projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente: as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos polos agroindustriais e industriais; a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.); a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; a instalação, a ampliação e a modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.
- projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;
- projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura;
- projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e polos

dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda;

- projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): Municípios da Faixa de Fronteira; Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; Municípios da região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os Municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos Municípios do Nordeste e do Oeste Goiano; e
- projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28 de agosto de 2015, publicada no DOU de 31/08/2015, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20 de abril de 2016, publicada no DOU de 25/04/2016.

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, diversas ações têm sido desenvolvidas pelo Banco com o intuito de contribuir para o fomento das atividades produtivas e o desenvolvimento regional. Dentre elas podemos destacar:

- disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO, junto às entidades de classe, federações e associações;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados (CDEs);
- prospecção de operações de investimento junto à rede de agências;
- treinamento junto à rede de atendimento visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de informações sobre as linhas do FCO; e
- participação nas reuniões ordinárias dos CDEs para a prestação de contas sobre o desempenho nas aplicações do FCO.

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados com base no relatório sobre as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos do Fundo que o BB apresenta semestralmente ao MI e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em cumprimento ao disposto no art. 20 da lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como por meio dos cadernos de informações gerenciais divulgados mensalmente.

As contratações realizadas com recursos do FCO, pelo BB e pelas instituições operadoras de repasse no exercício de 2016, atingiram R\$ 4.355,42 milhões, o que corresponde a 57,17% dos recursos distribuídos no período (R\$ 7.618,10 milhões).

A tabela a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por UF e Setor:

#### CONTRATAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2016 POR UF E PROGRAMA POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
FCOEMPRESARIAL	113,82	231,37	101,88	191,90	638,97
FCO RURAL	150,16	1.448,25	748,20	1.369,84	3.716,45
TOTAL	263,98	1.679,62	850,08	1.561,74	4.355,42

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2017.

## Crédito no Agronegócio

A seguir, detalhamos as operações de FCO Rural:

### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016 UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FCO RURAL	-	-	208.332	-	-	208.332

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FCO RURAL	-	130,24	14.728,41	14.858,65

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FCO RURAL		%
SEGMENTO	SALDO	
BOVINOCULTURA - CARNE	4.953,46	33,34
SOJA	3.022,42	20,34
BOVINOCULTURA - LEITE	1.761,45	11,85
AVICULTURA	532,74	3,58
CANA-DE-AÇÚCAR	396,54	2,67
MADEIRA	374,36	2,52
MILHO	229,84	1,55
BOVINOCULTURA – MISTO	190,93	1,28
BORRACHA	91,59	0,62
ALGODÃO	62,35	0,42
DEMAIS	3.242,97	21,83
<b>TOTAL</b>	<b>14.858,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

O saldo do FCO Rural apresentado em 31/12/2016, de R\$ 14.858,65 milhões, refere-se a mais de 208 mil operações ativas, sendo 99,12% dessas direcionadas para investimento. O agronegócio é a principal atividade econômica da região Centro-Oeste, que tem historicamente se destacado na pecuária e no cultivo da soja. Nesse contexto, verifica-se, dentre os principais itens financiados, a predominância da bovinocultura, tanto de carne quanto de leite.

## Crédito Empresarial

O FCO possui em estoque 41.588 operações com saldo em 31/12/2016, sendo destas: 6 risco Fundo, 1 risco Compartilhado e o restante, risco Banco.

### Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Fundo tem contribuído para o desenvolvimento do segmento cafeeiro em sua cadeia produtiva. Verifica-se que a região Sudeste, por exemplo, destaca-se em contratações fomentadas com esse recurso, com 86,44% de todos os contratos, tendo em vista a concentração da produção de café nessa região. O saldo apresentado em 31/12/2016, de R\$ 876,48 milhões, refere-se a mais de 13 mil operações ativas, sendo 88,92% desse saldo direcionado à comercialização, conforme a seguir:

### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO POSIÇÃO 31/12/2016 UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FUNCAFÉ	35	815	26	11.855	983	13.714

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FUNCAFÉ	779,34	83,08	14,06	876,48

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FUNCAFÉ		%
SEGMENTO	SALDO	
CAFÉ	876,48	100,00

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

## Fundos de Desenvolvimento

Os projetos admitidos para financiamento por meio dos Fundos de Desenvolvimento: do Nordeste (FDNE), do Centro-Oeste (FDCO) e da Amazônia (FDA); são destinados aos investimentos em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas. Com isso, contribuem substancialmente para o desenvolvimento econômico-social das regiões nas quais incidem, seja pela modernização da infraestrutura e serviços públicos, ou mesmo pelo fomento à atividade industrial e geração de empregos no parque de obras, o que reduz por consequência, as desigualdades sociais inter e intrarregionais. Cabe ressaltar que anualmente, as Superintendências de Desenvolvimento divulgam as prioridades para aplicação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento por meio de Portarias, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI.

### Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE enfatiza o tratamento diferenciado e prioritário aos empreendimentos de infraestrutura, serviços públicos, bem como aos demais setores, quando localizados no semiárido e nas áreas definidas como prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No ano de 2016, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

### ATUAÇÃO DO FDNE – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.622,10	76,98
FABRICAÇÃO DE CIMENTO	294,40	13,97
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS	46,99	2,23
FABRICAÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	41,49	1,97
SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	35,53	1,68
SETORDESERVIÇOSEMEMPREENHIMENTOSIMOBILIÁRIOS	29,85	1,42
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	18,95	0,90
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	17,85	0,85
<b>TOTAL</b>	<b>2.107,16</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

### Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO constitui-se em um importante mecanismo propulsor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da região Centro-Oeste, visando ao fortalecimento da atividade produtiva regional e a geração de emprego e renda nos empreendimentos de infraestrutura ou considerados estruturadores da economia. No ano de 2016, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

#### ATUAÇÃO DO FDCO – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
SILVICULTURA	432,08	47,65
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	316,00	34,85
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EXTRATIVOS	125,78	13,87
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO SETOR ENERGÉTICO	32,88	3,63
<b>TOTAL</b>	<b>906,74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

### Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA assegura recursos para a realização de investimentos privados na região da Amazônia, impulsionando o desenvolvimento com a criação de vagas de empregos nos canteiros de obras e também nos empreendimentos financiados. Possui somente uma operação em estoque, beneficiando o setor de produção de óleos vegetais, com saldo de R\$ 99,68 milhões (Fonte: Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017 - posição 31/12/2016).

### Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM, ao financiar projetos de investimento do setor naval, contribui para modernização e competitividade dos portos brasileiros. Incrementa de forma considerável a oferta de empregos na região portuária e traz benefícios multirregionais, uma vez que as embarcações podem atuar em toda costa brasileira e até de forma continental. Lista-se a seguir o saldo dos 10 maiores volumes contratados com amparo do FMM, por região beneficiada e sua representatividade sobre o saldo total do Fundo:

#### ATUAÇÃO DO FMM - POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

REGIÃO BENEFICIADA (UF)	SALDO	%
NORDESTE (BA)	623,86	7,44
SUDESTE (RJ)	562,53	6,71
SUDESTE (ES)	481,73	5,74
NORDESTE (PE)	459,02	5,47
SUDESTE (ES)	443,16	5,28
SUL (SC)	426,02	5,08
SUDESTE (RJ)	365,90	4,36
SUDESTE (SP)	337,09	4,02
SUDESTE (RJ)	328,86	3,92
NORDESTE (PE)	257,75	3,07
SALDO DAS 10 MAIORES OPERAÇÕES	4.285,92	51,09
<b>SALDO TOTAL DO FUNDO</b>	<b>8.388,39</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções Empresariais – jan/2017.

O FMM possui em estoque 562 operações com saldo devedor em 31/12/2016, sendo dois referentes ao Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) e o restante referente ao BB Naval.

### Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

Em conformidade com o objetivo do FTRA, que é assegurar recursos para aquisição de imóveis rurais e para investimentos iniciais na unidade produtiva, o montante de recursos foi aplicado inteiramente em operações de investimento. Dentre as unidades produtivas adquiridas com recursos do FTRA, destacam-se como principais atividades e culturas empreendidas: milho, soja, café, abacaxi, mandioca e fumo, além da criação de bovinos para produção de leite. O FTRA é responsável por um saldo total de R\$ 2.628,17 milhões em mais de 90 mil contratos ativos no BB, sendo 56,05% desses destinados à região Sul do País.

#### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016 UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FTRA	2.549	1.301	29.193	6.619	50.580	90.242

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FTRA	-	-	2.628,17	2.628,17

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FTRA		%
SEGMENTO	SALDO	
IMÓVEIS RURAIS	2.628,17	100,00

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Programa é direcionado à agricultura familiar. Em sua maioria (97,21%), os recursos do Tesouro Nacional ao amparo do Pronaf foram aplicados na finalidade de investimento, principalmente na bovinocultura de carne e leite, eucalipto, cana de açúcar e café.

#### SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

PRONAF/TN	SALDO	%
SEGMENTO		
BOVINOCULTURA – LEITE	322,61	14,73
EUCALIPTO/PINUS/FLORESTAMENTO/ REFLORESTAMENTO	156,77	7,16
BOVINOCULTURA – MISTO	155,84	7,11
COMPOSIÇÃO E/OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	134,32	6,13
BOVINOCULTURA – CARNE	90,41	4,13
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	88,56	4,04
CANA DE AÇÚCAR	58,34	2,66
ABASTECIMENTO DE AGUA	44,21	2,02
CAFÉ	37,48	1,71
PASTAGEM	33,09	1,51
DEMAIS	1.068,85	48,80
<b>TOTAL</b>	<b>2.190,48</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

O saldo apresentado em 31/12/2016, de R\$ 2.190,48 milhões, refere-se a mais de 227 mil operações ativas, sendo que 35,81% do total de contratos encontra-se na região Sul do País, seguido pela região Nordeste, com 25,86% da destinação do Fundo.

#### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2016 UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
PRONAF/TN	22.059	58.741	10.395	54.646	81347	227.188

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

#### SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2016 R\$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
PRONAF/TN	-	61,05	2.129,43	2.190,48

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2017.

### 1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto. Da totalidade do seu capital, 51% estão sob o controle direto da União Federal. Com sede na cidade de Fortaleza/CE, tem por missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste". A área

de atuação do Banco abrange toda a região Nordeste e mais o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no total de 1.990 Municípios e 316 agências em sua rede de atendimento até 31/12/2016.

#### Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos

O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação.

É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em 1998, o Banco criou o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crediamigo), que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A seguir, apresentamos demonstrativos consolidados (BNB e FNE) de empréstimos e financiamentos dos exercícios 2015 e 2016 das fontes FNE, Recursos Internos (Recin) e Outras Fontes.

#### EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - BNB E FNE - 2015 E 2016 SALDOS (R\$ MIL)

UF	FNE		RECIN		OUTROS (1)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
ALAGOAS	2.087.953	2.079.716	362.012	394.677	268.123	267.617
BAHIA	9.794.650	10.510.925	1.514.664	1.590.405	956.415	670.228
CEARÁ	7.810.350	8.015.188	1.820.982	1.830.763	967.605	907.847
DISTRITO FEDERAL	-	-	4.219	2.049	-	-
ESPÍRITO SANTO	571.474	730.434	91.305	64.267	42.579	58.345
GOIÁS	-	-	1.192	1.401	352	292
MARANHÃO	5.772.516	6.007.520	695.158	888.114	476.901	277.615
MATO GROSSO	-	-	60.908	58.689	-	-
MATO GROSSO DO SUL	-	-	934	51	-	-
MINAS GERAIS	2.531.629	2.810.642	409.007	372.010	265.507	237.803
PARÁ	-	-	6.392	3.334	-	-
PARAÍBA	2.439.235	2.638.024	496.872	458.800	145.474	116.048
PARANÁ	-	-	1.621	1.632	-	-
PERNAMBUCO	7.823.376	7.771.096	844.609	857.493	540.041	429.322
PIAUÍ	3.712.717	3.892.333	667.246	631.016	364.961	272.355
RIO DE JANEIRO	-	-	8.494	767	239.947	241.389
RIO GRANDE DO NORTE	3.314.490	3.233.732	408.856	385.944	332.811	300.560
RIO GRANDE DO SUL	-	-	130	1.827	7.617	4.697
SANTA CATARINA	-	-	1.654	7.263	-	-
SÃO PAULO	-	-	149.187	139.009	643.877	596.631
SERGIPE	2.003.609	2.109.523	342.944	305.349	79.075	55.185
TOCANTINS	-	-	6.885	7.200	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>47.861.999</b>	<b>49.799.133</b>	<b>7.895.271</b>	<b>8.002.060</b>	<b>5.331.285</b>	<b>4.435.934</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro.

(1) Outros: BID, BNDES, CAIXA, FAT, FDNE-Repases, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Poupança Rural, Câmbio, STN.

CONTRATAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2016  
(R\$ MIL)

UF	FNE	RECIN (1)	OUTROS (2)
ALAGOAS	384.385	428.145	71.681
BAHIA	3.581.937	1.291.838	345.922
CEARÁ	1.290.843	2.612.131	388.466
ESPÍRITO SANTO	203.731	53.291	99.574
GOIAS	-	170	-
MARANHÃO	1.277.440	1.026.317	278.447
MATO GROSSO DO SUL	-	50	-
MINAS GERAIS	769.742	374.014	86.903
PARÁ	-	11.120	-
PARAÍBA	574.467	662.444	104.114
PARANA	-	580	-
PERNAMBUCO	1.288.568	811.338	97.022
PIAUI	911.817	912.483	105.746
RIO DE JANEIRO	-	818	-
RIO GRANDE DO NORTE	585.131	622.898	52.788
SANTA CATARINA	-	10.000	-
SÃO PAULO	-	16.574	-
SERGIPE	372.445	421.866	26.584
TOCANTINS	-	4.500	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.240.506</b>	<b>9.260.577</b>	<b>1.657.247</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro / Diretoria de Negócios - Superintendência de Micro Finanças e Agricultura Familiar / Diretoria de Planejamento - Superintendência de Políticas de Desenvolvimento.

(1) Inclui RECIN-Crediamigo.

(2) BNDES, FAT, FEDAF, Fundo de Terras, Iphan/Pac, LCA, Câmbio, Poupança Rural.

#### Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste e do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, sua área básica de atuação.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A aplicação dos recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação elaborada pelo Banco do Nordeste em processo que envolve a participação dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos Estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público, área e setor econômico vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos Estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos. Os financiamentos são também condicionados pela conjuntura econômica que, em 2016, impactou negativamente a demanda por crédito, com os efeitos do prolongado período de estiagem na região Nordeste, da retração da atividade econômica observada no País, com postergação de investimentos se refletindo de diferentes modos nas diversas abordagens de resultados na Região.

Nesse contexto, baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste teve financiamentos em 2016 no montante de R\$ 11,2 bilhões, com ligeira redução comparativamente ao exercício anterior, R\$ 11,5 bilhões.

Apesar do valor total representar involução de 2,2% em relação a 2015,

com alcance de 79,7% do programado, em quantidade de operações houve crescimento de 6,4% no exercício, com 538.523 financiamentos contratados em 2016, resultado das ações para ampliação do crédito à atividade produtiva.

As contratações contemplaram financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas de 1.990 Municípios da área financiável pelo FNE, uma cobertura de 100% da área regional de atuação, com valor médio por operação de R\$ 20.872,84 e distribuição por Estado, conforme a seguir.

#### BNB/FNE 2016: FINANCIAMENTO TOTAL E POR ESTADO (R\$ MILHÕES)

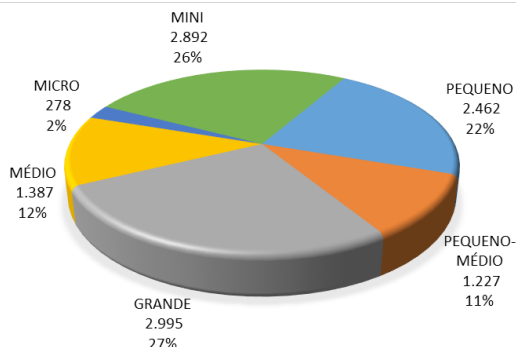
UF	CONTRATAÇÕES	
	VALOR	%
ALAGOAS	384,3	3,4
BAHIA	3.581,9	31,9
CEARÁ	1.290,8	11,5
ESPÍRITO SANTO	203,7	1,8
MARANHÃO	1.277,4	11,4
MINAS GERAIS	769,4	6,8
PARAÍBA	574,4	5,1
PERNAMBUCO	1.288,6	11,5
PIAUI	911,8	8,1
RIO GRANDE DO NORTE	585,1	5,2
SERGIPE	372,4	3,3
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.240,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro / Diretoria de Planejamento - Superintendência de Políticas de Desenvolvimento.

Em termos de distribuição por porte de beneficiário, em 2016 o Banco do Nordeste contratou financiamentos de forma prioritária junto a pequenos empreendimentos, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda.

Os empreendimentos dos portes mini, micro, pequeno e pequeno-médio, rurais e urbanos, mobilizaram 61% do valor total dos financiamentos contratados no exercício, conforme apresentado no Gráfico a seguir. Nesse grupamento, se destaca com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronañanos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 3,3% das contratações com os portes Mini e de 0,3% do total contratado com Pequeno-Médio, em relação a 2015.

FINANCIAMENTOS POR PORTE DE BENEFICIÁRIO (R\$ MILHÕES)



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento.

A distribuição setorial do FNE em 2016 destaca o volume de recursos contratados no setor Rural (soma de agricultura e pecuária, inclusive agricultura familiar) e Comércio e Serviços, que mobilizaram 80% do volume de financiamentos, verificando-se severos efeitos restritores do contexto econômico no conjunto de setores, em especial na Indústria, Infraestrutura e Turismo.

Em relação ao exercício anterior, o desempenho dos setores registrou variação negativa com decréscimo no total contratado dos setores Comércio & Serviços, Industrial, Turismo e Infraestrutura, em que pese ter sido contratada quantidade superior de operações, exceto nos dois últimos mencionados, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

FNE – CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO (R\$ MILHÕES)

SETOR	2015		2016		VARIÇÃO VALOR 2016/2015
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
RURAL	477.921	5.635,5	508.757	6.067,6	7,7%
INDUSTRIAL	3.747	1.549,8	3.753	1.525,3	-1,6%
INFRAESTRUTURA	6	488,6	2	397,6	-18,6%
COMÉRCIO	20.545	2.106,8	22.045	2.210,1	4,9%
SERVIÇOS	3.898	1.714,5	3.966	1.039,8	-39,4%
TOTAL	506.117	11.495,2	538.523	11.240,5	-2,2%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência Controle Financeiro

Elaboração: Diretoria de Planejamento - Superintendência de Políticas de Desenvolvimento.

Dentre os segmentos rurais se destaca o volume contratado com agricultores familiares do programa Pronaf (R\$ 2,5 bilhões), público atendido com a metodologia de microcrédito produtivo orientado; e as contratações relativas à pecuária, que registraram aumento de 2,3% em relação ao valor contratado em 2015, resultado especialmente de preços favoráveis no mercado de carne bovina.

Em termos de desconcentração dos financiamentos do FNE em 2016, pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes e o crédito na totalidade dos Municípios da área de abrangência do Fundo, mas também a abordagem de espaços prioritários, o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, se destaca a contratação no montante de R\$ 4,19 bilhões para empreendimentos do Semiárido, o que representa 114,6% da meta anual definida para essa sub-região, montante 3,12% superior ao realizado em 2015, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais e MPEs, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 9.505,1 milhões, cerca de 84,6% dos financiamentos totais do FNE no ano.

As Mesorregiões Diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, com contratações de financiamentos de R\$ 2.513,9 milhões, superando o projetado de R\$ 1.830,0 milhões.

Para esses resultados, várias ações junto aos empreendimentos de menor porte são realizadas pelo Banco do Nordeste, dentre as quais pode ser destacada, em 2016, a VI Edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs) priorizando Municípios interioranos alinhados aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Durante esses eventos, são apresentadas informações e simulações de financiamento, bem como são realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que também contribuem na mobilização e prestação de serviços ao público alvo dos encontros.

Desde a sua I Edição, em 2010, foram realizados 750 eventos FNE Itinerante nos onze Estados financiáveis, atendendo a aproximadamente 49 mil participantes. Em 2016, a experiência do BNB nas edições anteriores, a quantidade de MPEs e Micro Empreendedores Individuais (MEIs) da região e as metas crescentes de financiamento FNE para

o segmento, motivaram o aumento de eventos anuais, tendo sido realizados 217 eventos em Municípios marcadamente interiores e de deficiente atendimento creditício ao setor produtivo. A aplicação de recursos do FNE gerou reembolsos, em 2016, da ordem de R\$ 10,15 bilhões, 7,0% superior ao volume de 2015, como mostra quadro a seguir:

#### FNE – REEMBOLSOS (R\$ MILHÕES)

2015	2016
R\$ 9.486,8	10.150,3

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência Controle Financeiro.

Para 2017, o Plano de Aplicações do FNE, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) prevê recursos da ordem de R\$ 14,7 bilhões na programação padrão e R\$ 6,3 bilhões como programação específica para projetos de infraestrutura, estruturantes para o desenvolvimento regional, com a projeção de financiamento por Estado e setor de atividade apresentada na tabela a seguir.

#### FNE: PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR ESTADO E SETOR DE ATIVIDADE EM 2017 (R\$ MILHÕES)

UF/ SETOR	AGRICULTURA (1) (2)	PECUÁRIA (2) (3)	INDÚSTRIA (1)	AGROINDÚSTRIA (2) (4)	TURISMO	COM. & SERV. (1)	INFRAESTRUTURA (4)	TOTAL	[%] UF
AL	130,0	120,0	190,0	20,0	100,0	140,0	-	700,0	4,8
BA	1.180,0	525,0	600,0	30,0	140,0	850,0	-	3.325,0	22,6
CE	200,0	365,0	770,0	15,0	110,0	760,0	-	2.220,0	15,1
ES	65,0	50,0	170,0	15,0	10,0	60,0	-	370,0	2,5
MA	440,0	435,0	245,0	20,0	25,0	290,0	-	1.455,0	9,9
MG	200,0	250,0	100,0	5,0	5,0	230,0	-	790,0	5,4
PB	50,0	190,0	200,0	20,0	95,0	275,0	-	830,0	5,7
PE	255,0	300,0	450,0	100,0	170,0	505,0	310,0	2.090,0	14,2
PI	590,0	205,0	30,0	15,0	115,0	325,0	-	1.280,0	8,7
RN	75,0	170,0	140,0	15,0	55,0	300,0	220,0	975,0	6,6
SE	110,0	125,0	130,0	20,0	30,0	200,0	50,0	665,0	4,5
SUB TOTAL	3.295,0	2.735,0	3.025,0	275,0	855,0	3.935,0	580,0	14.700,0	100,0
[%] SETOR	22,4	18,6	20,6	1,9	5,8	26,8	3,9	100,0	
SUBTOTAL PROGRAMAÇÃO PARA PROJETOS ESTRUTURANTES								6.300,0	
TOTAL DA PROGRAMAÇÃO FNE								21.000,0	

Fonte: Programação do FNE para 2017.

O cenário de 2017 continua desafiador, renovando a necessidade de ações cooperadas com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional para criação de condições favoráveis para nova dinâmica das atividades produtivas.

#### Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Os projetos apoiados com recursos dos fundos de pesquisa e desenvolvimento do Banco do Nordeste (Fundeci e FDR) beneficiam o desenvolvimento de diversos setores/ atividades que guardam conformidade com as peculiaridades regionais, especialmente com o semiárido, e com os aspectos econômicos, sociais e culturais da região Nordeste.

No exercício de 2016, o Banco do Nordeste apoiou com recursos não reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) 16 (dezesseis) convênios, totalizando R\$ 1,98 milhão, viabilizando o desenvolvimento de projetos de pesquisa e difusão tecnológica, bem como a realização de eventos de caráter técnico-científico.

Dentre os convênios celebrados em 2016, merecem destaque os referentes à realização das seguintes pesquisas: i) "Produção de Antígenos Recombinantes de Leptospiras e Padronização de Teste Rápido para o Diagnóstico da Leptospirose"; ii) "Nanocompósitos

Contendo Própolis Vermelha para a Regeneração da Medula Celular"; e "Purificação de Bioativos de Palma Forrageira (*Opuntia ficus-indica*) Utilizando Sistemas Aquosos Bifásicos para Aplicações Contra o CÂNCER", projetos selecionados por meio do Aviso 01/2014 – Fundeci Saúde Humana.

Os resultados obtidos a partir desses e de outros convênios apoiados pelo Banco do Nordeste vêm contribuindo para a melhoria da competitividade e do desenvolvimento dos segmentos econômicos envolvidos, possibilitando a geração de conhecimento e valor para a região.

#### Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores apresentados a seguir, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício.

#### Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

EM 22/10/2010, o BNB e a União celebraram o Contrato de Mútuo nº 592/PGFN/CAF, classificado como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 1 bilhão de reais. Referido instrumento, naquela época, foi considerado pelo BCB como Capital Nível II,

reforçando o capital regulamentar do BNB para fins de cumprimento de exigências de Basileia II.

Com o advento das novas regras de Adequação de Capital no Brasil, em out/13, denominado no seu conjunto de Basileia III, o IHCD celebrado entre a União e o BNB deixou de cumprir algumas exigências para enquadramento como capital nível II, necessitando de aditivo para readequação de cláusulas, principalmente àquelas referentes à remuneração do instrumento, que previa a atualização do saldo pelo IPCA, acrescida de juros de 6,5715% a.a. Ao final de 2015, referido contrato registrava um saldo de obrigações, do BNB para com o Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1.501,2 milhões.

Em 19/01/2016, foi celebrado entre a União e o BNB novo contrato, denominado Contrato de Novação e Confissão de Dívida, pelo valor de R\$ 1 bilhão de reais, com o fim de adequação às novas exigências de Basileia III.

O novo contrato torna extinta a dívida caracterizada pelo IHCD e, por conseguinte, a sua classificação como Capital Nível II. A nova regra de atualização prevê a aplicação da Rentabilidade sobre o PL, obtida pelo BNB, conforme apurado em cada exercício.

Acerca do IHCD, extinto em 19/01/2016, o BNB realizou recolhimentos ao Tesouro Nacional em 18/02/2016 e 30/09/2016 de valores correspondentes ao saldo remanescente desse instrumento, em relação ao valor do novo Contrato de Novação e Confissão de Dívida, e aos juros e atualização monetária apurados até 30/09/2016, os quais totalizaram R\$ 529,97 milhões.

#### Recolhimento de Tributos Federais ao Tesouro Nacional

Em 2016 representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seus tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), sobre o Faturamento (Pasep/Cofins), cota patronal de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tributos federais retidos de terceiros e distribuição de juros sobre capital próprio. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se referem a tributos e juros sobre capital próprio, os pagamentos realizados pelo Banco do Nordeste ao Tesouro Nacional totalizaram, aproximadamente, R\$ 1.399 milhões.

Deste total, o valor de R\$ 1.362 milhões representa receitas tributárias. O recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido e o Faturamento totalizou R\$ 622,8 milhões. O recolhimento de tributos federais retidos na fonte totalizou R\$ 448,8 milhões e a cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi de R\$ 290,4 milhões. A título de juros sobre capital próprio, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 37 milhões.

#### Pagamento de Juros sobre Capital Próprio

Outras fontes de contribuição fiscal do BNB ao longo de 2016 foram os pagamentos de proventos à União, totalizando R\$ 36,98 mi, sendo R\$ 9,43 mi a título de Juros sobre Capital Próprio JCP complementares - referentes ao exercício 2015 e R\$ 27,55 mi de Juros sobre Capital Próprio intermediários - referentes ao primeiro semestre do exercício de 2016.

#### RECOLHIMENTOS REALIZADOS PARA O TESOURE NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2016 (VALORES EM R\$ MIL)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (*)
TRIBUTOS FEDERAIS PRÓPRIOS	913.188
IRPJ - IMPOSTO DE RENDA - PESSOAS JURÍDICA	183.315
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	188.728
COFINS - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	194.544
PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	56.229
INSS - COTA PATRONAL	290.372
II) TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS DE TERCEIROS	448.833
III) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	36.982
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.399.003</b>

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito - Superintendência de Operações Financeiras e Mercado de Capitais

(\*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, JCP e encargos).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.



MOVIMENTAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, COM FUNDOS FEDERAIS (EXCETO FNE) EM 2016  
(VALORES EM R\$ MIL)

FUNDOS/PROGRAMAS	SALDO DEZ/2015	INGRESSOS, TRANSFERÊNCIAS JUROS E CORREÇÃO	PGTOS. (1)	SALDO DEZ/2016
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	332.364	22.847	(100.231)	254.980
FDNE - REPASSES	779.384	17.460	(38.046)	758.798
FMM - FUNDO DA MARINHA MERCANTE	124.534	(7.153)	(9.891)	107.490
STN RECOOP (2)	426	25	-	451
STN - INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA - IHCD (3)	1.501.176	(971.193)	(529.983)	-
STN - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL PRINCIPAL - IECF (4)	-	1.000.000	-	1.000.000

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito - Superintendência de Operações Financeiras e Mercado de Capitais

Notas:

(1) Envolve principal e juros.

(2) Recoop: Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.

(3) e (4) O Contrato de Mútuo nº 592/PGFN/CAF relativo ao IHCD foi extinto em 19/01/2016. Em substituição ao IHCD foi celebrado entre o BNB e a União o Contrato de nº 001/2016/PGFN/CAF de Novação e Confissão de Dívida, com a conversão do valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para a modalidade de Instrumento Elegível ao Capital Principal - IECF. Do saldo do IHCD foi feita a dedução do valor de um bilhão de reais referente à integralização do IECF, sendo o saldo remanescente e os juros acumulados recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional.

### Avaliação sobre as Políticas de Aplicação de Recursos, à luz das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016

#### Responsabilidade Socioambiental (RSA)

O Banco do Nordeste aprovou em junho/2015 sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como seu plano de ação, com horizonte de cinco anos. Em cumprimento ao Plano de Ação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), foram realizadas as seguintes ações durante o ano 2016:

- Elaboração de um Plano de Comunicação visando à divulgação interna e externa de sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- Difusão entre os beneficiários dos programas de Microcrédito na sua área de atuação de informações sobre práticas sustentáveis de produção, por meio da disponibilização da Cartilha Agroecologia para os clientes do Crediamigo e Agroamigo;
- Atualização do normativo interno Manual Básico Socioambiental, em função da implementação de salvaguardas contidas na PRSA;
- Elaboração de curso "Entendendo a Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste", na modalidade "Educação à Distância" por meio da Comunidade virtual de Aprendizagem (CVA), destinado aos funcionários e bolsistas;
- Disseminação junto ao público interno de cursos relativos à sustentabilidade, à responsabilidade socioambiental e às finanças pessoais e estímulo à participação deste público aos referidos treinamentos;
- Veiculação do informativo Boletim Socioambiental, de periodicidade quinzenal, com o objetivo de difundir informações sobre a PRSA do Banco, dentre outras matérias relacionadas à temática de RSA; e
- Alinhamento da PRSA com as demais políticas da instituição, por meio da articulação com as diversas áreas e unidades do Banco.

Destaca-se, entre as ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pelo Banco do Nordeste, a publicação anual de editais visando à destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso.

Em 2016, foram destinados recursos financeiros no valor de R\$ 1,09 milhão em favor do FIA atendendo 16 projetos que beneficiarão 1.901 crianças e adolescentes de baixa renda. De maneira similar foi destinado o valor de R\$ 1,02 milhão em favor dos Fundos dos Direitos do Idoso apoiando 15 projetos e beneficiando 2.635 idosos de baixa renda.

Adicionalmente à destinação dos recursos institucionais, o Banco realizou campanhas junto a seus colaboradores, clientes e parceiros visando impulsionar mais recursos para essas duas linhas sociais. Além

desses projetos já mencionados, também foi aplicado o valor de R\$ 923.000,00 em projetos sociais, financiados nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte, para o público infanto-juvenil de baixa renda.

Também, em 2016, o Banco do Nordeste destinou R\$ 358.863,70 para o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O Banco do Nordeste, além de efetuar doação dos recursos institucionais, também realiza campanhas com seus colaboradores, clientes e parceiros visando incentivar as doações de particulares para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o Fundo dos Direitos do Idoso.

Em 2016, devido à preocupação com a utilização do uso consciente dos recursos naturais, o Banco atuou de forma mais incisiva. Lançou as linhas de financiamento FNE Sol, destinado a aquisições de sistemas de micro e mini geração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis; FNE Água, voltado para a gestão sustentável da água; e FNE Semente, destinado a financiar a formação, implantação e desenvolvimento de startups. Nada mais adequado para uma região em que a luz do sol é matéria farta, a água, por sua vez, é escassa, e o capital humano detentor de reconhecida capacidade de empreendedorismo.

O FNE Sol é uma linha de financiamento destinada à aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis.

Enquanto que FNE Água se trata de linha de financiamento destinada à gestão sustentável da água, compreendendo investimentos nos seguintes eixos:

- Acesso: disponibilidade e uso de fontes alternativas ao sistema público;
- Eficiência: diminuição de consumo e/ou reutilização;
- Recuperação de mananciais: reflorestamento de matas ciliares e nascentes; e
- Saneamento: serviços de oferta de água potável, coleta e tratamento de esgotos.

#### Microcrédito Urbano e Rural

O microcrédito é uma forma rápida, fácil e acessível para os empreendedores urbanos ou rurais ampliarem a sua produção.

A metodologia de microcrédito adotada pelo Banco do Nordeste tem como alicerces a inclusão bancária, a isenção de tarifas, a desburocratização, o atendimento personalizado no próprio empreendimento e a presença em todos os Municípios da área de atuação do Banco.

O Banco do Nordeste atua com as seguintes linhas de microcrédito: o

urbano com o Programa CrediAmigo, que, nesse segmento, é o maior programa da América do Sul; e o rural com o Programa Agroamigo.

### Microcrédito urbano - Programa CrediAmigo

O CrediAmigo é um programa de microcrédito produtivo orientado. Atende aos empreendedores informais ou formais como microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, empresários individuais, autônomos ou sociedades empresárias, nas diversas atividades de produção, comercialização ou de prestação de serviços.

Associado ao crédito, o CrediAmigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado.

O Banco do Nordeste emprestou, em 2016, R\$ 8 bilhões e realizou 4,2 milhões de operações, um tíquete médio de pouco mais de R\$ 1.900,00 por operação e com uma média de 16,7 mil desembolsos por dia.

Em 2016, o CrediAmigo alcançou a marca de 2,1 milhões de clientes com empréstimos ativos, sendo que desse total, foram abertas 446.952 novas contas correntes na categoria social, totalmente isentas de tarifa.

A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 1,9%, o que demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência.

### Segmento Microcrédito Rural – Agroamigo

O Agroamigo, programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, por meio do Pronaf, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

Consideradas a importância desse público e as suas peculiaridades, o Banco do Nordeste definiu modelo de negócio diferenciado, estabelecendo metodologia de microfinança para os agricultores familiares de menor renda, o Agroamigo, que se baseia nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Essa metodologia é própria para as condições do meio rural, com atendimento integral nas comunidades e incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf em operações de até R\$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C.

No ano de 2016, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo, R\$ 1,97 bilhão, representando elevação no montante financiado de R\$ 135,8 milhões com um crescimento de 7,38% em relação a 2015. O Programa atingiu, ao final de 2016, uma carteira ativa de R\$ 3,71 bilhões correspondentes a 1,28 milhão de operações.

Dentre as diversas ações com foco em sustentabilidade, inclusão social e cidadania financeira, destacamos: o alcance de 1.000.000 de clientes bancarizados; treinamento de 1.163 colaboradores em métodos agroecológicos, para replicar as orientações aos Agricultores Familiares; e desenvolvimento de cartilhas sobre agroecologia e educação financeira.

### Agricultura Familiar - Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal destinado a apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. De acordo com dados do Censo Agropecuario de 2006 (IBGE), no Nordeste, esse segmento abrange 2,2 milhões de estabelecimentos rurais que representam 89% do total, ocupando 37% da área da região. Ressalte-se, ainda, a importância da Agricultura Familiar na produção de alimentos básicos.

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando, em dezembro de 2016, com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,33 bilhões, o que corresponde a 1,72 milhão de operações.

No ano de 2016, o Banco contratou 501,7 mil financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,46 bilhões, alcançando 102,7% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 67,3% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

O Banco do Nordeste foi vencedor do Prêmio Agrobanco, promovido pela Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide) e patrocinado pelo Banco Agropecuario do Peru (Agrobanco) como reconhecimento ao apoio dado ao Setor Florestal. Em sua primeira edição, o prêmio objetiva reconhecer tecnologias, produtos ou serviços financeiros e não financeiros existentes nos bancos de desenvolvimento latinoamericanos que podem ser replicados para o setor agropecuario em geral. Para o ano de 2016, a premiação teve o tema "Ferramentas para o Financiamento e Desenvolvimento do Setor Florestal".

Essa premiação deveu-se à operacionalização da linha de crédito Pronaf Floresta, que financia sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente em reserva legal e recuperação de áreas degradadas, entre outras atividades. Em 2016, o Banco financiou 152 projetos por essa linha de crédito, envolvendo recursos da ordem de R\$ 3 milhões.

O Banco do Nordeste distribui sua carteira de financiamento do Pronaf em dois segmentos: Agricultura Familiar e Microcrédito Rural - Agroamigo.

### Segmento Agricultura Familiar

Esse segmento compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem a carteira de Microfinança Rural - Agroamigo.

No ano de 2016, o Banco contratou 20,1 mil financiamentos com o segmento Agricultura Familiar, envolvendo o total de R\$ 490,1 milhões de recursos. Do total dos recursos, 67,2% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

Destacam-se os resultados da linha de crédito Pronaf Mais Alimentos com volume de contratação na ordem de R\$ 232,6 milhões e o Pronaf Semiárido com R\$ 105,6 milhões.

### Crédito Fundiário - Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)

O Banco do Nordeste financia a aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O programa Combate à Pobreza Rural (CPR) é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT.

Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2016, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 358 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 12,2 milhões do SAT e 37 operações no valor total de R\$ 10,5 milhões do SIC. No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 12 operações, no valor total de R\$ 814,3 mil.

### Agronegócio

O Banco do Nordeste disponibiliza recursos para investimentos de longo prazo além de produtos e serviços bancários e financeiros, para atender os empreendimentos de agronegócio de qualquer porte com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade, como também

expandir e implantar infraestrutura produtiva e promover a melhoria tecnológica dos empreendimentos. A modalidade de financiamento por meio do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de se figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

A materialização das ações ocorre sob a forma da realização de negócios, envolvendo a concessão de créditos e a disponibilização de um conjunto de produtos e serviços bancários comercializados pelo Banco do Nordeste, bem como a formalização de parcerias com instituições relacionadas ao segmento.

Em 2016, as contratações do BNB no agronegócio, com produtores pessoas físicas de médio e grande porte, atingiram o total de R\$ 1,07 bilhão em 426 operações. Com produtores pessoas físicas de mini e pequeno portes, o agronegócio alavancou 6.082 operações de crédito de longo prazo no valor total de R\$ 1,01 bilhão. Tais valores superaram a meta estabelecida para esses segmentos.

#### Pessoas Físicas

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa ao atendimento dos clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, funcionários e aposentados das empresas coligadas e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A área comercial do Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários para a base de pessoas físicas. Os serviços oferecidos incluem, além dos produtos de crédito, os produtos de seguro e capitalização, cartões de crédito e produtos e soluções personalizadas criados especificamente para atender às demandas dos clientes. O Banco também disponibiliza para esse público uma variedade de opções para investimento, além da tradicional poupança.

O Segmento Pessoa Física em 2016 obteve uma expansão na base de clientes com negócios de 8% e saldo médio de R\$ 290,6 milhões em operações de Crédito Comercial - Pessoa Física. No tocante à variável Captação de Recursos, o público de Pessoa Física atingiu a marca de R\$ 1,5 bilhão em saldo médio aplicado.

Esse desempenho é reflexo das ações com foco no cliente, nos processos, na sustentabilidade dos negócios e na ampliação e melhoria dos produtos e serviços destinados ao segmento Pessoa Física. Desse modo, foi possível prover os gerentes de negócios das agências de ferramentas e informações necessárias à realização de negócios, aproveitando o potencial dos nossos clientes para aumentar o relacionamento comercial, elevar a rentabilidade do Banco e alavancar a participação do Banco do Nordeste no varejo bancário brasileiro.

#### Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O Banco do Nordeste vem trabalhando permanentemente no sentido de apoiar financeiramente às Micro e Pequenas Empresas da região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O esforço se alinha às diretrizes governamentais, notadamente às que regem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que determinam às instituições financeiras oficiais o direcionamento de suas ações para apoio às micro e pequenas empresas, que correspondem às empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

O Banco do Nordeste atendeu 23.723 micro e pequenas empresas, no exercício de 2016, financiando o montante de R\$ 2,5 bilhões referentes às contratações com Micro e Pequenas Empresas por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R\$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, referente às operações de longo prazo e R\$ 424,6 milhões, em operações de crédito de curto prazo utilizando, neste caso, recursos internos.

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,3 bilhão em contratações, correspondendo a 63,5 % dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento.

Na região do semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.682 operações, o que representa 49,0% do total de operações efetivadas.

Em 2016, o Banco do Nordeste inovou lançando o cartão BNB MPE, para facilitar a aquisição de Máquinas e equipamentos bem como insumos e matérias primas, por meio do crédito rotativo, financiado com o Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste (FNE). Essa ação aliada ao fortalecimento de parcerias com empresas, governos e entidades de classe possibilitaram o alcance dos objetivos propostos pelo Banco junto às micro e pequenas empresas da região.

#### Negócios Empresariais

O Banco do Nordeste atende o segmento de empresas com faturamento anual entre R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões, por meio de investimentos de longo prazo, produtos e serviços financeiros e bancários além do crédito para exportação.

Em 2016, o Banco alcançou o quantitativo de 7.679 clientes, apresentando um incremento de 11% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2015. Nas contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior, foram disponibilizados R\$ 1,47 bilhão e nas operações para investimento de longo prazo com recursos do FNE, o valor foi de R\$ 2,55 bilhões. O Banco captou recursos com esse segmento na ordem de R\$ 2,6 bilhões.

#### Negócios Corporate

O segmento Corporate é composto por 680 clientes que apresentam faturamento anual, por cliente, superior a R\$ 200 milhões.

Em 2016, foram contratadas operações de longo prazo no montante de R\$ 1,78 bilhão, das quais R\$ 1,76 bilhão com recursos oriundos do FNE e R\$ 15,6 milhões com LCA (Letras de Crédito do Agronegócio).

No âmbito das operações de crédito de curto prazo (Recursos Internos e Externos) foram contratadas operações num montante de R\$ 649 milhões com clientes deste segmento.

No que concerne às aplicações financeiras, o saldo médio registrado na posição de 31/12/2016, para o segmento Corporate, totalizou o montante de R\$ 2,9 bilhões.

#### Negócios com Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como "não dependentes", conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se: os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da Previdência Social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e os programas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

Em 2016, a carteira do segmento de governo estava composta por 1.938 clientes, atingiu um saldo médio de R\$ 969,4 milhões e um saldo devedor na ordem de R\$ 1,4 bilhão.

### Negócios de Crédito Comercial

Os negócios de crédito comercial são realizados com recursos próprios do BNB que os disponibiliza, para os empreendimentos produtivos em todos os setores, por meio dos seguintes produtos: crédito direto ao consumidor (CDC), capital de giro, desconto de títulos, contas garantidas e cartões de crédito. Em 2016, o Banco aplicou cerca de R\$ 3,1 bilhões relativos ao saldo médio das operações de crédito comercial.

### Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2016 atingiu o montante de R\$ 4,15 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação. Por meio da realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

### Estudos, Pesquisas e Avaliações

O BNB também elabora, promove e difunde conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planeja, formula, coordena e avalia políticas e programas, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Dentre os estudos e ações efetivadas no âmbito do Etene em 2016, destacaram-se:

- Lançamento do Diário Econômico Etene, informativo com análises breves sobre os principais temas e indicadores econômicos regionais e nacionais, com cenários e tendências atualizadas para a região e para os Estados do Nordeste, principais diferenciais dessa publicação;
- Elaboração e publicação diária do Cenário Bancário, informativo com notícias que circulam na mídia sobre o sistema financeiro brasileiro e internacional e as principais novidades e tendências de produtos e serviços da indústria bancária;
- Elaboração e publicação do Informe Etene, informativo com análises mais aprofundadas sobre assuntos de interesse do Banco do Nordeste e da região, abordando, a cada edição, análises e projeções acerca das principais variáveis macroeconômicas, destaques e evolução recente de setores e atividades econômicas; ou sínteses de avaliações de políticas ou programas de financiamento do Banco;
- Relatórios “Informações socioeconômicas” e “Informações setoriais” para Municípios e territórios trabalhados pelos Agentes de Desenvolvimento;
- Relatórios “Informações Socioeconômicas Municipais”;
- Relatórios de informações estaduais para os perfis do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo;
- Elaboração de análises sobre setores/segmentos econômicos do Nordeste e do Brasil relevantes para o ativo operacional do Banco do Nordeste;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre projetos considerados estratégicos e outros demandados pela Central de Análise, Agências e Superintendências;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre atualização dos normativos internos – Crédito;
- Colaboração na emissão de pareceres sobre os projetos de P&D&I Fundeci - Meio Ambiente;

- Participação em eventos - congressos técnico-científicos;
- Participação em câmaras setoriais – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec);
- Publicação de artigos e capítulos de livros sobre setores e segmentos econômicos;
- Organização de livros e periódicos sobre setores e segmentos econômicos e macroeconomia;
- Construção da Linha de Base do Novo Modelo de Agentes de Desenvolvimento;
- Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Nordeste do Brasil;
- Construção da Metodologia de Avaliação do “CrediAmigo Mais”;
- Modelos de previsão de desempenho das metas do FNE;
- Modelos de previsão de inadimplência da região;
- Modelos de previsão de demanda por crédito nos Municípios nordestinos;
- Artigo: Pronaf: perfil socioeconômico dos produtores;
- Artigo: Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas: análise e aplicação dos principais métodos quantitativos;
- Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2015;
- Elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2016 – primeiro semestre; e
- Elaboração do Relatório de Gestão do FNE.

São apresentados a seguir, alguns resultados empíricos desenvolvidos/publicados no ano de 2016 acerca da avaliação da eficiência e da efetividade econômica nas aplicações do FNE. Reportamos resultados elaborados internamente e resultados desenvolvidos externamente ao Banco, identificados por meio do trabalho de monitoramento contínuo de pesquisas acadêmicas externas ao Banco, que tenham como foco a avaliação do FNE.

Dentre as pesquisas efetivadas no âmbito do Etene em 2016, destacaram-se:

#### Pesquisa Interna: Modelo de Previsão do Desempenho do Banco do Nordeste na Aplicação do FNE: Período 2010-2016:

O Etene construiu um modelo de estimação do desempenho do Banco do Nordeste na aplicação do FNE. Vários são os motivos pelos quais os valores contratados sejam superiores ou inferiores ao valor estabelecido como meta na programação do Fundo.

Dentre tais fatores podemos incluir: sazonalidade, ciclo econômico, eficiência na aplicação dos recursos, razoabilidade das metas, além de um grande conjunto de fatores aleatórios e idiossincráticos, tais como eventos de natureza política, climatológica, desastres naturais, etc.

Dado que um conjunto relativamente grande de eventos é capaz de explicar, simultaneamente, o sucesso (ou o fracasso) no alcance de metas de programação para o Fundo, uma questão de fundamental importância para os administradores do FNE é conseguir decompor as contribuições dos fatores endógenos e exógenos para o sucesso (ou insucesso) no alcance das metas.

Os fatores exógenos influenciam os resultados, mas não estão sob o controle dos administradores. Fatores exógenos incluem sazonalidade, ciclo econômico, desastres naturais, mudanças climatológicas, crises políticas, etc. Já fatores endógenos são aqueles em que os administradores exercem algum grau de influência e de discricionariedade.

Tais fatores incluem o próprio comportamento estratégico ao estabelecer programas e metas, bem como o grau de esforço (investimentos em recursos humanos e materiais) e o grau de eficiência na aplicação dos recursos.

Um desejo óbvio de qualquer administrador é tentar identificar as causas de sucesso (ou fracasso), bem como decompor a contribuição de diferentes fatores que estão sob seu controle (endógenos) e àqueles que lhe são completamente alheios (exógenos).

O objetivo do trabalho foi estimar um modelo econométrico que pudesse endereçar o seguinte ponto: nos anos de 2010-2014 o Banco do Nordeste (BNB) obteve êxito no alcance das metas de programação do FNE.

Contudo, no ano de 2015 e no primeiro semestre de 2016 (resultado parcial), as metas estabelecidas na programação não foram alcançadas (meta parcial no caso de 2016).

Por outro lado, neste mesmo período, a economia nordestina, assim como a economia brasileira como um todo, tem enfrentado uma das maiores crises de sua história, isto associado a um longo período de estíagem.

Pergunta-se: após controlar para fatores exógenos tais como sazonalidade, ciclo econômico e trajetória crescente dos valores reais de programação, pode-se inferir que parte do insucesso no período seja atribuída a eventual ineficiência do Banco na aplicação dos recursos?

As estimativas econométricas obtidas no exercício empírico não forneceram nenhuma evidência que corroborasse a hipótese de ineficiência alocativa por parte do Banco, ou seja, após controlar para efeitos de componentes exógenos, o desempenho do Banco no biênio 2015-2016 não é estatisticamente diferente daquele observado no período 2010-2014, onde as metas foram alcançadas.

Em suma, a totalidade dos desvios em torno da meta pode ser atribuída, em grande medida, a fatores exógenos ao Banco. Em nosso modelo de previsão, a meta acumulada de aplicação do FNE, por motivos exógenos (crise e ciclos), não seria alcançada no ano de 2015, como de fato ocorreu. Adicionalmente, o alcance da meta acumulada para o ano de 2016 só seria possível a partir de uma forte reversão do nível de atividade econômica da região Nordeste no segundo semestre de 2016, o que não ocorreu.

#### Resenha Pesquisa Externa: Estimativa dos impactos regionais:

Os impactos dos financiamentos do FNE sobre as variáveis PIB per capita e postos de trabalho formal entre os anos de 2000 e 2010 foram estimados por IRFFI, ARAUJO, BASTOS (2016)<sup>17</sup>[1], levando-se em consideração todos os Municípios atendidos pelo FNE e apenas os Municípios localizados na região semiárida. Os resultados são estimados por decis da distribuição das variáveis, crescimento do PIB per capita e crescimento do número de postos de trabalho formal.

Os autores encontraram como resultado geral, tanto para amostra completa quanto para o recorte do semiárido, que Municípios com menores taxas de crescimento do PIB per capita possuem maior efeito do FNE se comparados com Municípios de maior crescimento. Embora, a estimativa do efeito do FNE no PIB per capita seja maior para aqueles Municípios localizados na região do semiárido, os autores afirmam que não se pode concluir definitivamente que há maior efeito para o semiárido, em razão do intervalo de confiança.

A análise do efeito do FNE no crescimento dos postos de trabalho, para todos os Municípios e para os Municípios localizados no semiárido, mostra que existe um efeito positivo do FNE sobre o estoque de postos de trabalho, entretanto, esse efeito não se diferencia muito ao longo da distribuição da variável crescimento de postos de trabalho.

Adicionalmente, as repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados, ferramenta utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE.

#### 1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Social

##### Resultados da Atuação do BNDES

As tabelas a seguir trazem os desembolsos e as contratações em 2016, e o saldo a liberar das operações contratadas na carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) ao final de 2016:

17 [1] IRFFI,G; ARAUJO, J. I. da S; BASTOS, F. de S. Efeitos Heterogêneos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste na região do Semiárido. In: XXI ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/documents/160445/960759/EFEITOS\\_HETEROGENEOS\\_DO\\_FUNDO\\_CONSTITUCIONAL\\_DE\\_FINANCIAMENTO\\_DO\\_NORDESTE\\_NA\\_REGIAO\\_DO\\_SEMIARIDO.pdf/883e90c6-d3b6-4579-88fa-4145ae0a8464](http://www.bnb.gov.br/documents/160445/960759/EFEITOS_HETEROGENEOS_DO_FUNDO_CONSTITUCIONAL_DE_FINANCIAMENTO_DO_NORDESTE_NA_REGIAO_DO_SEMIARIDO.pdf/883e90c6-d3b6-4579-88fa-4145ae0a8464). Acesso em: 28/09/2016.

#### LIBERAÇÕES, CONTRATAÇÕES E SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

	LIBERAÇÕES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
AGRICULTURA	10.235.460	21.154.280	39.542.031	90.965.797	194.677.798	356.575.365
INDÚSTRIA	852.589.496	1.995.268.543	9.055.525.425	2.694.080.146	1.054.822.169	15.652.285.779
COMÉRCIO	8.408.053	40.909.208	552.564.343	350.031.857	50.565.679	1.002.479.141
OUTROS SERVIÇOS	1.496.321.757	5.791.713.111	9.523.820.049	2.983.924.557	3.228.337.705	23.024.117.179
INDIRETO	2.191.485.723	3.551.831.519	20.617.091.477	16.182.188.082	5.678.446.398	48.221.043.199
TOTAL	4.559.040.490	11.400.876.661	39.788.543.325	22.301.190.439	10.206.849.749	88.256.500.663

Fonte: BNDES.

CONTRATAÇÕES						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
AGRICULTURA	31.518.490	23.518.700	88.833.774	184.709.520	363.085.780	691.666.264
INDÚSTRIA		406.482.088	8.805.129.499	340.951.766	2.366.193.660	11.918.757.013
COMÉRCIO	44.062.027	44.753.445	496.793.427	73.014.631	40.322.449	698.945.980
OUTROS SERVIÇOS	799.785.837	2.330.489.537	5.168.060.298	895.313.499	4.385.688.288	13.579.337.459
INDIRETO	2.075.201.651	3.315.982.393	19.393.888.707	15.073.746.916	6.120.062.345	45.978.882.013
<b>TOTAL</b>	<b>2.950.568.005</b>	<b>6.121.226.163</b>	<b>33.952.705.706</b>	<b>16.567.736.333</b>	<b>13.275.352.522</b>	<b>72.867.588.728</b>

Fonte: BNDES.

SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERESTADUAL	BRASIL
AGRICULTURA	21.283.031	33.728.714	170.822.969	231.315.769	268.021.164	382.472.469	1.107.644.115
INDÚSTRIA	1.118.514.002	3.735.240.330	20.481.074.619	2.036.909.819	2.397.897.288	931.294.519	30.700.930.577
COMÉRCIO	32.707.420		371.700.539	157.453.867	1.020.983	244.001.854	806.884.662
OUTROS SERVIÇOS	4.041.678.616	10.427.508.415	41.416.084.946	3.866.819.044	5.456.735.772	6.964.066.517	72.172.893.311
INDIRETO	1.306.744.939	1.006.622.358	5.092.390.824	2.784.280.583	1.908.875.996	689.742.442	12.788.657.142
<b>TOTAL</b>	<b>6.520.928.007</b>	<b>15.203.099.817</b>	<b>67.532.073.897</b>	<b>9.076.779.082</b>	<b>10.032.551.203</b>	<b>9.211.577.801</b>	<b>117.577.009.807</b>

Fonte: BNDES.

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (por exemplo, não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

## SALDO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

SALDO DE CARTEIRA 2015							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	318.490.637	390.508.750	536.357.016	99.691.874	96.671.359	1.628.979.773	3.070.699.410
INDÚSTRIA	5.272.847.797	33.756.364.553	73.313.114.155	15.216.474.525	11.744.503.257	13.245.550.690	152.548.854.978
COMÉRCIO	0	209.756.585	2.285.808.871	307.935.098	22.719.618	1.736.375.575	4.562.595.747
OUTROSSERVIÇOS	36.261.823.926	52.917.055.556	111.151.426.048	19.637.219.992	24.357.429.993	49.591.847.008	293.916.802.523
INDIRETO	30.375.313.566	23.461.232.470	110.769.450.468	80.768.241.806	38.054.528.785	2.953.177.478	286.381.944.574
<b>TOTAL</b>	<b>72.228.475.926</b>	<b>110.734.917.915</b>	<b>298.056.156.559</b>	<b>116.029.563.295</b>	<b>74.275.853.012</b>	<b>69.155.930.524</b>	<b>740.480.897.232</b>
SALDO DE CARTEIRA 2016							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	283.138.205	401.594.266	521.542.478	133.293.172	333.598.538	1.510.981.836	3.184.148.496
INDÚSTRIA	4.709.517.075	18.701.322.896	62.282.671.559	14.065.462.150	10.822.403.595	7.524.347.308	118.105.724.582
COMÉRCIO	0	165.253.331	2.090.370.314	471.882.861	29.096.438	1.616.937.207	4.373.540.151
OUTROSSERVIÇOS	36.847.299.398	54.720.418.066	92.435.644.124	18.286.021.753	16.874.203.104	36.220.000.943	255.383.587.387
INDIRETO	29.584.528.835	21.327.340.477	98.737.416.907	73.175.198.085	35.825.666.371	2.858.520.872	261.508.671.548
<b>TOTAL</b>	<b>71.424.483.514</b>	<b>95.315.929.036</b>	<b>256.067.645.382</b>	<b>106.131.858.022</b>	<b>63.884.968.045</b>	<b>49.730.788.165</b>	<b>642.555.672.164</b>
VARIACÃO DE CARTEIRA 2016-2015							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	-35.352.432	11.085.516	-14.814.538	33.601.299	236.927.179	-117.997.938	113.449.086
INDÚSTRIA	-563.330.723	-15.055.041.657	-11.030.442.596	-1.151.012.376	-922.099.662	-5.721.203.382	-34.443.130.396
COMÉRCIO	0	-44.503.255	-195.438.557	163.947.764	6.376.819	-119.438.368	-189.055.597
OUTROSSERVIÇOS	585.475.473	1.803.362.510	-18.715.781.925	-1.351.198.240	-7.483.226.889	-13.371.846.065	-38.533.215.135
INDIRETO	-790.784.731	-2.133.891.992	-12.032.033.561	-7.593.043.721	-2.228.862.415	-94.656.606	-24.873.273.026
<b>TOTAL</b>	<b>-803.992.413</b>	<b>-15.418.988.878</b>	<b>-41.988.511.177</b>	<b>-9.897.705.274</b>	<b>-10.390.884.967</b>	<b>-19.425.142.359</b>	<b>-97.925.225.068</b>

Fonte: BNDES.

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (por exemplo, não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

#### FLUXOS FINANCEIROS DA CARTEIRA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

AMORTIZAÇÃO 2016							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	18.066.498	98.929	51.267.228	3.096.824	11.645.727	88.287.006	172.462.212
INDÚSTRIA	876.043.764	14.620.986.976	10.959.003.434	2.000.416.464	1.827.987.515	3.818.492.363	34.102.930.515
COMÉRCIO	0	11.850.390	267.201.965	38.736.488	3.094.558	676.304.082	997.187.482
OUTROS SERVIÇOS	1.722.515.160	4.460.445.703	10.978.633.513	2.020.005.367	2.509.080.766	14.766.305.306	36.456.985.815
INDIRETO	4.184.348.505	7.929.303.173	34.739.257.647	24.327.145.338	8.507.428.580	401.951.228	80.089.434.471
<b>TOTAL</b>	<b>6.800.973.927</b>	<b>27.022.685.170</b>	<b>56.995.363.787</b>	<b>28.389.400.481</b>	<b>12.859.237.145</b>	<b>19.751.339.986</b>	<b>151.819.000.496</b>
JUROS 2016							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	24.782.081	27.342.819	34.302.854	7.792.855	10.921.828	114.513.931	219.656.368
INDÚSTRIA	216.537.436	1.994.705.692	3.286.188.789	858.696.317	711.743.035	617.397.284	7.685.268.554
COMÉRCIO	0	3.371.038	88.488.424	18.097.402	1.967.585	121.039.954	232.964.404
OUTROS SERVIÇOS	1.525.657.363	3.810.279.796	5.587.075.316	1.252.896.073	984.018.069	3.235.640.214	16.395.566.831
INDIRETO	1.007.569.745	875.214.225	4.748.622.795	2.700.050.912	1.133.404.125	153.600.197	10.618.461.998
<b>TOTAL</b>	<b>2.774.546.625</b>	<b>6.710.913.570</b>	<b>13.744.678.178</b>	<b>4.837.533.558</b>	<b>2.842.054.642</b>	<b>4.242.191.580</b>	<b>35.151.918.154</b>
OUTROS EVENTOS 2016*							
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
AGRICULTURA	142.214	528.958	231.329	72.990	340.515	1.684.991	3.000.997
INDÚSTRIA	1.495.839	3.831.900	42.520.558	7.459.942	9.678.408	3.949.202	68.935.850
COMÉRCIO	0	0	46.125	92.008	2.302	56.585	197.021
OUTROS SERVIÇOS	4.201.489	18.736.022	62.748.066	3.497.944	7.810.710	7.537.151	104.531.382
INDIRETO	275.908	1.057.706	10.550.331	5.035.872	3.011.853	66.784	19.998.455
<b>TOTAL</b>	<b>6.115.450</b>	<b>24.154.585</b>	<b>116.096.411</b>	<b>16.158.757</b>	<b>20.843.787</b>	<b>13.294.713</b>	<b>196.663.704</b>

\* Multas, juros, etc.  
Fonte: BNDES.

## Impacto Fiscal das Atividades do BNDES

Dando prosseguimento ao movimento iniciado em dezembro de 2015, no mês de janeiro de 2016 ocorreu a liquidação antecipada de dois contratos firmados entre empresas do Sistema BNDES e a União no valor de R\$ 13,22 bilhões<sup>18</sup>.

Em dezembro de 2016 ocorreu nova liquidação antecipada, dessa vez de cinco contratos, no valor total de R\$ 100,00 bilhões<sup>19</sup>. A liquidação de contratos desse tipo reduz a dívida bruta da União sem gerar, entretanto, impacto sobre a dívida líquida, uma vez que o ativo da União contra o BNDES também é cancelado.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de liquidações dos mencionados contratos.

2016		
CONTRATO	DATA	VALOR
CT 895	05/01/2016	867.310.825,00
CT 895	06/01/2016	1.529.346.250,00
CT 895	07/01/2016	1.034.779.525,00
CT 895	08/01/2016	784.138.887,95
CT 897	08/01/2016	1.076.699.237,06
CT 897	11/01/2016	3.059.000.000,00
CT 897	12/01/2016	2.007.650.000,00
CT 897	13/01/2016	1.410.465.000,00
CT 897	14/01/2016	1.451.325.883,58
CT 896	23/12/2016	14.320.823.021,04
CT 577	23/12/2016	26.049.954.356,27
CT 619	23/12/2016	6.553.877.203,49
CT 652	23/12/2016	37.113.353.837,31
CT 703	23/12/2016	15.961.991.581,89
TOTAL		113.220.715.608,59

Fonte: BNDES

Cabe destacar que a operação de liquidação antecipada foi interessante para o BNDES, uma vez que os contratos eram os mais onerosos para o BNDES, com custo elevado em comparação com a TJLP.

Considerados os valores antecipados conforme tabela acima, o BNDES efetuou pagamento de principal em valor total de R\$ 113,80 bilhões. A despesa com juros referentes aos contratos firmados entre União e BNDES, em regime de caixa, foi de R\$ 5,59 bilhões. Já em regime de competência, a despesa total com juros foi de R\$ 36,0 bi. Deduzido o efeito positivo de variação cambial de R\$ 0,59 bi, remuneração total dos créditos da União com o BNDES, por regime de competência, foi de R\$ 35,41 bi.

Ao longo do ano de 2016 o Tesouro Nacional realizou o pagamento R\$ 13,10 bilhões ao BNDES a título de equalização de taxa de juros. Com isso, o BNDES terminou o ano com saldo de equalizações a receber referentes somente à competência do segundo semestre de 2016. Já o BNDES pagou R\$ 0,02 bilhão em equalizações negativas à União.

Outra fonte de contribuição fiscal do BNDES ao longo de 2016 foi o pagamento de proventos à União de R\$ 0,22 bi, a título de juros sobre o capital próprio complementares referentes ao exercício de 2015.

Já os pagamentos de tributos atingiram R\$ 8,23 bi ao longo do ano passado, conforme tabela abaixo:

R\$ BI	
TRIBUTOS	VALOR PAGO EM 2015
IRPJ	4,01
CSLL	2,75
PIS/PASEP	0,17
COFINS	1,01
ISS	0,02
IOF	0,002
CIDE	0,002
INSS	0,27
TOTAL	8,23

Fonte: BNDES.

Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz do disposto no art. 111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016 – Lei 13.242/2015.

I - Desenvolvimento das cooperativas de produção, micro, pequenas e médias empresas, incrementando as aplicações destinadas a esses segmentos, especialmente aquelas destinadas ao Programa de Reforma Agrária, desde que haja demanda habilitada:

### Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME:

A continuidade da recessão em 2016 teve significativo impacto sobre a utilização dos recursos de financiamento disponíveis para as micro, pequenas e médias empresas no ano. O Cartão BNDES e o BNDES-Finame, foram os mais afetados. Houve recuperação no produto BNDES Automático graças ao BNDES Progeren, um programa de capital de giro, cujos desembolsos para MPMEs em 2016 superaram R\$ 1,9 bilhão.

18 Referente aos contratos nº 895/PGFN/CAF e nº 897/PGFN/CAF. Mais informações podem ser obtidas na Nota à Imprensa emitida pelo Ministério da Fazenda em 27/01/2016, que pode ser encontrada em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/janeiro/liquidacao-antecipada-de-contratos-do-bndes-junto-ao-tesouro-nacional>

19 Referente aos contratos nº 896/PGFN/CAF, nº 577/PGFN/CAF, nº 619/PGFN/CAF, nº 652/PGFN/CAF e nº 703/PGFN/CAF. Mais informações podem ser obtidas na Nota à Imprensa emitida pelo Ministério da Fazenda em 23/12/2016, que pode ser encontrada em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/dezembro/tesouro-comunica-antecipacao-de-pagamento-de-emprestimos-feitos-ao-bndes>



	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)			CRESCIMENTO (%)		
	2013	2014	2015	2016	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
FINAME	44.267	39.993	17.832	11.603	-66%	-35%
BNDES AUTOMÁTICO	8.243	6.558	7.016	8.885	22%	27%
CARTÃO BNDES	10.023	11.547	11.252	5.636	-48%	-50%
BNDES FINEM	439	693	693	525	-14%	-24%
OUTROS	572	583	560	590	3%	5%
BNDES	63.543	59.374	37.353	27.241	-49%	-27%

Financiamento de programas do Plano Plurianual 2016-2019, especialmente as atividades produtivas que propiciem a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais

O valor apoiado pelo BNDES na linha de Investimento Social de Empresas implicou num desembolso próximo a R\$ 157,9 milhões em 2016.

Reestruturação produtiva, com vistas a estimular a competitividade interna e externa das empresas nacionais, bem como o apoio a setores prejudicados pela valorização cambial da moeda nacional

Os desembolsos do programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza) alcançaram R\$ 5,9 milhões em 2016.

Financiamento nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, incluindo prevenção, redução e combate à desertificação, infraestrutura, incluindo mobilidade e transporte urbano, navegação de cabotagem e expansão das redes urbanas de distribuição de gás canalizado, e os projetos do setor público, em complementação aos gastos de custeio

Em virtude da diversidade de segmentos contidos, o BNDES não tem como apurar uma informação consolidada desta complexidade através de seus sistemas corporativos. Mas cabe destacar o apoio do BNDES com desembolsos nos seguintes temas: R\$ 421,1 milhões para saúde; R\$ 14.526 milhões em "economia verde"/meio ambiente; e R\$ 3.745 milhões em mobilidade urbana.

Financiamento para investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica, transporte de gás natural por meio de gasodutos, bem como para programas relativos à eficiência no uso das fontes de energia, inclusive fontes alternativas

Os financiamentos do BNDES relacionados aos investimentos do setor de produção e distribuição de energia elétrica atingiram R\$ 7.952 milhões em 2016. Não houve operações de financiamento a gasodutos.

Financiamento para projetos geológicos, geotécnicos e ambientais associados a programas municipais de melhoria da gestão territorial e de identificação de áreas de risco

Os objetivos deste tipo estão incluídos em projetos mais amplos de apoio a Estados e Municípios, não sendo possível separar os valores alocados especificamente para essa atividade nos desembolsos efetuados.

Redução das desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais e de gênero, por meio do apoio à implantação e expansão das atividades produtivas

O BNDES não tem como apurar uma informação desta complexidade através de seus sistemas corporativos.

Financiamento para o apoio à expansão e ao desenvolvimento das empresas de economia solidária e agricultura familiar, da produção agroecológica e orgânica, dos arranjos produtivos locais e das cooperativas, bem como dos empreendimentos afro-brasileiros e indígenas

O desembolso do BNDES por meio do Departamento de Inclusão Produtiva da Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS/DIPRO) alcançou R\$ 61 milhões em 2016. Estes valores excluem as operações de apoio ao microcrédito.

São exemplos de ações apoiadas pelo AGS/DIPRO nessa temática:

**Ecoforte – Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica**

Foi instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, celebrado em 17/10/2013, pela União, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Ministério do Meio Ambiente (MMA); do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM); e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco do Brasil S.A., bem como instituído um Comitê Gestor para o Programa, com representantes dessas instituições (Portaria Interministerial nº 56, de 09/12/2013).

O BNDES realizou, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o lançamento de dois Editais de Seleção de Projetos no âmbito do Ecoforte, apoiados com recursos do BNDES Fundo Social e do Fundo Amazônia, relacionados a seguir:

- Edital de Seleção Pública de Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – Ecoforte Redes: Lançado em 14/03/2014, o Edital previa a seleção de projetos territoriais com foco na estruturação de unidades de referência relacionados à produção sustentável, apresentados por redes de agroecologia, com valor máximo de R\$ 1,25 milhão por projeto. Foram apresentadas 161 propostas, das quais 33 propostas foram habilitadas no processo seletivo. Os recursos disponíveis para o Edital - R\$ 32,6 milhões - permitiram atender 28 das 33 propostas habilitadas. Os projetos selecionados estão em fase de execução. Até o momento, o BNDES realizou liberações de recursos no valor de R\$ 11,2 milhões do BNDES Fundo Social e de R\$ 1,4 milhão do Fundo Amazônia; e
- Edital de Seleção Pública de Projetos de Estruturação de Empreendimentos Econômicos Coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Bioma Amazônia - Ecoforte Extrativismo: em abril de 2016 foi lançado o Edital 2016/007, com o objetivo de seleção e apoio a projetos voltados à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, visando às etapas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade. O Edital prevê o aporte de R\$ 8 milhões, sendo R\$ 4 milhões oriundos do Fundo Amazônia e R\$ 4 milhões da Fundação Banco do Brasil, para projetos com valor máximo de R\$ 600 mil. O processo de seleção dos projetos encontra-se em andamento.

Com relação ao Edital 2014/020, lançado em setembro de 2014, as 10 propostas selecionadas receberam R\$ 3,14 milhões do Fundo Amazônia e se encontram em acompanhamento pela Fundação Banco do Brasil.

**Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)**

O BNDES e a Conab firmaram, em 17/12/2012, o Acordo de Atuação Conjunta nº 12.2.1268.1, bem como um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável, no valor de R\$ 23 milhões, para o apoio a empreendimentos coletivos rurais de base familiar visando a sua inserção nos mercados institucional e privado de alimentos. Até o momento foram lançados dois editais de chamada de projetos, ambos com o objetivo de realizar pequenos investimentos voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento,

armazenamento e comercialização nos empreendimentos produtivos rurais de base familiar.

O primeiro Edital de chamada pública foi lançado em fevereiro de 2013, no valor de R\$ 5 milhões, tendo sido apoiadas 98 organizações produtivas de agricultores familiares em 19 Estados com investimentos de até R\$ 50 mil. O segundo edital foi lançado em dezembro de 2013, no valor de R\$ 15 milhões, priorizando as organizações de mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como o sistema de produção orgânica ou de base agroecológica, tendo sido selecionados 291 projetos, que receberão investimentos de até R\$ 70 mil.

O BNDES liberou o montante de R\$ 8,4 milhões no ano de 2016. Os recursos dos editais devem ser aplicados para solucionar gargalos operacionais das organizações produtivas, permitindo expandir suas atividades, melhorar a qualidade dos alimentos, aprimorar as condições de trabalho no meio rural e proporcionar ampliação da renda dos produtores, além de favorecer, indiretamente, a população em situação de insegurança alimentar.”

### Cisternas de Produção

Em apoio ao Programa Água para Todos, instituído por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, o BNDES realizou a implantação de 20.000 unidades de tecnologias sociais de captação, armazenamento e manejo de água para uso na produção de alimentos, em propriedades rurais ocupadas por famílias da Região do Semiárido Brasileiro inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Além disso, o BNDES liberou o montante de R\$ 37 milhões em 2016 para iniciar a implementação de mais 3.400 cisternas de produção na Região do Semiárido.

**Financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, com ênfase nos empreendimentos protagonizados por afro-brasileiros, indígenas, mulheres ou pessoas com deficiência**

O desembolso do BNDES por meio de seus programas de apoio ao microcrédito alcançou R\$ 151,4 milhões em 2016 dos quais R\$ 51,6 milhões aplicados na região Nordeste e R\$ 99,8 milhões aplicados na

região Sul. O objetivo do Produto BNDES Microcrédito é promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, visando a incentivar a geração de trabalho e renda.

Considera-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas que auferam, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Dessa forma, as operações realizadas no âmbito do BNDES Microcrédito não têm foco em grupos específicos e busca atender aos microempreendedores que estão excluídos do Sistema Financeiro Tradicional.

Como exemplo de operações realizadas no BNDES Microcrédito em 2016, podemos citar: BNB, CECRED, Fomento Paraná, BRDE e Instituto Estrela dentre outras.

### Desenvolvimento de projetos de produção e distribuição de gás nacional e biocombustíveis nacionais

Os desembolsos do Departamento de Biocombustíveis da Área Industrial (AI/DEBIO) atingiram R\$ 746,1 milhões em 2016. Os desembolsos em projetos de produção e distribuição de gás alcançaram R\$ 187,1 milhões.

**Financiamento para os setores têxtil, pesqueiro, moveleiro, fruticultor e coureiro-calçadista, incrementando as aplicações destinadas a esses segmentos, desde que haja demanda habilitada**

A continuidade da recessão em 2016 levou os setores Têxtil e Moveleiro a continuarem sua trajetória de retração. O setor Coureiro-Calçadista teve uma forte recuperação, mas esta foi concentrada no financiamento de apoio à exportação (que saiu de uma virtual inexistência nos dois anos anteriores para R\$ 302 milhões em 2016).

Os setores de Pesca e Aquicultura e de Fruticultura apresentaram sinais de retomada. Neste último caso um único setor foi responsável pelo valor final de crescimento, o de cultivo de laranja, que saiu de R\$ 67 milhões tomados em 2015 para R\$ 121 milhões em 2016.

	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2013	2014	2015	2016	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
TÊXTIL	989	608	416	241	-64%	-42%
MOVELEIRO	929	610	388	183	-71%	-53%
COUREIRO-CALÇADISTA	602	273	115	362	10%	216%
PESCA E AQUICULTURA	51	37	32	42	4%	29%
FRUTICULTURA	438	324	260	310	-9%	19%

**Financiamento de projetos voltados para substituição de importação nas cadeias produtivas nos setores de maquinaria industrial, equipamento móvel de transporte, máquinas e ferramentas, eletroeletrônicos, produtos químicos e farmacêuticos e de matérias-primas para a agricultura**

Não há como se mensurar através dos sistemas corporativos o quanto os investimentos implicaram em substituição de importações nas cadeias produtivas, o quanto implicaram em ampliação e modernização das cadeias existentes.

**Financiamento de projetos e empreendimentos voltados para a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos com tecnologias sustentáveis:**

Os desembolsos do BNDES a projetos da denominada “Economia Verde” totalizaram R\$ 14,5 bilhões em 2016 (redução de 54% em relação a 2015). A Economia Verde engloba projetos de eficiência energética, energias renováveis, gestão de água, esgoto e resíduos sólidos, melhorias agrícolas, adaptação a mudanças climáticas,

reflorestamento, transportes públicos, dentre outros.

**Financiamento para o desenvolvimento tecnológico nacional de insumos e equipamentos voltados à área da saúde**

O desembolso do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde, que apoia toda a cadeia de fabricação de remédios, atingiu R\$ 416,9 milhões em 2016. O financiamento ao setor de equipamentos médicos por outros departamentos atingiu nesse ano R\$ 4,2 milhões.

**Implantação ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em projetos de assentamento da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra, em todo o território nacional – Programa Terra Forte:**

### Programa Terra Forte

O Programa Terra Forte tem como finalidade promover a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por meio do apoio a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos

vinculados a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em todo o território nacional.

O Programa foi elaborado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, que tem como um dos eixos prioritários a inclusão produtiva das populações em situação de pobreza.

Um dos objetivos do referido Plano é ampliar a produção no campo, promovendo o acesso de populações em situação de risco social aos meios de produção e aos mercados, bem como ampliar e fortalecer a segurança alimentar.

O Programa foi formalizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre BNDES, Fundação Bando do Brasil, Banco do Brasil, MDS, Conab e Incra, com a interveniência da União, por meio do MDA e da SG/PR. Em relação à sua governança, conta com um Comitê Gestor (CG), estratégico, responsável pela definição das diretrizes gerais, e um Comitê de Investimentos (CI), operacional, responsável pela organização dos trabalhos, subsídios às decisões do CG e aprovação de projetos. Os comitês são formados por representantes dos parceiros do Programa.

O apoio se dá nas seguintes linhas de ação:

- produção e/ou produtividade agropecuária;
- implantação e/ou modernização de agroindústrias; e
- comercialização dos produtos agroindustrializados.

Pretende-se, ao agregar valor a produtos oriundos desses assentamentos, possibilitar a geração de novos postos de trabalho, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida da população dos assentamentos e entornos.

Em 13/02/2014, foi instalada a Comissão de Seleção de Projetos, composta por representantes dos parceiros do Programa, e aprovado o seu regimento interno. Essa comissão selecionou 32 projetos de cooperativas da agricultura familiar, no total de R\$ 136 milhões, dos quais R\$ 94 milhões são em recursos não reembolsáveis.

Desse total, 10 projetos foram aprovados pelo Comitê de Investimentos, no total de R\$ 59 milhões, sendo R\$ 36 milhões recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Social. O restante encontra-se com pendências para submeter à deliberação do Comitê de Investimentos.

Não há previsão para iniciar um novo processo de seleção de projetos em função da existência de propostas na carteira com pendências no processo de análise.

A distribuição regional dos projetos selecionados encontra-se no quando a seguir:

REGIÃO	Nº DE PROJETOS	NÃO REEMBOLSÁVEL (R\$)	TOTAL (R\$)
NORTE	2	4.563.463,29	5.651.708,00
NORDESTE	7	18.147.366,56	20.754.834,00
CENTRO-OESTE	5	7.273.911,81	9.493.104,00
SUDESTE	7	21.309.238,79	29.378.249,00
SUL	11	42.613.435,13	70.583.298,00
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>93.907.415,58</b>	<b>135.861.194,00</b>

O BNDES possui dois contratos firmados com a Fundação Banco do Brasil no âmbito do BNDES Fundo Social, no valor de R\$ 30 milhões cada, para realizar as liberações de recursos para as cooperativas.

II - para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao software público, ao software livre, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental

As ações do BNDES de apoio à Inovação em 2016 totalizaram desembolso de R\$ 3.624,2 milhões, dos quais R\$ 469,8 milhões por meio da Finep. Essas ações não se restringiram a linhas tradicionais de financiamento: o apoio em operações não reembolsáveis por meio do Funtec foi de R\$ 134,7 milhões; e os investimentos através de participação de capital R\$ 310,5 milhões.

Em 2016, foram aprovados R\$ 195 milhões para projetos de inovação em saúde, com destaque para o apoio não-reembolsável a projetos relacionados às epidemias brasileiras associadas ao mosquito *Aedes aegypti*. Foram R\$ 23 milhões destinados a estratégia da Fiocruz de enfrentamento da epidemia de Zika no País, que envolve ações de diagnóstico e de combate ao vetor, com possíveis impactos positivos para a redução da incidência de Dengue e Chikungunya.

Outros R\$ 97 milhões foram destinados à Fundação Butantan para o desenvolvimento da vacina tetravalente contra a Dengue. Os recursos serão destinados ao custeio dos ensaios clínicos e a construção da planta de escalonamento para fornecimento da vacina. Os estudos clínicos de fase III, última etapa do desenvolvimento da vacina, será o maior já realizado integralmente no Brasil, contando com a participação de 17 mil voluntários. Como resultado do esforço de anos anteriores, destacou-se a inauguração da planta produtiva de biofármacos da Libbs Farmacêutica Ltda., a primeira do Brasil e a maior da América Latina, com financiamento de R\$ 252 milhões do BNDES contratado em 2013.

Com relação a projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em 2016, foram aprovados R\$ 335 milhões no setor, com destaque para o financiamento do estudo sobre Internet das Coisas (IoT) que será a base do Plano Nacional de IoT - iniciativa a ser lançada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) em 2017. A parceria entre BNDES e MCTIC foi materializada por Acordo de Cooperação, tendo como objeto central esse estudo, orçado em R\$ 17,4 milhões, que definirá prioridades e vocações para o País na área, considerando uma visão balanceada entre inovação, adensamento tecnológico local e benefícios para a sociedade.

O BNDES financiará de forma não reembolsável R\$ 9,8 milhões, cabendo ao consórcio vencedor a contrapartida do valor restante. Ainda, merece destaque o apoio ao plano de investimentos da empresa Brisanet, visando à implantação de infraestrutura de rede de fibra óptica no semiárido nordestino, em cidades dos Estados do Ceará/CE e Pernambuco/PE. Foram aprovados R\$ 20 milhões para investimentos que adicionarão 11 mil km de fibra óptica na região, disponibilizando para mais de 30 mil domicílios o acesso à Internet banda larga.

Na modalidade fundos de investimento, o Fundo Criatec III, terceiro fundo nacional voltado para investimentos em capital semente capitaneado pelo Banco, iniciou seu período de investimentos. O fundo terá prazo total de dez anos, patrimônio comprometido superior a R\$ 200 milhões e investirá em ao menos 36 empresas inovadoras com faturamento de até R\$ 12 milhões e que atuem prioritariamente nos setores de tecnologias da informação e comunicação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia e agronegócios. O Fundo Criatec 3 soma esforços ao Fundo Criatec 2, que já investiu em 20 empresas inovadoras de base tecnológica e cujo período de investimentos se encerra no final de 2017.

Ainda em 2016 o BNDES selecionou os Gestores de outros três fundos de investimentos voltados para empresas de base tecnológica, com foco em: i) tecnologias provenientes de incubadoras e parques tecnológicos nacionais; ii) tecnologias que gerem impacto positivo para as populações das classes C, D e E; e iii) tecnologias da informação e comunicações.

Com relação ao apoio à inovação nas micro, pequenas e médias (MPMEs) o programa BNDES MPME Inovadora foi lançado em 2014, com o objetivo de aumentar a competitividade das MPMEs empresas brasileiras, financiando os investimentos necessários à introdução de inovações no mercado. Até o final de 2016 foram aprovadas 151 operações, no valor de R\$ 255,06 milhões.

O Cartão BNDES financia serviços tecnológicos, incluindo avaliações de conformidade, certificações, desenvolvimento de produtos, processos e embalagens, serviços de extensão tecnológica, design e propriedade intelectual, diagnósticos de eficiência energética, dentre outros.

Até então já foram apoiadas 3.393 operações, somando R\$ 36,72 milhões em financiamentos aprovados. Apenas no ano de 2016 foram realizadas 464 operações, totalizando R\$ 4,5 milhões em apoio à inovação.

Para reforçar o apoio à inovação, foi lançado em 2016 o produto BNDES Soluções Tecnológicas com o objetivo de financiar inovação nas empresas brasileiras por meio da aquisição de soluções tecnológicas credenciadas no BNDES, por antes de qualquer porte, setor ou região do País, como, por exemplo, aquelas ofertadas por universidades, empresas de base tecnológica e outras instituições fornecedoras de tecnologia.

Já foram credenciados 37 fornecedores; entre universidades, fabricantes e empresas de base tecnológica; que disponibilizam um total de 53 soluções tecnológicas numa vitrine virtual em áreas como eficiência energética, segurança, transporte, otimização de processos produtivos industriais, cidades inteligentes, Internet das coisas, indústria 4.0 e sustentabilidade ambiental.

#### 1.10.5. Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal (Caixa) é uma empresa pública, que exerce papel fundamental no desenvolvimento urbano e social do País, uma vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo para implementação de políticas públicas, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. Além disso, apoia inúmeras atividades artísticas-culturais, educacionais e desportivas, garantindo um lugar de destaque no dia a dia da sociedade.

Para seus clientes e cidadãos brasileiros, a Caixa busca oferecer os melhores serviços e produtos financeiros, ajudando-os a concretizar seus sonhos, acumulando conquistas e sucessos.

Em 2016, a Caixa manteve o foco na busca da melhoria da eficiência operacional e concessão de crédito sustentáveis, o que possibilitou à Instituição permanecer em seu papel de importante vetor para o desenvolvimento econômico do País.

Nesse sentido, até dezembro de 2016, as atividades da Instituição foram responsáveis por injetar R\$ 712,5 bilhões na economia brasileira, por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros. Atualmente, a Caixa disponibiliza à população uma

rede de 60,2 mil pontos de atendimento, sendo 4,2 mil agências e postos de atendimento, 24,5 mil correspondentes Caixa Aqui e Lotéricos, e 31,2 mil máquinas distribuídas nos postos e salas de autoatendimento. Ao final de dezembro, a rede da Caixa atendia a 87,1 milhões de clientes.

#### Demonstrativo Especificando os Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No último exercício financeiro, a Caixa não operou empréstimos e financiamentos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, detalhados na Lei nº 13.255/2016 – Lei Orçamentária Anual de 2016.

#### Avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício de 2016:

Até o 3º Trimestre de 2016, a Caixa recolheu aos cofres do Tesouro Nacional a importância de R\$ 11,8 bilhões em impostos e contribuições federais. Deste total, R\$ 7,3 bilhões são referentes a valores retidos de terceiros decorrentes do curso normal de seus negócios, e R\$ 4,6 bilhões são relativos a tributos próprios. Os valores discriminados por tipo de tributo podem ser observados no quadro a seguir:

R\$ 1,00

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS		
EXERCÍCIO 2016 - ATÉ 3º TRIMESTRE	TRIBUTOS	RECOLHIMENTO
CAIXA RESPONSÁVEL	IOF	1.761.315.892,70
	IRRF	4.225.149.311,40
	IRPJ	380.622,90
	CSLL	124.966,45
	COFINS	599.578,63
	PIS/PASEP	98.681,51
	TRIB - RET	771.736.504,11
	CPSS	52.183.973,60
	INSS EMPREGADO	451.564.469,65
TOTAL CAIXA RESPONSÁVEL		7.263.154.000,95
CAIXA CONTRIBUINTE	COFINS	1.629.153.836,33
	PIS/PASEP	269.785.826,95
	CSLL	316.459.197,10
	IRPJ	319.477.075,26
	CIDE	95.336,69
INSS PATRONAL	2.012.432.882,49	
TOTAL CAIXA CONTRIBUINTE		4.547.404.154,82
TOTAL CAIXA – EXERCÍCIO 2016 - ATÉ 3º TRIMESTRE		11.810.558.155,77

Fonte: Caixa Econômica Federal.

Durante o exercício de 2016, a Caixa executou sete iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado R\$ 930 milhões nesse período.

#### CAIXA – INVESTIMENTO NO ATIVO IMOBILIZADO

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO	
	QUANTIDADE	VALOR
3252 – INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIOS	13	10
4106 – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO	N/A	330
3286 – INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2	10
4101 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	N/A	94
4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	N/A	8
4103 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO NACIONAL	N/A	478
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>930</b>

Valores em R\$ milhões. Quantidades em unidades; N/A - Não se aplica.

Fonte: Ministério do Planejamento (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOPI).

#### Avaliação sobre as Respectivas Políticas de Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art.111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016 – Lei 13.242/2015:

A Caixa atua de maneira a fortalecer seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas o que justifica o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais colabora para o crescimento do País e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como parte de seu papel na promoção do desenvolvimento urbano, a Caixa mantém linhas de negócios voltadas ao incentivo a setores essenciais para a economia do País, como a construção civil e a infraestrutura, cumprindo com sua missão de atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

#### Habitação

Alinhada à sua vocação histórica, a Caixa é líder absoluta do mercado de crédito habitacional, contribuindo de maneira significativa para a realização do sonho de milhões de brasileiros, que encontram nos financiamentos ofertados pela CAIXA a melhor opção para a aquisição do imóvel próprio.

Até dezembro de 2016, o crédito habitacional, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 5,6% em 12 meses, encerrando o período com saldo de R\$ 406,1 bilhões, o que representa 32,5% do total de ativos da Caixa.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), conjunto de medidas do Governo Federal, lançado em 2009, tem como objetivo a redução do déficit habitacional viabilizando o acesso à casa própria, aumentando o investimento na construção civil e fomentando a geração de emprego e renda.

Por meio do PMCMV, no período de 2013 a 2016, foram entregues 1,4 milhão de unidades habitacionais. A maior parte destas contratações estão concentradas nas Faixas 1 e 2, atendendo a população de baixa e média rendas, composta por famílias com renda de até R\$ 3.600,00.

#### PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

ANO	FAIXA OPERAÇÃO	UH CONTRATADAS	UH ENTREGUES
2013	FAIXA 1	557.961	247.129
	FAIXA 2	288.708	249.050
	FAIXA 3	93.799	28.842
2014	FAIXA 1	175.260	50.839
	FAIXA 2	289.715	255.543
	FAIXA 3	37.609	23.517
2015	FAIXA 1	16.890	2.668
	FAIXA 2	344.729	239.200
	FAIXA 3	40.526	22.540
2016	FAIXA 1	35.008	19.620
	FAIXA 2	282.083	204.227
	FAIXA 3	68.235	53.687
<b>TOTAL MCMV</b>		<b>2.230.523</b>	<b>1.396.862</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.  
Valores em unidades.

Nas operações para as Faixas 1 e 2, há o acompanhamento do Técnico Social, que analisa previamente o projeto, identificando se este é viável para a comunidade. Ele também acompanha a entrega dos imóveis, orientando e auxiliando quanto a preservação destes, além de subsidiar o entendimento e assimilação do significado de moradia própria.

Em 2016, a Caixa contratou R\$ 41,4 bilhões no PMCMV/FGTS. Nas modalidades integralmente subsidiadas pelo programa, (Faixa 1), que são destinadas aos beneficiários com renda de até R\$ 1,8 mil, foram contratadas 35 mil unidades habitacionais o que equivale a 9,1% do total contratado.

O Governo Federal lançou em outubro de 2016 o PMCMV - Faixa 1,5, que tem por objetivo possibilitar o acesso à moradia em áreas urbanas, por intermédio da concessão de financiamento a pessoas físicas, com renda de até R\$ 2.350,00, integrantes da população-alvo da CCFGTS/PMCMV (Carta de Crédito Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/Programa Minha Casa Minha Vida).

Para essa faixa foram disponibilizados R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão do FGTS e R\$ 140 milhões do OGU e R\$ 2,4 bilhões de funding oneroso do FGTS. No ano de 2016, o PMCMV – Faixa 1,5 até contratou 13.601 unidades habitacionais.

Os Programas são estruturados de modo a dar prioridade às mulheres chefes de família, vez que predominantemente são as titulares dos financiamentos, com o objetivo de preservar a moradia familiar dos filhos em casos de desconstituição da sociedade conjugal. Dos contratos assinados pela Caixa, no âmbito do PMCMV, 54,6% dos titulares são mulheres. No Faixa 1 esse percentual é de 90,3%.

Esses programas contemplam também os portadores de necessidades especiais, idosos, e populações em vulnerabilidade social, uma vez que as unidades habitacionais construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida seguem padrões de acessibilidade que garantem as condições de uso do imóvel.

Até dezembro de 2016 foram contratadas 696.782 unidades adaptáveis, tendo sido entregues 457.845 dessas unidades com instalação de 12.087 kits para pessoas com deficiência.

Destacamos também o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que tem por objetivo a concessão de financiamento habitacional às famílias de baixa renda, organizadas sob a forma coletiva, por meio de uma Entidade Organizadora, para construção/requalificação de unidades habitacionais em área urbana, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Nesse âmbito, até dezembro de 2016, foram contratadas 42.495 unidades habitacionais, sendo que 62,2% desse total com mulheres.

Além das contratações efetuadas no âmbito Programa Minha Casa Minha Vida, de janeiro a dezembro de 2016, foram aplicados R\$ 12,6 bilhões nos Programas Carta de Crédito FGTS – Aquisição e Construção Individual e Imóvel na Planta, com recursos do FGTS, totalizando 86.163 operações, beneficiando uma população estimada de 349.822 pessoas em todo o território nacional. Do montante aplicado, R\$ 5,3 bilhões foram destinados às famílias com renda até 6 (seis) salários mínimos, correspondendo a

cerca de 41,9% do total aplicado.

#### CCFGTS – INDIVIDUAL E IMÓVEL NA PLANTA POR FAIXA DE RENDA

FAIXA DE RENDA	CCFGTS - INDIVIDUAL E IM. NA PLANTA			
	SALÁRIO MÍNIMO	QUANTIDADE	VALOR	% VALOR
1 - ATÉ 03 SM	17.055	1.448.052	19,8%	11,5%
2 - DE 03 A 06 SM	34.302	3.817.574	39,8%	30,4%
3 - DE 06 A 10 SM	21.622	3.183.611	25,1%	25,3%
4 - ACIMA DE 10 SM	13.184	4.113.163	15,3%	32,7%
<b>TOTAL</b>	<b>86.163</b>	<b>12.562.400</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Valores em R\$ mil.  
Fonte: Caixa Econômica Federal.

O quadro abaixo demonstra a aplicação dos recursos do FGTS em forma de subsídio, no valor total de R\$ 416,9 milhões destinados às famílias com renda até 6 (seis) salários mínimos, em que se verifica o atendimento prioritário às famílias com renda até 3 (três) salários mínimos, que receberam 63% do valor total.

#### CCFGTS – INDIVIDUAL E FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO PF SUBSÍDIO

SALÁRIO MÍNIMO	VALOR	% VALOR
ATÉ 03 SM	262.530	63,0%
DE 03 A 06 SM	154.407	37,0%
<b>TOTAL</b>	<b>416.937</b>	<b>100,0%</b>

Valores em R\$ mil.  
Fonte: Caixa Econômica Federal.

Em 2016, a Caixa contratou o montante de R\$17,6 bilhões em recursos do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, dos quais 99,7% destinados à aquisição/construção de 74.701 mil imóveis residenciais, contribuindo com o Governo na geração de empregos e injeção de recursos na economia.

#### CAIXA – RECURSOS SBPE

RECURSOS SBPE	VALOR	VALOR (%)	QUANTIDADE	QUANTIDADE (%)
SBPE – SFH (IMÓVEL RESIDENCIAL)	15.393.481	87,6%	70.259	93,2%
SBPE – FORA SFH (IMÓVEL RESIDENCIAL)	2.120.346	12,1%	4.442	6,3%
SBPE – IMÓVEL COMERCIAL	58.827	0,3%	347	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>17.572.655</b>	<b>100,0%</b>	<b>75.048</b>	<b>100,0%</b>

Valores em R\$ mil.  
Fonte: Caixa Econômica Federal.

No segmento Rural, o Programa Minha Casa Minha Vida é executado em parceria com outros órgãos e programas governamentais, com ações como o Programa Cisternas, que viabilizou a contratação de cisternas em 341 casas beneficiadas pelo PMCMV, em 2016, e a parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que tem orientado a priorização de assentamentos a serem incluídos no programa habitacional.

Em 2016, as entregas na área rural totalizaram 19.021 casas, beneficiando, entre outros, assentados do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), assentados do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), agricultores familiares, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais e quilombolas.

Dessa forma, a Caixa tem contribuído como a maior parceira do Governo Federal para a redução do déficit habitacional para famílias de baixa renda, cumprindo com os objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### Saneamento e Infra

A Caixa, agência financeira oficial de fomento nos termos do caput do artigo 111 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 13.242/2016, apoiou, ao longo do ano de 2016, ações de desenvolvimento dos setores de Saneamento e Infraestrutura urbana com o foco na melhoria das condições de vida das populações, fomentando o aumento quantitativo e qualitativo da oferta de serviços nesses setores e por consequência a geração de emprego e renda.

Esse apoio se fez por meio de operações de crédito realizadas para Entes Públicos e Empresas privadas atuantes nos segmentos de Saneamento e Infraestrutura, sendo, para tanto, utilizadas diversas fontes de recursos, notadamente o FGTS e operações indiretas via BNDES, conforme quadro abaixo:

#### CAIXA – OPERAÇÕES DE SANEAMENTO E INFRA (SALDO)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO		VARIAÇÃO%
	DEZ/2015	DEZ/2016	2016/2015
	RECURSOS - CAIXA	12.745	12.766
RECURSOS - FGTS	21.255	26.715	25,7
RECURSOS - BNDES	24.258	24.825	2,3
RECURSOS - FAT	674	612	-9,1
OUTROS RECURSOS	11.727	13.461	14,8
DÍVIDA ROLADA	211	175	-17,2
<b>TOTAL</b>	<b>70.870</b>	<b>78.554</b>	<b>10,8</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ milhões).

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura, que representa 11,1% do crédito total Caixa, cresceu 10,8% em relação a dezembro de 2015, somando R\$ 78,6 bilhões. No crédito rural, os recursos que são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural, atingiram saldo de R\$ 7,2 bilhões até dezembro de 2016.

#### Oferta de produtos de consumo popular

No tocante à oferta de produtos de consumo popular, a Caixa disponibiliza em seu portfólio as contas Caixa Fácil e Poupança Caixa Fácil, modalidades de contas especiais de depósitos disciplinadas pela Resolução CMN nº 3.211, de 30 de junho de 2004. As contas especiais possuem características determinadas, tais como procedimentos simplificados para abertura e limite dos valores de movimentação, sendo o seu principal objetivo ampliar o acesso da população aos serviços bancários.

A dispensa de comprovantes de renda e endereço representam a simplificação do processo, na medida em que permite a abertura de contas para cidadãos que não disponham de renda formal ou de meios para a comprovação de residência, situação vivenciada por grande parcela da população brasileira. Em 2016, a Caixa possuía uma base com 9,5 milhões de contas Caixa Fácil.

#### Apoio ao micro e pequeno empreendedor

Visando a fomentar os negócios com micro e pequenas empresas a Caixa disponibiliza linhas de crédito com recursos subsidiados, a exemplo do Proger, Progeren e Finame, que tem como objetivo financiar a produção, promovendo a geração de renda e empregos. Em relação aos programas de crédito com destinação especial, a Caixa disponibiliza linhas adequadas às características regionais que oferecem melhores taxas, menores tarifas, melhor atendimento e pacote de valores customizados, a exemplo dos Arranjos Produtivos Locais.

Em 2016, a Caixa lançou o projeto Empreender Digital, visando facilitar a vida de mais de um milhão de clientes pessoa jurídica com faturamento de até R\$ 60 mil anuais, o que representa 44% da carteira de empresas do banco. A ideia é oferecer ao empreendedor deste segmento um pacote de serviços mais adequado, que inclui itens como máquina de cartão, antecipação de vendas, cheque especial de curto prazo, capital de giro e microcrédito.

Esse pacote é oferecido por quase mil orientadores de crédito da Caixa Crescer, empresa de microcrédito e micro finanças do Conglomerado Caixa, presente nas periferias de 49 cidades do País e que emprestou mais de R\$ 1,4 bilhão a pessoas físicas em dois anos e meio.

#### Programas voltados ao trabalhador

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, em 2016, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 127,6 milhões de benefícios, o que

corresponde a R\$ 135,4 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS – Programa de Integração Social (quotas e rendimentos).

#### CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR

PROGRAMAS	2015		2016	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
PREVIDÊNCIA SOCIAL	64.789	72.102	65.408	81.464
SEGURO-DESEMPREGO	30.854	30.668	33.002	36.775
ABONO SALARIAL	10.298	8.059	20.514	15.859
PIS RENDIMENTOS	5.876	269	7.916	411
PIS QUOTAS	573	752	740	908
<b>TOTAL</b>	<b>112.390</b>	<b>111.850</b>	<b>127.580</b>	<b>135.417</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ milhões, quantidades em mil).

#### Programas Sociais

A Caixa, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira, por meio dos programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras da população em situação de vulnerabilidade social. Em 2016, esses programas distribuíram R\$ 28,3 bilhões, totalizando 163,8 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 158,6 milhões de benefícios no período, somando R\$ 27,4 bilhões, contribuindo com isso para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

#### CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMAS	2015		2016	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
BOLSA FAMÍLIA	157.654	26.399.956	158.579	27.362.877
PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO	15	1.210	-	-
GARANTIA SAFRA	3.507	621.012	3.649	625.105
BOLSA CARIOCA	845	68.658	635	54.180
RENDA CIDADÃ	381	34.167	-	-
BOLSA VERDE	286	85.821	230	68.992
CHAPÉU DE PALHA	200	38.984	192	39.135
FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	144	150.149	47	54.233
PETI	103	3.906	66	2.485
DE VOLTA PARA CASA	50	20.486	39	16.109
BOLSA ATLETA	29	87.695	38	85.812
MULHERES DA PAZ	0,3	56,6	-	-
PROTEJO	1	149	-	-
PROJETO PRIMEIRO PASSO SALVADOR	81	6.884	357	23.426
<b>TOTAL</b>	<b>163.296</b>	<b>27.519.133</b>	<b>163.832</b>	<b>28.332.354</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ mil, quantidades em mil).

#### CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO

REGIÕES	2015	2016
NORDESTE	14.631.436	14.947.120
SUDESTE	6.259.274	6.569.861
NORTE	3.729.160	3.919.105
SUL	1.603.364	1.584.401
CENTRO-OESTE	1.295.899	1.311.867
<b>TOTAL</b>	<b>27.519.133</b>	<b>28.332.354</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ mil).

#### Política de Responsabilidade Socioambiental

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014, publicada pelo Banco Central do Brasil no início de 2015, a Caixa divulgou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que leva em consideração princípios como ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência.

Também em atendimento à referida Resolução, a Caixa elaborou um plano de ação, aprovado pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, que considera o novo cenário, os desafios e as oportunidades relacionadas às tendências que impactam diretamente os negócios da empresa. O plano de ação tem entregas previstas até 2019 e envolve toda a empresa.

A aplicação das diretrizes socioambientais na gestão inclui a verificação de conformidade socioambiental dos parceiros de negócios, clientes e fornecedores da Caixa; o controle dos impactos ambientais de suas operações, a verificação do atendimento às regulações por parte dos clientes e para os projetos financiados, além da análise socioambiental desses projetos e clientes; o acompanhamento de quaisquer ocorrências ligadas à degradação ambiental e à violação de direitos humanos e trabalhistas nas operações de parceiros e clientes; e a concessão de financiamentos para regularização e adequação a exigências e licenças ambientais.

A Caixa, seguindo as melhores práticas nacionais e internacionais trabalha na inserção de práticas que garantam a regularidade socioambiental nas operações de crédito, bem como na avaliação de clientes e projetos em que haja uma maior exposição para a empresa, atuando também no aprimoramento desses mecanismos, principalmente para os seus produtos e serviços.

Sob essa perspectiva, a Caixa mantém processos e rotinas de avaliação, controle e monitoramento socioambiental de clientes e projetos, fornecendo subsídios técnicos à tomada de decisões e fortalecendo o seu compromisso institucional e estratégico com o desenvolvimento sustentável por meio:

- Da emissão de Pareceres para contratação de crédito e desembolsos;
- Do monitoramento de projetos por meio de visitas técnicas e auditorias independentes;
- Das análises de relatórios externos e validação de planos de ação corretivos; e
- Das análises de Relatórios de auditorias socioambientais independentes.

Alinhado a essas diretrizes, a Caixa aderiu aos Princípios de Investimentos Responsáveis (PRI) em 2013 e vem desenvolvendo ações para a integração de critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento e na definição da alocação de seu portfólio, considerando os riscos materiais de sustentabilidade.

Em complemento as ações da PRSA e PRI, desde 2011, a Caixa destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados as cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental Caixa. Em 2016, foram desembolsados R\$ 20,9 milhões investidos em 262 projetos. Entre eles, estão projetos para preservação da

Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, além de projetos de apoio a disseminação de tecnologias sociais como biodigestores e reciclagem de resíduo eletroeletrônico.

A Caixa utiliza o Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente, como forma de prestação de contas das ações realizadas, em conformidade com as diretrizes da sua PRSA, o qual encontra-se disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>.

#### 1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, cuja missão é promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), conta com recursos do orçamento fiscal.

Sua atuação norteia-se pelas políticas do Governo Federal, expressas pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). Além disso, mantém estreita articulação com Ministérios e Agências do Governo no apoio às instituições para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

#### Situação econômico-financeira

A Finep conta com ativos totais de R\$ 18,1 bilhões, de acordo com a posição de novembro de 2016 e vem apresentando uma situação econômica sustentável desde 2011, com indicadores financeiros equilibrados.

O lucro líquido de novembro de 2016 foi de R\$ 178,5 milhões. Comparando os números da Finep de novembro de 2016 com os números de dezembro de 2015 nota-se uma liquidez estável, porém os retornos sobre Patrimônio Líquido e Ativo Total apresentam queda em função da redução do lucro líquido entre os períodos analisados.

#### INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2015-2016 (1)

INDICADORES	2015	2016 (NOV)
LUCRO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)	298,41	178,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)	1.921,58	2.074,96
RECEITAS TOTAIS (R\$ MILHÕES)	1.660,28	1.813,52
OBRIGAÇÕES POR REPASSE E FUNDOS FINANCEIROS (R\$ MILHÕES)	14.029,50	15.115,53
ATIVO DE CRÉDITO (R\$ MILHÕES)	11.879,24	12.683,66
DISPONIBILIDADES (R\$ MILHÕES)	3.839,65	4.312,39
RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO	16,12%	8,87%
RETORNO SOBRE ATIVO TOTAL MÉDIO	2,00%	1,02%
LIQUIDEZ CORRENTE	6,64	7,27
LIQUIDEZ GERAL	1,16	1,15

Fonte: Finep/DRFC.

(1) As demonstrações financeiras da Finep serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) marcada para 28.04.2017, conforme Lei 6.404 de 1976. Os dados disponíveis na data de elaboração do relatório são referentes ao mês de novembro de 2016.

#### Desempenho operacional

O desempenho operacional da Finep deve ser avaliado considerando-se suas características únicas e atribuições específicas.



## Fomento, Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Para atingir seus objetivos, a Finep utiliza três modalidades de apoio financeiro: apoio não reembolsável para Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e para empresas, neste último caso, por meio do programa de subvenção econômica; financiamento reembolsável voltado para empresas e investimento em fundos ou investimento direto em empresas. Cada uma dessas modalidades encontra-se descrita no decorrer deste item, com a discriminação dos valores investidos nos últimos anos. As três modalidades de apoio financeiro operadas pela Finep são concedidas unicamente a pessoas jurídicas, com os seguintes instrumentos:

### Apoio financeiro não-reembolsável

Como Secretaria Executiva do FNDCT, a Finep administra recursos para aplicação em projetos de ICTs, operando também com recursos não reembolsáveis de outros Ministérios como, por exemplo, o Ministério da Saúde. Para empresas, são concedidos recursos não reembolsáveis do FNDCT por intermédio do Programa de Subvenção Econômica, por meio de chamadas públicas.

O orçamento não reembolsável do FNDCT, bem como dos ministérios com os quais a Finep/FNDCT se relaciona, inclusive como agente financeiro, fazem parte do Orçamento Fiscal e estão incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses recursos não transitam pela Finep e são operados em unidades gestoras específicas no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

## EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO UTILIZADO DO FNDCT - 2013-2016 R\$ MILHÕES

ANO	COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO
2013	3.056
2014	2.751
2015	1.785
2016	1.043

Fonte: Finep/Apla.

### Financiamentos reembolsáveis

O apoio financeiro na modalidade reembolsável tem por foco empresas e opera com recursos próprios e/ou provenientes de outras fontes (BNDES, FNDCT, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel). Os recursos de terceiros disponíveis para operações reembolsáveis atingiram R\$ 1,7 bilhões em 2016, sendo R\$ 909,84 milhões provenientes do orçamento fiscal do FNDCT; R\$ 460,99 milhões oriundos de empréstimo junto ao BNDES para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e R\$ 400,52 milhões oriundos do Funttel, conforme quadro que se segue:

## ENTRADA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS 2013 - 2016 R\$ MILHÕES

FONTES DE RECURSOS	2013	2014	2015	2016
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT <sup>1,2</sup>	1.058,94	1.000,00	1.000,00	909,84
FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES – FUNTTTEL <sup>1</sup>	200,00	176,31	0	400,52
PROGRAMA DE SUSTENTAÇÃO DO INVESTIMENTO – PSI <sup>3</sup> (EMPRÉSTIMO)	1.943,17	1.970,66	1.490,56	460,99
BNDES (AGENTE FINANCEIRO)	5,99	20,27	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.208,11</b>	<b>3.167,24</b>	<b>2.490,56</b>	<b>1.771,35</b>

Fonte: Finep/AFC.

(1) Orçamento fiscal.

(2) Ação de empréstimo do (FNDCT).

(3) Condições estabelecidas em Portaria do Ministério da Fazenda.

A redução da atividade produtiva no País em 2015 trouxe impactos diretos para as operações finalísticas da Finep, seja pela queda da demanda das empresas por financiamentos para a inovação, como também pela necessária readequação de sua política de crédito ao ajuste fiscal praticado pelo Governo. Apesar disso, em 2016 um pequeno aumento no valor das operações contratadas em relação ao exercício 2015.

#### EVOLUÇÃO ANUAL DA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS 2013-2016 R\$ MILHÕES

ANO	VALOR
2013	6.287
2014	8.616
2015	1.567
2016	1.751

Fonte: Finep/Apla.

Ainda com relação aos financiamentos reembolsáveis, a Finep desembolsou em 2016 R\$ 2,4 bilhões para os contratos de sua carteira. As empresas situadas nas regiões Sul e Sudeste receberam 93% deste total alinhado à distribuição regional da atividade econômica no País. Os desembolsos para as empresas do Nordeste mais que dobraram de 2015 para 2016. Diversas iniciativas implementadas pela Finep têm contribuído para o fomento nos Estados menos industrializados, entre as quais se destacam os programas de descentralização de recursos da subvenção econômica e do crédito, Tecnova e Inovacred respectivamente, desenvolvidos com parcerias locais.

#### DESEMBOLSO POR REGIÃO GEOGRÁFICA – 2015-2016 R\$ MILHÕES

REGIÃO	2015	2016
SUDESTE	1.627,83	1.489,38
SUL	702,66	734,74
NORTE	3,27	3,38
NORDESTE	55,30	130,09
CENTRO-OESTE	213,77	44,77
TOTAL	2.602,83	2.402,35

Fonte: Finep/ACOT.

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria e serviços foram os setores que receberam o maior volume de recursos no biênio 2015-2016.

#### APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2015-2016 R\$ MILHÕES

SETOR	2015	2016
INDÚSTRIA	1.823,01	1.762,81
COMÉRCIO	196,33	9,79
HABITAÇÃO	0,94	0,00
OUTROS	47,55	160,08
OUTROS SERVIÇOS	520,19	454,37
RURAL	14,81	15,30
TOTAL	2.602,83	2.402,35

Fonte: Finep/ACOT.

#### Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito

A qualidade da carteira de operações da Finep, no que tange a classificação de risco, é um ponto que merece destaque: 87% dos créditos a receber referem-se a operações classificadas como de médio ou baixo risco.

#### COMPOSIÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DAS OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS <sup>(1)</sup> – 2015-2016

NÍVEL DE RISCO	% 2015	% 2016
BAIXO (AA, A E B)	55,5%	60,5%
MÉDIO (C E D)	30,4%	26,5%
ELEVADO (E ATÉ H)	14,1%	13,0%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Finep/ACRD.

(1) Referem-se às operações reembolsáveis.

#### Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e tem acompanhado as condições da economia brasileira. A taxa de cobrança em atraso na Finep corresponde a 6,1% (média 2016) das cobranças emitidas e a inadimplência total acumulada corresponde a 8,5% (em 31/12/16) do ativo realizável de operações de crédito.

#### Investimentos

A Finep investe em Fundos de Capital Semente, Venture Capital e Private Equity, que por sua vez investem em empresas inovadoras com estratégia de longo prazo, de qualquer porte e setor, com recursos financeiros e apoio gerencial, gerando retornos financeiros e sociais. Para essa modalidade, a Finep utiliza recursos provenientes do FNDCT.

Os Fundos investidos pela Finep já aportaram recursos em mais de 170 empresas brasileiras.

#### EVOLUÇÃO DO Nº DE FUNDOS E DO PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL E DA FINEP - 2013-2016

ANO	QUANTIDADE DE FUNDOS (1)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL DO FUNDO (R\$ MILHÕES)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO DA FINEP NO FUNDO (R\$ MILHÕES)
2013	28	3.987	481
2014	30	4.457	553
2015	28	4.480	588
2016	28	4.573	630

Nota: Considerado o ano de início do Fundo.

(1) Valores acumulados.

#### Impacto Fiscal

As operações de crédito da Finep são realizadas com recursos captados de terceiros e, portanto, não têm impacto fiscal direto.

No caso da Finep, existem atualmente dois dispositivos de subvenção econômica que permitem a oferta de crédito com taxas de juros reduzidas. Estes dispositivos mitigam a perda de recursos relacionados ao custo de captação e da intermediação financeira, ambos instituídos por Lei, quais sejam: a equalização da taxa de juros autorizada pela Lei nº 10.332/2001, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT; e a equalização criada para Programa de Sustentação do Investimento (PSI), Lei nº 12.453 de 21/07/2011.

#### RECURSOS RECEBIDOS PARA EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS R\$ MILHÕES

ITEM	2013	2014	2015	2016
FNDCT	179,78	228,47	257,26	326,49
PSI	41,26	37,9	246,72	318,35
TOTAL	221,04	266,37	503,98	644,84

Fonte: Finep/AFC.

A equalização com recursos do FNDCT depende de disponibilidade orçamentária do Fundo (ação 2021.0741 da Lei Orçamentária Anual). A equalização da taxa de juros do PSI é realizada diretamente pelo Tesouro Nacional, conforme Resoluções do Banco Central/Conselho Monetário Nacional e Portarias do Ministro da Fazenda.

#### Política de Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 111 da LDO 2016

A Finep tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)). Sua Política Operacional apresenta as modalidades de apoio por meio das quais a Finep busca cumprir sua missão.

A definição da Política Operacional tem as seguintes diretrizes:

- Grau de inovação da proposta e relevância da matéria para o Estado;
- Articulação com outras iniciativas governamentais, especialmente a política industrial, a política social, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o Brasil Sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento, a Política Nacional de Defesa e as atividades de inovação compreendidas nas políticas ministeriais; e
- As externalidades socioeconômicas e ambientais associadas ao plano de inovação, bem como a promoção do desenvolvimento local, a nacionalização das cadeias de produção, a autonomia tecnológica, a internacionalização de empreendimentos brasileiros e demais objetivos estratégicos pertinentes.

São adotados ainda na análise e no acompanhamento e avaliação de todas as Linhas de Ação e Programas, os princípios do Desenvolvimento Sustentável, em suas três vertentes, a saber: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Os principais desafios que a Finep se propõe a enfrentar por meio da promoção da inovação são:

- Dotar a economia brasileira de capacidade de inovação para o enfrentamento de desafios nacionais e globais;
- Estimular a implantação de atividades contínuas de P&D nas empresas;
- Apoiar a inserção de empresas inovadoras nos mercados nacional e global;
- Elevar a competitividade das empresas e instituições brasileiras;
- Reverter a vulnerabilidade externa das empresas e instituições nacionais nos segmentos intensivos em tecnologia;
- Estimular a participação do capital privado em inovação; e
- Apoiar inovações que promovam a sustentabilidade.

No momento, a Finep está desenvolvendo e testando metodologias de avaliação de resultados e impactos para as diferentes modalidades de apoio à inovação que permitirão mensurar e qualificar o atingimento dos objetivos estratégicos de sua Política Operacional.